

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Amauri Mendes Pereira
(depoimento, 2003 / 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 31/10/2003 a 04/11/2004

Duração: 8h 5min

Arquivo digital - vídeo: 11; Fita cassete: 10; MiniDV: 11; VHS: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ser um militante do Movimento Negro de grande representatividade.

Temas: Anos 1970; Bahia; Benedita da Silva; Censos; Coluna Prestes (1925-1927); Disciplina militar; Discriminação racial; Exército; Família; Favela; Legislação trabalhista; Luís Carlos Prestes; Movimento estudantil; Movimento negro; Movimento sindical; Negros; Organizações não governamentais; Polícia; Racismo; Repressão política; Rio de Janeiro (estado); Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Sumário

1ª Entrevista: 31.10.2003

FITA 1-A: Origem familiar; informações sobre a profissão de alfaiate do pai; trajetória escolar; motivos da expulsão do Colégio Embaixador João Neves da Fontoura (1968); relato da suposta participação do avô na Coluna Prestes; longos comentários sobre o avô paterno; análise da Lei dos Dois Terços.

FITA 1-B: Informações sobre os avós paternos e maternos; recordações de discriminação na escola; problemas enfrentados devido ao preconceito dos pais da primeira namorada; considerações sobre a experiência no quartel e a posterior expulsão do Colégio Embaixador João Neves da Fontoura; comentários sobre o coronel Bazarov; a experiência como recenseador nas favelas; breves lembranças do grupo de música Devaneios; dificuldades enfrentadas na atividade de recenseamento; a entrada no curso de Educação Física (1971).

FITA 2-A: Comentários sobre o curso de Educação Física; primeiros contatos com o movimento negro; informações sobre a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África - SINBA; breves considerações sobre a formação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN (1975); a rivalidade inicial entre SINBA e IPCN; dificuldades enfrentadas na divulgação do jornal SINBA; difusão do movimento negro na Bahia.

FITA 2-B: Diferenças entre as entidades negras tradicionais e as de novo tipo; considerações sobre o papel de Luiz de Aguiar Costa Pinto no movimento negro; relação da SINBA com a população negra; relato da proibição do primeiro festival afro-brasileiro na UERJ (1975); a viagem para a Bahia (1975); informações sobre as atléticas do movimento estudantil; a criação do Movimento Negro Unificado (1978); formas de atuação do entrevistado no movimento negro na década de 70.

FITA 3-A: Lembranças do ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (1978); relato das divergências entre as diversas correntes do movimento negro; a preparação da Carta de Princípios do MNU (1977); comentários sobre a crise interna do IPCN (1977).

FITA 3-B: Considerações sobre a transformação do MNU; a dissolução do SINBA (1980); eventos realizados pelo IPCN; comentários sobre o sociólogo Herbert de Souza; mecanismos de sobrevivência de Yedo Ferreira e do entrevistado.....p. 1-67

2ª Entrevista: 19.12.2003

FITA 4-A: Considerações sobre a infiltração de elementos dos órgãos de informação no movimento negro; a repercussão do centenário da abolição no Brasil; lembranças da eleição da direção do IPCN (1987); a repressão policial na marcha de comemoração do centenário (1988); longos comentários sobre a organização da marcha de 1988.

FITA 4-B: Dificuldades enfrentadas na marcha de 1988; comentários sobre a participação

da cantora Sônia Santos na marcha; discussão sobre os motivos da repressão à marcha.

FITA 5-A: Comentários sobre a importância da marcha de 1988; informações sobre os encontros estaduais do movimento negro; participação do entrevistado na campanha das Diretas Já (1984); dificuldades do entrevistado em conciliar a vida em família com a militância no movimento negro; considerações sobre a organização do conjunto habitacional de Campos.

FITA 5-B: Relação da vizinhança com o envolvimento do entrevistado no movimento negro; considerações sobre a participação política dos negros após a redemocratização; longos comentários sobre a "institucionalização" do movimento negro: a organização SOS Racismo.

FITA 6-A: Lembranças da eleição para direção no IPCN; questões sobre o financiamento do IPCN; elogios à atuação de Januário Garcia à frente do IPCN; a eleição do entrevistado para representante do IPCN no ENEN.....p. 67-114

3ª Entrevista: 04.11.2004

FITA 7-A: Comentários sobre Januário Garcia; lembranças da forma de militância de Wilson Prudente; balanço das entidades negras no Brasil; participação do entrevistado no ENEN; comentários sobre as duas maiores correntes do movimento negro; breves considerações sobre Jurema Batista e Benedita da Silva.

FITA 7-B: Informações sobre a organização da Coordenação Nacional das Entidades Negras - CONEN; razões para o MNU não fazer parte do CONEN; mudanças na estrutura do CONEN; lembranças do ENEN do Rio de Janeiro (1999); motivos do IPCN ter saído do CONEN; o rompimento do entrevistado com o IPCN (1998).

FITA 8-A: Recordações das bancas de vendas de material do movimento negro da Cinelândia; balanço da atuação do IPCN; novos comentários sobre Januário Garcia no IPCN; explicações sobre a captação de recursos para o IPCN; comentários sobre o sucessor do entrevistado na direção do IPCN, Sebastião Soares; considerações sobre a crise no IPCN.

FITA 8-B: Participação do IPCN na Marcha Zumbi dos Palmares (1995); contexto político da realização da marcha de 1993; a eleição do entrevistado para representante na Marcha do Zumbi dos Palmares; comentários sobre a importância dos militantes Bujão e Gilberto Leal; recordações das comemorações dos 500 do "descobrimento" do Brasil.

FITA 9-A: Problemas enfrentados na realização da Conferência Regional das Américas (2000); comentários sobre a relação entre o movimento negro e outros grupos políticos; considerações sobre a participação do movimento negro brasileiro em conferências internacionais; composição da delegação brasileira na Conferência de Durban (2001).

FITA 9-B: Comentários sobre a 2ª Conferência Preparatória para a Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001); relato da participação do entrevistado na Conferência de Durban; breves explicações sobre o termo direito insurgente; considerações sobre o

desenvolvimento do projeto dos pré-vestibulares para negros e carentes; explicações sobre o termo caucus; considerações sobre a atuação de Edna Roland na 2a Conferência Preparatória para a Conferência Mundial contra o Racismo (2001).

FITA 10-A: Relato do episódio de racismo por parte de José Gregori; a leitura pelo entrevistado da carta dos brasileiros aos irmãos africanos; informações sobre a Lei 10.639; defesa da valorização do negro na História do Brasil.

FITA 10-B: Relato das atividades de consciência negra realizadas em escolas públicas do Rio de Janeiro; diferenças entre racismo e racialismo; considerações sobre o surgimento de uma nova cultura de defesa da raça negra.....p. 114-192

1ª Entrevista: 31.10.2003

Verena Alberti – Eu queria começar perguntando um pouco... Porque o currículo que você forneceu para a gente não tem os dados de nascimento, data de nascimento, local de nascimento, filiação... Gostaria de saber quem foram os pais, ou quem são os pais, a formação escolar... Um pouco da sua trajetória inicial...

Amauri Mendes – Ontem eu encontrei um amigo que me disse: “Amauri, que bom te encontrar, porque você é sempre um cara assim... Você nasceu no equinócio da primavera, não é isso?” Nasci em 22 de setembro. Momento do equilíbrio, momento neutro, onde as forças estão positivas... Foi engraçado, ele me falou isso. Então, 22 de setembro de 1951, aqui no Rio de Janeiro mesmo. Pai: Ari Alves Pereira e mãe: Manuela Mendes Pereira.

V.A. – Em 1951 aqui no Rio. Tem irmãos?

A.M. – São três irmãos, eu sou o mais velho dos irmãos. Dois irmãos e uma irmã.

V.A. – Todos mais novos?

A.M. – Todos mais novos. Eu sou o mais velho. Dois em dois anos, sempre diferença de dois anos.

V.A. – E o pai fazia o quê? Ou faz o quê?

A. M. – Meu pai, quando eu nasci, era alfaiate. Estava aprendendo o ofício de alfaiate. Depois ele fez um superesforço, estudou... Eu era garoto e lembro, ele ainda tendo que trabalhar... Para o alfaiate é aquele momento que muda para linha de produção... Roupas eram uma coisa artesanal, em dado momento entram as empresas, as grandes indústrias, e aí os alfaiates foram falindo... Ele teve que mudar de profissão e veio a ser auxiliar de enfermagem.

V.A. – Mas isso foi quando?

A.M. – 1957, 58, 59...

V.A. - Que ele passou a ser...

A.M. - Que ele passou para auxiliar de enfermagem. Fez um curso nessa escola Alfredo Pinto, aqui na Universidade do Brasil. Mas era um curso de auxiliar de enfermagem...

V.A. – Vocês moravam onde?

A.M. – A gente morava na Praça do Carmo, no bairro da Penha, zona norte do Rio, mas... Nós não morávamos na Praça do Carmo, nós morávamos lá em cima no morro. A gente dizia Praça do Carmo porque sempre houve um estigma com a favela, então, perguntavam: “Onde é que você mora?” Respondia: “Na Praça do Carmo.” A Praça do Carmo é um lugar a 600 metros... Tem uma subida e lá em cima...

V.A. – E vocês moravam na parte de cima?

A.M. – Na parte de cima. Um terreno, não era na favela. Nós não morávamos na favela, nós morávamos em terreno comprado pelo meu avô e que os filhos foram... Mas era um terreno que subia pelo morro, então a gente realmente morava lá em cima.

V.A. – E o avô era o quê?

A.M. – Meu avô era pedreiro, um mestre de obras...

V.A. – O pai do Ari? Ele que comprou o terreno?

A.M. – Ele que comprou o terreno. Quando eu nasci ele já tinha o terreno lá, há muito tempo que viviam lá.

V.A. – E esse ofício de alfaiate ele aprendeu fazendo?

A. M. – Com meu tio, que era alfaiate.

V.A. – Irmão dele?

A.M. – Não. Meu tio, marido de minha tia, que era um italiano que aprendeu com algum amigo... Porque eles tinham uma história em São Paulo... Família Barretari. Vieram da Itália, imigrantes... Paris Barretari era o meu tio. Acho que ele aprendeu com os alfaiates de São Paulo, ele era de Santos ou de São Paulo, não tenho certeza... Mas ele acabou vindo para o Rio, casou com minha tia e ele ensinou, porque meu pai era quatro ou cinco anos mais novo que ele, e ele chegou com uma profissão, meu pai não tinha profissão, aprendeu com ele. Em pouco tempo se separaram. Meu pai fez o próprio negócio dele... Porque cada alfaiate era individual, não havia grupos de alfaiates... Não sei bem como era não, só sei que a gente ia fazer a cobrança do clube de roupa dele. Eu ia junto com ele em um domingo fazer a cobrança.

V.A. – Clube de roupa?

A.M. – Clube de roupa era um sistema assim...

V.A. – Porque se chama de clube?

A.M. – Porque o hábito, naquele tempo, era todo homem, trabalhador, operário, tinha que ter um terno.

V.A. – Branco então?

A.M. – Branco era para os malandros... Parece que é isso, não é? A expressão “de sapato branco” é uma expressão de uma distinção, não é? O terno tinha que ser um terno bom para as festas e um terno normal para ir à igreja, ou para ir a alguma festividade comum... Mas tinham os ternos melhores. E terno era muito usado. No clube de roupas a pessoa pagava uma mensalidade, porque o terno era caro, e no fim do ano ou no momento que escolhesse, no

momento que completasse doze prestações, tinha direito a duas calças e um paletó. E se quisesse fazer calça, camisa, paletó, outras coisas... Tinha um desconto, um desconto bom, pagava a metade do preço da mão-de-obra. Qualquer coisa que a pessoa quisesse fazer estava dentro do acordo. Então mensalmente meu pai saía cobrando o clube, até que eu já estava meio grandinho, aí eu que ia para alguns mais próximos, eu ia cobrar, e ele vivia disso...[risos] Minha mãe não podia lavar, tinha um problema nas mãos... Ela costurava, também costurava. Eles tinham duas máquinas “poderosas”, umas máquinas boas. Foi o período em que surgiu o motor para a máquina de costura, aí minha mãe costurava a noite inteira, meu pai também...

V.A. – Ajudando seu pai a fazer os ternos?

A.M. – Não, ela fazia as partes dela. Também ajudava em alguma coisa, mas o ofício de alfaiate é uma coisa artesanal mesmo, era ele que tinha que fazer. E aí, ela pegava das empresas que estavam começando também, as indústrias têxteis de menor porte, com mais agilidade, com coisas mais precisas, as medidas já eram mais padronizadas, começou uma mudança no mercado.

V.A. – E ela fazia isso em casa? Encomendas em casa?

A.M. – Isso, pegava na indústria, a gente chamava de fábrica de roupa, ia lá e pegava aquele monte de pano, trazia para ela, e ela tinha que fazer... Fechar calças, fechar calcinhas, sutiãs, geralmente *lingerie*, mas também calções para crianças, bermudas, camisetas... O negócio dela era fechar. Às vezes ela só fazia mangas, às vezes só fazia golas.

V.A. – Já vinha cortado e ela só costurava...

A.M. – Vinha cortado e ela só costurava. E isso é o que eles dois viviam na época.

V.A. – No final da década de 1950 ele foi estudar para ser auxiliar de enfermagem?

A.M. – Eu acho que é mais um pouco na frente, acho que eu já tinha dez anos, onze anos... Não tenho certeza... Por aí, final... Virada dos 50 para os 60. Aí ele vê que já não dava mais, todo mundo foi embora para a Ducal, para a loja De Moreira, Ducal, que foram as primeiras no Brasil a oferecer esse tipo de serviço padronizado. Aí já era: pequeno, médio e grande. Mas no início, como ainda havia a cultura de fazer a roupa bem ajustada, a pessoa ia lá comprava e vinha alguém, um alfaiate, pontuava, acertava e uma semana, três dias depois ela voltava e estava reajustada, e de novo vestia para ver se estava tudo certinho. Era assim o sistema.

V.A. – E como auxiliar de enfermagem ele trabalhou onde?

A.M. – Era uma loucura. Ele trabalhou no hospital Gafrée Guinle. Ele trabalhava a noite lá, mas logo, uma amiga dele, muito amiga... Realmente foi uma irmã para ele, eles se consideravam meio irmãos mesmo... Dona Nadir arrumou para ele trabalhar no IAPB. Havia os institutos de aposentadoria profissionais, no caso deles, dos bancários, onde ele se aposentou há uns dez anos atrás. Trabalhou 35 anos lá. Ele fazia o gesso, na sala de gesso no IAPB, que era aqui na rua Treze de Maio, no Centro do Rio. Aí a vida muda...

V.A. – De qualquer forma ele continuou trabalhando sob medida, fazendo gesso...

A.M. – E ele, com hábito de ser alfaiate, caprichava no gesso, ele tinha um diferencial... Não é porque é meu pai, de forma alguma... [risos] Mas tinha um diferencial. Ele sempre foi muito zeloso. As pessoas iam lá. E a gente via as pessoas andando na rua com aquele gesso enorme, arrastando, pesado... Ele não. Ele era zeloso, ele esculpia, tinha todo um gosto para fazer o trabalho direito. É isso. Essas coisas... É uma boa memória...

V.A. – O senhor estudou onde?

A.M. – O primário na escola Francisco Braga na Penha, na Praça do Carmo. Essa escola acabou, hoje é um supermercado. Acho que é a Sendas...

V.A. – Escola municipal?

A.M. – Escola pública. Na época era Estado, não tinha separação, era distrito federal. Entre 1956, 57 até 1961, 62, aí entrou a Lei 4.024, de 1961, quando, com a mudança, vem aquele período de transição com admissão ao ginásio. Mas, eu fiz admissão? Não fiz admissão, eu fiz a quinta série. Instituíram uma quinta série, eu fui para uma outra escola, fiz a quinta série já como admissão ao ginásio, aí fiz o concurso, porque não era automático. O ginásio era um outro curso. Eu fiz o concurso e passei para o ginásio industrial Gomes Freire de Andrade, na Penha.

V.A. – Também na Penha, tudo na Penha...

A.M. – Próximo à favela Vila Cruzeiro, na Penha. É isso. Eu queria estudar... Era muito difícil estudar, ginásio já era um “luxo”... Eu ia passando, caçando passarinho... Na verdade eu nunca gostei de matar passarinho, mas eu ia com a turma... Aí, passamos em uma festa, uma festa grande, um palanque armado... Estavam inaugurando o colégio. O Flecha Ribeiro que era o secretário?

V.A. – Deve ser.

A.M. – O secretário do Lacerda... 1961, 62... Aí, a gente ia passando lá, de repente, não sei como, ia passando olhando, um monte de gente de terno... Era difícil ter gente ali, todos bem vestidos, bonitos, um monte de gente elegante... Carros... Quando eu vi, estava em cima do palanque e alguém disse: “Este aqui...” Eu ficava olhando. “Este aqui é um exemplo do futuro, essa escola é para você, meu filho. Essa escola...” Eu disse: “Para mim?” Uma escola bonita, nova... Eu disse: “Eu vou estudar aqui?” Ele disse: “Você pode estudar aqui...” Cheguei correndo em casa e disse: “Mãe, eu vou estudar naquela escola!” [risos] Minha mãe, sempre muito zelosa, até hoje... Às vezes em excesso até. Minha mãe tem um zelo extraordinário com tudo: sofre que é uma beleza... Mas é bom, antes assim... Aí, ela me levou... Em cada passo, me ajudando... Ela dizia: “Tem que fazer... Tem que ir tirar cópia, tem que se inscrever. Se prepara para a prova.” E minha avó também, a família toda, porque ninguém estudava, era muito difícil estudar. Eram muitos para uma vaga só. Quando eu passei foi...

V.A. – Então o senhor fez o concurso para este ginásio?

A.M. – Para esse ginásio. Esse foi o primeiro ginásio na Penha, só havia um na zona norte, que eu lembre... Se dizia assim: “Só existe um, o colégio Clóvis Monteiro.” Era o único que havia na época, em Bonsucesso, para toda aquela região. O colégio Carmela Dutra, parece que é criado um pouco depois, em Madureira. Mais para dentro, só lá para Campo Grande talvez, acho que já tinha o colégio Barão do Rio Branco. Mas eu não sei se tinha ainda não...

Amilcar Pereira – Em Santa Cruz.

A.M. – É, em Santa Cruz. Campo Grande eu não sei se tinha, não sei. Mas eu sei que essa escola, o colégio Ginásio Industrial Gomes Freire de Andrade foi criado nessa época e era o único dessa zona da Leopoldina, até Caxias não tinha mais colégio.

V.A. – Industrial por quê? Tinha ensino técnico também?

A.M. – A ideia era ser um colégio industrial. Lá eu aprendi a mexer com... Carpintaria... Com tornos, tornos mecânicos para mexer com madeiras. Ajustar madeira, fazer pequenas peças... mexer com luvas, com formões... Tinha bons professores. Eu sempre falo: “Olha o que o Duque Estrada falava. Ferramenta nunca se entrega pela ponta, se entrega pelo cabo.” [risos]

V.A. – Quem era Duque Estrada?

A.M. – Era meu professor. Eram Zé Colmeia e Catatau. Duque Estrada era um professor enorme, grandão, e Catatau era assistente dele, pequenininho, a gente chamava de Zé Colmeia e Catatau, longe deles, é claro! [risos]

V.A. – Era bom o ensino então, pelo menos essa parte profissional?

A.M. – Para mim era maravilhoso, completamente maravilhoso, no primeiro ano já estava cantando no coral da escola, e foi maravilhoso... Estudar é uma maravilha.

V.A. – E seus irmãos, também estudaram, seguiram esse caminho que o senhor abriu?

A.M. – Não. Todos foram estudando regularmente, mas o ginásio já era difícil, nenhum deles... Só o mais novo, que tem oito anos menos que eu, já pegou direto.

V.A. – Não precisava fazer mais o exame de admissão?

A.M. – Não precisava fazer o concurso. Meus irmãos... Não, Aliomar também foi estudar e já era direto, a terceira, a mulher é a terceira, também já conseguiu ir direto. Mas o segundo não conseguiu passar no concurso uma vez, duas vezes... Acabou indo para uma escola privada com bolsa de estudo de oitenta por cento... Concluiu o ginásio e fez o segundo grau... Nós fizemos o Artigo 99. Lembra que tinha o Artigo 99?

V.A. – Lembro.

A.M. – Eu fiz o Artigo 99, porque naquela loucura em 1968 eu fui expulso da escola.

V.A. – Desse Ginásio?

A.M. – Não, do colégio onde fui fazer o Ensino Médio, na época o Segundo Grau.

V.A. – Qual era o colégio?

A.M. – Colégio Embaixador João Neves da Fontoura. Foi criado naquele momento... Eu também fui da primeira turma desse colégio em Rocha Miranda. Fui para este colégio, fiquei um ano, 1968, mas no final do ano a diretora veio e disse que eu não podia mais continuar lá.

V.A. – Mas por que motivo?

A.M. – Porque foi um período muito politizado...

V.A. – E o senhor já estava a par de tudo?

A.M. – Porque o Gomes Freire era um colégio muito visado na região da Penha, e nós formamos grupos, a gente articulava muito... Aqueles comícios da AMES em 1967, eu estava no que é hoje a oitava série, no quarto ano ginasial, e eu me metia em tudo: eu era do futebol... Me metia em tudo... Eu gostava de capoeira, e tinha um bom grupo de capoeira. Isso era um diferencial, na época capoeira era coisa de malandro. E ao mesmo tempo gostava de estudar, era bom na escola, tirava boas notas... Tinha uma diferença, gostava muito de matemática, gostava de capoeira, gostava de cantar, era um negócio assim... Aí, eu era muito visado, muito visível na escola.

V.A. – Mas podia ser visível e não ter envolvimento com o movimento...

A.M. – Mas eu tinha todos os envolvimento que você pode imaginar, eu era muito envolvido mesmo.

V.A. – E de onde vinha isso, do seu pai, da sua mãe?

A.M. – Meu avô.

V.A. – O avô pedreiro?

A.M. – Meu avô era comunista, era daquela turma que... Vivia comunista lá em casa, porque ele era uma liderança, um mestre-de-obras...

A.P. – Sobre a participação dele na Coluna Prestes...

A.M. – Diz ele que serviu à Coluna, no famoso episódio da... Eu nunca lembro. Quando preciso lembrar eu não lembro. É que tem um momento, que o Prestes é imprensado em uma determinada região e o exército vem todo, e vão pegá-los naquela região, no interior, eu acho, da Paraíba. Eles foram acumulando forças para pegar a Coluna, e isso levou três, quatro, cinco dias, e quando chegam na região: Prestes não estava lá. E disseram: “Como é que ele

pode ter saído daqui?” Ninguém sabia. O que o Prestes fez? Tinha uma saída que atravessava um rio, que era um rio com um vão muito profundo, não dava para passar todo mundo, inclusive com armamentos, e imaginaram que ele jamais poderia ultrapassar aquele rio, não tinha condição. Pois ele chamou o pessoal da cidade e no meio de tanto medo, alguns dos construtores da região se ofereceram para ele e mostraram as ideias. Meu avô dizia que venceu a ideia dele: fizeram uma ponte de corda. Atravessaram alguns pequenos troncos das árvores mais fortes, emendaram os troncos, sempre com cordas... Fizeram, atravessaram para o outro lado e aí todo mundo... Um dia inteiro, dois dias, foram atravessando. Ele diz que essa foi a solução. Eu já li e reli aquele livro da Coluna Prestes, tanto o do Jorge amado quanto o dos dois jornalistas que eu nunca lembro os nomes... Qual o nome...

V.A. – Um é o Moreira Lima...

A.M. – Isso, Heitor Moreira Lima. Não se fala em Antônio da Silva Pereira, que era o meu avô, nem se fala nessa ponte. Fala-se numa solução quase mágica. Acho que o Heitor Moreira Lima, era Heitor Pereira Lima?

V.A. – Não era Heitor, mas era Pereira Lima no final.

A.M. – Não era Heitor?

V.A. – Não, acho que não. Lourenço... Um que participou...

A.M. – Então, meu avô diz que ele tinha registrado. Falou com ele que tinha registrado... Aí eu não sei... Mas ele diz que fez isso.

V.A. – Ele se chamava Antônio da Silva Pereira?

A.M. – Ele diz que ficou completamente visado na região, que ia ser perseguido... Então veio para o Rio de Janeiro. Aos poucos ele viu que tinha que migrar, que tinha que sair de lá porque ele ajudou a Coluna e se orgulhava disso, então não tinha jeito: Ele tinha que fugir de lá. Aí que ele vem descendo para o Rio. Ele conhece minha avó em Sergipe.

V.A. – Então ele é natural da Paraíba?

A.M. – Não, ele é natural de Palmeira dos Índios, um lugarzinho no sertão de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios é a cidade referência dele.

V.A. – Mas é em qual Estado?

A.M. – Alagoas. Acho que ele falava que era de Palmeira dos Índios porque ele sempre dizia assim: “Palmeira dos Índios é a cidade de Graciliano Ramos!” Ele levantava o dedo e falava assim. Porque era o orgulho dele, ter nascido na cidade de Graciliano Ramos. Mas eu acho que ele era daquela região. Não sei onde é. Um dia eu vou lá.

V.A. – Aí conheceu sua avó em Sergipe...

A.M. – Sergipe. Minha avó era cafuza, negra e índia.

V.A. – E ele?

A.M. – Ele não. Ele era mulato escuro... Negro. Mesmo no nordeste da época, ele era negro. Eles vêm para o Rio, aqui ele muda de nome. Ele era Pereira da Silva, aí ele muda de nome, se torna da Silva Pereira.

V.A. – Por quê?

A.M. – Com medo da perseguição. Muda o nome, aí todos nós somos Pereira. Meu pai é Pereira, minhas tias, meus tios todos Pereira. Ele vai então para a construção civil, porque ele era construtor.

V.A. – Ele teve essa solução mágica, poderia que construir muita coisa...

A.M. –Ele trabalhou em grandes projetos no Rio e em outros estados, ele já aposentado trabalhou na construção daquela ponte, a Ercílio Luz, em Santa Catarina, Florianópolis. Ele trabalhou na construção daquela ponte. Por sinal, ele já era aposentado, não podia assinar a carteira, e a função dele era oficialmente exercida pelo meu pai. A carteira dele era o nome do meu pai, que assinou a carteira lá para ele poder trabalhar, porque ele era o mestre-de-obras e já era aposentado e não podia assinar de novo senão perdia a aposentadoria. Ele passou longo tempo. Quando ele estava com noventa e poucos anos ele caiu de uma obra. Estava trabalhando na obra com noventa e poucos anos, aí caiu da obra, quebrou o pé. Com noventa e poucos anos quebrar o pé, tornozelo, aí não aguentou mais. Duas coisas: não aguentou mais porque começou a degradar mais rápido, com recuperação muito lenta... E ele não aguentava, vivia uma vida... Noventa anos em um andaime de prédio! Ele não aguentou: ele fazia coisas, inventou uns baldes... Ele pegava latas de manteiga, de óleo, na época era lata de gordura de coco, ou de gordura de porco, de banha, se usava banha... Ele pegava aquelas latas, limpava... A gente que limpava para ele... Ele chapava massa ali e fazia aqueles baldes imensos, grandes, às vezes ele juntava duas latas para botar plantas. E passava dias fazendo aquilo. Fazia um pé todo desenhado, ele esculpia o pé... Meu avô era uma pessoa muito sensível, um artista, um artesão muito bom, morreu com noventa e poucos anos, foi definhando... Consegui um livro da Auta de Sousa. Você já ouviu falar de Auta de Sousa?

V.A. – Não.

A.M. – Auta de Sousa é uma poeta do nordeste. Todo mundo conhecia Auta de Sousa. Ele declamava mais de vinte poemas... Ele dizia que era uma mulher negra, muito famosa que ele conheceu, que ela falou os poemas para ele, que ele aprendeu com ela, porque ele não sabia ler. Na época ele não sabia ler e declamava mais de vinte poemas dela. Tinha um que ele falava assim: “Em Jaguaribe sertão que nascia lá no poente, onde o céu é mais ardente no inverno e no verão”. Aí começava... O Alcir, meu irmão, consegue lembrar mais. Meus irmãos ficaram mais tempo com ele, eu casei e saí. Quando minha avó morre, ele vai viver com meus pais, então meus irmãos, principalmente o mais novo, ficam mais tempo. Aprenderam todos os poemas com ele, as histórias que ele contava... Ele só sorria, só brincava: foi virando criança, foi encolhendo, ficou bem pequenininho e só conversando

fiado, falava o dia todo, contava besteiras... Meus irmãos pegaram todas essas coisas, eu peguei só algumas...

V.A. – Quer dizer que foi esse avô que levou o senhor a ser expulso então da escola...

A.M. – Ah... Ele falava: “Você vai ser presidente da República, mas da Revolução. Vocês vão fazer a Revolução, a juventude tem que ser revolucionária... O Prestes...”. O Prestes era o Deus para ele e para toda uma geração, era o “São Prestes”. Ele ia aos eventos, mas no fundo ele “segurava a onda dele”. Quando ele sabia que ia ter polícia ele não ia lá não, no sindicato não sei onde... Ele ficava na dele. Mas os comunistas iam atrás dele porque ele era uma liderança, liderava turmas de cinquenta, sessenta trabalhadores. Era o bom profissional, o mestre, então tinha uma liderança grande no sindicato. Ele que me ensinou sobre a Lei dos dois terços, que eu tenho usado muito, porque a Lei dos dois terços é a primeira Lei de Cotas no Brasil, dois terços para brasileiros, que na época, ele dizia, eram pretos. Preto que não tinha direito ao trabalho. Os trabalhos estavam nas mãos dos portugueses, espanhóis, italianos... No Rio de Janeiro eram os portugueses. Aí, quando veio a Lei dos dois terços, o Batista Lousada chamava a gente que estava construindo a rua larga... Em 1931, 32, logo depois do Golpe...

V.A. – 1931... Ele já estava aqui...

A.M. – Já estava aqui, já tinha sido um dos fundadores do sindicato.

V.A. – De qual sindicato?

A.M. – Da construção civil. Eu não me lembro o nome exato.

V.A. – A lei dos terços obriga toda empresa a contratar dois terços de brasileiros, não é isso?

A.M. – Ela é uma Lei de imigração que tem esse adendo, ou então esse adendo foi feito depois, tenho que checar isso... Então ele dizia que o Batista Lousada dizia para ele: “Vai Pereira, pega sua turma e vai trabalhar. Entra na obra, trabalha na força, pega e vai fazendo o

que você ver que tem que fazer. No final do dia o cara tem que te pagar. Se o português não te pagar, você pega ele e traz para cá. Traz até amarrado, mas não bate não.” [risos] Ele dizia: “Não bate não, mas traz amarrado o cara, o cara tem que pagar.” Para fazer vingar a Lei. O Batista Lousada ficava ali onde hoje é a Central do Brasil, ali era a chefatura de polícia. Batista Lousada era o chefe de polícia.

V.A. – E ele tinha contato com ele porque, por causa da presidência do sindicato?

A.M. – Porque ele era um ativista e precisava... Como garantir a implementação da Lei? Tinha que ter trabalhadores que obrigassem os camaradas a pagar... Criar o hábito, a cultura de se pagar o trabalho não só de portugueses, porque eles se aliciavam entre si... Cada um pegou o seu feudo. Os italianos são os donos até hoje da distribuição de jornais, os portugueses eram na Light, os empregos públicos eram todos deles... Eram redes de compadrio. E os negros não. A maioria negra nas cidades... Era uma pressão enorme, mas não tinha efetivamente ninguém que puxasse para as oportunidades de emprego, o mercado crescendo e o Getúlio viu isso e impediu a vinda de imigrantes porque os imigrantes estavam ocupando toda a economia, e a pressão social... Bom, aí já é análise, eu interpreto assim... O Getúlio precisava de apoio popular para se sustentar. Foi uma grande aventura a Revolução de 1930, então ele quebra o poder oligárquico momentaneamente, mas ele tinha que ter outra base social: eram as massas das grandes cidades. E aí ele tem que fazer concessões, tem que negociar. Uma das coisas era o emprego. Com a Lei dos dois terços ele era o “pai dos pobres”, porque ele obrigou, escureceu o mercado de trabalho... Isso meu avô não dizia assim, mas em alguns momentos ele chegava a dizer: “Empreteceu”, não o mercado de trabalho, “a gente teve oportunidade de trabalhar”. Eu não tinha essa preocupação com a questão racial na época, mas eu lembro dele falando essas coisas assim...

V.A. – Mas ele teve sempre preocupação com a questão racial?

A.M. – Não, ele não. Ele tinha preocupação de classe.

A.P. – Era comunista.

A.M. – Era comunista, mas ele falava: “Nós, os pretos”, isso ele falava muito, mas não em oposição ao branco porque o contexto que ele via era só preto, só nordestino, era só massa mesmo. Ele morava em um subúrbio distante... Quem tinha preocupação com o problema racial era minha avó, minha avó materna. Ela foi escrava. Foi mesmo, ela nasceu em 1872, um ano depois da Lei do Ventre Livre, mas só foi saber disso, que tinha a Lei do Ventre Livre, só na abolição. Ela vivia sempre como escrava da família.

V.A. – Dizem que essa Lei... O filho do escravo ainda tinha que viver durante não sei quanto tempo...

A.M. – É, dez anos de manumissão, que é o que diz a Lei e depois o dono, o Senhor levava ao reconhecimento público, onde ele podia registrar, ele podia dar o nome da família e a mãe podia optar pelo nome daqui ou de lá, ele podia ir para uma instituição pública... Como vai para uma instituição pública, que mãe vai deixar? Não havia de fato liberdade, ele só perdia, e aí realmente perdia, a liberdade de vender. Aí havia um rigor, porque havia um controle porque era um bem, um bem móvel, ele teria que registrar para poder vender... E aí ele perdia.

V.A. – E a avó materna, como se chamava?

A.M. – Maria Trindade.

V.A. – E o avô materno?

A.M. – O avô materno era o português que era... Era uma estória mais ou menos assim, porque a gente nunca sabe exatamente porque cada um conta de um jeito, minha memória de infância diz assim: minha mãe é a única que tem o nome do pai, César Mendes, minha mãe é a caçula da família de dez filhos e é a única mais clara, todos os outros são mais escuros, puxaram mais minha avó. A única que puxou meu avô, mais clara um pouco, também não é nada clara, ela é mulata mesmo, uma mulata mais escura que eu um pouco, mas era a mais clara, então ela recebeu o nome. Mas, logo depois descobriram que ele tinha uma família na

cidade, porque eles construíram todo o patrimônio juntos, ele veio pobre de Portugal, construiu um patrimônio junto com minha avó...

V.A. – Onde ele morava?

A.M. – Bicas, interior de Minas Gerais. Mas quem mexia com tudo na cidade era ele. Parece que ele também não sabia ler nem escrever, mas tinha alguém que sabia. E quem ia para a cidade, quem fazia a venda da produção, comprava as coisas, quem tinha a conta na Caixa Econômica, tudo isso, era ele. Aí ficou se sabendo que ele tinha uma família na cidade.

V.A. – E a sua avó morava com ele na roça?

A.M. – Na roça, e não tinha nada porque tudo era dele, a terra inclusive era dele. Então eles têm uma briga... Eu já ouvi isso... Minha mãe recentemente disse que não foi isso...

[FINAL DA FITA 1-A]

A.M. – Foi isso: Que eles teriam brigado e nessa briga minha avó furou uma das vistas. Minha avó tinha um olho vazado. Então ela acabou indo para o Rio. Mas eu recentemente, conversando com minha mãe essas coisa de família, ela disse que não, mas quando minha mãe falou que ele era italiano, esse meu avô, aí mudou tudo. Eu nunca soube que meu avô era italiano. Meu pai olhou para ele e disse: “Oh, Nelita não era italiano. Eu fui lá conhecer. Ele era português, a família toda portuguesa, Mendes Pereira. É difícil ter Mendes Pereira italiano. Não: Mendes, César Mendes. Mendes italiano? É difícil, naquela região não tem migração italiana, não tem ninguém italiano naquela região”. Foi o que meu pai falou, porque esteve lá. Meu pai junto com os cunhados, os maridos das irmãs de minha mãe, foram lá conhecer o velho. Queriam conhecer, depois de casar, aquela coisa: “Quero conhecer o meu sogro”. E se decepcionaram com ele. Disse que era um homem muito fraco e se arrependia... Eu não lembro bem. Eu tinha uns dez ou onze anos quando meu pai fez essa viagem. Tanto que nunca mais voltaram lá. Então minha avó vai para o Rio...

V.A. – Então, ela que tem a consciência da...

A.M. – Ela tem uma consciência racial aguda, aguda! Ela dizia isso: “Meu filho, mesmo você sendo mais clarinho, um dia você vai saber o que é isso.”, ela falava sempre. E aí aconteceu. Um dia eu queria... Na quarta série, o último ano do primário, era assim: todo aluno da última série que se destacasse... De cada série, cada aluno que se “destacava” ia compor a guarda de honra da bandeira e o aluno mais adiantado, da série última, que se “destacasse” na escola, seguraria a bandeira. Era o porta-bandeira. Tinha o porta-bandeira e os guarda-bandeiras, um de cada série. Quarto ano: Porta-bandeira, e os outros: Guarda-bandeira. E ainda tinha um... Acho que o segundo lugar fazia a saudação, uma coisa assim... Era uma forma de contemplar, de prestigiar os melhores alunos. Então eu batalhei nos dois primeiros meses, março e abril, para ter a nota, porque em maio sempre tinha a coisa da abolição. Tinha a solenidade, alguém lia Castro Alves... Eu queria fazer uma homenagem para minha avó, ela foi escrava. Eu queria que minha avó fosse ver. E aí tirei a melhor nota em abril. A melhor nota da escola! Pensei: “Vou segurar a bandeira!” Na véspera do evento a diretora me chama, dona Carmem Pólvoas, ela me chama com minha professora... Essas coisas de criança, depois foi fazer sentido para mim, e aí certamente tem alguma invenção de minha parte. Mas onde tem fumaça tem fogo. Alguma coisa houve, que eu saí correndo de lá da escola, subi o morro correndo desesperado dizendo: “Vovó, vovó, aconteceu!”, porque ela me disse alguma coisa assim: “O Roberto vai segurar a bandeira.” O Roberto era o outro menino, a gente disputava na mesma turma, eu, Roberto, Zé Romualdo e Celeste, era uma menina, a única que chegava junto. Éramos as maiores notas desde os anos anteriores. Não lembro exatamente, eu tenho uma narrativa...

V.A. – O Roberto era branco?

A.M. – O Roberto era branco. O Roberto ia segurar porque vinha uma autoridade, ela disse: “Você entende, não é, meu filho?” Eu lembro ela dizendo assim para mim. Não é assim, a gente cria... Mas alguma coisa assim. Ficou claro que eu não ia poder segurar a bandeira, porque o Roberto é que precisava ir. Isso está associado à cor de pele. Tanto que eu saí correndo e fui para o morro e falei para a minha avó. Aí ela me botou no colo e começou a falar: “Meu filho é assim mesmo, olha não tem jeito não, é assim mesmo, mas não adianta não, você vai... Seu avô não disse...” Aí ela falava do meu avô...

V.A. – Que o senhor ia ser presidente da República...

A.M. – É. Ela disse: “Você vai estudar, você sabe estudar... Eu estou orgulhosa assim mesmo.” Essas coisas...

V.A. – E ela contava as experiências dela de escravidão?

A.M. – Não. Não contava.

V.A. – Ela foi escrava em Minas?

A.M. – Interior de Minas. Ela contava dos outros, experiências dos outros, dela não. Contava coisas dos outros: maldades, sofrimentos. Contava as coisas. Mas a minha avó contava histórias. Sorria muito, dava grandes gargalhadas, a vida era uma festa. Tanto sofrimento, e festa, era sempre festa. Ela tinha necessidade de contar, mas ao mesmo tempo era festa. Tudo para ela era festa. Na nossa visão era muito bom. A escravidão era muito ruim, mas a vida dos negros era muito boa. Era assim, um pouco essa visão... E era bom, porque a gente ia andando da praça do Carmo até... Uma vez eu fui, outras vezes eu não lembro, mas é bem provável que a gente tenha ido, talvez já de bonde. Eu lembro que uma vez nós fomos a pé da praça do Carmo até onde é a Serrinha em Vaz Lobo, para ver a festa de Santana, que era a festa do jongo, que era da mesma região dela. Então ela conhecia aquelas famílias... Vieram mais ou menos juntas, vinham famílias, um trazia o outro, arrumava um terreno... Aquelas redes de solidariedade, de compadrio mesmo, eram compadres, comadres... Então ela vai para aquela região já puxada por essa família, que era a vovó Maria Tereza. Que era a matriarca do jongo, que eu ainda conheci, e a gente ia lá para a festa de Santana, dia 20 de setembro, dois dias antes do meu aniversário. Era aquela festa maravilhosa. Tudo era festa, então para mim, realmente, as imagens eram: a vida dos negros era boa, a escravidão muito ruim, mas a vida dos negros era boa. Não sei como é que podia tirar uma coisa da outra.[risos] Mas era assim. Então essa minha avó tinha uma aguda consciência do problema racial. Ela vai com todos os filhos e filhas para a cidade grande, sai de lá larga tudo, ela deixou tudo para lá. Não sei se

tinha algum bem que ela trouxe, acho que não. A única coisa que tinham eram as roupas. Meu tio conseguiu... Interessante, o fato de ele sair de lá, ele consegue... Ele era carvoeiro lá, ou trabalhava, alguma coisa na Rede, na Leopoldina, lá no interior. Indo para a capital, ou ele já estava na capital, ele vem fazer um curso em Barão de Mauá, não sei exatamente. Essa estória eu já ouvi, mas não lembro. Então ele a traz, traz a família toda para aquele lugar. E com fato de ele vir com a família para cá, ele tem mais estabilidade vivendo aqui e ele pode fazer mais um, mais dois, mais três cursos... Eu sei que ele volta para a cidade como maquinista, que era na época... Imagina... O Pedro era o maquinista. E esse meu tio... Eu tinha dois tios que eram do primeiro casamento de minha avó, porque antes de casar com esse português ela teve um marido e tiveram dois filhos, tio Pedro e tia Pequena, era como a gente chamava. Pequena era Maria Natalina, porque nasceu no dia de Natal, 25 de dezembro. Então Maria Natalina, essa minha tia, acabou sendo quem cuidou de minha avó até o fim.

A.P. – O primeiro marido dela era negro?

A.M. – Era. O primeiro marido dela era negro.

V.A. – O que aconteceu com ele?

A.M. – Ele arrumou outra família e foi embora. E por sinal depois eu vou conhecer... Interessante... Minha mulher era vizinha, amiga da segunda família criada por esse César Pino, que era o pai de tio Pedro e tia Pequena. Ele vai fazer uma outra família onde hoje é Além Paraíba, Minas Gerais. Mas as famílias continuaram, então tia Pequena conhece as irmãs dela por parte de pai, e em uma festa ele leva essa minha prima, minhas primas que eram empregadas domésticas aqui no Rio. Minha tia Pequena vivia aqui no Rio, isso foi em 1969. Então, ela convida para a festa do Ivan, meu primo, minhas primas, que sempre iam lá, estavam com dezenove, vinte anos e vieram trabalhar no Rio em casa de família, e as minhas primas vão e levam uma colega delas, que também era de Além Paraíba, mas nova que elas. Foram lá na festa, aí foi minha paixão, me apaixonei por essa amiga delas, que é a Neusa. E quando vão para lá, ficam sabendo que são minhas primas porque são filhas do César Pino, que foi o primeiro marido de minha avó, Maria Trindade. Dá para pensar com essas coisas, não é?

V.A. – Coincidências... Bom, aí o senhor vai ser expulso da escola João Neves da Fontoura e vai fazer, então, o Artigo 99 por causa disso?

A.M.- É, eu fui expulso da escola e aí... Em 1968 foram muitos problemas, principalmente essa questão: eu não podia mais fazer matrícula.

V.A. – E como o senhor, outros na escola foram impedidos de refazer a matrícula?

A.M. – Que eu lembre teve mais um colega. Eu nunca lembro o nome dele. Era assim: A AMES, que eu era vinculado, vinculado assim... Nunca fui lá fazer ficha. Era vinculado, sei lá se era... E aí, eu era o cara que tinha que agitar na escola. Então na João Neves da Fontoura, eu que fazia a agitação toda, levava o papel, entrava nas salas, pintava e bordava... E aí pronto...

V.A. – Teve esse outro colega que também saiu, os dois foram impedidos de fazer matrícula...

A.M. – Me avisaram no final do ano que eu não podia fazer matrícula, não ia ser readmitido, para eu arranjar outra escola. Mas eu ainda voltei no outro ano, voltei e consegui ainda ter algumas aulas porque eu fui para o quartel, decidi ir para o quartel. Eu tinha dezesseis anos. Mas decidi ir para o quartel porque eu queria ser pára-quedista. Na minha cabeça, as coisas se misturam um pouco hoje, porque eu também arrumei uma namorada que o irmão dela era polícia e ela era branca, e a família profundamente racista. Eram da Pavuna. A mãe dela ficou horrorizada e o irmão me perseguiu, disse que ia me matar, uma coisa assim. Eu não lembro bem... Essas coisas eu construo, não sei... Hoje eu questiono. Cinco anos atrás, talvez dez, eu ia dizer isso para você como se fosse a verdade absoluta. Eu lembro uma vez, eu fui para Ilha do Governador... Eu gostava de cantar, o problema é que eu não tinha voz, mas eu canto bem, eu ia para as serestas e tinha um diferencial, porque eu era bem garotinho, e meu pai é um bom cantor, tem uma voz boa, canta muito bem. Hoje já está mais devagar, mas cantava realmente bem. Meu pai impressionava, chegava na seresta e impressionava, fazia a festa em volta dele porque ele cantava muito bem e cantava todas as músicas, e eu aprendia tudo.

Então eu cantava aquelas músicas de Augusto dos Anjos lá de trás, aquelas valsas, e eu garoto pequeno cantando aquilo no meio dos adultos... Conheci um camarada que era um bom violonista, que estava lá na seresta. Tempo depois eu vou na casa da minha namorada pedir autorização dos pais... Eu era muito “marrento”, metido a brigão, quero dizer: eu não gostava de brigar, eu gostava de me mostrar “marrento”...

V.A. – De provocar...

A.M. – Provocar. Gostava de mostrar que eu era forte, eu era muito forte. Estou com dez quilos a menos. Em três anos perdi dez quilos, meu peso era 84, 85, agora é 75, 74... Eu gostava muito de briga. Briga para mim era uma festa também, eu não gostava de bater em ninguém, isso não é invenção, eu que nunca gostei mesmo. Mas gostava de “tirar onda”, essa coisa de malandro, era a vida no morro, era assim... E aí, eu ia à casa da menina com a maior tranquilidade. Quando cheguei lá, era um desses camaradas... Eu não sei até que ponto isso é inventado na minha cabeça, mas alguma coisa tem... Eu sei que ele disse: “Com minha irmã não. Esse cara é malandro, vive na noite, esse cara...” Eu era um menino, tinha dezesseis anos, mas já era assim. Ele disse que eu não poderia casar, aí eu acho que resolvi que ia namorar de qualquer maneira... Aí ele disse que ia me matar, eu fiquei com um pouco de medo daquilo, também porque ele era polícia... Aí fui para o Quartel. Mas também teve influência de alguns amigos lá do morro que tinham ido, e paraquedista era um herói, o cara que salta de um avião. E eu queria isso, eu queria viver aventuras, fazer tudo diferente. O mundo era para a gente, a gente tinha que tomar conta de tudo, a política tinha dado esse negócio... Então eu fui para o quartel de paraquedistas, fui lá, fiz a seleção, entrei e fui ser paraquedista. Voltei para a escola, eu lembro que ainda frequentei aulas.

V.A. – Porque o senhor tinha se redimido entrando para o quartel, é isso?

A.M. – Eu não sei se era isso que eu queria dizer.

V.A. – Não, porque eles admitiram o senhor em sala...

A.M. – Não. Admitiram, mas... Eu não sei se tinha que fugir da dona Luci, que era a diretora, não sei bem como era. Mas aí também já não tinha volta. Quando eu voltei para a escola já era março ou abril, já tive que passar uma semana de instrução, acho que era a primeira semana de aula... Quando eu volto para a escola, eu volto fardado e já com a vida muito acelerada, eu era paraquedista, ou vou ser paraquedista daqui a pouco. Imagina: “Eu sou paraquedista!” Eu era o cara que agitava. Quando eu chego na escola, os colegas dizendo: “Amauri, você foi expulso!” Eu respondia: “Não, que nada.” Fazia discurso: “A ditadura... A diretora...” Subia no caixote, a cultura era assim. Acho que eu subi em um muro, fiz uma “onda” danada... Aí veio a coordenadora: “Meu filho, não faça isso, você vai perder a escola, escola pública. Sua mãe não vai gostar, vão chamar sua mãe aqui. Você não pode, tem que conversar com a dona Luci...” Eu não encontrava dona Luci, também não queria encontrar dona Luci não porque ela não tinha o direito de me tirar da escola, essas coisas assim... Eu só sei que não pude frequentar a escola. Lembro que não fui eu que decidi sair, porque eu jamais decidiria sair da escola, eu adorava estudar e era liderança na escola. Então eu jamais largaria a escola, realmente não pude continuar, aí foi bom porque eu passei a ler, eu só lia. Era a maneira de me manter na escola, era ler. Eu sei que no final de 1969 saí do quartel. Tinha isso decidido: “Eu não vou ficar no quartel, jamais vou ficar. Imagine, militar, ditadura, milico... Não vou ficar.” Tive boa oportunidade de ficar no quartel mas não quis ficar, quis dar baixa. Tanto que eu tenho menção honrosa, nunca tive uma prisão... Quero dizer: tive, mas nunca tive, oficialmente não tive. Eu era “peixe” do coronel, um coronel maluco e eu ia com ele. Tudo ele dizia: “Amauri você é voluntário para a gente fazer não sei o quê... Temos que ir para o Amazonas, vamos saltar no mato...” E eu ia com ele. Então esse major... Eu conto a estória? É que ele foi... Lembra que teve um major, agora coronel Bazarov, que em Apucarana, no Paraná, invadiu o Banco do Brasil e fez uma verdadeira “lenha” lá, chamou a mídia toda para questionar o governo: “Os militares, o nacionalismo está abandonado, os militares já não têm valor na sociedade...” Foi esse coronel Bazarov, ele era coronel. Ele nunca foi a general, era major no meu tempo, capitão, assim que eu saí soube que ele foi a major, e ele era um cara discriminado porque ele era, entre os loucos... A ideia que se constrói, o imaginário do PQD, do paraquedista é assim: todo o paraquedista é meio doido, se não for doido não dá para ser paraquedista. Ele era o mais doido entre os doidos. Ele dizia assim: “Saltar de paraquedas até minha avó salta. Até mulher grávida salta de paraquedas. Eu quero ver saltar do paraquedas.” Ele abria o paraquedas atrás, quando estava a vinte, trinta

metros de altura ele teclava a caixa dos tirantes, abria a caixa, soltava o paraquedas e fazia a aterragem caprichada. Saltava de vinte metros de altura ou mais. Então tinha pé quebrado, cabeça, braço... E era um cara assim: era o comando. Porque tinha nos militares, na época, um pouco daquela cultura norte-americana, eles iam fazer os cursos de perito em selva, de perito em contraguerrilha, guerrilha urbana. Os militares norte-americanos, já envolvidos na guerra do Vietnã, com aquela cultura de repressão nas rebeliões na América Latina, davam esses cursos para os militares brasileiros. O coronel Bazarov, na época capitão, era um desses camaradas, era pequeno e era doido, o negócio dele era fazer isso, andar pelo mato, fazer exploração... E algumas vezes eu fui com ele.

Para mim eu não podia ficar no quartel porque eu estava muito acelerado, eu só queria aproveitar daquilo ali. Um pouco, eu tinha da visão de que ia continuar na guerrilha. Aprendi a mexer com explosivos... Aprendi nada! Mas achava que tinha aprendido. Aprendi a ser sapador, ver minas, instalar não sei o quê... Tudo era falso, não aprendi nada, mas achava que tinha aprendido. E pára-queda, pára-queda eu gostava muito, e ia ser a serviço da revolução, eu ia ser a serviço da luta, da guerrilha: “Eu vou usar tudo isso para a guerrilha!” Mas eu saí, tive logo que arrumar emprego e esqueci disso. Foi rápido, esqueci rápido.

V.A. – E o que aconteceu com o coronel Bazarov?

A.M. – Ele invadiu esse posto do Banco do Brasil e foi preso. Deu *Veja*, primeiras páginas de jornais de várias partes do país, porque ele, um pouco, repercutiu uma insatisfação que havia nos meios militares com ...

V.A. – Com os destinos da Revolução...

A.M. – Não da Revolução, da nação brasileira agora, já nos anos 1990. Isso foi agora 1992, 93, por agora, tem dez anos, talvez menos. Caso de Apucarana no Paraná, se a gente pesquisar isso a gente vai encontrar. Ele foi apenas um que fez isso, porque ele era meio doido. Isso vinte e tantos anos depois e ele ainda na ativa, interessante... Isso eu lembrei só para fazer referência que ele era esse camarada que eu ia como...

V.A. – Que era o “peixinho” então, o senhor foi preso, mas não apareceu que tinha sido preso e saiu com menção honrosa...

A.M. – Saí com menção honrosa, eu tenho em casa, não é mentira não...

A.P. – Mas, e o Artigo 99?

A.M. – Aí fui para a escola, fui estudar, consegui uma matrícula, peguei os papéis lá na escola e fiz a matrícula no centro da cidade na escola Rivadavia Corrêa. Mas não tinha jeito. Como é que eu ia estudar? Eu não podia estudar em sala de aula. Os colegas todos da minha idade, até mais velhos que eu um pouco, eu estava com dezessete anos, mas eu estava acelerado... A vida... “Eu tenho que fazer tudo rápido... Tenho que fazer coisas, andar o mundo...” Era assim minha cabeça. E aquela escola, eu tinha que estar todo dia lá sentar, ler os livros, assistir aula... Eu disse: “Não, vou fazer o Artigo 99.” Não podia porque eu era menor, aí meu pai teve que fazer minha emancipação. Fomos no cartório para fazer a emancipação. Aí eu estudei, peguei as apostilas em casa de um curso qualquer lá e fiz o Artigo 99 no mesmo momento fiz o vestibular...

V.A. – Para Educação Física?

A.M. – É. Eu consegui... Tinha uma seleção, eu fiz o concurso para ser recenseador do Censo de 1970 do IBGE. Fui para fazer o Censo, só que tinha uma coisa grave no Censo: As favelas daquela região de Vicente de Carvalho, onde surgiu o Escadinha, morro do Juramento, Vila Cosmos, aquela região. E a favela Manuel Machado em Vaz Lobo. Ninguém conseguia subir nos morros para fazer o recenseamento, um camarada chegou ferido... A subárea onde nós entregávamos nossos questionários prontos de pesquisa. E aí um camarada lá, o Geraldo, me chama e diz: “Amauri, você não mora, ou morou em uma favela? Se você pudesse ver se esse jeito, essa manha tua, esse jeito maneiro, você pode ir lá e fazer, nós vamos pagar o dobro da tabela cinco.” que era o questionário mais amplo. “Eu topo!” Aí fui para lá e ganhei uma nota. No mês de setembro, acho que foi final de agosto, quando concluiu, eu estava com dinheiro, porque fiz todas as favelas. Todos os chefes de subárea me queriam porque eu entrava e fazia nas favelas, eu chegava lá e dizia: “Sou lá da Vila Cruzeiro.” Tirava uma

“onda”, conheço fulano do morro do Sereno, tinha os nomes certos, o Carlos que era meu amigo e foi comigo uma vez... O Carlos era o dançarino. Carlos e Bené iam no Devaneios, no Baile dos Devaneios. Você não conhece a estória do Devaneios?

V.A. – Não.

A.M. – Era o grande baile que aglutinava a massa no subúrbio. Devaneios era o máximo! E os dançarinos do Devaneios em dado momento paravam o baile, eram um, dois, três casais dançando, os craques do baile. Devaneios era um conjunto musical que tocava um pouco de samba, MPB, aquela passagem, a época dos grandes bailes no subúrbio. Carlos e Bené eram dois desses camaradas. Carlos era muito meu amigo porque ele gostava e queria estudar também, mas era operário, mas tinha muito essa visão de arte... Ele não tomava cachaça, ele tomava sempre um conhaque, e era um ou dois, não tomava muito não, era só para “tirar onda”... Tinha que dar para ele um guardanapo para ele botar... Sempre tomava com guardanapo, limpava os lábios, o Carlos só andava muito elegante, com lenço... O Devaneios tinha um folclore: O cara dançava... Um baile de negros, noventa por cento negros, e no meio da dança em dado momento, dançando, fazendo ritmo, ele se secava com o lenço... Tinha que tirar o suor, porque pegava mal, o suor...

V.A. – E quando o senhor subia para fazer o Censo com o Carlos, pronto...

A.M. – Uma vez eu levei o Carlos comigo na favela Manuel Machado, ou eu peguei um bilhete dele, ou alguém dele que também trabalhava na Light, era um negócio assim... Aí eu tinha passe livre, eu fazia. Em dado momento era o contrário, eu fazia o recenseamento... Hoje a gente diria assim: “Caô”. Porque eu não ia nos barracos, não dava, não tinha condição. Era realmente complicado, não dava tempo, principalmente pressionado pela subárea que já estava toda atrasada. Então eu ficava na birosca e os caras vinham fazendo fila para me dar os nomes, dizer o número do barraco, a quantidade de gente, tudo. Por que? Não era propriamente uma fraude. Primeiro porque não dava tempo de fazer com a pressão da subárea, segundo que eles mesmos não tinham muita noção, eram famílias de três, quatro famílias dentro de um barraco, e que era família, mas não era: “Fulano vem aqui, mas não mora aqui. Não, diz que mora porque mora. Não mora mas é minha filha. Como é que é

moço, mora ou não mora?” “Eu não sei se mora!” “Mas ela casou com o filho de seu Fulano, ela fica um pouco lá no barraco.” É um negócio muito assim... Não tinha como fazer o que o dono da pesquisa queria. Mas para entrar, a chave foi uma jogada que eu fiz lá. Os bandidos diziam assim: “Você não pode subir, não pode fazer. O que a gente vai ganhar com isso? O IBGE tem que pagar alguma coisa, dar alguma vantagem, uma troca.” Eu não sei como surgiu uma ideia assim: “Olha, o governo não vai dar nada, isso aqui não vai dar nada não...” Porque também, já pensou se eu digo... Eu me queimava. Um dia os caras iam atrás de mim e me encontravam. Eu dizia: “Não vão dar nada e eu não sou responsável por nada, não tenho compromisso nenhum com vocês. Agora, tem o seguinte: Se um dia o governo quiser fazer qualquer obra, qualquer coisa aqui, vai ter que ter isso.” Aí o povo pressionou eles. Naquela época o povo pressionava o bandido. Hoje o bandido é soberano, mas naquela época tinha uma negociação, eles não eram organizados como são hoje. Eu lembro que foi assim, o chefe da associação, o presidente da escola, na Manuel Machado... Não lembro o nome dele, foi um cara que me ajudou muito, ficou meu amigo depois longo tempo. Ele falava para o camarada: “Olha essa frase do menino, olha o que o menino está dizendo, é isso. A gente precisa ter isso, a gente precisa saber da gente mesmo.” Ele tinha essa noção da organização da favela. Então essa frase era a chave: “Se o governo precisar fazer qualquer coisa, se não tiver isso, não vai poder fazer. Outras favelas onde os caras conseguirem fazer, vai ser melhor, vai vir na frente.” Aí pronto, eu ficava na birosca sentado “bonitinho” e fazia aquilo sentado, “ventinho gostoso”, fazia fila: “Fulano de tal, qual a casa? Barraco tal.” Porque já tinha um mapa onde já tinha tido pesquisadores lá, que sabiam mais ou menos. Mas aquilo tudo mudava, aquilo era o terreno que cedeu, aí o barraco que era ali, agora era lá... Então não havia o rigor, então não era possível fazer. Era possível fazer do jeito que eu fiz. Eu era assim. Eu só aceitei fazer aquilo porque era a única maneira de fazer! Eu sempre fui assim: Certo, tem que fazer certo. Aprendi no quartel com um sargento que dizia assim: “O que tem que ser feito merece ser bem feito.” PQD pode tudo. Tem uma estória que era assim, o capitão Bazarov falava muito: “O impossível, fazemos imediatamente. Milagre é que demora um pouco.” [risos] O imaginário PQD era assim, eu incorporei isso.

V.A. – O senhor estava fazendo o Censo na mesma época que foi fazer o vestibular para Educação Física?

A.M. – Fiz o Censo, com o Censo eu ganhei um bom dinheiro, com esse dinheiro eu consegui fazer o Artigo 99 e pegar um curso pré-vestibular dentro da Universidade do Brasil, aqui na Urca. Eu estava pragmático, antes eu queria ser engenheiro, mas para ser engenheiro eu tinha que fazer um curso pré-vestibular do início do ano. Eu não podia fazer um curso do início do ano, tinha que trabalhar, fui ser fiscal de cinema, ser guarda de banco, para ganhar dinheiro. Tinha que trabalhar. E aí não consegui. Entre março, abril, maio e junho, é que vem a oportunidade do IBGE. Fui selecionado e fui fazer o Censo, aí foi um bom dinheiro em dois, três meses. Acho que começou o Censo em maio, junho e terminou em julho, agosto, setembro. Como o dinheiro já estava entrando, consegui entrar para o cursinho, já peguei no meio, fiz o vestibular e entrei.

V.A. – E aí fez o vestibular e entrou na faculdade em 1971?

A.M. – Em 1971 eu estou na Universidade Federal do Rio de Janeiro fazendo Educação Física.

V.A. – Lá no Fundão?

A.M. – Não. Ainda era aqui na Praia Vermelha. Ainda peguei no meu primeiro ano. No meu segundo ano que nós vamos para o Fundão. Lá é que eu conheço Yedo Ferreira.

V.A. – Que estava fazendo Matemática.

A.M. – Eu conhecia Denival...

[FINAL DA FITA 1-B]

A.M. – Eu conheci Denival, ele era pequeno jornalista, no tempo do Calabouço, do movimento estudantil de 1968. Eu lembro daquele camarada, um cara legal, e tinha uma banca na Cinelândia. A gente passava lá, falava um pouco, se encontrava sempre no Calabouço, almoçando baratinho. Na época eu tinha 15 anos, um pouco mais...

V.A. – O senhor entra na faculdade em 1961, o curso era de quatro anos também?

A.M. – O curso era Educação Física e era feito em três anos, mas eu não consigo me formar em 1973. Só vou me formar em 1974, porque eu fiquei reprovado em uma disciplina e o professor não me deixou passar. Fiz o trabalho direitinho, mas eu discordava dele porque ele disse que... Vamos passar por essa, senão... Fiquei reprovado e aí, pronto. Só me formei em 1974, na turma de meio de ano, embora 70% da minha turma tenha se formado no final de 1973. Eu entrei na primeira turma de 1971, fiquei entre os primeiros 50 colocados.

V.A. – Primeira turma por quê?

A.M. – Porque havia duas turmas. Era do primeiro semestre. Foi a primeira vez que se fez semestre. Não, acho que a turma anterior já tinha tido semestre, acho que foi a segunda vez que passou de anual para seriado, período, e sistema de créditos. Estava mudando na época.

V.A. – A Reforma de 1968...

A.M. – 1969... 1968 foi o período da luta. Só foi efetivado em 1969, em 70 começa na Universidade do Brasil e 71 é quando eu entro, é mais ou menos isso...

V.A. – E aí quando sai, pelo currículo, o senhor começa a trabalhar como professor de Educação Física...

A.M. – Já tinha trabalhado antes em escolas particulares do Rio. Em 1972 começo a entrar, a dar aulas de Educação Física. Meu primeiro emprego foi no Colégio Laranjeiras, lá na rua Cosme Velho, na curva uns 100 metros antes do Sion. Uma colega minha do Sion é que me arrumou, para dar aulas lá. Fui dar aulas lá, fiquei seis meses...

V.A. – Podia dar aulas sem ter o diploma?

A.M. – Podia, porque não tinha ninguém formado, o curso superior de Educação Física era uma coisa recente. A Educação Física tinha conseguido granjear um certo respeito a partir da

Copa de 1970, onde pela primeira vez, um grupo de profissionais formados, Lamartine Pereira da Costa... O pessoal da escola de Educação é quem faz a preparação física, porque tinha o problema da altitude do México. E começou internacionalmente também... O culto ao corpo é um negócio da época... Começou a volta por cima dos hippies na década de 1950, tinha havido aqueles movimentos libertários em geral, movimentos de questionamento do Estado... E a década de 1960 ainda teve isso, um período agudo de crise social e política em várias partes do mundo, nas Américas também. E aí, no final da década de 1970 está começando a subjetividade, isso está começando a se atenuar um pouco, a voltar a uma certa estabilidade e o culto ao corpo é uma dessas coisas... No Brasil, o teste de Cooper fez um grande sucesso, um programa de treinamento esportivo para dar forma física – depois se viu que era um grande equívoco. Mas, em linhas gerais dava para ser uma coisa de massa, o povão começou a entender que podia fazer sua auto-preparação física. E aí a Educação Física por medir, controlar etc, ganhou um certo prestígio entre as outras disciplinas. Aí eu me beneficieei desse momento e estando na Universidade – a grande maioria dos professores, inclusive públicos, não tinham formação, a formação era a escola de exército, a Escola Nacional de Educação Física do Exército, uma formação de militar, não era uma formação como professor – então, já no segundo ano eu dava aulas e era disputado, a gente tinha lugar. Até meados de 1980, todo lugar que eu chegava para dar aulas, eu ainda era o primeiro professor de Educação Física formado a dar aulas naquele colégio. Foi bom porque eu entrei rápido no mercado de trabalho, já estava casado. Diana nasce em 1972.

V.A. – A primeira filha?

A.M. – Primeira filha. Na universidade eu também vi o racismo, era coisa séria, porque a gente era um grupo, o Yedo, o Denival, o Carlos Magno, o Getúlio... A gente era um grupo e tinha uma coisa interessante, um dia despertamos para isso: A gente no Fundão, tinha o bandeirão, uma mesa redonda, e nós tínhamos o nosso grupo. Só que o nosso grupo – éramos sete, oito ou dez – e as bandejas eram grandes, só cabiam no máximo quatro, cinco em cima de uma mesa. Então o que a gente fazia? Botava a bandeja no colo. A gente não se separava. Aos poucos a gente foi percebendo, até que alguém viu uma vez e disse: “Porque vocês estão assim?” “Porque nós estamos na nossa mesa.” Mas mesa de quem? Era a mesa dos negros. Em todas as outras mesas só tinham brancos. Interessante essa questão da identificação... A

gente não se dizia “os negros”, e ninguém dizia para nós que nós éramos os negros e por isso estávamos separados, não era assim. Era realmente algo que foi sendo assim... Identificação. Todos éramos pobres. Todos tínhamos que negociar sempre com as moças da rampa duas coisas: Primeiro que a gente tinha que pagar o ticket, e a gente nem sempre tinha dinheiro. Então, era pedir a algum dos colegas para pagar, ou então, trazer de casa aquele ticket das mercearias Nacionais, que era recente, o ticket dos supermercados, o ticket de caixa era uma coisa um pouco recente, não era antiga. Então, com aquele ticket a gente fingia. Mas a moça da rampa, que pegava o ticket, tinha que saber que aquilo não era de verdade, senão ela falava: “Oh... rapaz, que negócio é esse?” Entendeu? E a gente não tinha passado na porta para comprar, porque nem sempre tinha dinheiro e geralmente era assim: De meia dúzia – no mínimo, tinha seis, sete, oito de nós – em geral a metade não tinha o dinheiro para pagar o bandejão e o bandejão era barato mesmo, era realmente uma “mixaria”, hoje não seria um real.

V.A. – Mas a moça da rampa sabia que os tickets eram falsos?

A.M. – Tinha que saber, tinha que ser amiga nossa, porque a gente tinha que dar os tickets. Ela não podia não receber os tickets. Mas pegava – porque só ela que via – como se fosse um ticket comum. E tinha que negociar uma outra coisa que era o lanche. Então a gente tinha que ter amizade na rampa para pegar o pão e encher de carne quando estivesse acabando: “Oh! Vai fechar a rampa!” Então a gente tinha que ficar até o fim. “Vai fechar a rampa!” Sempre tinha a sobra de carne, de doces, essas coisas... E aí a gente pegava um pão grande, abria aquele pão e elas botavam as carnes, a gente juntava, empacotava, botava em um saco plástico e guardava porque era o lanche da tarde. E, algumas vezes, foi jantar. Chegava em casa: “Neguinha, está aqui um bife gostoso!” Era o jantar, porque a gente não tinha dinheiro. Era uma vida assim... Porque eu falei isso?

V.A. – Porque estava começando a falar que na universidade o senhor começou a ver que tinha um grupo...

A.M. – Os negros. Era nossa identificação. Um dia veio um “papo” assim: “Tem um grupo de negros lá na Candido Mendes que está começando a se reunir...” Em 1973 lá em Ipanema.

“Vamos lá ver esse pessoal!” Fomos lá. E tinha mesmo um monte de negros. Mas antes disso... Em 1968, com a morte do Luther King, os Panteras Negras, eu fiquei muito... Aquilo me galvanizou. Eu acompanhava tudo, ponto por ponto. Mohamed Ali era Cassius Clay, Ângela Davis, que salta do tribunal para fugir, foi condenada e foge... Aquilo tudo ali, o julgamento dos Panteras, os assassinatos, a luta dos Panteras Negras... Na revista *Realidade* – ainda vou pegar essa revista um dia de novo – que era uma revista meio contestadora, porque foi antes do AI-5, no período da resistência democrática, onde a esquerda estava aprendendo que daquela vez o “buraco era mais embaixo”, não era mais aquele DOPS antigo, que dizia: “Por favor senhor, me acompanhe.” E era preso com todo o respeito, esperavam ele pegar a meia, duas cuecas... O folclore dos velhos comunistas. Agora não, agora o cara já era pego, já era desacordado, era tortura... Já não tinha uma certa “frouxeza” como havia na primeira ditadura Vargas.

V.A. – Se bem que também houve muita tortura nessa época.

A.M. – Mas não era aprimorado. Eles não tinham aprendido com os norte-americanos. Não tinha havido a descolonização, os processos de internacionalização do suporte da experiência da repressão, da tortura... Não era ainda. Isso foi aprimorado durante a descolonização africana e asiática.

V.A. – Mas e o caso do Herry Berger em 1935...

A.M. – É um caso especial. Tanto que é único, não?

V.A. – Não sei se é único.

A.M. – Eu até queria acompanhar isso melhor...

V.A. – Acho que houve também bastante, mas inegavelmente, depois de 1968...

A.M. – Muda radicalmente. É outra história! Naquele período eu acompanhava muito os Panteras Negras, e daquilo sobrou um negócio, que em 1972, a Neusa, esperando Diana, começou a estudar – ela também não queria parar de estudar. Ela foi estudar em uma escola pertinho da nossa casa em Irajá, escola Ana Brau. Por sinal, a escola de um ex-professor meu,

Pires, ele gostava muito de mim, porque eu declamava Bocage para ele. Ele me ensinou a declamar, eu declamava Camões. Ele era um cara “vibrador”, um desses grandes professores, professor de Língua Portuguesa. E lá nesse colégio de Rocha Miranda, eu “tirava onda”, eu queria falar os poemas, eu escrevia poemas e ele gostava muito de mim, a gente era muito amigo, ele tinha sido padre e era meio revolucionário... Eu pedi uma bolsa e ele deu a bolsa para a Neusa, que foi estudar ali pertinho. E um dia fui encontrá-la e ela, no caminho, vem com um cara grandão, o Artur, que era uma espécie de secretário particular do Ênio Silveira. Quando ela disse: “Meu marido gosta de estudar, ele estuda...” E eles estavam terminando o primário... Como é que uma moça que está no primário é casada com um rapaz que está na universidade, e que gosta de estudar? Aí o Artur me traz, um monte livros da editora Civilização Brasileira. Entre esses tinha o *Alma no exílio* de Eldridge Cleaver e *Os Condenados da terra* de Frantz Fanon. Quando eu comecei a ler *Alma no exílio*, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois entrei no Fanon, li os dois ao mesmo tempo... Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade, a violência como a parteira da História. Preconizava a violência do colonizador, o ódio... O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara, porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. E era terrível... O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução... E na minha cabeça, aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Quem vivia com livros – tinha todo um folclore que na ditadura, a gente tinha que ler encobrindo os nomes dos livros, olhando para os lados. Havia todo um temor. Eu vivia muito isso porque na universidade tinha colegas presos toda hora, era visível isso. “O cara sumiu!” “Cadê o Zé Edu?” “Cadê o Tônico?” Antônio Carlos de Carvalho, que acabou sendo morto depois. Foi um dos últimos mortos pela ditadura. Não, Tônico morre depois. Foi vereador e morre depois de câncer. Mas também foi várias vezes preso. O Zé Maria da Química... Dario... Tem uns nomes que a gente lembra, que estavam com a gente e de repente não estavam mais. Voltavam depois todos arrebatados. Então a gente sabia que tinha prisões, tortura, morte... Para mim isso tudo era o Movimento Negro nos Estados Unidos, então vivia com aquilo. Quando nós nos juntamos ali no bandeirão, isso acelerou nossa ideia. Conheci o Yedo... E disseram: “Tem o encontro lá... Como é que vai ser?” Daí surgiu a SINBA.

V.A. – O CEAA é fundado em 1973 aqui em Ipanema. Vocês tinham contato com eles por causa de quem, como é que surgiu este encontro?

A.M. – Não lembro quem levou para a gente essa notícia. Alguém conhecia alguém e fomos para lá. Eu tinha menos envolvimento, vinha menos, porque a Diana, minha primeira filha, era cardíaca e era uma coisa muito grave, então eu vivia indo para casa correndo. Não tinha telefone... Eu estava menos junto com o pessoal nesse momento. Tanto que em 1974, quando a gente vai fundar a SINBA, eu não estava, tinha ficado de duas a três semanas fora, distante do pessoal. A gente se encontrava nas bibliotecas, no Ministério dos Transportes, no Ministério do Trabalho, ou no da Justiça, as bibliotecas eram nosso bureau, porque tinha cafezinho, tinha até um biscoitinho. Como a gente estava sempre, os funcionários eram nossos amigos, e a gente tinha liberdade, pegava todos os livros sobre negro para ler. Em 1974, quando foi fundada a SINBA eu não assinei a ata de fundação, porque também foi assim: “Consegui o dinheiro. Vamos lá registrar.” Eu não estava... Aí passou e eu não assinei a ata de fundação. Mas já estava um pouco no grupo.

V.A. – Quem era? Era o Yedo...

A.M. – Yedo, Denival, Zé Ricardo, Magno, Getúlio, Meire... Meire não é fundadora, ela vem depois. Gerson Miranda, Vilma Léa, Vera Mara, Lúcio, Lincoln, uma turma grande...

V.A. – E quais eram os objetivos da SINBA? Intercâmbio Brasil-África era o quê?

A.M. – É, intercâmbio Brasil-África. Mas, como fazer intercâmbio? Não tinha nada. África para a gente ainda era a África, a gente ainda não conhecia nada. Começamos a conhecer através do Afro-Asiático. Toda essa literatura, essa luta... O passado a gente só veio a conhecer naquele momento. Eu não tinha a menor noção de Movimento Negro. Para mim era referência os Estados Unidos, no Brasil nunca tinha tido. Eu vou ouvir o nome de Abdias do Nascimento já em 1975, 76, um, dois anos depois de estar dedicado à luta. Ninguém conhecia. O Yedo uma vez falou: “Eu lembro que tinha o Abdias do Nascimento...” Mas o Yedo também não conhecia porque na época o Yedo era do PC, até início da década de 1970, então não mexia com Movimento Negro, e nunca tinha participado de Movimento Negro.

V.A. – Qual era o objetivo da SINBA?

A.M. – As entidades diziam que tinham objetivos, mas na verdade o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de evento que pudesse mexer com a sociedade. Primeiro para informar a gente mesmo, aglutinar mais gente. A gente dizia: “Precisamos ter audiência, falar sobre isso.”

A.P. – A SINBA não tinha sede própria?

A.M. – A SINBA conseguiu uma sede com o Sebastião Rodrigues Alves, que era um velho militante do Teatro Experimental do Negro, do tempo do Abdias. Ele tinha uma casa em Guadalupe, na Avenida Brasil, em frente ao Country Clube de Guadalupe, que na época era um dos principais pólos daquela turma do Black Rio – o movimento da Soul Music. Essa garotada fazia grandes encontros de Black pelo subúrbio inteiro, e o Country Clube era um local de aglutinação dessa massa de juventude negra. E nada melhor para a gente do que ter uma sede ali. Só que ali a gente tinha que pagar, e nenhum de nós tinha dinheiro. A gente estava tentando se profissionalizar, entrar no mercado de trabalho, no meu caso. O Yedo estava semi-aposentado, porque ele era comunista, então os caras encostaram ele, não chegou a ser cassado, mas ele foi encostado. Ele não fazia nada, ficava o dia todo cuidando de Movimento Negro. [risos] Também porque não podia atuar politicamente já que estava em refluxo, a ordem do PC era segurar. Por isso que é estranha a morte do Vladimir Herzog. A revolta foi maior porque todo mundo sabia que os quadros do partido, do PC, que eram conhecidos, tinham vida clandestina como membro do PC, mas vida ativa na sociedade, não faziam a luta armada. O PC foi contra a luta armada. Como pegar um camarada desse e matar? Foi um escândalo. Por isso que o Geisel intervém, quero dizer... Já estava um processo de discussão interna. Tem aquele livro do Ernani Aguiar *Revolução vista por dentro* em que ele conta esse momento. Mesmo alguns dos mais radicais já estavam sensíveis a perceber que os militares não estavam dando conta. Estava vindo muita corrupção... Diziam: “A gente não está dando conta. Tem que ter os economistas...” Mesmo que fosse de fachada, mas tinha que ter de novo uma fachada política institucional...

Então nós alugamos aquele espaço perto dos bailes Black, não pagamos e perdemos a sede.[risos] Primeiro porque era no subúrbio lá... E alguns moravam longe. A Joana era fundadora da SINBA... Não sei se assinou, morava na cruzada São Sebastião. O Getúlio morava na Tijuca, outro morava no Borel. Como é que a gente ia lá para o subúrbio para se reunir? Tinha que ser uma sede no Centro, e não teve. Perdemos aquela e não conseguimos fazer nada. Teve o grupo do Itararé, que também foi uma dissidência... A gente estava tentando criar, crescer nesse momento. Teve um novo grupo... Depois houve uma cisão na SINBA. Isso foi um processo que vai acontecendo. Primeiro nasce a SINBA, logo depois vem o IPCN, que a gente dizia que era a elite negra, os negros que queriam ficar na Zona Sul, em volta do Milton Gonçalves e do Jorge Coutinho, que eram atores já com um certo espaço – o Milton Gonçalves já tinha um certo espaço, era ator da Globo... O Jorge Coutinho a Lea Garcia, esse pessoal que vinha do Teatro Experimental do Negro – alguns não vinham, mas tinham, no meio artístico, essa memória. Zózimo Bulbul... Eles vinham formar a gente, falavam, a gente conversava... Então um grupo de negros, uma parte desses que já estavam na SINBA, se articulam com outros que haviam participado no Afro-Asiático, mas tinham tomado um outro rumo. O Benedito Sérgio morava, acho que em Copacabana, ele era compadre do Milton Gonçalves, e ele resolve criar, não uma Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, mas um Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Tanto que o Milton é fundador. O Yedo é enviado para a SINBA para conversar, para ajudar a criar o IPCN. Mas também, o Yedo tinha uma coisa que ninguém tinha: ele sabia fazer estatuto. Ele era um quadro do partidão. E isso era um diferencial. Ele sabia como registrar a organização, fazer as jogadas nas atas, ele sabia esse processo institucional. E nós não tínhamos essa cultura, então ele vai ajudar o IPCN e acaba sendo fundador, embora não soubesse – ele só vai saber depois – que era fundador do IPCN. Havia uma certa articulação entre nós, mas a gente dizia assim: “Eles são os negros burgueses. A pequena burguesia negra. Nós estamos fora. Somos revolucionários negros, nossa visão é revolucionária. Nosso referencial não é Estados Unidos. Estados Unidos criou uma elite negra. Nossa visão, são as lutas de libertação africanas, luta armada.” Esse era o nosso referencial: Machel, Mondlaine, Agostinho Neto, Amílcar Cabral... A gente fazia essas cisões, que depois vimos que eram completamente inconsistentes. Mas, demoramos a aprender, e aí havia uma diferença mesmo. Tanto que se você pegar o SINBA número 1, nós fizemos um artigo, dos mais violentos, contra o IPCN. Porque eles fizeram um boletim em 1976, início de 77, dizendo que criaram um novo

processo, que estavam lavrando terreno para a luta para a valorização do negro. E nós dissemos: “Como é que estão lavrando terreno? Isso é burguesia.” Não lembro exatamente como era o artigo, mas é mais ou menos isso. Onde eu fiz um artigo violento contra eles: “Dois passos a frente para o abismo... Isso caminha para o abismo. Vai cair no status quo. Negro vai ser absorvido pelo sistema.” Para nós, isso era uma coisa que a gente execrava. A gente ia para as reuniões deles e brigava, discutia muito. Também tinha uma certa coisa particular, porque alguns membros da SINBA tinham saído da SINBA para ir para o IPCN, porque o IPCN dava página de jornal, porque foi criado no Teatro Opinião. Em um sábado de tarde. Estavam Milton Gonçalves, Jorge Coutinho, Lea Garcia, a mãe da Camila Pitanga, como era o nome dela?

V.A. – Não sei.

A.M. – No nosso meio deu um burburinho danado porque ela foi discriminada. Ela que ia fazer a Gabriela, do Jorge Amado. A Gabriela era negra. Quem ia fazer era ela, a mãe da Camila Pitanga, uma atriz que, na época, era muito respeitada. Esqueci o nome dela. Estava tudo certo para ela fazer o papel na Globo, aí chamam a Sônia Braga, que teve que tomar quantidades de banhos de luz para escurecer um pouco a pele para entrar como negra na novela. Isso foi um escândalo na época! No meio negro. Isso não repercutiu em mídia, não deu quase nada. Mas para nós foi um absurdo. Nós fomos lá prestar solidariedade. Tanto que na época se dizia – não sei – que ela morreu logo depois, não demorou muito, em pouco tempo ela foi definhando... É até bom a gente checar, conversar isso com o Pitanga para saber se isso foi sério, não sei.

Com base em tudo isso é que se criou o IPCN, esse burburinho no meio negro militante, a gente adquirindo, construindo essa consciência negra... Foi assim que surgiu o IPCN e o SINBA. Em 1976, 77, a gente viu que para avançar mais, para conseguir mexer mais, a gente tinha que ter um veículo de comunicação, um jornal. Aí fizemos o primeiro SINBA.

V.A. – Que foi em 1977?

A.M. – Julho de 1977, saiu o primeiro SINBA. Era ditadura militar: “Como é que a gente faz para distribuir esse jornal?” Era proibido. Era e não era. Tudo era meio assim: Pode e não

pode. Dizia-se que era proibido, aí a gente saía com um monte de jornais e botava em um táxi, aí saltava em outro lugar e pegava outro táxi. Tudo paranóia... Mas alguém disse que viu alguém atrás. O cara da gráfica disse que tinham ido perguntar pelo jornal, porque eles iam sempre, nas gráficas pequenas eles realmente iam. Tinham um serviço regular do SNI, do CIEEX, parece, que fazia visitas nas gráficas para ver as provas, e que estranharam aquilo. Aí, o Branquinho, que era nosso paginador, escondeu nosso material, falou para a gente: “Mas vocês levam isso daqui rápido, porque se o cara passar de novo aqui a gente está lascado. A gente tem que dizer para eles, e se isso aqui vai parar na mão deles vocês estão fritos e nós também.” Tinha um negócio assim. Nós fizemos na gráfica do jornal *Gazeta de Notícias*, na rua Leandro Martins, no Centro do Rio. Ela sai da rua do Acre, ou da rua Uruguaiana, aquele pedaço ali. Tinha um escritório do Miranda ali. O Miranda tinha um escritório, era desenhista projetista na área de eletricidade. Ele era eletrotécnico. São esses negros que estão em ascensão social, tentando se situar no mercado de trabalho, que viam o racismo claro. Para nós nesse momento, o racismo aparecia realmente, a gente via. Tanto que se aglutinava, porque via a diferença. E aí surge o jornal SINBA em 1977, e em 1978, o Movimento Negro Unificado. A gente já tinha feito alguns contatos... No início de 1975, já havíamos criado a SINBA, fazíamos reuniões... Aí, surgiu a notícia de que surgiu na Bahia um bloco afro que ia enfrentar a polícia, que ia fazer e acontecer no carnaval da Bahia. Então nós nos programamos para ir para o carnaval na Bahia, até porque: Imagina... Um carnaval na Bahia... Mas claro que não era isso. A militância é que era importante. Só que eu não tinha nada, a família estava lá, eu não tinha emprego. Já tinha saído do colégio Laranjeiras, tinha ido para um outro colégio, mas não estava certo. Eu disse: “A gente dá um jeito!” Só que não deu para ir antes. Nós fomos na semana do carnaval. Acabou o carnaval: Nós fomos, eu e Denival. Sem dinheiro nenhum, de carona na estrada... Mas nós levamos os documentos da SINBA para mostrar, para conhecer alguém na Bahia que fizesse isso. Não tínhamos referência nenhuma! A gente ia chegar lá na nossa referência: Teatro Castro Alves. Aí tinha lá alguém... Eu tinha o livro de capoeira do Valdeolir Rego, e estava lá que ele era de uma biblioteca lá no Teatro Castro Alves. A gente ia lá perguntar por ele, e dele chegar no candomblé e chegar no Ilê Ayê, era um pouco assim.

Eu tinha também outro contato. É que eu fui para os jogos universitários brasileiros, e conheci uns caras da Bahia, e tinha aquelas casas de estudantes. Um camarada da casa de estudantes de Buquira – uma cidade do oeste baiano, das minas de chumbo, uma cidade rica,

e a elite de lá patrocinava uma casa de estudantes na capital para os filhos, seus filhos que fizessem o segundo grau, que só era na capital –, e ele ofereceu para a gente: “Vai lá, quando for a Salvador, visita a gente.” Então nós ficamos lá. Eu e Denival não pagamos nada, ficamos de graça. Como era período de férias, só tinha a gente. Eles voltavam para sua cidade. Então a gente tinha o melhor lá, porque tinha a cozinheira, que era a única moradora permanente, e não tinha mais para quem fazer comida, então fazia para nós. [risos] Ficamos lá cerca de dez dias na Bahia, entre outras coisas, visitando as praias, visitando tudo. Mas, não: “Nós temos que conhecer o Movimento.” Era incrível! A gente visitava a praia com medo de estar... Não é isso que nós viemos fazer aqui...

[FINAL DA FITA 2-A]

A.M.- ...Entrava em crise. Ainda mais o Denival que era ainda mais purista que eu. Não sei, às vezes eu era mais que ele. Era terrível o nosso rigor. A gente tinha todo um negócio salvacionista. Disciplina: “Temos que acordar cedo. É missão!”

A gente queria informação, queria bibliografia, queria tudo. A gente dizia: “Nós somos representantes da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.” Perguntavam: “O que é isso?” “Criamos uma organização de negros no Rio de Janeiro.” “Mas porque de negros?” Aí a gente tinha todo um discurso, um pouco misturado com África, com Estados Unidos, Luther King, Malcolm X e Panteras Negras, um negócio que a gente ia inventando, a gente estava criando uma teoria, e escrevia muito mesmo... Tudo era escrito. Agora você vai pegar aqueles papéis todos lá e organizar aquilo. É tarefa dele. Ao fazer isso vai se apropriar daquele tema. Aí depois a gente vai doar para um centro de pesquisa. Muito papel... a gente escrevia em todo lugar, não tinha papel, tinha que arrumar...

V.A. – No seu currículo vem escrito que a SINBA era a primeira entidade negra de novo tipo surgida no Rio de Janeiro. O que significa esse “novo tipo”?

A.M. – “Novo tipo” é uma categoria criada por Luís Aguiar da Costa Pinto, que escreveu *O negro no Rio de Janeiro*, publicado em 1953, ou 54, e aí ele divide as entidades negras em duas categorias: as tradicionais e as de novo tipo. Tradicionais eram as manifestações

culturais, folclóricas. E as de novo tipo eram as organizações negras que se propunham a se organizar como negros, ou de cor, mas eram organizações que não mexiam apenas com manifestações culturais, pretendiam um pensamento político, estruturar uma visão... Não lembro exatamente como o Costa Pinto trabalhava.

A.P. – O marco, para ele, é o Teatro experimental do Negro.

A.M. – É a única grande organização. Ele fala também no H.C. também, em algumas outras, mas o Teatro Experimental do Negro é o que ele tem a relação direta. Por sinal, ele diz que tinha acabado o Teatro Experimental do Negro. Um grande erro do Costa Pinto. Vamos fazer agora essa pesquisa pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros: O projeto Unesco 50 anos depois. Esse livro do Costa Pinto, essa pesquisa, foi o projeto Unesco que financiou no Brasil uma pesquisa sobre relações raciais. Foi a primeira grande pesquisa... Aí tem toda uma grande discussão... Você deve ter acompanhado essa discussão... Na ANPOCS, esse ano, houve uma mesa específica: O projeto Unesco, 50 anos depois.

Nesse momento que o Costa Pinto faz esse trabalho... Para você ver como a gente aproveitava categorias sociológicas, a gente trabalhava assim, tentando formular teoricamente, com base na literatura que a gente tinha a disposição. A gente lia tudo que caía na mão, tudo! O Costa Pinto era uma novidade boa para a gente, apesar de ser inimigo mortal do Abdias. A gente gostava do Costa Pinto porque vimos que ele ajudava a pensar. Mesmo que ele tivesse, como dizia o Abdias, roubado os documentos do Congresso do Negro de 1950, que ele tivesse passado a perna no Guerreiro Ramos, que seria o titular da Universidade Federal.

A.P. – O Abdias tinha uma forte relação com o Guerreiro...

A.M. – Eles eram irmãos e o Guerreiro era inimigo mortal do Costa Pinto. Mesmo com tudo isso, a gente via: “Mas o Costa Pinto fala coisas ali que são importantes.” Inclusive, porque o Abdias, para nós, era um cara da elite negra. A entidade que ele queria fazer era uma entidade burguesa. A gente questionava isso, e dizia: “O negro tem que ir para as favelas, para o samba mobilizar a massa, ajudar a fazer a revolução.” Nosso bordão era sempre esse: “Contribuir para a transformação das estruturas, da opressão.” A gente daria o lado racial, o

aspecto racial da revolução social, mostrando que era preciso olhar para a questão racial dentro do processo revolucionário. E a gente daria essa contribuição.

V.A. – E como era o êxito da SINBA, primeiro? Vamos ver.

A.M. – Não tinha êxito porque...

V.A. – Alcançava os objetivos? Como é que era a relação, até que o Amilcar falou antes, dessas organizações negras com a população a ser atingida?

A.M. – Para tudo a gente precisava ter intermediação, por exemplo: A gente foi lá para a Avenida Brasil, em Guadalupe. Mas como estabelecer as pontes com a garotada dos bailes? Eles tinham lideranças, a gente tinha que intermediar com essas lideranças, e para eles a nossa ação era estranha, porque a nossa ação trazia suspeita, realmente havia um medo, já que a gente falava em política. Isso era um terror na época. O povo tinha um medo danado de política. Política era repressão. Diziam que gente sumia, o governo matava, enfim, era um negócio meio nebuloso no meio da massa, mas havia esse temor. Ao mesmo tempo, o cara era uma liderança, mas isso era quase uma profissão dele. Ele estava tentando se profissionalizar nesse negócio de aglutinar gente para os bailes, de ser DJ, de ser um cara remunerado semanalmente para levar mais uma quantidade de gente... Era um mercado que estava se criando ali. E a gente chegava para atrapalhar, chegava com discurso, querendo discutir, fazer reunião... Então, era uma relação problemática. Por outro lado, com alguns era o contrário: “Vem para cá e vamos fazer. Vou dar um espaço e no meio do baile vocês vão fazer um discurso.” Era assim, sempre difícil.

Tinha um grupo que era a Equipe Soul Alma Negra, esse pessoal era de Rocha Miranda. O cara era meio primo do Carlão, que era um parceiro nosso, um dos mais combativos, um dos mais... Não vou dizer violento porque não tinha violência, mas era um dos mais aguerridos, um dos que mais falava da necessidade de lutar. O Carlão era desse tipo. Muito pobre. Tinha uma experiência de vida muito dura. Ele tinha uma cicatriz no rosto enorme. Todo mundo via que ele era um negão que, em algum momento, alguém meteu uma navalha nele. Ele vivia lutando muito para sobreviver, para não se tornar mais um pedreiro, mais um negro para sumir no meio da massa. Queria viver no meio com roupas decentes... Ele tinha muito isso...

Entre todos nós tinha um pouco isso... Sendo que alguns tinham estudado e tinham perspectivas. Eu era professor, o Célio trabalhava em um cartório, tinha conseguido largar as vassouras. O Célio contava uma estória que viveu a vida inteira carregando vassouras na cabeça. Trabalhava em Vilar dos Teles em uma fábrica de vassouras e tinha aquelas quantidades enormes de vassouras que ele tinha que carregar na cabeça. Até que alguém fez uma ponte com alguém que trabalhava com uma família e colocaram ele para trabalhar em um cartório, para ser office boy de um cartório. E lá ele ia poder mostrar seu valor. Ninguém queria ver o valor dele, mas ele ia mostrar o valor dele. A letra dele era bonita, um dia ele ia ser escriturário... Chegou, ficou bem no cartório. Teve uma vida estável, e por sinal, sustentou a gente bastante tempo: O empréstimo era com o Célio. Com o Célio e com os amigos do Célio no cartório, que entenderam a necessidade da nossa luta. O chefe do Célio no cartório era branco e era um cara que entendeu... Ele financiou um folheto para a gente e tinha orgulho disso: “Vou ajudar vocês. Toma aí Célio, leva para a rapaziada. O folheto, deixa comigo. Eu levo na gráfica e faço.” Muitas vezes emprestou dinheiro para a gente, emprestou mesmo. Nunca via o dinheiro da volta, mas emprestava. Se a gente dizia: “Precisamos comprar um livro... Precisamos ir dia tal para São João de Meriti, precisamos de passagens para três...” O Célio chegava lá, falava com o chefe dele... E essas coisas ajudavam...

Então, em alguns bailes Soul a gente entrava, em outros não. Mas a gente sempre problematizava isso. A gente conseguiu, em certo momento, ter uma efetividade. Ir no Borel, falar na escola de samba tal... A gente conseguiu uma certa efetividade. Para a gente, a gente conseguia tudo: Estava entrando na massa... Tanto que a gente ia levar o nosso jornal de uma vez... Até que a gente viu que não era assim com o jornal. O jornal não ia tão longe. Começamos a ver limites para esse tipo de ação. O sindicalismo nos rejeitava inteiramente, porque a gente tinha que fazer o jogo do sindicato. Tinha negro no sindicato que dizia: “Vocês vão criar problemas. Vocês vão trazer esse problema. O Brasil não tem isso...” Negros no sindicato falavam isso. Os antigos amigos do Yedo, do partidão, falavam isso. E aí a gente entrava em longas discussões... Nossa vida era um pouco essa... Tinha um outro setor: A capoeira. Na capoeira então... Eu lembro que em 1975 nós resolvemos organizar ao primeiro encontro Afro-brasileiro. Festival, seminário... Não lembro o nome. Tenho tudo isso em casa... Organizamos tudo, fomos lá na UERJ e falamos com um dos assessores do Wilson Choeri que era o reitor, ou vice-reitor. Nós íamos para a Concha Acústica da UERJ

trazer as velhas-guardas de escolas de samba, que estavam começando – ainda não tinha nenhuma institucionalizada, ia ser feito lá, por sinal – trazer o pessoal da capoeira, trazer os velhinhos que a gente conhecia, que já tinham sido parte de organizações de negros, de homens de cor... Tudo que cheirava a Movimento Negro, ou coisa assim, ia convergir para a UERJ no dia... Eram quatro dias, eu acho. Sem um tostão furado de infra-estrutura, sem dinheiro até para as nossas passagens, pedindo papel emprestado às pessoas para a gente poder escrever, fazer mais arrumado... Mas, a gente ia montar um mega evento na Concha Acústica da UERJ. A gente não tinha a menor noção. Conseguimos dois microfones com 100 metros de fio. O cara da UERJ, que era irmãozinho, falou assim: “Fala com o Fulano do setor tal que ele arruma. Ele é negão também, é da cor. Ele vai descolar para a gente.” Aí o cara arrumava uma coisa que era só para os grandes eventos. Tudo assim: “Faz um ofício para o Fulano que quem vai responder é Ciclano. Fala que é para o chefe, mas o chefe não vai nem saber, Fulano despacha isso para a gente.” “Tem que ter uma verba para pagar os funcionários, mas não tem problema. Vamos passar pela Fulana lá no setor tal que ela consegue isso para a gente, é tudo irmãozinho.” Desse jeito a gente ia fazer um mega evento.

V.A. – E fizeram?

A.M. – Não fizemos, porque 15 dias antes o Nei Lopes, ou o Carlos Negreiros, deu um toque: “Vai lá checar isso porque esses caras...” Fomos lá, e depois de duas horas de chá de cadeiras, o camarada – esse assessor – veio para a gente e falou: “Não vai ser possível, porque a força tarefa dos Estados Unidos vai passar por aqui e vai fazer um evento, mas vou ver se pelo menos um dia é possível.” E saiu da sala e foi falar com o reitor, ou vice- reitor. Aí eu olhei por cima e vi o papel na mesa dele, cheio de carimbos... Eu até hoje tenho esse péssimo defeito: Qualquer lugar que eu chego, se tiver alguma coisa escrita, eu vou ler. Na sua mesa, eu estou conversando com você e olhando. E eu fiz isso lá: “Yedo, vem ver!” E o Yedo: “Que isso, na sala do cara?” Eu falei: “Olha aqui, Yedo!” Carimbo do DOI-CODI, na minha memória era do DOI-CODI, CENIMAR, sei lá! Carimbo de órgão de repressão. Eu vi aquilo ali. Não podia. Em vermelho, desaconselhando, em cima do nosso ofício, com o ofício da UERJ. Então, era mentira dele, aquilo foi impedido porque realmente ia ser um negócio grande. Ia porque não tinha nada, e nessas coisas tem um momento que tudo vai explodir, era ali. Tinha explodido com a Soul Music em 1975. Mas porquê? A data era estratégica: Dia 11

de novembro seria a independência de Angola e a gente ia fazer um evento daquele tamanho, dizendo da nossa solidariedade à luta de libertação... Puxa vida! Era o máximo. E Angola era de esquerda, era comunista, então, isso foi vetado inteiramente. Não fizemos nada. E para voltar e dizer para todo mundo que não podia fazer? Foi uma loucura. Muita gente foi. No dia do evento nós fomos para lá, e muita gente chegava. Um camarada chegava e dizia: “Mas não tem nada?” A gente dizia: “Não tem, não foi possível.” “Pô, mas não avisaram nada!” Porque já tinha papel na rua... Isso em 1975. Porque eu estou falando isso? Me perdi.

V.A. – É assim mesmo.

A.M. – Estou falando de 1977 com a SINBA... Em 1975 eu tinha ido à Bahia. Na Bahia eu conheci Henrique Cunha Jr. Como? Chegamos lá sem o dinheiro da volta, mas, como o mundo era nosso e a gente estava lá em uma missão, a gente tinha que voltar de avião. “Vamos tentar voltar de avião!”

V.A. – Claro! [risos]

A.M. – “Vamos para o aeroporto.” Chegando lá: “Como é que se faz aqui para voltar de avião?” [risos] Disseram: “Tem um jeito, vamos ver...” A gente foi aprender: “Tem o Correio Aéreo Nacional, você pode pedir, mas leva um mês.” “Não, um mês não. Tem que ser amanhã.” “Oh! Não tem condição... Fala com Fulano...” E nessa negociação, tinha um outro negão esperto também querendo voltar de avião, era o Henrique Cunha. Nós falamos para ele lá: “Nós estamos aqui em uma missão do Movimento Negro.” Ele disse: “Meu pai é o Henrique Cunha da Frente Negra Brasileira!” O que é isso? Aí nós sentamos e passamos duas noites ali...

V.A. – No aeroporto... [risos]

A.M. – No aeroporto. O dinheiro do Cunha também já tinha acabado e aí a gente já tinha escalado o pessoal, tudo irmãozinho, que atravessava um almoço, um lanche para a gente, ali no aeroporto. Que deixava a gente dormir lá dentro tranquilo, sabe como é, irmãozinho... Dá tudo certo! Tudo conspira a favor. E era ótimo. Um calorão, não tinha frio. Era até perto, a

gente amanhecia na praia. Tudo muito maravilhoso, mas tudo pela causa, com seriedade. Era sério isso... Que coisa terrível! Um dia alguém vai filmar isso, se fizer um roteiro... Era bom... Tem que ser um ator que represente assim: A gente fazia com seriedade. Ria pouco. Às vezes ria demais, mas quando a gente caía: “Não. Estamos em uma missão. Não podemos estar em um aeroporto deitado na grama. Podemos até sentar na grama, mas com seriedade com postura. Temos que lavar nossa roupa. Escondido de todo mundo, ia lá naquele valão que passa ali, e lavava a roupa. Temos que estar sempre limpos. Tomar um banho diariamente, a gente tem que ter uma postura. Nós não estamos em uma missão, nós não estamos de brincadeira.” Tinha tudo isso. Era muito interessante...

A.P. – E o Cunha?

A.M. – O Cunha era a mesma coisa. Pior ainda... Ele, da nossa turma, foi o primeiro professor doutor. Ele foi livre docente na USP, na área de Engenharia. Era o máximo. Ele foi para a França, fez um curso na França, porque a família dele já vinha... Tinha história. O pai e a mãe são militantes de linha de frente na década de 1930. Então, aquilo para nós foi um escândalo! “Tem isso tudo em São Paulo?” “Temos que ir para São Paulo. Vamos voltar para o Rio o mais rápido possível para ir a São Paulo.” Aí começou a articulação com os paulistas.

V.A. – Conseguiram voltar de avião?

A.M. – Não. Claro que não! [risos] Voltamos na estrada do mesmo jeito, ele também, pegando carona, foi assim... A gente já tinha passado 10 dias na Bahia, comendo do bom e do melhor, vivendo ali no Pelourinho, andando aquilo tudo todo dia... [risos] Só que com rigor, sempre relativo, mas com rigor! Era sério isso...

Aí, a gente tinha essa articulação com São Paulo... Quando, em 1978, vai surgir o MNU, nós tivemos aqui a notícia: “Vai haver. Vai ser dia tal.” Então: “Vamos para lá!” Como? Acho que foi o Célio. O Célio arrumou uma parte no cartório, o Carlão outra. O Carlão tentava ser uma espécie de oficial de justiça. O oficial de justiça não queria ir, porque tinha um emprego, e o lugar complicado, lá no alto do morro, quem vai não é o oficial de justiça. É o “bagrinho” dele. Era o Carlão. Ele era um desses camaradas. O negro tinha essa função na sociedade. Tinha um espaço, mas sempre um espaço contido. Isso a gente refletia, a gente lia isso... O

Célio: entrou para varrer. Depois que aprendeu a escrever passou a ser office boy. Depois aos poucos vai mostrando e sempre baixando a cabeça. Mas, aos poucos ele não baixa a cabeça, tenta olhar para o chefe... A gente discutia essas coisas. Isso foi se tornando a nossa teoria. A gente via isso, era o que a gente vivia. Na universidade era assim... O Conceição dizia – ele era o cara que vendia os livros: “A revolução. Vamos organizar o diretório acadêmico.” Aí não podia ter diretório acadêmico no meu tempo, aí criamos as atléticas, que faziam o movimento estudantil. E no negócio de atléticas era uma forma de fazer os diretórios, reviver o movimento estudantil. Só que dava o nome de atlética porque o objetivo era, no fim do ano, organizar um evento esportivo, uma olimpíada da universidade. Aí era tolerável. Só que como era atlética, o pessoal da Educação Física era a chave porque é quem ia ter que organizar as tabelas, comprar as bolas, o material... a parte técnica tinha uma importância. E eu era o cara da Educação Física no esquema das atléticas. Aprendi muito no movimento estudantil vendo o pessoal, vivia aquele movimento revolucionário. Vivi como um cara importante que eles não podiam perder, porque eu era a legitimidade do esquema. A diretora da escola de Educação Física tinha que assinar para poder haver a circulação dos estudantes, para organizar a atlética da Engenharia, da Química, da Física, da Medicina... Mas, o pessoal das atléticas, na verdade, era o pessoal organizado, eram do partido, PCdoB, alguns do MR-8...

V.A. – O senhor estava indo para São Paulo. O Célio arrumou o dinheiro...

A.M. – Arrumaram o dinheiro, e fomos para lá, no dia da criação do MNU, o Yedo lhe falou sobre isso?

V.A. – Não. A gente ainda não chegou lá...

A.M. – Fomos juntos, eu e ele. Do Rio só nós estávamos lá. Não. Vera Mara Bragança Teixeira também foi. Uma gaúcha, sarará, muito combativa, excelente militante. Na época foi uma mulher de grande força. Foi a única mulher do nosso grupo aqui que estava lá. Embora já tivesse rachado com a gente na época. Eles tinham criado o grupo 22 de novembro, porque na época tinha havido dúvida se a data da morte de Zumbi era 20 ou 22. O livro do Décio Freitas não tinha esclarecido muito. Então, eles fizeram lá no caminho de Itararé, na base. Aí

eles diziam que a gente é que estava se institucionalizando: “A SINBA já está vivendo muito no Centro da cidade, querendo jornal...”

V.A. – O IPCN então?

A.M. – O IPCN era a elite da elite. Nós éramos os radicais. Mas havia os mais radicais que nós, que tinham que fazer reunião na base, no caminho de Itararé, lá dentro do conjunto habitacional de Inhaúma, que era um grande complexo de conjuntos habitacionais, favela Nova Brasília, vários conjuntos no Itararé. Ali tem, pelo menos oito mil unidades habitacionais. Inhaúma era um bairro, na época, muito desvalorizado, o trem para lá era meio ruim... Construíram grandes conjuntos habitacionais com cinco andares sem elevador. Tinha uma família negra lá que era impressionante: Todo mundo “fera”. O Dado hoje é físico, professor de uma universidade, o Zizo trabalha Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Joana não sei aonde, os irmãos todos tinham estudado... Quase todo mundo estava indo para a universidade. Uma família negra, pretos retintos, e que seguravam a “onda” e eram lideranças no bairro, eram organizadores da associação de bairro, estavam por dentro do movimento estudantil, um pouco no movimento operário... Tudo que a gente queria, e estava certo ali. Mas, com o tempo, eles radicalizaram e ficaram só lá, fizeram o grupo deles.

V.A. – Grupo 22 de novembro?

A.M. – Grupo 22. Lá no Itararé. Nós demos a notícia para eles e Vera Mara foi, em outro ônibus, não sei como. Vera Mara trabalhava na PUC, ela era escriturária na PUC. Apesar de ter rompido com a gente, na época do jornal ela deu muito apoio, arrumava papel, datilografava muita coisa, arrumava alguns livros para a gente ler e principalmente discutia. Porque apesar de depois vir o Movimento de Mulheres Negras dizendo que o homem negro no Movimento Negro é tão machista quanto o homem fora... Até ontem estava tendo esta discussão... Tinha pouco isso. Primeiro porque elas não deixavam. Vera Mara era muito combativa, tinha a Estela que também era uma mulher muito combativa. E a gente precisava delas para tudo porque éramos muito poucos. Como eu ia discriminar a Vera Mara? Como é que Vera Mara deixava a gente discriminar? Irani, uma mulher que foi embora para a África,

foi trabalhar na Europa... Um pessoal todo assim... Porque era rebelde para tudo, gente que realmente investia e ia conquistar o mundo, a gente tinha essas discussões...

Por exemplo: 1984, véspera do Festival Mundial da Juventude em Moscou. Quem vai representando o Movimento Negro? Não, eu não vou. Eu já tinha recusado ir em 1979, porque a Lélia foi a um congresso não sei aonde. Aí, como ela era muito minha amiga, ela me deu a dica – mas era só um negócio assim, porque afinal de contas, ela tinha entrado naquela “onda” e era só para um – mas como, em dado momento, era mulher negra e tinha um outro evento que era para negros, e aí podia ir homem, ela cantou a pedra para mim: “Amauri, você tem curso superior, você pode ir nessa.” Eu disse: “Não, não me interessa. Estou fora.” Acho que era no Caribe, ou na Guatemala, um país negro do Caribe. Eu botei na minha cabeça que eu só ia sair do Brasil um dia em viagem oficial. A primeira vez que eu sair do Brasil tem que ser em viagem oficial, nós no poder. Era assim. [risos] Isso era uma coisa que eu repetia todo o tempo. Na minha cabeça era assim: “Vamos conquistar o poder, vamos estar juntos!” Não nós, não os negros. Eu tinha clareza, o Fanon dizia para mim, e eu repetia isso onde eu ia: “Nenhum homem político pode ter em sua mente, em sua consciência a criação de repúblicas negras. O que interessa são as relações de poder que se estabelecem. E essas relações não podem ter cor.” Uma coisa assim. E Amílcar Cabral tinha me ensinado que: “Homens não lutam por ideologias, por ideias que surgem nas cabeças dos outros. Homens lutam por educação, por saúde, por segurança, por emprego, por dignidade, por melhores condições de vida para ele e seus filhos.” A gente decorava isso. Fazia efeito falar frases inteiras de Luther King, a gente impactava. Tinha que ter um negócio de performance.

A gente entrava na ABI muitas vezes, assim: 30, 40, 50 vezes. Ficava sabendo: “Tem uma reunião de cúpula na ABI.” Naquele período, luta contra ditadura, 1977, 78, resistência democrática, os jornalistas se reuniam na ABI. Aí o Olímpio vinha falar para a gente: “Tem isso lá na ABI. Doutor Barbosa está na mesa.” A gente ia lá. Fazer o quê? Gritar. Em dado momento a gente ia entrando pelo plenário, não podia, mas para nós: “Como é que não pode? Porque não pode? Nós somos negros e temos direito. Aí não tem negro!” A gente ia entrando, entrava no plenário e em um momento que a gente achava melhor, invadia, ia entrando. E aí pausado, porque eu tinha sempre na minha cabeça o Amílcar Cabral em Havana. Imagina: Ho Chi Minh, Neru, Fidel, [inaudível], o Che... Todos que fizeram as revoluções no mundo inteiro estavam, em 1966 na Tricontinental de Havana. Todo mundo ia lá e falava: “O imperialismo...” O Amílcar Cabral com seu um metro e cinquenta veio andando – na minha

mente. Não tem filme sobre isso – ele ia andando serenamente, chegava no palco e dizia o discurso dele escrito – aí eu sabia porque eu tinha decorado. Ele dizia: “Não viemos aqui nos pegar contra o imperialismo. Isso nós fazemos de arma na mão na nossa terra. Nós viemos aqui mostrar para vocês a importância da arma da teoria.” Aí vinha o discurso dele: “A arma da teoria”. Para mim isso era o máximo.

Por exemplo, estou lembrando um momento que eu fui entrando, aí o Carlão ainda tentou me segurar porque o Olímpio disse que não, porque ia começar outra discussão e a gente ia atrapalhar muito. Talvez todo mundo se virasse contra nós. Mas eu já tinha incorporado e não tinha jeito, já tinha descido o Santo... Aí eu fui entrando serenamente, como Amílcar Cabral. Todo mundo olhando e eu caminhando para a mesa – vinha mais um, mais dois as vezes – cheguei na mesa e: “Boa noite.” Falavam: “Quem é? Tira esse cara daqui.” Aí eu falava: “Estou aqui em nome do Movimento Negro brasileiro...” Começava assim, daqui a pouco perdia o controle: “Porque não tem negro na primeira fila. Nós nunca somos chamados... O racismo...” Aí ficava aquele negócio... O Dr. Barbosa disse: “Vem cá.” Alguém disse: “Chamem a segurança. É provocação. São os órgãos de repressão.” Eu disse: “Que órgão de repressão nada. Fulano me conhece.” A gente sempre conhecia um ou outro, e principalmente o Olímpio, que era o nosso camarada, um cara velho do partido, foi cassado, foi preso. O Olímpio dizia: “É meu amigo. É um homem de esquerda, um rapaz bom. O que ele está falando tem sua razão. Temos que pensar.” Aí Dr. Barbosa olhou para mim, eu olhei para a cara dele, e ele olhando para mim, e ele disse: “Mas meu filho, porque você está gritando tanto?” Eu disse: “Porque nós temos que fazer a luta...” Ele disse: “Tudo Bem. Você quer falar depois?” eu disse: “Sim senhor.” Ele disse: “Então, tudo bem. Vamos aqui rapidamente. Me dirijo ao plenário que permita que logo depois Fulano tenha... Três minutos está bom?” Eu disse: “Está.” Ele disse: “Três minutos de palavra.” Porque eu queria ir para mesa. Ele disse: “Vamos fazer o seguinte: Fale ali com o secretário. Ele vai ver se tem uma nova cadeira, vocês negociam.” Era assim que a gente fazia. Invadi muitos lugares. Sindicatos...

[FINAL DA FITA 2-B]

A.M. - ...A gente tinha que falar. A nossa atuação era um pouco mais voltada para isso do que propriamente para a massa. A gente também ia, mas isso era apaixonante, impactante, e a gente precisava de gás. Junto à massa tinha menos gás. Era muito convencimento...Também tinha. Sei lá. Era um pouco de tudo. Mas a gente não tinha definições estratégicas. Tudo a gente tentava, mas era muito difícil dizer que a gente tinha naquele momento...

Foi na escadaria do Teatro. Nós erramos o caminho. Não sabíamos onde era, e fomos direto no CECAN, que era nossa referência, era uma organização de negros lá. E eu conhecia um pouquinho porque a Diana, minha filha mais velha, foi operada em São Paulo. Ela foi operada com o Dr. Zerbini, ele era o único que operava. Tudo aventura... Como pagar? Bom, tem uma longa história, mas eu não vou contar porque senão não dá.

Consegui viver um mês em São Paulo, minha mãe foi comigo, para ela operar, em 1976. Quem me segurou emocionalmente foram esses amigos. O Cunha me apresentou um pessoal, mas ele estava estudando muito. Quem ficou mais comigo foi Miltão, Rafael, Amilton, que eram os amigos chegados, o pessoal do Movimento Negro lá. Esse é o pessoal que está na frente em 1978. Então a referência era o CECAN, que foi a primeira organização de negros criada em São Paulo na rua Maria José, 450.

A rua Maria José é uma rua pequena paralela a Brigadeiro Luís Antônio, na Bela Vista. Nós fomos direto lá. Chegando lá, soubemos que não era lá, era no Viaduto do Chá. Aí voltamos tudo a pé. Eu e o Yedo fomos quase correndo. Chegamos lá já estava aquele negócio: Vai não vai, o ato.

Uma memória que eu não sei se eles têm, é como foi. Porque havia muita polícia, e a polícia em São Paulo, são aqueles caras enormes, todos brancos. Eu sempre lembro assim –a gente cria as coisas: “Um pescoço deste tamanho!” Os caras do lado e a gente na calçada do MAPPIN, a direita o Viaduto do Chá, em frente, a Igreja do Rosário, o Largo do Paissandu e o Teatro Municipal, praça Ramos de Azevedo. E para começar, tinha que atravessar do MAPPIN para a escadaria do Teatro. E quem vai dar o primeiro passo? Isso era uma interrogação. Porque era assim, a polícia estava ali para reprimir. A liderança é liderança falando, mas quem vai fazer? E o MAPPIN era um lugar em São Paulo, já naquele tempo, de concentração da juventude negra. Do mesmo tipo de Soul Music dos Black Rio, da garotada que usava uns sapatos enormes, calça boca estreita, cintura alta, cabelão... O MAPPIN era aquele lugar de encontro da garotada negra, que era muito fustigada pela polícia, muito discriminada. Ali era uma base natural para fazer aquele momento. Mas quem vai? Ninguém

sabe quem foi primeiro... Num dado momento foi, e quando foi, a polícia não foi. E foi muito importante aquele momento. Aí foi um ato público, saiu em todas as primeiras páginas de todos os jornais. E ninguém sabia como fazer depois: “Como vai ser? O grupo que organizou tem que sair daqui para algum lugar e organizar isso. Isso deu repercussão nacional, mundial. É agora que começamos. Vamos lá!” E conseguimos ir para um lugar – São Paulo tem isso, associações de negros –, na rua da Consolação tinha a Associação Cultural Brasileira Beneficente, porque era assim: Eram associações de negros, mas quase nunca têm nome de negro. Aristocrata Clube, clube de negros, mas não tem nome de negro. ACBB, Associação Cultural Brasileira Beneficente, tinha sede própria em um lugar bom, fomos para lá. Dos 1000, ou 900, 800 – não sei –, que estavam lá, foram uns 15, 20, talvez um pouco mais, para organizar. Começamos a organizar, aí a gente viu: “Hoje não temos condições de organizar nada, até porque não tem mais imprensa aqui. Vamos estruturar uma pauta para amanhã, e amanhã nós voltamos para cá.”

Aí fomos dormir na casa de uma colega, que era uma menina que administrava – aí que se formam as redes. O pequeno emprego negro urbano... Isso é que vai dar certo, aí é possível você sobreviver... Eu sempre brincava assim: “Eu fiz curso de sobrevivência na selva nos velhos tempos, então, agora eu estou fazendo um curso de sobrevivência na selva de pedra.” Tinha aquela novela *Selva de Pedra*... Então, a gente tinha certos meandros, porque já havia o negro urbano capaz de nos... De dar o mínimo de condições, não institucionais, mas de estrutura física. Por exemplo: A Odete administrava umas casas para uma família, dentro de uma vila de casas. Ela morava em uma daquelas casas e administrava mais umas três ou quatro. Alugava eventualmente, administrava e repassava a verba para o senhor. Ela era contabilista. Tinha feito o curso de contadora e estava querendo fazer universidade. Ela mantinha tudo em ordem, e sempre tinha uma casa vazia. Nós ficamos naquela casa. Umas redes de sociabilidade que, de vez em quando, ela colocava amigos ali, que perdiam a casa, eram despejados... Então tinha um jogo com ela. Havia muito essas redes de sociabilidade, de favores, de jogadas, que a gente conseguia entrar e foi isso que fez a estrutura do Movimento Negro no início dos anos 1970.

Tudo isso virava teoria para a gente. Tudo isso está escrito na época. Não é só racionalização de hoje. Tem um pouco, claro que tem, mas isso está muito escrito na época. Então, é fundado o MNU, no outro dia nós vamos, aí vem o Abdias do Nascimento, já com Elisa Larkim. Que era um negócio meio mítico para nós, porque Elisa vinha com aquela

áurea de ser uma branca, mulher do Abdias do Nascimento... E como é que ela tinha se tornado a mulher do Abdias do Nascimento? É que ela era mulher de um negro que estava na Ilha de [Watts]¹, naquele célebre episódio da invasão policial, a rebelião da prisão de Watts, que massacraram quase todos os presidiários. E os negros foram fundamentais naquela prisão. Elisa teria sido advogada de um grupo de presos, porque tinha um deles que era o namorado dela e era negro. Enfim, Elisa tinha uma áurea que a gente respeitava muito. Era branca, mas era uma branca de luta, então valia a aliança com ela. Ela podia ser a mulher do Abdias. A gente tinha um negócio assim: “A Elisa é nossa!”

E aí, se faz a discussão, as maiores brigas. Já queriam detonar o Abdias, porque as principais lideranças ali eram Amilton e Miltão. Um pouco Rafael e um pouco Neusa Pereira. E principalmente Amilton, Miltão e Neusa, eram filiados à Convergência Socialista, que ainda estava na luta armada. Já não faziam mais, mas ainda estavam na luta armada. Para eles, eram os mais radicais, a Convergência Socialista, os Trotkistas. O Amilton era realmente filiado, Miltão, não tenho certeza, mas acho que também era. Eles eram as principais lideranças, ultra-radicais. Eles diziam: “O Abdias é um burguês negro que foi para os Estados Unidos. Agora vem aqui querendo mandar. Não tem nada disso. Vamos detonar o Abdias.”

Aí, Tivemos que circular um papel dizendo: “O que é isso? É hora de juntar. Hora de união. O cara lutou, o cara é de luta!” Enfim, aceitamos o Abdias, “quebramos o galho” dele. Mas realmente era assim, a radicalidade era muito grande. Era quase um favor ao Abdias do Nascimento. Passamos aquilo, marcamos uma outra data e evoluiu o Movimento Negro.

V.A. – Foi nessa ocasião que os senhores escreveram essa carta de princípios do MNU?

A.M. – Ah sim... Aí nós vamos para o IPCN... O movimento foi dia 7, dia 8 de julho nos reunimos, essa segunda reunião, onde estruturamos, pensamos o que a gente tinha representado. Porque a gente tinha os jornais na mão e um monte de jornalistas lá fora. A gente sabia que o que a gente dissesse ali seria veiculado, ainda mais porque a gente estava em um sábado, e seria veiculado em um domingo. O que nós falamos? “Estamos estruturados aqui e vamos organizar um congresso nacional, uma reunião nacional do Movimento Negro.” Isso ficou marcado para o dia 23 de julho. Dia 23 de julho voltamos para lá, de novo sem o

¹ O mais próximo do se pôde ouvir.

dinheiro da volta. Fomos dia 23, saímos daqui de noite, pegamos um ônibus. E no ônibus – O Yedo sempre repete isso – eu fui dizendo para ele: “Yedo, nós vamos chegar lá, muito bem. E como vai ser a estrutura dessa nossa organização? Vamos criar uma organização nacional, como é que vai ser isso?” E ele dizia: “Oh Amauri, vamos dormir. Quando chegar lá a gente pensa.” Eu dizia: “Não, a gente tem que estruturar isso.” Eu fui anotando, direcionei a lâmpada do ônibus, o Cometa, e fui... Chegamos lá e passamos o dia em articulação, andando de um lado para o outro... Fora de casa a gente tem essa noção de que tudo é rápido, porque a gente não tem horário, não tem família, não tem nada em volta, então tudo se acelera muito, a gente tem que fazer aquilo, só aquilo. Então aquilo toma uma dimensão maior, nós não temos rotina, logo, tudo é possível. Sei que fomos dormir à noite e a reunião era no outro dia. E aí, onde a gente ia ficar? O Isidoro não estava, não sei... Fomos dormir, exatamente, no prédio da Convergência. Não tinha colchão. Nós pegamos os assentos acolchoados de algumas cadeiras e botamos em cima das mesas, as mesas geladas de mármore, e foi onde nós dormimos... Um frio... Era o prédio alugado pela Convergência Socialista, que o Amilton nos levou lá. O Amilton quis ficar com a gente solidariamente. Ele ia dormir com a gente ali, sentado em um canto. Mas nós dissemos para ele: “Amilton, pára de besteira, não te nada disso. Nós vamos dormir bem, pode ir para casa.” Aí também a – ela nunca lembra disso, se um dia ouvir isso ela vai... – mulher do Amilton o pressionou: “Vamos para casa!” Aí o Amilton foi, e nós dormimos lá. E para dormir? O Yedo dizia: “Amauri, vamos dormir.” E eu dizia: “Yedo, temos que acabar de fazer aquilo. Temos que preparar essa estrutura...” Ele dizia: “Não, a gente chega lá e fazemos todos juntos.” E eu dizia: “Que nada. Você sabe que o Amilton e o Miltão vão querer comandar porque são da Convergência, eles são organizados. Eles vão querer aparelhar isso. Lélia está chegando, e a gente sabe como ela é...” Lélia ia para a reunião, e ela vinha com a força de ser uma intelectual negra. “Ela vai querer controlar, e nós é que temos que ter a hegemonia...” Eu adorava o Gramsci. Hegemonia era uma coisa que eu falava o tempo todo. “Então nós temos que chegar prontos!” Aí fomos rascunhando, eu também mal dormi aquela noite.

Chegamos lá com a estrutura: Fazer uma organização assim... Tinha que ter um manifesto naquele dia... Estava tudo esquematizado. Aí ganhamos, porque a gente estava preparado.

Vimos para o Rio. Criou-se lá uma comissão interestadual do Movimento Negro. Na verdade interestadual era Rio e São Paulo. Do Rio de Janeiro era: Vera Mara, Lélia e eu. De

São Paulo era: Miltão, Amilton e Inês. Maria Inês Barbosa, hoje ela é professora na Universidade de Mato Grosso, professora na faculdade de Enfermagem. Ela é enfermeira. Eles três de São Paulo e nós três do Rio. Marcamos logo várias reuniões que eram na casa da Lélia. Era a única que tinha uma casa. Ela morava no Cosme Velho em uma casa boa. Fizemos reuniões lá na casa da Lélia. Fizemos três ou quatro reuniões para criar uma comissão e essa comissão organizar a primeira grande assembleia nacional. E aí, a gente usaria todas as ligações que a gente pudesse para fazer uma assembleia com, pelo menos, 10 Estados. Tinham, se eu não me engano, quando começou, 11 Estados. Acho que veio a Diva de Belo Horizonte. Da Bahia veio o Gilberto. De Pernambuco veio alguém, que eu não me lembro. Do rio Grande do Sul veio, do Paraná... Eu sei que a gente dizia que tinha 11 Estados, não tenho muita certeza.

Nós tivemos que fazer essa Carta de Princípios e o Estatuto. O Estatuto o Yedo fez e a Carta de Princípios eu fiz. Mas na verdade, o Yedo me ajudou na Carta de Princípios e eu o ajudei no Estatuto, porque eu estava querendo aprender a fazer. Fizemos um Estatuto revolucionário. Pegamos o livro do Samora Machel, *A luta continua*, que tem o Estatuto da FRELIMO, da FRELIMO... [risos] Com base no Estatuto da FRELIMO fizemos uma carta de 20 pontos, revolucionária... E eles acharam que aquilo era burguês e foram contra.

V.A. – Isso já o dos 11 Estados?

A.M. – Não, isso foi antes da assembleia...

V.A. – Dia 23?

A.M. – De 23 de julho a 9 de setembro. Fizemos a carta, mas o Amilton achou que aquilo era muito careta, a Vera Mara o apoiou... Como Trostkistas, eles tinham o direito das minorias. Então eles fizeram outro. Aquilo chegou lá como recomendação da comissão organizadora, mas eles já chegaram apresentando outro. Então, ao invés de uma carta de princípios... Tem aqui? Ah... que beleza... Eu tinha um grande orgulho de ter feito isso aqui, que valeu para sempre no MNU: “Entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça.” Isso era a Carta de Princípios. Onde foi publicado?

A.P. – No livro *10 anos de MNU*, mais todo mundo cita essa carta. Tem na revista *Tição* de 1979...

A.M. – Esse cabeçalho se manteve sempre, mas isso aqui eles tiveram que se render. Porque a estrutura da carta é a mesma com: *Resolvemos, Consideramos...* Isso só o Yedo sabia, e eu tinha aprendido com ele, é um modelo. Mas aqui eles puseram na época 53 – eu lembro que eram 53, não esqueci mais – o Amilton e o Miltão vieram fortes, Convergência, organizados... Trouxeram até brancos. Aí os brancos não puderam nem entrar no IPCN.

Conseguir o IPCN já foi uma outra estória, porque o IPCN estava fechado e era burguês... A gente teve que tomar: “Vamos tomar de assalto o IPCN. Vamos na casa de Fulano, ele tem a chave.” A gente disse: “Oh malandro, você tem que dar a chave.” Ele disse: “Eu vou entregar a chave.” Dissemos: “Então, tudo bem.” Porque a nossa decisão era enquadrar o cara e tomar a chave. Ia abrir porque a casa era do Negro, não era a casa do IPCN, era do Negro. Mas eles eram mais radicais que a gente ainda, e já chegaram lá com 53 pontos... Chegamos na assembleia e dissemos: “Vocês vão apresentar? Gente, nós temos mais o que discutir. Nós temos que discutir as lutas do Negro no mundo. Como é que nós vamos discutir agora os procedimentos...” Porque a discussão inicial – em organizações, até hoje é assim –, foi sobre o regimento, para ver se no regimento era possível entrar uma nova proposta, ao invés de ser votado o que já estava trazendo a proposta da comissão, que foi eleita em plenário democraticamente. Eles disseram: “Nós temos que mudar o regimento...” Porque o Yedo era malandro, ele já tinha feito o regimento. E o regimento dizia que a comissão era soberana. A única coisa que tinha que ser votada era carta, podia-se acrescentar algo àquela carta, mas não se podia apresentar outra. Chegou um ponto que teve uma negociação. Um dizia o seguinte: “Bota tudo que vocês quiserem dentro dessa. Vamos votar ponto a ponto.” Mas eles, por princípio, princípio trotskista, tinham que mudar o regimento. E aí fomos para a discussão do regimento...

Com uma ou duas horas de assembleia, a metade do povo já tinha ido embora, as organizações foram todas embora. Para mim, a reunião acabou às cinco horas da manhã, de sábado para domingo, quando nós dissemos: “Não tem mais jeito.” O Carlão e o Rafael quase brigaram. Iam brigar mesmo, dentro da assembleia. Eu olhei aquilo e, para mim, “caiu a ficha”: “Pô, não tenho mais nada para fazer aqui.” O Rafael era o mais radical de todos de

São Paulo. Ele era primo – não sei se era primo mesmo – do Robson da Luz, que é o negro que é assassinado, e foi um dos que deu margem a tudo. Ele era um dos caras mais pobres. Hoje é o oposto, postura é com o Rafael. Ele é muito grande, muito preto, e é de uma postura, de uma dignidade... É um estudioso, está fazendo ou terminou o doutorado. Não é nem de longe aquele Rafael, que era um dos caras mais aguerridos, embora com uma certa pose... Então o Rafael lá em São Paulo era o Carlão daqui. E os dois quase brigaram. As mulheres chorando, e a gente naquele mal-estar, todo mundo cansado, esgotado, e não tinha andado nada. Dissemos: “Já foi todo mundo embora, só tem a gente de sempre!”

A.P. – Tudo isso para definir o regimento?

A.M. – Eu acho que já tinha definido o regimento, mas aí já estavam nos pontos... Eu não lembro direito, foi uma confusão danada...

V.A. – E essa reunião foi no IPCN?

A.M. – Foi no IPCN, que tinha sido fechado. Já estava há um mês fechado.

V.A. – Por quê?

A.M. – Porque houve uma crise interna. Porque se o IPCN era da elite, o Benedito Sérgio, em certo momento, salta por cima de todo mundo. Ele fez uma ponte com o Jimi, que era um jogador de basquete negro norte-americano, que veio jogar aqui no Brasil, mas que eu não sei exatamente como... Eu estou falando aqui livremente, mas só o Sérgio pode dizer. O Sérgio era o presidente do IPCN, ele era engenheiro cartógrafo do IBGE, tinha, portanto, um bom emprego e já vinha com uma estória de família nesse negócio de Negro – ele é de Campos. Ele é o cara que é o centro na fundação do IPCN, por isso ele se torna o primeiro presidente. Ele conheceu o Jimi, esse negro norte-americano, e não se sabe como, um cara que era do basquete ofereceu para ele um financiamento pela Interamerica Foundation para comprar uma sede própria para o IPCN. Aí o Benedito Sérgio mergulhou e pegou essa grana. Quando ele pegou esse dinheiro, todo mundo foi contra, começando por nós. Nós já denunciávamos como atrelado ao imperialismo, claro.

No grupo interno a cisão foi menos franca. O problema era mais, talvez, como usar esse dinheiro. Ele não podia pegar esse dinheiro sozinho, não podia ser na conta dele, porque isso dava margem... Todos eram de esquerda, mas a gente achava que eles eram quase de direita. Mas aí, Carlos Alberto Medeiros, Paulo Roberto Santos, Orlando Fernandes... Um grupo que estava mais presente... Orlando Fernandes inclusive, tinha uma áurea, porque era sargento cassado naquele movimento dos sargentos em 1964. Mas para nós eram todos burgueses. Então, eles questionaram o Benedito Sérgio. Mas é porque teve que ser um negócio de última hora, e o Sérgio foi o cara que sentiu a repressão direto no “cangote”. Porque ele tinha um emprego público visível, um emprego de nível superior, no IBGE, era um cara que andava o país. Ele tinha nas mãos um relatório – Tudo na nossa mente: “O Sérgio tem um cargo chave. Falar em demografia, em população. O Sérgio é um cara muito visado.” Claro que isso era muito da nossa cabeça, mas ele realmente sentiu a repressão, porque ele teve que ir no Citibank, teve que botar o nome dele na conta... Isso era um terror! E o cara foi capaz de fazer. Sem visão de relações internacionais, de Cooperação Internacional, nada disso. Ele foi capaz de fazer isso. E para acompanhá-lo, quem ia acompanhá-lo? O pessoal não tinha tempo. Todo mundo ia trabalhar, alguns tinham, mas não tinham todo tempo. E ele foi fazendo...

Isso foi questionado e em dado momento criou uma crise interna no IPCN. E nesse momento de crise interna, o Sérgio pressionado, por um lado pela família – porque o cara não via mais a mulher, não via o filho, não via mais ninguém –, por outro lado, aterrorizado porque já tinha polícia indo em cima dele no trabalho: “Que negócio é esse? Que instituto de pesquisa de cultura negra? Tem que dar explicação, tem que depor no DOPS...” Por outro lado, ele vendo amigos, gente próxima dele, que era realmente polícia. Em dado momento alguém achou uma bolsa no final do expediente: “Tem uma bolsa aqui!” Aí pegaram a bolsa – Acho que ainda no Teatro Opinião – e nessa bolsa: “Vamos ver de quem é!” Quando abriram tinha uma carteirinha do DOPS de informante, carimbada... Era uma mulher famosa, uma militante abnegada de primeira linha, e: informante! E ele, inclusive fez esse depoimento para mim e está lá no AFRO (Centro de Estudos Afro-Brasileiros)... Enfim, ele viu isso tudo, e com esses terrores todos, ainda tinham os problemas imediatos: “O dinheiro desvaloriza rápido, como é que vai ser?” Aí ele comprou a casa.

Só deu para comprar a casa, os móveis, duas ou três máquinas de escrever, consertar a caixa d'água, comprar uma porta nova... Enfim, aquele momento foi uma coisa muito difícil. O Benedito Sérgio, pressionado por tudo isso, foi comprar a sede. Onde eu estava?

V.A. – Por que fechou o IPCN?

A.M. – Estava fechado por isso. Aí alguém ofereceu para o Sérgio, para ele ir para Brasília, e ele pegou. Ele se sentiu um pouco pressionado. Parece que um policial chegou para ele e disse: “Tu se manda daí, porque vai chegar a tua hora. Tu vai dançar!” Isso em 1976, final de 1976 e início de 1977. Não estava claro para ninguém que a repressão ia parar. Ele então vai embora para Brasília. Aí: Quem segura o IPCN? Aí já não tinha mais assembleia geral, não tinha mais diretor... Se não tem diretor, ninguém paga associação, se ninguém paga, ninguém está em dia, se não está em dia, não constitui oficialmente a assembleia geral. Se não constitui assembleia geral, está acéfala. Aí, começou uma estória, de que o Raimundo Souza Dantas, que tinha sido um embaixador negro e que tinha um alto cargo no MEC. Era um dos poucos negros visíveis, porque tinha sido embaixador no governo do Jânio Quadros.

Raimundo Souza Dantas estava conseguindo uma autorização – não sei exatamente o quê – para fazer uma intervenção no IPCN, porque era uma sede própria, como membro do MEC, porque era instituto de pesquisa de cultura. E ele viria como alto funcionário do MEC, tomar conta daquele espaço, porque aquele espaço, além de estar acéfalo, tinha sido comprado com dinheiro externo e o governo brasileiro com uma certa legislação... teria direito de intervir. Tinha toda uma legalidade possível. Embora o Ivens Mauro, que é um daqueles militantes que não largam, está sempre ali, um cara bom... Morreu, logo depois. Ele era advogado, e disse: “Não tem nada disso. Vamos manter nossa casa.” Mas, havia aquele temor. Aí nós resolvemos: “Vamos invadir!” Invadimos o IPCN, já depois da plenária. Mas naquele momento da plenária é que nós ficamos sabendo disso tudo. Dissemos: “Temos que ter a plenária, e tem que ser no IPCN porque é a casa do Negro.”

Então, tinha o Olímpio Marques dos Santos, o jornalista, esse que foi perseguido, foi preso pela ditadura várias vezes – tinha um folclore em torno do Olímpio lá em Realengo, que ele era um dos comunistas de Realengo, daquela região. Ele era famoso, muito respeitado... Fomos em cima dele e ele disse: “A chave não está comigo.” Na última hora da assembleia, essa que quase saiu tapas...

V.A. – Onde foi essa assembleia?

A.M. – Dentro do IPCN. Assembleia interna do IPCN. Isso deve ter sido em maio ou junho de 1977. Uma briga danada... Aí não tinha mais nada e o Olímpio ficou como uma espécie de secretário da assembleia.

V.A. – Mas não foi depois da criação do MNU?

A.M. – Não. Isso foi antes do MNU. Eu estou tentando lembrar porque o IPCN estava fechado. Então houve isso: Uma assembleia terrível...

[FINAL DA FITA 3-A]

A.M. – Então, ele ficou assim, como um dos responsáveis. Ficou com o livro de Atas... Ele disse: “A chave está com o Almir.” Aí fomos na casa do Almir. Ele morava em um “pulgueiro” danado na rua do Riachuelo, e aí ele deu a chave para a gente. Foi lá, abriu, aí fizemos a assembleia no IPCN.

Aí nós vimos: “Nós vamos perder essa sede!” Aí, invadimos, ocupamos o IPCN... A SINBA ocupou o IPCN.

A.P. – Esse jornal (SINBA) de 1980 está com um carimbo: Av. Mem de Sá, 208.

A.M. – Já está com o endereço do IPCN.

...não deu muito certo, o sócio... O Carlão teve o primeiro filho e teve que se afastar um tempo... E foi assim: Aquele grupo, aquela coesão da SINBA, durou dois ou três anos, e, aos poucos, a vida puxou um para cada lado.

V.A. – Voltando para essa assembleia, em que estava se decidindo o estatuto do MNU, e que às quatro horas da manhã o senhor já viu que as pessoas estavam mais brigando, as mulheres chorando... E aí?

A.M. – Aí fomos embora. Para nós acabou o MNU. O grupo continuou...

V.A. – Isso foi em?

A.M. – 10 de setembro de 1978.

V.A. – O MNU ainda tinha esse nome, MNUC...

A.M. – Não. No dia 23, uma das coisas que nós levamos, da nossa proposta pronta. O Yedo, como velho raposa da política antiga, que chegava com tudo pronto, tudo esquematizado, tinha conversado com um, com outro... Tudo isso eu fui aprendendo com ele. Ele era o cara que realmente tinha essa experiência, essa vivência de política de base, de organização. E a nossa proposta era que tinha que mudar o nome. Ao invés de ser Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, porque tinha judeus, indígena não tinha, mas era para entrar, tinha mulheres, então era uma coisa... Todo mundo junto. Mas naquele momento de radicalidade não. Tinha que ser Movimento Negro!

V.A. – Então o nome inicial não tinha o Negro?

A.M. – Não tinha. Era o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, o MUCDR. A partir do dia 23 é que se torna Movimento Negro Unificado.

A.P. – 23 de?

A.M. – De julho de 1978. Isso tudo está na minha monografia. Não sei se a Lélia naquele livro *O lugar do Negro* conta essa história com tantos detalhes, porque ela não tinha essa história...

V.A. – No dia 23 foi isso. Depois...

A.M. – Assembleia nacional, dias 9 e 10 de setembro no IPCN.

V.A. – Aí o senhor sai do MNU?

A.M. – Saímos ali. Eu tive informações depois pelo Jair, um amigo meu que depois voltou para a SINBA, mas que tentou fazer todo esse percurso por dentro do MNU, mas achou que, por um lado era muito elitista e por outro era muito “pirado”, mais do que ele, que já era muito “pirado”. Era mais complicado do que ele queria, do que ele podia, sei lá... Ele depois contou essa estória, porque quem fez o relatório dessa assembleia nacional foi o Jair, que era um cara que foi porque eu levei, e nunca tinha ouvido falar sobre nada, não sabia de nada. Mas não tinha mais ninguém. Todos já estavam dormindo... Aí já era madrugada de domingo para segunda-feira. E aí, Lélia, como era doutora, alguém empurrou para cima dela. Ela que ficou. Ficaram ela e Jair fazendo a Ata. Ele disse: “Amauri, acabamos eu e ela, não tinha mais ninguém. Eu peguei uma grana com ela para ir comprar um pão com mortadela e fomos embora depois.”

Resultado: Para nós acabou o MNU. Aqui no Rio ficaram: Vera Mara, Lincoln... Alguns ficaram e conseguiram, durante um certo tempo, mexer com isso, MNU. Conseguiram uma certa força durante um tempo. Depois a vida puxa para um lado e para o outro também, e o MNU foi perdendo... Mas aqui no Rio, o MNU nunca foi hegemônico. Nós tínhamos uma preocupação estratégica de ser hegemonia no Movimento Negro. E o Yedo era o cara mais antigo, mais experiente, mais respeitado, e eu tentava cobrir as minhas dificuldades me dedicando. Eu era dedicado: “Tem que fazer? Eu vou fazer!” E aí a gente fazia hegemonia por causa disso.

V.A. – Então o próprio Yedo saiu do MNU nesse momento?

A.M. – Saiu, claro. Saímos juntos e voltamos a ser SINBA. Tanto que todos os jornais, o 2, o 3, o 4, todos foram feitos no IPCN.

V.A. – A SINBA termina, pelo que eu vi em uma fonte, em 1982. É verdade?

A.M. – Naquela época o Carlão já não podia estar todo dia, o Célio já não podia mais, Miranda foi trabalhar lá para cima... e também tinha um negócio assim: “O IPCN tem sede e vocês vão só pegar a sede dos caras. Vamos construir a nossa!” Um pouco isso, um pouco aquilo, de maneira que fomos ficando mais distantes, e para eu e Yedo, nós estávamos em um ritmo, a gente estava em um pique: “Já temos uma sede. Não precisamos de outra sede. Isso aqui é a casa do Negro.” Já não tinha espaço para picuinhas. Nós não denunciemos? Denunciamos mesmo: “Isso aqui é o imperialismo!” Fizemos isso no jornal SINBA 1. Discutíamos isso em todo lugar que havia Movimento Negro e denunciávamos o IPCN como lugar de elite. E que aquela casa ali era um absurdo: “O imperialismo.” Mas quando precisamos, corremos para lá. Nossa visão era muito estreita a esse respeito, na época. Corremos para lá, aí inverteu: “Isso aqui tem que ser a casa do Negro! Então é aqui, pronto.” Mas o Célio tinha um pouco de escrúpulo: “Não, vamos fazer a nossa na base.”

Começamos a ver: “Espera aí, para o pique que as coisas estão tomando, nós não podemos fazer isso. Nós temos que estruturar, e já tem uma estrutura aqui. Agora é relações internacionais. Nós temos que começar a escrever, a publicar documentos. Temos que articular com os partidos africanos. Temos que ganhar o mundo... E eles não acompanharam esse pique. Vida pessoal, coisas...

V.A. – Então a SINBA acabou se dissolvendo...

A.M. – Já estava se dissolvendo, mas a gente ainda tinha um mandato. Então fizemos os jornais 2, o 3, o 4 e o 5.

V.A. – Até 1982 mesmo?

A.M. – Até 1980. O SINBA saiu em 1980. Aí já começou a ficar uma certa polêmica interna, porque a gente era SINBA, mas estava dentro do IPCN.

A.P. – Vocês já eram filiados ao IPCN desde 1978?

A.M. – É. Eu não me filiei em 1978. Eu só vou me filiar em 1980.

V.A. – No seu currículo está escrito...

A.M. – Não, eu não me filiei em 1978. Só em 1980, quando surgiu a crise. Por sinal, vocês vão pegar todos os documentos da SINBA, se a gente conseguir pegar um dia – eu acho que estão com o Yedo, não sei com quem estão –, eu nunca assinei uma ficha de filiação a SINBA. Eu não fui filiado a SINBA. Interessante, não? Não fui fundador porque não estava na hora do livro, e depois nunca fiz ficha de filiação. Já era, já estava, nunca tive essa preocupação. Com o IPCN a mesma coisa: Eu fui para lá, a gente assumia tudo, fazia as coisas dentro do IPCN de 1978 a 1980. Aí se fortalece de novo o *corpus* do IPCN, porque da mesma forma que Célio, Miranda, Carlão, tinham um certo grilo com o IPCN. Um negócio assim: “Pô, isso é deles. Nós somos SINBA, eles são IPCN. Nós somos o primeiro, eles são o segundo.” Ao mesmo tempo que eles tinham isso, do lado do IPCN também tinha. Então Orlando, Benedito Sérgio, diziam: “Vamos tomar esse negócio de novo, porque eles estão lá comandando. Amauri e Yedo que estão comandando.” E aí começou essa... Aí eu disse: “Tenho que me filiar porque vai ter assembleia geral.” Aí o número já era 220. Meu número é 220 ou 222, uma coisa assim... Já era 200. Eu me filiei depois de muita gente que eu botei lá. Porque quando eu fui para lá não tinha ninguém, só os fundadores. Não tinha 50 sócios no IPCN.

Enfim, chegamos em 1980 SINBA, ainda, mas desse momento em diante a gente deixa, cada vez mais, de assinar como SINBA e passa a assinar como IPCN. Aos poucos a SINBA foi sumindo... Em dado momento, a gente já não fala SINBA. Em 1980 lançamos o Cadernos SINBA, em 1983 ainda lançamos a coleção SINBA, porque para nós era assim: O IPCN era a instituição e a SINBA era a agitação. Através da SINBA nós faríamos a revolução. O IPCN era institucional, abrigava todos os negros. Assumimos a direção em 1982 – num golpe mesmo. O Yedo era ótimo, ele arrumou uma ata lá e assumimos a direção – do IPCN. Dissemos: “A casa é nossa e vamos fazer coisas diferentes, vamos agitar.” Aí fizemos. Uma época de muita política, a volta dos exilados, a anistia ampla, geral e irrestrita, um processo intenso de fermentação política... Conseguimos então, um espaço grande para a gente poder atuar. Então nós fizemos uns ciclos – o Yedo é que é o cabeça, que planejou muito bem isso na época –, sociedade e questão racial, partido político e questão racial, igreja e questão racial, tudo podia ser junto com a questão racial. E aí foram ciclos de conversas de

discussões que não terminavam nunca, toda semana tinha um diferente: Lutas camponesas e a questão racial – não sei se esse teve, acho que sim –, imprensa e questão racial...

V.A. – Alguém era chamado para falar?

A.M. – Em todos. A gente colocava um de fora e um nosso para falar.

V.A. – Tinha público?

A.M. – O IPCN entupia. Muita gente. O Brizola fez um. Dom José Maria Pires da Paraíba, era o único bispo negro – era cardeal –, ele veio da Paraíba. Fomos pegá-lo no aeroporto. Pagamos a passagem dele. O Orlando conseguiu com alguém, com o pessoal dos sargentos, para trazê-lo.

A.P. – O SINBA também fazia divulgação desses eventos?

A.M. – O SINBA fazia assim: O folheto SINBA. A gente ia para a rua e agitava. Ia para os calçadões do subúrbio para fazer essa agitação, porque a gente ia vender o SINBA. A gente levava uns megafones, aqueles megafones de laranjeiras do subúrbio. Uns megafones de latão, com uma boca enorme. A gente recuperou aquilo, porque era do meu tempo de infância, mandei um cara fazer, um funileiro. Paguei uma “merreca” e o cara fez. E a gente ia para os subúrbios.

Chagas Freitas, tentando urbanizar um pouco, fez os grandes espaços de comércio se tornarem calçadões, onde não podia passar trânsito – por pressão do comércio, aí, se tornavam espaços comerciais, exclusivamente comerciais, lugares com canteiros, houve um momento que se fazia assim... –, e ali era ótimo para a gente, porque a gente chegava com uma parafernália de cartazes, de mapas, de cartazes com letras feitas em homógrafo, por exemplo: Pegamos extratos do discurso contra o colonialismo de Aimé Césaire, frases do Luther King, desenhos da Ângela Davis, Panteras Negras, Black Power, desenhos do Luther King – tinham artistas, o Roberto Casal fez para a gente o Luther King, o Mahatma Ghandi, Malcolm X, todos desenhos –, A gente colocava aquilo nas praças, pendurava, levava pregador, pregos, pregava nas árvores, e fazia uma verdadeira... A gente chamava: Ação do

Negro na rua. Era a agitação. A gente chegava lá, botava uma banca, botava os jornais em cima e começava a gritar: “O Movimento Negro! Estamos na luta!”

O povo achava meio estranho. Aos poucos o pessoal começou a aceitar, depois que a polícia não ia mais pegar, porque no início, a polícia vinha em cima de nós. Queria vir, mas a gente tinha um discurso político, que o PM ficava meio assim: “Não pode, Camelô não pode!” e a gente dizia: “Nós não somos camelôs. Nós estamos na luta contra o racismo...” A gente enquadrava o cara com o seguinte discurso: “Por favor. Só um momento. Nós somos cidadãos. Sem mãos, nada de mãos em cima da gente. Não é com você, nós vamos ao seu comandante. Segunda-feira estaremos lá com um ofício, porque nós temos uma organização...” O IPCN assinava. Era isso que a gente queria. O IPCN era o nosso aparelho institucional. Isso na nossa visão. A luta era feita na rua, no calçadão, no subúrbio... Era assim que a gente fazia.

A gente fazia essa parte. Então imagina: Dizer que o Brizola vai estar no IPCN sexta-feira dia tal. A gente tinha a programação do mês inteiro, e todo mundo se filiou ao IPCN. Entre 1978 e 1987, quando nós fizemos a primeira eleição fora de assembleia geral, eleição com urna, nós perdemos por 5 votos, foram, posso me enganar aqui, mas quem pode dizer isso é o Romão que fez a avaliação, Paulo Roberto talvez, chegou a ter quase 3.000 sócios no IPCN. Foi a primeira vez que Januário Garcia se elege presidente do IPCN. Depois ficou mais conhecido, por causa do 1988, que deu muita mídia. Quidem mesmo, eu acho que foram 800 e tantos votos. Era um peso, não é? Uma organização negra no centro do Rio, com 800 e tantos votos... Eu acho que foi isso... Acabamos perdendo por 5 votos. Eu era o candidato, mas aí já estávamos rachados, o Yedo não queria ficar no IPCN, ele queria continuar fazendo só a SINBA, ou não a SINBA, mas a Ação do Negro. Queria fazer um grupo, isso desde 1980, ele já estava querendo sair, a gente já começou a ter dificuldades... Ainda mais quando nós conseguimos o primeiro financiamento. Acho que ninguém nunca tinha pegado financiamento, fora o IPCN. Nós conseguimos um dinheiro com o Betinho, do IBASE, para fazer uma pesquisa, a História do Negro no Brasil. O título do projeto era *Três Momentos do Movimento Negro*. O Betinho conseguiu um financiamento para a gente do Canadá, depois, de alguém da Holanda, e deu errado, porque a nossa companheira que fez a ponte... Foi assim: Uma amiga nossa, economista, trabalhava no IBGE, tinha estudado na Inglaterra. O pai dela era um negro importante no Espírito Santo, ele era da Igreja Metodista, um cara importante na hierarquia, ele tinha sido presidente do ISER, inclusive, não tenho certeza,

acho que ele foi um dos criadores do ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião). E ela tinha um certo trânsito nesse meio, era metodista... Chegou para nós e disse: “O Betinho do IBASE está vindo...” O Betinho era um cara famoso, tinha feito a luta armada, tinha toda uma áurea em torno dele. “...ele quer conversar com a gente.” Dissemos: “Vamos lá. Para nós é ótimo, temos o maior respeito pelo Betinho.”

E realmente, o Betinho era um doce de pessoa. A gente sempre se reunia com o Betinho, Carlos Afonso e Marcos Arruda. Eles queriam saber o que era Movimento Negro, e a gente contava, a gente falava: “Queremos isso, queremos aquilo... Vamos fazer, vamos acontecer...” Aí o Betinho falava: “Vem para cá, vamos montar isso juntos aqui.” A gente dizia: “Não. Nós temos que ter independência. Que negócio é esse?” Eu já tinha recusado ir para o Afro-Asiático, porque o Vitor insistiu comigo para ir para lá e eu disse: “Não. Temos que ter independência no Movimento Negro. Não posso estar filiado a lugar nenhum.” Eu lembro que o Vitor ainda disse assim: “Tudo bem. Mas quem é que paga seu aluguel?” Na época eu dizia: “Não tem problema.” Aí é que eu criei essa frase: Tudo por conta de Zumbi. Coisas que a gente cria... Quem paga o aluguel, as contas, tudo era Zumbi... Não paga, mas... vai se levando. O importante é a luta...

V.A. – O aluguel seu, particular, porque a casa, o IPCN já tinha, não pagava mais aluguel.

A.M. – Da minha casa, quem pagava era Zumbi. Que não pagava nada. Eu tinha um emprego, mas não dava certo. Eu não podia trabalhar. Tinha um emprego, mas não tinha tempo, eu fui ser coordenador do colégio Centro de Estudos Eletrotécnicos do Rio de Janeiro, hoje é o Colégio São Leopoldo, no Méier. Eu não tinha como me dedicar lá. Tinha como? Pensa bem... Tinha que estar de manhã, não sei onde, tinha que ir não sei onde... Não tinha como me dedicar ao colégio. Fiquei uns 3 meses, depois voltei mais 2 meses para ser coordenador, aí o salário melhorava um pouco... Mas não tinha mais tempo, não tinha condições. Eu fui lá e pedi desculpas ao Antônio: “Não tenho condições, Antônio. Eu vou ficar só com as aulas de sábado.” Ele disse: “Amauri, você vai trabalhar onde?” Disse: “Estou vendo um negócio...” Era assim...

Com o Yedo foi a mesma coisa. Tinha um grande negócio: O Yedo seria o fornecedor de mármore para o Metrô do Rio. O Metrô do Rio estava construindo a estação Largo do Machado, a estação Carioca... Eu lembro que a empreiteira estava chamando uma licitação

para o mármore do Metrô Carioca, que era a maior de todas, e já estava tudo certo, quem ia ganhar era ele. Porque o Paulo, um camarada do Espírito Santo, de família tradicional lá de Cachoeira de Itapemirim... Mas esse camarada foi arruinado, ele jogava, não sei se bebia... Problemas na vida do cara... De família tradicional, mas arruinado, e tentava viver no Rio. Era Paulo o nome dele, e esse camarada era muito amigo do Yedo e ficou apaixonado pelo Yedo, porque o Yedo era um negro, mas um negro muito inteligente. Ele tinha inventado uns negócios lá nas obras da Barra... O pessoal de Cachoeira de Itapemirim, que eram os donos do melhor mármore brasileiro, davam uma “colher de chá” para o Paulo. Sempre davam um percentual, ele fazia uns negócios aqui, e eles davam um percentual para ele sobreviver no Rio, era um negócio meio assim, eu não sei exatamente como, se a família dele chegar aqui e disser que não era isso, eu não sei, mas era assim que passava para mim. E o Yedo era o pé e a mão desse cara porque, por exemplo: Os edifícios novos da Barra eram muito sofisticados, eles já não aceitavam mais tudo igual, e como o pessoal do mármore ia resolver essa questão para as grandes empreiteiras? O Yedo “sacou” uma coisa: “Não precisa ser personalizado? Precisa. Nós podemos personalizar o mármore lá.” Como? O Yedo desenhou, eu lembro que a gente estava sentado na Cinelândia, ele fez um desenho e disse: “Amauri, vai dar certo isso, eu tenho certeza.” Ele “bolou” um [*munk*], aquela mão mecânica em um caminhão. Então o mármore vem do caminhão, de Cachoeira de Itapemirim – as pedras inteiras –, vai direto para a obra, e na obra o *munk* carrega uma máquina, uma serra de mármore. Então, se na obra tiver que fazer soleira de tanto por tanto, mas o sr. Fulano, ao invés de querer a soleira dele com 15, ele quer uma soleira de 20 cm, de 40 cm, ele quer um peitoril maior para fazer não sei o quê... Por isso que, lá em casa, o peitoril da copa tem 50 cm, porque já serve para ser prateleira, eu lembro dessa conversa, na época, com o Yedo. Então, os camaradas queriam isso: personalizar a obra. E o Yedo veio com uma diferença: Ele “bolou” isso. O Paulo disse: “Grande!” Aí falou para os caras, os caras compraram o *munk*, botaram no caminhão... Eliminava 3 atravessadores, porque eles tinham que pagar aluguel das máquinas, tinham que pagar o transporte para aqui, tinham que pagar o cara que ia mexer, porque tinham que ser, todos, gente daqui. Dessa maneira não. O auxiliar do cara que vinha da jazida, já vinha tudo... Enfim, baixou o custo.

V.A. – Aí, ele quase participou...

A.M. – Ele era o cara, estava tudo certo para ele ser... O Paulo foi o fornecedor, mas teve que arrumar um outro cara para operar isso tudo para ele, porque ele não operava nada. E não foi o Yedo, porque o Yedo não tinha tempo. Entendeu como é que é?

Isso foi em 1977 ou 1978, não se tinha tempo. A gente não tinha tempo para nada. Era assim...

Resultado: 1983, 84, aí a gente já começa a consolidar, começa a ser um negócio com uma certa respeitabilidade. Já não era um escândalo chegar em família e dizer que eu estava no Movimento Negro. Antes era um absurdo: “Meu filho! Esse negócio de negro, que absurdo! Você estudou na universidade, vai abandonar isso tudo, aquele sonho de ir para a Alemanha?” Eu estudei alemão...

V.A. – Eu proporia de a gente marcar um novo dia...

[FINAL DA FITA 3-B]

2ª Entrevista: 19.12.2003

V.A. – Nós tínhamos pensado, Amauri, em começar a entrevista de hoje recuperando algumas coisas da entrevista anterior que nós fizemos. Uma delas, que é uma questão bastante específica, é sobre a atuação da polícia em relação ao Movimento Negro. Houve dois momentos em que você relatou, na última entrevista – estava ouvindo a outra entrevista, e chamava ele de senhor, agora já consigo chamar de você [risos] –, e que um era lá em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, na criação do MNU, que você estava relatando que: “Os manifestantes de um lado, a polícia do outro. Vamos, não vamos... Resolveram ir, e não houve uma repressão policial”.

E um outro momento na entrevista passada, você estava relatando que no subúrbio, vocês, na época do IPCN, estavam fazendo um esforço de florescimento do IPCN, montavam as barraquinhas do “Movimento Negro”, botavam os cartazes com letras de normógrafos, e que vinham os policiais dizendo: “Camelô não pode.” E vocês diziam: “Aqui não bota a mão, porque isso aqui é um movimento...” e que aí na base do convencimento, vocês diziam: “Isso aqui é o Movimento Negro...” e os policiais, então, desistiam de fazer qualquer espécie de repressão, se é que eu entendi bem. Então, a pergunta é: Como é que você via, e como é que

vê hoje essa relação do Movimento Negro, houve repressão ao Movimento Negro? Porque ele emergiu, surgiu, na época da ditadura militar. Houve repressão por ser Movimento Negro, o que você sente hoje a esse respeito?

A.M. – Nós não vimos a repressão ao Movimento Negro. Mesmo na SINBA, houve suspeitas de infiltrações de elementos ligados aos órgãos de informação.

V.A. – Como foram essas suspeitas, e por quê?

A.M. – Havia uma, e depois mais uma pessoa, que frequentavam algumas reuniões e que depois foram suspeitas, se tornaram suspeitas. Na época não eram suspeitas para nós. Mas quem fala dessa suspeição com muita propriedade, porque tem um documento – foi encontrado um documento de uma mulher que perdeu o documento depois de uma reunião, mas em reuniões do IPCN –, isso quem vai falar para vocês é o Benedito Sérgio, que me parece, está na lista, que foi o primeiro presidente do IPCN. Ele tem essa estória, porque depois foi se saber que um dos fundadores era sargento do exército, outro era oficial, acho que da Marinha, ou da Aeronáutica, e inclusive, tinha uma função prestigiada dentro da instituição, e eram ligados aos órgãos de informação. Houve também um coronel da Aeronáutica, branco por sinal, mas chegava com todo um discurso de aliança aos negros, aliança e sensibilidade à causa, e tempos depois ele se declarou francamente: “Eu estava ali profissionalmente. Não estava só solidário. Solidário sim, mas aproveitaram que eu era solidário à causa e que eu tinha uma visão sensível ao problema dos negros, e aí essas conversas que eu tinha internamente, que eu defendia os negros, foram aproveitadas porque eu tinha certeza...” Mais ou menos assim... Isso ele conversou até comigo depois, quando eu me tornei dirigente, e ele continuava frequentando a entidade normalmente. Ele é sócio do IPCN, era o sócio 50 e poucos. O IPCN chegou, no meu período, quando eu peguei, tinha 1.000 e tantos sócios, e chegou a quase 3.000. E ele era o sócio 50 e poucos, você vê que ele era bem no início. Ele falava que realmente era um homem dos órgãos de informação.

Depois nós vimos um dos sargentos, esses negros, que eram membros do IPCN, mas também faziam serviço de informação, o nome de um deles estava relacionado como oficial do exército, e também como membro de órgãos de informação, em uma determinada atividade brasileira em Angola. Saiu no jornal, aí que nós vimos: “Realmente o cara era de

informação.” Agora, o quanto eles faziam de fato como informante, ou acreditando na causa, como diz o coronel por exemplo. O discurso dele dizia assim: “Eu sabia que os negros não tinham nada de subversivos nesse país. Os negros, pelo contrário, o Negro só ajudou essa nação, e vai continuar ajudando...”

V.A. – O coronel branco?

A.M. – O coronel branco falando: “Só vai ajudar. É muito boa a ação, e se houver elementos perniciosos, comunistas... nós vamos identificar, denunciar... e não vai haver isso, porque essa é uma luta nobre, justa.” Isso é mais ou menos o que eu tenho a respeito dessas infiltrações, como a gente chamava, de órgãos de informação no Movimento. Agora, quanto a questão da polícia na rua, nós enfrentamos isso, em um primeiro momento era um misto de perplexidade do policial, um impacto, porque o nosso discurso politizado não era comum, era uma coisa completamente nova, para nós também. Era um negócio assim: “Vamos fazer. Vamos ver se dá, e tem que dar.” Da parte deles também era novo receberem esse impacto, era um pouco... Entre alguns, um olhava para o outro e dizia: “Realmente isso é um negócio diferente. Está vendo que esses caras não são camelôs, eles não estão vendendo nada de camelô, é um jornal que fala de racismo.” Mas ao mesmo tempo, um queria ser polícia, exercer o poder de polícia. Polícia falou está falado. Então ficava uma negociação entre eles próprios e entre nós, e o fato é que nós nunca saímos da rua, nós sempre ficamos. Houve alguns momentos em que tivemos que ficar mais na base de “ficar ficando!”, na marra, porque eles queriam tirar... O cara chegava a chutar uma banca, e a gente chamava a atenção e gritava... Um negócio mesmo difícil, mas ao mesmo tempo, a própria população estranhava: “Que negócio é esse? O que é isso?” Então, não sei se isso pode se caracterizar como repressão ao Movimento Negro. Agora, da nossa parte, com certeza, nós estávamos fazendo um ato heróico de afirmação do Movimento Negro. Isso a gente tinha bem claro, senão não dava para segurar aquela barra. Era um pouco assim...

V.A. – E na marcha de 1988, não teve nenhum momento...

A.M. – Aí foi completamente diferente de tudo. Porque em 1988 nós fomos marcados bem antes. Houve o caso dele, eu não sei se Amílcar lembra, mas Neusa com certeza vai lembrar,

porque ela ficou aterrorizada, e Diana, que já era mais crescida, já tinha 15 ou 16 anos em 1988, e realmente, foi lá, pelo menos uma ou duas vezes, talvez mais, aparecia um cara depois que eu saía...

V.A. – Onde? Não entendi.

A.M. – Em casa.

V.A. – A polícia foi lá, alguém foi lá?

A.M. – É, alguém foi lá. O que eu soube quando cheguei em casa? “Chegou um homem bem vestido, falou sobre seu pai... E eu disse que não estava...” A gente não tinha muro, acho que naquela época já era um muro baixinho, e o portão era de madeira e não fechava nada. Então, um camarada se insinuou, qualquer coisa assim: “Cadê seu pai?” Ela disse: “Não está, já saiu.” Ele disse: “Tem que ter cuidado...” Um tipo de advertência, de intimidação, uma coisa desse tipo. E não foi só uma vez, foi mais de uma vez.

Isso a sua mãe contando para mim, a Diana também. Você já ouviu essa estória, não é?

Mas eu não queria, não estava aí... A gente estava em um pique... A marcha de 1988 foi realmente um momento que somou uma determinação, uma consciência do que a gente estava fazendo, de que era preciso romper com aquela visão quase idílica que o centenário colocou, porque todos os órgãos de divulgação... A Globo começa o ano com aquele *Axé da Globo*, você lembra? Os artistas negros fazendo, todos eles no padrão “global”. O Milton Gonçalves teve uma atuação muito importante na época, porque começou com um tom positivo. Todos os artistas negros conhecidos da Globo e alguns outros que não eram da Globo, e outros que eram artistas que não eram da Globo, mas eram conhecidos, seja no meio negro, seja pela população: pintores, o pessoal de teatro, cinema, cantores, negros intelectuais conhecidos, vinham e davam o seu *axé*. A câmera sempre um pouco dividida entre o conjunto dançando e cantando, não folcloricamente, todos de branco, um negócio atual, contemporâneo. Nada de negro fantasiado com cores. Isso é fácil de pegar. Cada um vinha um momento e falava o seu *axé* para o povo brasileiro, *axé* para a nossa raça, a nossa

luta... Isso passava o dia inteiro durante quase todo o mês de janeiro, acho que também em fevereiro. Isso criou um clima muito positivo sobre a questão do centenário da abolição.

Todos os jornais prometiam, e logo no início do ano fizeram cadernos especiais sobre isso. Cadernos do *Estadão*, da *Folha de São Paulo*, de 10 páginas, 20 páginas, às vezes sobre arte, às vezes sobre o negro na situação atual – variava muito o enfoque. Associações de todo lugar, de todo tipo, do sindicalismo, de associações profissionais de auxílio, igrejas religiosas, escolas de samba... Todo mundo ia fazer uma coisa grande, se preparando para o centenário da abolição. Mas tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente para botar água nesse açúcar. Era para mostrar que não havia harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia era o racismo, que a gente queria a harmonia, mas que isso tinha que ser construído. Talvez a expressão não fosse exatamente essa, mas a ideia era essa: “Queremos, mas isso não existe. Queremos porque não existe. Se alguém diz que existe, está errado e nós temos que combater.”

Isso foi muito bem preparado, isso leva um longo tempo, porque em setembro do ano anterior a gente já estava se preparando para isso. Antes, em março de 1987, já tivemos uma visita da Lucinha, eu lembro bem dela chegando, uma amiga nossa – hoje é uma psicóloga muito festejada de um ONG forte de Psicologia Social em São Paulo –, ela veio ao Rio, fez questão de vir, e conversamos, fizemos a primeira grande reunião no IPCN, que era assim o espaço de todos. A militância do Movimento Negro no Rio de Janeiro, da Benedita ao Ranulfo – que é um sem-terra, na época do primeiro governo do Brizola ele foi um dos ocupantes da terra em Queimados, um lugar muito distante, ele conseguiu lá 10 hectares para ter uma rocinha dele, um cara que não tinha nada, absolutamente nada, só tinha um bom inglês que ele falava que aprendeu em casa sozinho. Um autodidata, um intelectual opinando sobre tudo, sobre qualquer coisa, e com uma certa solenidade, mas nunca tinha estudado formalmente. Então do Ranulfo até a Benedita da Silva, o Movimento Negro do Rio de Janeiro passava pelo IPCN, todo mundo era sócio. Mesmo que não atuassem. Então, Ivanir dos Santos era sócio, Marileia não chegou a ser sócia porque era do CEBA, ela também esteve aqui, não é?

Conseguimos juntar uma boa parte dessa diversidade para discutir sobre o centenário. “O centenário seria um momento de ruptura.” Essa era a nossa visão. Em 1987 a Lucinha vem e diz: “Eu estive em um seminário no SEBRAPE, em que eles estão se preparando, têm dinheiro para fazer pesquisas, vão jogar uma nova História, mas com a visão deles, uma visão

de democracia racial, mesmo que crítica, mas sempre eles sendo os produtores da História. Nós temos que romper, não podemos aceitar isso.” Dissemos: “Legal. Vamos fazer isso. Vamos nos mexer.” Aí ficamos o ano todo falando nisso. Mas também, foi um ano difícil, porque 1987 foi ano de eleição no IPCN, e aí foi um momento em que o IPCN estava muito forte. Tinha todo mundo no IPCN no início de 1987, e houve uma disputa em que, eu não tenho certeza, mas assim, 800 ou mais votos, acho que não passou de 1.000 votos, mas havia 1300 e tantos sócios quites nesse período no IPCN. Porque se aproximava o centenário, porque a gente fazia muitas coisas no IPCN, porque tinha o nosso grupo e tinha o grupo do Januário, que ainda não era o grupo do Januário. Ainda era muito o Romão mais forte, era Pedrina, que tinha rompido conosco, começou junto conosco em 1979, 80, mas depois rompeu conosco porque achou que a gente tinha uma visão muito limitada, umas coisas assim, disputas internas. Mas a gente tinha o espaço dentro do IPCN e a gente agitava muito, esse período das bancas e tudo, o nosso lugar era no IPCN, mas era uma sala no IPCN, a gente não queria ser direção no IPCN, a gente proclamava: “Não queremos ser direção.” Eu estou falando de Yedo, eu, Suzete Paiva, a própria Pedrina no início, Estela, Jair, Cecília, que era muito forte a presença, o pessoal que se dedicava mesmo, e Aderaldo Gil... Muito importante esse pessoal, porque segurava. A gente tinha um grupo muito coeso, a gente tinha uma certa presença, uma onipresença em tudo que havia de Movimento Negro. A gente escrevia, a gente estava presente em tudo, tinha a palavra em todo lugar, era chamado para organizar tudo, tudo de Movimento Negro, que afinal, não era tão grande assim, mas a gente estava um pouco dentro. Por isso a gente era muito tomado, vivia muito em função disso direto, a semana... Em suma, nesse momento a gente consegue juntar essa diversidade e a ideia era realmente de romper.

Acho que me perdi um pouco...

V.A. – A ideia era que houve uma repressão policial na marcha propriamente...

A.M. – Isso estava muito visível. Em setembro a gente já fez algumas reuniões com o Frei David em São João de Meriti, com o pessoal do CENIERJ em várias cidades do interior, Cabo Frio era um grupo muito forte, Volta Redonda era muito forte, tem o Clube Palmares, em São Gonçalo com a Marileia e com o Jorge Santana, em várias regiões. Em outros Estados, a gente tinha correspondência, e sempre um ia indo aqui, o outro vindo de lá para

cá... E então, estava se mostrando realmente que ia ser uma coisa grande, o centenário da abolição, e seria diferente para o Movimento Negro. Essa é a interpretação que eu faço hoje. Mas era um pouco assim que a gente pensava na época. E aí, a gente tinha essa noção: “Nós vamos romper, e para romper tem que ser forte, e para ser forte nós temos que nos estruturar.” Havia muita coesão.

Eu falei de todo esse quadro do IPCN, porque na eleição, em mais de 800 votos – eu não lembro exatamente, sei que foi grande – nós perdemos por cinco votos. Então foi muito disputada e aí, os ânimos foram muito exaltados, tanto que a direção do IPCN não apoiava de jeito nenhum, todo esse movimento da organização da marcha. Não apoiava mesmo. Foi uma luta tornar a sede do IPCN a sede da marcha, foi uma disputa direta com a direção. Uma das primeiras disputas que a gente fazia institucionalmente.

Enfim, conseguimos fazer as reuniões e ir tocando em frente esse processo. No final do ano estava claro que a gente ia apontar. O nosso grupo era o que tinha clareza de que tinha que romper. Eu não sei se falo... Era o nosso grupo, aí tinha mais um dali, mais o Marcílio do interior, como ele chamava, o Manuel Justino de Nova Iguaçu, que por sinal hoje é vereador em Cabo Frio, e mais um ou outro de outros grupos. Mas o nosso grupo não. O nosso grupo era coeso: “Vamos para a marcha. Não podemos fazer...” Eu lembro que logo no início do ano, na primeira reunião que tivemos, como o IPCN não aceitava, e no início para fazer reuniões, ainda não tinha todo mundo, então a primeira grande reunião que houve, bem no início do ano, na primeira ou segunda semana de janeiro, foi na ASSEAF (Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM), porque o Ivanir chamou. Hável, viu que o IPCN estava meio dividido, quero dizer, estava contrário a isso porque nós éramos oposição dentro do IPCN, então o Ivanir chamou a reunião para lá. Nessa reunião foi muita gente. Houve uma primeira reunião na primeira semana, que foi menos gente. Eu, inclusive, não fui. Eu não estava no Rio. Acho esse ano nós passamos em Além Paraíba. Essa primeira semana, por alguma razão eu não estava na reunião, aí chamaram logo outra, acho que uma semana depois. Essa sim cresceu, estava todo mundo lá. Da ultra-esquerda, o pessoal da Convergência Socialista, até companheiros nossos de luta, um pessoal bom, de Nova Iguaçu, São João, Marcelo, Haroldo, Denise, que depois se casaram, a Vera, que era liderança do sindicato da previdência, SINDSPREV, e alguns outros, gente combativa, e todo mundo, o pessoal do interior veio, foi uma reunião grande. O Frei David estava nessa, hoje é tão conhecido. E nessa reunião, a

primeira decisão era que a sede tinha que ser no IPCN, para a frustração do Ivanir, mas ao mesmo tempo ele viu que tinha crescido e também ficou animado. “Então nós temos que ir para o IPCN. Tem que ser no IPCN, ninguém pode nos barrar. O IPCN é a casa do Negro.”

Essa era a primeira decisão. A segunda era de que barramos inteiramente, porque já havia os planos, que seria um momento apoteótico na Praça Quinze, os artistas negros iriam encenar aquele momento do patrocínio entregando a rosa de ouro para a princesa, seria uma encenação profissional filmada para o mundo inteiro. Aí, houve uma proposta, que a discussão foi longa, durante longo tempo, que depois voltou, que a gente fosse para lá para questionar. Primeiro que a gente tinha que fazer um novo discurso, já que isso seria para o mundo inteiro, a gente deveria fazer um discurso, por dentro desse influenciar na direção da peça, desse cerimonial... Ou então fazer algo depois, uma crítica. E a nossa visão sempre era: “Não. Nós não temos nada a ver com aquilo lá. Que eles façam aquilo lá. Nós vamos fazer algo maior, que vai ser a referência.” Diziam: “Mas a mídia vai cobrir lá.” Dizíamos: “Não vai. A mídia vem para nós se nós fizermos com força.” Era essa a nossa visão. E a gente defendia com tanto empenho, que realmente foi convincente. Também, porque em vários grupos tinha gente que percebia isso, reflexivamente ou intuitivamente, mas percebia, chegava para a gente e dizia: “Será que vai dar? Mas vamos nessa.”

Foram somando assim, então, depois, quando fomos para a segunda, terceira, as reuniões passaram a ser semanais no IPCN, em fevereiro, março, a ideia era essa: fazer uma grande manifestação de todos.

Bom, ainda assim havia gente que percebia: “Fazer essa manifestação é grande, mas daqui nós não vamos fazer, por mais que venha o pessoal de outros lugares. Grande manifestação a gente só vai fazer se virarmos...” Aí, começamos a elaborar um projeto, que foi toda uma visão estratégica para mexer com isso.

Realmente quem acompanhou esse processo foi o Gil, o Aderaldo foi o único que disse: “É isso aí. Vamos lá.” Nós elaboramos mesmo, toda uma visão de que as reuniões de organização não poderiam ser só no IPCN. Não era assim: “Reuniões nos bairros e depois as plenárias no IPCN.” Não. “As plenárias de organização tem que ser no interior, tem que ser na baixada, tem que ser no subúrbio.” Aí nós inventamos esse negócio de comitês do Movimento Negro. Comitês do Movimento Negro tinham que ser criados onde tivesse negro militante. Tem negro com consciência negra, ali se cria um comitê. Eles organizavam toda a infra-estrutura, o clube a escola e bancavam tudo, porque a gente não tinha recursos, a gente

não tinha nada. Essa marcha foi organizada sem absolutamente nada. Na última semana, 15 dias antes foi a última grande plenária no comitê de Jacarepaguá – eram professores de várias escolas lá, quase todos professores, e a Neuza hoje, por sinal, é uma dirigente importante de uma ONG importante de mulheres negras aqui do Rio, ela é a pessoa que eu mais lembro lá. E lá que nós tivemos que tirar, na última hora, a decisão de quem ia bancar o carro de som, porque não tinha dinheiro para o carro de som.

Os folhetos, eu não lembro bem quem botou na rua. Os cartazes foram bonitos – foi o Luís Carlos [Rugar] que fez a arte final e que pagou para fazer fotolito, chapa... E a impressão eu não lembro onde foi feito, eu sei que nós não admitimos que tivesse apoio de ninguém. Não tem nada escrito. Não tem apoio de sindicato... Era Movimento Negro e acabou. Porque era o momento da gente e agente estava muito forte, então pudemos dizer isso: “Quem quiser fazer, faz.” Não sei qual foi o sindicato que ajudou. Acho que o Sindicato dos Bancários ajudou muito. Foi um momento em que a direção do Sindicato dos Bancários era da Convergência Socialista. Então o Ciro, não diretamente, não lembro do Ciro ter aparecido em nenhuma reunião, mas o pessoal da Convergência Socialista, o Haroldo, o Marcelo, Denise, o próprio Damião, que passou a trabalhar depois com o Ivanir no CEAP. Eles eram muito dedicados... Eu lembro que o Sindicato dos Bancários rodou os boletins da marcha. Foi uma tonelada de boletins, muita quantidade, tanto que eu ainda tenho lá em casa uns 50, talvez mais. Sobrou, mas tinham muitos boletins. Eles fizeram um trabalho bem feito, capricharam, chegou na hora que disseram que ia chegar, foi legal, e acho que eles rodaram uma parte dos cartazes.

Enfim, todo esse contexto muito forte sendo preparado; as reuniões em vários lugares, reuniões no interior, na baixada, em Niterói, em São Gonçalo... Isso criou um estado tal de mobilização, que todo mundo sabia que a gente ia fazer uma coisa muito grande. Aí a repressão veio. Aí foi duas ou três vezes alguém lá em casa para advertir, intimidar. Como algumas vezes que a gente estava saindo – a gente saía sempre muito tarde, e tinha que sair correndo, correndo mesmo. A gente corria da rua Mem de Sá até o trem, que era o último trem. Em geral não se tinha o dinheiro da passagem, porque os ônibus eram muito caros, e não tinha como ir, a não ser pelo trem, e o trem tinha o último horário, e a gente ficava na reunião até que alguém dizia: “Está na hora.” Aí tinha que sair correndo, correndo mesmo até o trem. Mas como eu tinha um bom preparo físico, não era tão ruim. O Yedo também, apesar de seus 70 anos, é um menino ainda. Então, a gente ia correndo e pegava o trem.

V.A. – E quando saíam, também percebiam alguma repressão?

A.M. – Houve algumas vezes que a gente percebia a repressão.

V.A. – Alguém olhando...

A.M. – Tranquilamente. Carros passando fotografando... Intimidação mesmo.

V.A. – Em princípio já estávamos fora do regime militar, 1987,88...

A.M. – Isso já é 1988, em cima da hora, isso é entre março e maio.

V.A. – Durante a constituinte, não é? Em plena democracia.

A.M. – Em plena democracia. Mas a gente via a repressão claramente. Tanto que nos surpreendemos. A gente contava com os carros de som que se alugava aqui em baixo. Por sorte, eu disse: “Não. Vou falar com o pessoal do Almir Rangel, lá em Campo Grande. Eu trago o carro de som, desço já com o carro de som.”

Eu não lembro de ter pensado estrategicamente que alguém aqui em baixo poderia barrar, mas já tinha ordem nos principais... Tinha dois ou três que alugavam regularmente para os sindicatos, depois é que os sindicatos fizeram os seus, na época só havia um ou outro sindicato que tinha um carro pequeno, peruas pequenas, mas caminhão mesmo os sindicatos não tinham. E esses lugares que alugavam aqui em baixo, que eram conhecidos, já estavam avisados que não podiam... Uma coisa assim. Depois falaram. Isso eu também não tenho como comprovar, mas surgiu esse papo.

Mas aí eu vi: “Eu moro em Campo Grande, o Almir Rangel é de Campo Grande, são os maiores carros que tem. Foi quem lançou aqui no Rio esse negócio de trio elétrico... Vou alugar o maior carro do Almir Rangel.” E lá eu falei com o camarada, e não dava para trazer, porque esse carro muito grande, o maior de todos, ficava em um determinado lugar, e eles tinham que ir lá, chamar o motorista... Tinha toda uma logística que eles tinham que fazer para poder trazer esse caminhão. Deixei a metade do dinheiro, a outra metade a gente ia pagar

depois, estava tudo certo. Desci, peguei o ônibus e desci. Quando eu passei na Central, estava o Aderaldo lá. Nós conseguimos pegar os seis palanques da RIOTUR, a RIOTUR tinha seis palanques para eventos. Os seis foram juntados como móveis para fazer a grande manifestação, só que era em frente a Central. Esse era o nosso propósito. A marcha chamava no folheto, da Candelária à Central. “Vamos inverter isso tudo.” Porque é o percurso da massa. A massa sai do Centro e vai para o trem. Sai por vários caminhos, um pouco pelo Campo do Santana, um pouco pela Rio Branco, um pouco pela Uruguaiana, cada um vai fazendo o seu percurso, ou Praça Mauá, mas todo mundo passa ali por aquele miolo, de quem vai dali da praça até a Candelária. Ali a gente estaria com a concentração, essa era a ideia. Quando eu passei de ônibus por ali, eu vi o Gil falando. Já estava o som posto, isso eram umas 10 horas da manhã, o som colocado e o Gil falando sozinho lá, um monte de gente passando olhando, muitos cartazes, já tinham embandeirado aquilo lá.

Muito bem. Quando eu cheguei no IPCN, já tinha um comando totalmente diferente: “Olha, já está todo mundo com o secretário Sabóia.” Não lembro se era secretário de Justiça ou de Segurança, acho que era secretário de Justiça. Então, o pessoal já estava todo lá, tinham sido chamados de última hora. O comando da marcha tinha que ir para lá. Eu disse: “Não, nós não temos nada que ir para lá. Quem é que está lá?” Mas aí, o pessoal que estava, realmente, era o pessoal imprescindível, o pessoal que tinha os contatos, as referências. Por um lado eu não queria ir, pensava: “A gente pode ser preso.” Por outro lado pensava: “Tenho mais o que fazer aqui, tenho que mobilizar as últimas coisas preparar...”

[FINAL DA FITA 4-A]

A.M. – ...Mas tinha que ir. Eu consegui falar no telefone com alguém de lá que disse: “O secretário é a favor. Pelo contrário, ele está do nosso lado.” Eu disse: “Se ele está do nosso lado, eu não estou entendendo, mas tenho que ir.” Aí fui para lá, saí do IPCN e fui para lá. Quando cheguei lá, realmente, para resumir o negócio, o que o secretário falava era o seguinte: “Olha, o que eu estou querendo garantir essa manifestação, mas para isso a gente tem que ter um acordo, porque o problema são os verdes. São eles que estão achando que vocês vão fazer o que o Frei David falou que vai fazer, que é subir, cuspir, jogar pedras, jogar ovos no busto do Caxias. Tinha saído uma entrevista do Frei David na revista *Veja*, houve

uma *Veja* especial que saiu por aqueles dias, acho que saiu no domingo e a manifestação, acho que foi na quarta-feira, dia 11, e o Frei David tinha falado do Caxias. Ele não falou nada que ia fazer, jogar nada, só falou que o maior símbolo do Exército Brasileiro, era visto naquele momento, ainda era forte o negócio da ditadura, que Caxias seria o exemplo do Exército Brasileiro, o símbolo, e portanto se desmistificava a imagem de Caxias. Caxias teria sido um escravista, teria sido conivente com a repressão à escravidão, aos escravos fugidos, e era importante mostrar isso. Tinha que desmistificar a História toda. Então, que o Movimento Negro, ao passar pelo busto de Caxias, ia lembrar esse momento. Mas ele não falou em agressão, não falou em nada disso.

E se fosse realmente para defender, para manter, bastava botar uma barreira de soldados ali. Nada justifica o tamanho, o volume, a comoção que ficou perante aquele monte de tropas que se colocou nas ruas. Isso está documentado em todos os jornais. Nós temos vários vídeos. Você era pequeno, você lembra disso, não lembra?

A.P. – Lembro perfeitamente dos tanques.

A.M. – A família estava toda lá. Os tanques, armaram casa mata, aqueles sacos enormes metralhadoras... Loucura. Foi paranóia do Comando Militar do Leste. E o Sabóia falava isso para a gente: “O problema é esse. Vocês não podem... está arriscado eles invadirem por cima da gente, porque a polícia não vai reprimir vocês. A Polícia Militar não vai reprimir. A Polícia Militar está sob meu comando. Mas eles podem...” Porque a polícia militar é força auxiliar das Forças Armadas. Se chega um general lá e diz: “Quem está comandando sou eu.” A Polícia Militar vai seguir o general, porque o comandante da Polícia Militar – era o Moreira o governador – é subordinado ao general do exército, e era um oficial do exército. Então ele teria que se submeter. Então o Sabóia dizia: “A gente tem que garantir que a Polícia Militar não reprima vocês. Como vamos fazer?” Eu disse: “Olha secretário, não tem acordo. A nossa palavra desde que eu cheguei... Não tem acordo. Nós não podemos fazer acordo em relação a algo que nós construímos, que nós nem mesmo sabemos como vai ser. Não tem acordo, porque nós não podemos fazer um acordo.

Ele mesmo dizia: “Já está cheio de gente. Está chegando gente pelas barcas, pelo trem, a gente tem informações de todo lugar...” Toda hora ele ia no telefone, toda hora o telefone de um lado e do outro, os assessores dele... Ele estava com a cidade sob controle, é

claro. Então, tinha informação da P2, ele falava: “O pessoal está falando que está chegando muita gente com faixa, com cartazes de todo lugar e o exército já está prendendo esse pessoal, já está quebrando bandeiras, e não está deixando vir.” Aí eu disse: “Então não tem acordo. Vamos embora.” Aí fomos embora. Ele disse: “Mas eu tenho que dar proteção a vocês...” Eu disse: “A responsabilidade é sua. Nós não temos nada com isso. Nós estamos presos? Não? Então vamos embora.” Aí saímos, fomos saindo, deixando ele falar. Ele não sabia o que fazer, nem nós também. Fomos para o IPCN. Lá era claro, quando nós chegamos no IPCN, éramos quatro, tinha o comando reunido para decidir – tudo no Movimento Negro é assim, é um pouco com um certo folclore até, mas a esquerda é assim, e sempre foi muito clara essa coisa de esquerda no Movimento Negro, então, tudo é assembleia, tudo tem que decidir por maioria –, então estavam lá, representantes de todo mundo no IPCN, esperando a decisão de como seria o comando do som, quem usaria as fitas – porque a gente tinha programado que o comando usaria uma fita vermelha, o pessoal mais amplo com a fita branca que faria não sei o quê... Isso já tinha sido planejado. Agora, quem faria isso, quem vai botar o guiso no pescoço do gato? Quem vai assumir o som? Quem vai assumir o comando efetivo? Isso aí não estava definido. Estava lá o pessoal esperando, mas havia uns cinco ou seis carros, o que não era comum, do outro lado da rua, na Mem de Sá, e ali é uma rua estreita, e estava atrapalhando... Em posição de saída para o fluxo. Eram carros de policiais. Havia uns cinco ou seis carros.

O que nós fizemos? Mandamos vir três táxis. Ia dividir o comando por três táxis e assumia quem chegasse primeiro na marcha. Então um seguiu direto pela Mem de Sá, lá pela rua de Santana e ia, se fosse o caso, dar a volta pela rua de Santana e pegar talvez o viaduto, vir lá pela praça Mauá... O outro saiu, deu a volta pela rua Riachuelo para ir para o aterro do Flamengo, pela Lapa, para tentar vir por trás da praça Quinze. E o outro tentaria ir direto para o Ato, saindo dali, descendo a rua Vinte de abril e subindo a Av. Presidente Vargas direto em direção ao Ato. Foi isso que nós fizemos. O meu carro foi o que foi direto. E chegamos sem problemas. Quando nós saltamos já estavam lá os policiais. E, realmente, era o pessoal da polícia dando proteção para nós. Proteção assim: Eles não estavam ali para nos reprimir. Porque quando nós chegamos ali na altura da Biblioteca do Estado, já não dava para passar carros, táxis, estava tudo parado, o trânsito estava parado. Então nós saltamos do táxi ali e fomos andando a pé. Aí percebemos – quem estava comigo? Que eu lembre, só o Ivanir. Acho que estava o Marcelo, que já faleceu, do 20 de novembro de Nova Iguaçu. Eu

realmente não lembro, estava com a cabeça nesse momento... Isso é claro, aquilo ali era o centro. A gente era o comando, e fomos indo... Pelo caminho a gente já via que o pessoal estava em clima extraordinário. A militância toda ali junta, a gente sabia que era um grande momento pela quantidade de policiais. [risos] A gente via pelo contraste.

Já tinham parado o trânsito do outro lado das ruas. Só a pista da direita, de quem vai da Candelária para a Central, que ainda estava liberada para tráfico. Mas, tudo congestionado. Estava uma loucura. O rio parou! Todas as vias de acesso, o aterro do Flamengo... E a gente caminhando para assumir o som. Era claro para a gente que havia muita repressão, não só ostensiva, como muito policial disfarçado. Mas eu fiquei mais tranquilo quando o Chicão chegou perto de mim. O Chicão está naquela estória do capitão Sérgio do Para-Sar. Era um negão muito forte, membro do IPCN, aquele cara sempre ali, presente... Como ele tinha essa estória, ele era cabo, na época, com o capitão Sérgio “macaco” do caso Para-Sar, e ele tinha essa coisa de nacionalismo, era um cara de esquerda e tinha essa visão heroica do papel das Forças Armadas, da dignidade do soldado... Ele tinha isso, a vida dele era isso, era sempre um cara ligado ao capitão Sérgio. Acho que ele também tinha sido cassado, ou afastado, tinha um negócio desse com ele. Ele chegou perto de mim e falou: “Amauri, não tem problema. Está tudo certo. Em volta de vocês está tudo garantido. O pessoal que está aqui é nosso, está tudo certo.” Eu disse: “Então está bom!”

Não imaginei bem o que representava isso, mas o Chicão falando, ele era uma referência, era um cara sério. Eu disse: “Então vamos embora, vamos subir no caminhão.”

Aí começam aquelas disputas, de novo o comando se reunifica: “Aí não pode, porque tem que esperar a hora...” Eu disse: “Não temos que esperar a hora, estamos vendo que já começou, eles começaram. Vamos embora!” “Vamos entrar, não vamos...” Foi uma loucura. Eu não sei descrever bem, só sei que o Milton Gonçalves veio e falou para a gente que a gente tinha que conversar com o general do Comando Militar do Leste. Não sei se era o Comandante, talvez não, mas era um general – eu servi o exército sei que o general olha para a gente diferente, general é general. Ele veio conversar e disse: “Vocês ao invés de irem fazer, vocês vão dar a volta...” Eu disse: “Olha general, não tem volta, não tem acordo!” E o Milton nervoso... Como é que se diz para um general que não tem acordo, ele com os homens na rua? Não tem acordo. Eu disse: “Nós vamos entrar com o carro de som...” Ele disse: “Não o carro vai sair por lá, porque...” Eu disse: “Não. Nosso carro é aqui, nós vamos fazer...” E foi realmente um momento em que, para ir, foi na pressão.

Eu subi no lugar onde a gente pisa no caminhão para poder falar com o motorista. Eu fui do lado do motorista dizendo para ele: “Vamos embora. Sai...” O caminhão estava por trás da Candelária. Ele tinha que sair por trás da Candelária no fluxo, para atravessar para o outro lado, para pegar a pista que a gente queria, a pista do meio descendo. Só que, o caminhão saía e veio um coronel, ou um soldado, foi uma loucura aquilo ali, eu não lembro bem. A imagem que eu tenho é que os policiais militares, um pouco meio sem ser ostensivo, mas disputavam com os soldados do exército quem é que ia estar ali, porque ali é que ia decidir. E tinha um coronel da PM que olhava muito para mim, e como que dizendo: “Não é comigo...” É um negócio que eu não consigo lembrar bem. Eu só sei que a gente tinha a decisão de ir, e eu subi naquela parte ali, segurei na porta e disse para o cara: “Vamos embora.” Aí ele disse: “Ele disse que não pode.” Estava o coronel pendurado do outro lado. Eu disse: “Mas você foi pago para ir. Vamos lá. Vamos embora. Liga esse carro...” “Não liga!” “Liga!” Aquele tumulto... E pressão... E pega na garganta do cara. E o cara pequenininho... [risos] Só que o coronel estava mais longe do que eu. Eu disse: “Fecha o vidro dele.” Ele fechou o vidro. Eu disse: “Liga. Acelera, vamos embora...”

E muita gente nossa, esses eu não digo os nomes, tentando me tirar dali, dizendo: “Vamos negociar, vamos conversar...” Eu disse: “Não tem conversa, vamos embora...” Eu dizia: “Para a esquerda” e os caras diziam: “para direita.” Para poder pegar a pista. Mas, quando chegamos na altura da pista, aí o coronel botou vários carros do exército naquela pista. Então a gente não podia pegar aquela pista. Eu disse: “pega a que dá.” Eles tentando botar na pista, mas tinha carros na frente, eles não conseguiram interditar todas as pistas de entrada na Presidente Vargas. Então, nós conseguimos pegar a pista do canto, a última pista.

E quando estava aquele negócio: Chega, não chega, que entramos na pista, providencialmente, com essa habilidade, chegou o Sabóia. Quando nós imbicamos na pista, aí não tinha mais jeito. Para botar a gente para trás, só usando a força mesmo.

Interessante... É incrível, porque era uma força completamente desproporcional, o exército ali, tanques de guerra, 10, 15 tanques estacionados. Uma quantidade enorme de soldados do Exército, Polícia Militar, soldados da Aeronáutica, soldados da Marinha, todo mundo armado, pronto, de baioneta, e não impediram. É muito interessante... É um limite, eles não conseguiam atuar. Atuando, mas sempre com uma margem: “Não pode radicalizar.” Nem nós radicalizávamos de jogar o carro contra eles – o motorista também não ia fazer isso, não sei –, ninguém pensou em entrar ali e pegar o caminhão para dirigir, que eu lembre. Eles

também não vinham em cima do carro direto, não tomaram o carro, pegaram a gente e levaram preso, não fizeram isso em nenhum momento. Sempre o general queria negociar, na rua: “Vocês tem que conversar!” A gente dizia: “Não tem acordo!” Andando para lá e para cá, dizendo: “Vamos embora, não tem acordo.” Era isso...

Em suma, conseguimos entrar. Quando a gente entrou, menos de 50 metros dentro da pista, aparece o Sabóia dizendo: “Vamos conversar.” Alguém conseguiu me arrancar do caminhão e entramos em um hotel ali, o primeiro à esquerda, uma porta ali, acho que nem era hotel, enfim, onde dava para conversar, porque na pressão, com todo mundo em volta, não dava para conversar. Entramos, aí o pessoal da segurança fez uma triagem, só entraram uns seis do comando, eu disse: “Esse entra, esse entra...” Consegui botar o máximo possível, e aí, entrou o Januário, que era, na época, presidente do IPCN – ele não tinha investido nessa marcha, francamente não tinha, até pelo contrário, nem o Yedo tinha investido, eles não tinham investido. Quem investiu na marcha foram os comitês. Não tem o negócio da verdade histórica? Pelo menos a minha. [risos]

Não investiram realmente. Foi uma coisa dos comitês, uma militância nova, alguns grupos se tornaram entidades depois, foi gente de dentro das entidades, mas de entidades que já estavam um pouco assentadas, que foram intimidadas, ou que se sentiram intimidadas, ou já tinham outros esquemas em alguns lugares para fazer com seus governos de prefeitura, alguma coisa institucional que entrava em risco se entrasse naquela manifestação do jeito que estava... Um negócio meio assim... Já estou analisando, não sei. Mas eu escrevi sobre isso logo depois, e a visão era essa, eu lembro bem.

O Sabóia disse: “Como é que nós vamos fazer? Vocês não podem avançar porque os militares não vão deixar. E aí vai ter pressão, vai ter muita morte, vai ser um horror... Isso não pode acontecer. Centenário da Abolição, isso é hora...” Ele falava sempre: “Isso é para comemorar não é para morrer!” Uma coisa assim que ele falava... Aquela confusão, aquele barulho enorme... E o Januário, um pouco com o jeito dele, ninguém sabia como ia ser, e ele disse: “Nós vamos caminhar até onde o racismo deixar.” Essa foi uma palavra mágica, que aí... pronto: “Ao mesmo tempo, nós vamos caminhar mas até onde o racismo deixar.” Como se tivesse feito um acordo ali. Eu não fiquei satisfeito, mas já que a pressão do secretário diminuiu, eu pensei: “É a forma que a gente tem de voltar.” Porque o meu negócio era voltar e ir embora. Voltar e pegar o som e ir embora. E fomos.

Aí, no percurso, apareceu mais um pequeno carro de som, era o pessoal do PDT – no som daquele vídeo que o Adalto fez (vocês assistiram?) que vocês assistiram, *A Marcha e a Farsa*, tem o som do carro menor, que era dirigido pelo Romão, por sinal, eu falei ontem com o Romão, ele me escreveu, está na Alemanha, falou um negócio lá... Boas festas... Era um grande adversário na época, terrível, e hoje é um bom amigo. O tempo cura feridas, não é?

O Romão assumiu o comando do outro carro, ele era bom de agitação, tinha uma voz boa, agitava muito. E fomos indo... Polícia de todos lados... Esse episódio realmente... Fomos até onde o exército fez várias fileiras, aí na altura da Biblioteca do Estado, eles fizeram uma sucessão, que eu olhava de cima do carro, e aí alguém chegou – já era de noite, nós começamos a andar umas três, quatro horas da tarde, talvez um pouco mais, e chegamos lá, já estava escuro, na altura da biblioteca, mas o caminhão de som não chegou até lá porque o pessoal começou a dizer: “Para! Para! Não vai dar mais!” Aí veio alguém no carro de som e disse: “Você precisa ir lá ver, porque não dá mais.” Eu disse: “E aí como é que a gente faz?” O Gil falou para mim: “Vamos embora! Não podemos parar.” A Sônia Santos, uma cantora, não sei se você conhece...

V.A. – Já ouvi falar.

A.M. – Uma excelente cantora, ela ajudou muito na época, porque ela tinha uma certa postura, o dom da palavra, era uma artista, e falava muito bem. E era um quadro diferente, ela não tinha nada a ver com o Movimento Negro, então, não entrava nas disputas internas. Mas ela com empenho, dizendo: “Nós temos que arrebentar. Nós vamos fazer uma coisa grande, bonita.” Não dizia quem era, para ela, o melhor. Ela ia a quase todas as plenárias, e dizia isso. Ela fazia só o discurso do “Vamos fazer!”, e todo mundo ficava olhando: “Quem é essa moça? É a Sônia Santos.”

Na época ela saiu no *Fantástico*, porque estava nos Estados Unidos... E ela dizia: “Eu só vim para cá, porque é o centenário da abolição, dessa farsa, e eu tenho que passar no Brasil. Mas eu estou muito bem profissionalmente...” Todo mundo sabia, porque ela estava no *Fantástico*, lançou um disco, tinha um show não sei onde... E era uma artista que não queria nada, era muito interessante... Os artistas faziam uma “onda danada” com a gente, todos eles, sempre tinha um negócio, o artista dizia: “Eu tenho que entrar no momento tal...” Sempre tinha um negócio meio assim... Alguns eram até amigos, mas tinha uma certa... “O

artista tem que ter o seu momento.” Sei lá... Não sei. Nós nunca tivemos a presença – tem o Zózimo, que era irmão, estava ali na hora, o Milton, que é fundador do IPCN, mas em geral, não havia aquele negócio do artista chegar... Tem o Paixão no início, bem no início, em 1974, 75, foi fundador da SINBA, e aí tinha essa visão histórica do papel do artista na revolução... Ele tinha aquelas coleções da Revolução Russa, aquelas iconografias... e ele tinha essa memória histórica. Mas, em geral, a gente não podia contar, e dizer: “O Fulano vai estar lá... O cara vem do jeito que der, com seu violão. Vai chegar aqui e falar um poema...” Não tinha...

V.A. – Mas a Sônia estava...

A.M. – A Sônia quebrou isso, e ela estava em evidência naquele momento. Foi pequena a evidência, mas foi exatamente naquele momento, e ela chegava e só dizia isso. Aí eu arranquei um trunfo que ninguém esperava: “A Sônia vai ser a locutora da Marcha.” E ninguém podia ser contra, porque ela tinha estado em todas, quase todas, em Queimados a Sônia foi, São João de Meriti, São Gonçalo ela foi... Chegava lá ficava uns 10 minutos e ia embora, mas ia lá, dava o testemunho dela... Ficamos muito amigos, e depois ela dizia para mim: “Você está certo, mas eu não vou te dar toda a razão, porque senão...” Ela fortalecia, aí ficamos muito amigos. Ela tinha uma voz forte e era conhecida pelo pessoal, uma cara conhecida. Quem segurava a parte política para falar as palavras, que tinha o controle, a referência do comando, do comando mais amplo que estava no chão, era o Gil, uma voz boa, um cara que tinha uma liderança... Minha voz não aguenta, eu começo a falar, daqui a pouco já estou rouco, e falando nesse tom, porque eu aprendi a falar dentro do meu tom para diminuir, mas minha voz é muito fraca. Eu não aguentava ficar cinco minutos falando forte no som, que eu perdia a voz. E o Gil não, ele que segurava. Era o cara que, realmente, preparado para estar ali, sabia o que estava fazendo, a cabeça... Ele é professor de História hoje, não é à toa, não é? Ele tinha feito, acho que, dois anos de Direito na UFF, mas depois resolveu fazer História. Naquele período ali ele conta isso um pouco. Ele resolveu fazer História depois, voltou, fez vestibular e se formou em História.

A gente tinha muito essa noção: “Estamos fazendo a História.” E aí, havia isso...

V.A. – E a Sônia era a locutora...

A.M. – Ela falava, em alguns momentos ela pegava a palavra e falava algumas coisas... Não sei, talvez o pessoal lembre melhor... Eu ficava mais indo e voltando, ficava o tempo todo um pouco... “Fulano, e as brigas...” Alguns queriam vir para o carro de som também. Todo mundo queria aparecer, aquelas coisas...

V.A. – Quantas pessoas vieram para a Marcha?

A.M. – Nossa estimativa era de 20 mil, um pouco mais de 20 mil, na época. A Polícia Militar falava em 15 mil, acho que o número oficial da polícia, que saiu no jornal, foi 10 mil, ou 15 mil, não tenho certeza. É só ver os jornais da época. Mas a gente achava que tinha muito mais, porque eu lembro do comício das Diretas, aquilo tomado, e não tinha menos gente do que aquilo. Até por curiosidade, porque só de soldados, tinha mais de 2 mil. Tinha muita gente, só de militares já dava um terço, ou um quarto... E as ruas laterais também estavam cheias de gente, porque eu via isso do caminhão. A gente lá de cima do caminhão via que tinha movimento quando passava naquelas entradas: Rua dos Andradas, na rua da Alfândega tinha gente caminhando, tinha gente caminhando pela Marechal Floriano, porque era o medo da polícia, mas vinha junto. Então, deu muita gente. Eu acho que deve ter dado, talvez, muito mais de 20 mil.

V.A. – Então você acha que a repressão nesse acontecimento foi menos por causa da estória do Caxias, e mais porque eles viram a grandiosidade do... Porque seria?

A.M. – Só por causa do Caxias não foi.

V.A. – Porque senão eles ficavam ali...

A.M. – Ficavam ali e pronto. Isso eu falei várias vezes para o Saboia, para o secretário: “Secretário, nós não temos nada a ver com o Caxias. Se o Frei David falou que vai jogar pedra no Caxias, não li a entrevista, mas que nada, o Frei David é um padre, não vai jogar pedra em ninguém. Não é nada disso. Eu não acredito que ele falou nada disso. É mentira...” Ele disse: “Não. Na entrevista ele não diz isso, mas o Exército entendeu isso.” Eu disse:

“Então não sei... Não tem nada disso, ele é um padre e foi o único que falou isso. Que outro argumento eles tem? Não temos nada com o Caxias. Nosso negócio é chegar até a Central e fazer a nossa manifestação em paz. E é isso que está sendo impedido...” Aí já começava a dizer que ele era racista também, e ele dizia: “Não tenho nada com isso...” Se justificando o tempo todo. E era assim...

Então, realmente, foi algo que eles não tinham o controle. Perderam inteiramente o controle. Tanto que não foi o primeiro Exército. O secretário falava francamente que não era o primeiro Exército, era o Comando Militar do Leste, que eu não sei se é o primeiro Exército. Acho que não, porque São Paulo, o segundo Exército também incorpora o Comando Militar do Leste, não sei. Eu sei que ele dizia que era o Comando Militar do Leste e que eles não iam permitir que a gente fizesse a passeata. E ele queria ver uma maneira de a gente passar pela praça Tiradentes, ir lá pela Frei Caneca, para chegar no busto do Zumbi. Eu disse: “Não. Nós vamos pela Presidente Vargas. Nós não vamos abrir mão disso. Não tem condição... E vamos embora...” Era essa a ideia...

Hoje, e foi um pouco na época também, acho que não mudou muito essa minha visão, eles não queriam permitir, mas não sabiam – porque não há essa estória de repressão direta, de chegar, prender e levar, não há. Porque da nossa parte também não tinha uma atitude ostensiva de ir para cima do policial ou do militar. Não estava com isso na nossa cabeça. Isso é claro quando fica esse tipo de confronto pessoal no olhar, no momento de... Não havia da nossa parte a visão de agredir o general, mesmo que com palavras, entendeu? A nossa radicalidade era de fazer o que agente tinha que fazer, e não de ser contra os militares, de ser contra o Caxias... O Frei Davi, por exemplo, estava enrolado em uma bandeira do Brasil. Outras pessoas também... A ideia era paz, mas a paz era nossa. A deles não era paz. Eles que tinham que manter a paz. A nossa ideia era de paz. Isso parece que ficou claro com o general, porque ele olhava para mim e ficava meio se interrogando: “Qual é? O cara não é contra nós, mas não quer fazer o que a gente quer. O que esses caras acham que vão fazer? Como é que eles podem querer fazer isso?” Era um negócio, meio de perplexidade. Eles não souberam como reprimir. Depois o Milton Gonçalves conversando, me falou qualquer coisa que ele teve que segurar os militares, porque ele era do PMDB, que era o governo na época. Ele tinha uma certa interlocução. Poucos negros... Negro no PMDB, sempre no PMDB. Já havia sido candidato, foi de novo candidato em 1989, tinha uma boa interlocução com o Moreira Franco, como uma liderança do Movimento Negro, uma liderança Negra, uma personalidade

Negra de destaque, quando ele disse qualquer coisa que havia alguns generais que eram favoráveis a pegar, prender e acabar. Mas que outros viam que não era isso... Se dividiu o Comando Militar do Leste nessa questão: “Vamos prender os caras e acabar com esse negócio logo. Jogar água nessa multidão, reprimir... Ou vamos tentar impedir...” Não era claro.

A minha interpretação hoje é assim: A elite no nosso país não sabe como lidar com o racismo. Não assume que é racista, portanto jamais ia assumir que ia bater nos negros. Por outro lado, também não podia tolerar um nível de total autonomia daquele Movimento, do Movimento fazer o que quisesse. Então, acaba se fazendo um acordo: Nem eles reprimem da maneira que é usual a polícia reprimir, e também, nós não procedemos da maneira que é usual o movimento social fazer, que sempre tem a radicalidade que acaba partindo para dentro e acaba em pancadaria. E a gente tinha clareza que ali não tinha... Tinha muitos idosos, muitas crianças... A gente tinha as crianças – a gente não, aí foi o Ivanir que bancou isso –, menores de rua...

[FINAL DA FITA 4-B]

A.M. – ...crianças de rua. A Lúcia nessa época, acho que já estava trabalhando com crianças de rua, trabalhando muito, e conseguimos pegar muitas crianças – eu não lembro quantas, acho que nem vi essas crianças – e a ideia não era passar... Tinha gente que dizia: “Temos que botar as crianças esfarrapadas, como elas são.” A gente dizia: “Não, é o contrário.” A Lúcia defendeu muito isso, eu lembro de outras pessoas, que a ideia era vestir as crianças com roupa nova, limpa, com tênis nos pés e botar essas crianças... Mas eles viriam com cartazes dizendo: “Somos crianças de rua.”

E aí, crianças, muitos idosos, muitas senhoras, o pessoal das manifestações culturais religiosas – a ideia era que viessem com estandartes de seus orixás, alguns paramentados, senão paramentados, mas...

V.A. – Você pode falar de novo? Porque a gente não estava gravando, e foi interessante. Você estava falando que a Marcha de 1988 é um momento muito emocionante para você...

A.M. – Eu falei que os momentos da gente indo para as ruas com os jornais...

V.A. – Que era preciso quebrar a timidez e vender o jornal...

A.M. – Vender o jornal e, principalmente, mostrar o jornal. Havia aquele negócio voluntarista: “O Movimento Negro tem que ir para a rua. Tem que ir para as bases, para as favelas. Onde tem a maioria negra, a gente tem que estar lá, e tem que estar falando da luta contra o racismo.” E o jornal era isso, então tinha que ir para a rua. Como vamos? Não tem como. Aí tinha o Darci Policarpo, aquele lá de Além Paraíba, por acaso, dessas coisas que não se explica – ele hoje é um bom amigo lá em Além Paraíba, se aposentou –, ele era sindicalista de Rede Ferroviária, Além Paraíba era um entroncamento importante, então a repressão ali foi muito grande ao Sindicato dos Ferroviários de Além Paraíba. Mataram até, na tortura, o Lauro, que era o presidente do sindicato, morreu dois ou três meses depois, logo no início do Golpe de 1964 ele é torturado, arrebatam com ele e um tempo depois ele morre. E aí foi um “espalha brasa”, todo o sindicalismo, as lideranças, o pessoal mais visível, que eram membros do partidão, foram embora. O Darci sobrevivia no Rio, refugiado, clandestino. Ele era marceneiro e trabalhava para algumas igrejas, fazia bancos para igrejas. Foi um pouco protegido... Morava em um quartinho na rua do Riachuelo, e assim que ele viu o IPCN ali – assim que nós assumimos o IPCN a primeira vez em 1980, pusemos uma placa de dois metros e meio por dois de largura: “IPCN, centro irradiador da luta contra o racismo.” Pregamos de frente para a avenida. Muita gente do IPCN era contra aquela placa, porque: “É uma placa que afronta. Nós não temos bagagem para afrontar assim, como cutucar o bicho com vara curta...” Essas coisas assim... Mas nós botamos a placa e ficou lá, até quando o Januário entrou e tirou a placa. Aí botou uma placa bonita: “IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.”

V.A. – Estava falando da manchete do primeiro SINBA.

A.M. – É por isso, porque a Marcha... Eu tenho essa memória, mas tenho a memória de que a gente tinha fazer, cada momento que a gente ia para a rua, a gente chamava – teve até uma polêmica tão grande entre nós, entre o nosso grupo, que dividia assim: Yedo de um lado e eu do outro, e um pouco ficava aqui e um pouco ficava ali, e o pessoal tentava mediar nossa discussão, mas era difícil porque eram duas posições marcantes. O Yedo achava que a gente

tinha que criar uma organização a partir daquela agitação que a gente fazia na rua, e que o negócio era agitar, e eu dizia: “Não é só agitar. Tem que vender o jornal. Esse jornal já está pago, a gente pagou do nosso bolso, a gente dá o jornal se tiver que ser. Tem que vender o jornal, esse jornal precisa ser lido. Não basta agitar. E para ter esse jornal, a gente precisa ter uma infraestrutura. Nós não podemos nos aguentar muito tempo assim.” Eu já falei que vivia para isso. Eu não tinha emprego, não tinha tempo para trabalhar, e ele a mesma coisa. Nossas famílias em situação difícil, e as outras pessoas também com as vidas paradas – o Gil parou a universidade, trabalhava em um banco, mas não crescia no banco porque não tinha como desenvolver, a Lúcia, acho que era do Estado, e chegou mais firme para a gente no III Encontro Estadual...

V.A. – Uma outra coisa que a gente queria saber também, sobre esses encontros estaduais...

A.M. – São outros momentos, também, muito emocionantes. Eram outros momentos que a gente organizava, sempre o núcleo de organização era o nosso grupo, Gil, Cecília, Yedo, Suzete, Jair, Paulo, que era o namorado da Cecília... Esse era o núcleo, aí sempre tinham outras pessoas, mas que passavam dois, três meses, um pouco mais, um ano... se afastavam porque era muito absorvente. Não tinha meio termo, não tinha uma coisa institucional de funções definidas, cada um ia decidindo as funções e fazendo, e quando pegava, tinha que pegar para fazer tudo, todo tempo... Era muito absorvente. As pessoas não aguentavam, com toda a razão. A vida chamava, puxava...

V.A. – E vocês também foram o centro irradiador, digamos assim, dos encontros regionais Norte-Nordeste, Sul-Sudeste, ou mais aqui no Estado do Rio?

A.M. – Os encontros no Estado do Rio, éramos nós. O Encontro Sul-Sudeste foi uma coisa muito puxada pelo Ivanir. Ele teve essa clareza, de organizar o Encontro Sul-Sudeste. Porque o projeto dele era nacional. A gente tinha essa conversa, e ele realmente tinha essa visão. Ele já foi candidato em 1986. Ele tinha essa visão clara, e aí começou a se articular o Encontro Sul-Sudeste. O Encontro Norte-Nordeste já havia há muito tempo. Eu não tinha essa circulação maior. A gente sabia, porque trocava ideias, cartas e alguns vinham – o Rio sempre foi um lugar que... todo o país vem no Rio –, o pessoal de outros estados vinham, a

gente sabia que estava havendo encontros no Norte-Nordeste desde 1982, 83. Sul-Sudeste não tinha nenhum, então quem patrocinou, quem bancou, porque o Ivanir teve um diferencial em relação a nós todos: Eu e Yedo fizemos o que, talvez tenha sido o primeiro projeto financiado dentro do Movimento Negro, que foi a pesquisa, que rendeu nesse vídeo *Frente Negra* – abortou por causa de um problema chato demais, ainda não está na hora de falar, uma pessoa fez naufragar um projeto que tinha tudo para dar certo, seria esse aqui. A gente não ia levantar só militantes, não era só história de vida, não tinha essa metodologia, não tinha nenhuma estrutura. O projeto era 35 mil dólares para a gente viajar o país inteiro recolhendo memórias das organizações negras. Era isso que a gente queria. Começamos com São Paulo e recebemos 10, ou 8 mil dólares, gastamos menos de 4. A metade ficou com essa moça. Ela surtou mesmo, teve um período que a vida dela... A mãe morreu, morreu um irmão, que era uma liderança de esquerda importante no Estado dela, e ela não acompanhou... eu acho que foi por isso, não acho que foi despeito porque a gente estava na frente. Mas na hora de conversar com o Betinho ela falava claramente: “Eles estão fazendo tudo e não me dão espaço.” Eu dizia: “Não. Na próxima viagem nós vamos juntos.”

Mas com ela tinha que ter os horários, os dias certos da viagem, porque ela tinha o trabalho, era uma pessoa que tinha um cargo importante, economista, e não tinha essa liberdade. A gente não, a hora que decidia, a gente ia. Não tinha emprego, não tinha nada que parasse. Na escola particular eu falava: “Vou ficar essa semana, não posso vir...” O emprego que eu arrumei para vender Pepsi e Mirinda na praia de Copacabana, o cara dizia: “Agora está no inverno...” Isso era no final do ano, setembro, outubro... Estava falando do encontro, não é?

V.A. – O ponto de partida agora foi que o Ivanir tinha um diferencial em relação a vocês, que era o financiamento externo, por isso que ele conseguiu fazer o Encontro Sul-Sudeste.

A.M. – Não sei porque eu fiz essa volta toda...

V.A. – Para falar do projeto que vocês fizeram, você e o Yedo, que foi o primeiro com financiamento externo...

A.M. – Nesse período a gente vivia por conta disso, 1981, 82... Tudo a gente tinha que fazer, então, esse problema de termos perdido o financiamento foi porque abortou o projeto. Nós ainda conseguimos, porque tinha uma parte do dinheiro que era previsto para nós. A gente estava fazendo o projeto, se dedicava a isso, mas o nosso dinheiro, que a Neusa não ouça isso, entrava todo nas viagens... Nós que bancamos a produção, foram o Adalto, o Zózimo, a Vikie, e eles não aceitaram ir de ônibus comum, tiveram que ir de ônibus leito, e eles lá não andavam de metrô nem de ônibus, só de táxi. E tudo era dinheiro do projeto. Fizemos um almoço para 20 e tantas pessoas no Aristocrata, com churrasco à vontade, tudo pago pelo projeto, e esse era o dinheiro extra que não estava previsto. Esse era o nosso dinheiro, que a gente botava no fogo...

Mas, enfim, perdemos esse projeto. Depois, a grande oportunidade de financiamento foi o Ivanir, porque quando acabou a campanha das Diretas em 1984, em 1985 era o Festival Mundial da Juventude em Moscou, e a gente tinha conseguido um momento muito bom nas Diretas – gozado, as Diretas não tem esse impacto para mim...

V.A. – Pois é, por quê?

A.M. – Apesar de eu ter sido orador, ter aparecido direto... Viajei um pouco com o pessoal em vários Estados...

V.A. – Orador...

A.M. – Orador oficial representante do Movimento Negro. Tudo, eu sempre faço questão, decidido em assembleias com mais de 100 pessoas. Cada momento foi decidido: “Vamos ou não vamos participar do comitê do Rio de Janeiro pró-Diretas?” Isso era janeiro, fevereiro. Havia a posição: “Vamos participar.” E havia: “Não. Temos que fazer o nosso porque...” Dissemos: “Não. Vamos juntos. Fazer o nosso aqui, mas tem que estar juntos.” Aí conseguimos vencer. Depois vamos decidir quem é a representação no comitê pró-Diretas. Aí o Abdias do Nascimento foi, porque ele já era um cara do PDT, e um pouco por causa disso, era governo... O Abdias é Abdias, era deputado federal, mas era o Abdias do PDT, e a gente batia: “Não. O Movimento não pode ser partidarizado. Se o Abdias for o representante, quem é o representante é o PDT. Tem que ser alguém de fora.” Aí eu fui eleito.

Depois tinha que ver quem seria o orador. Aí a Lélia foi disputar. Eu ainda falei com ela: “Pô, Lélia. Sai dessa. Você chega assim na última hora. Você não participou desse processo, você não está quente com isso...” Ela disse: “As mulheres negras vão me apoiar.” Não apoiaram, mulheres negras não apoiaram. E ela era uma pessoa muito importante, uma pessoa de muita força, mas ela não participou do processo. E faltando uma semana ou dias para o comício... Antes, foi o primeiro comício, que seria 21 de março, esse seria o grande comício. Mas na última hora, eu não sei porque, o Brizola não quis fazer... Ele ficou doente e não poderia comparecer ao comício, e aí, ao invés de se fazer um grande comício, se jogou o comício para adiante. Mas nós já tínhamos feito um carnaval porque eu ia para as reuniões, e conseguimos o seguinte: Você pode ver. Todos os folhetos, foram milhões de folhetos oficiais da campanha das Diretas, estavam escritos lá: Dia 21 de março, que era o dia do comício, dia internacional pela eliminação da discriminação racial. Isso foi uma conquista extraordinária do Movimento Negro, porque todo folheto tinha isso, e foram milhões de folhetos. Todo mundo que fazia, tinha que botar isso, embora alguns tenham tentado fazer sem botar isso, cortaram. Mas foram poucos, só um sindicato ou outro, porque diziam: “Não se pode particularizar...” A gente dizia: “Mas particularizar o quê? Se a passeata caísse dia 8 de março, não se colocaria dia internacional da Mulher? Porque que não? Qualquer dia significativo de alguém dessa aliança, se é o dia, porque não?” Diziam: “Mas é porque não pode prevalecer a visão do Movimento Negro...” A gente dizia: “Não é prevalecer. Isso é um acordo.” E aí acabamos costurando isso... e saiu. E isso foi um sucesso muito grande.

Fomos para esse primeiro dia, e o segundo comício também, do dia 10 de abril. Esse comício também foi grandioso. Foi tudo muito grande. Obtivemos, dentro do contexto – porque tem os medalhões: os parlamentares, as lideranças partidárias, que são os comandantes. Mas quem faz as coisas acontecerem é sempre um pessoal articulado, aí é o filho do senador, o sobrinho... Mas sempre o pessoal da elite. Eram todos brancos, a rapaziada bem articulada. Gente que já era quadro do partido, já tinha estudado no exterior, já tinha viajado... Tudo gente articulada, gente que tinha aquela história da esquerda. Eram referências: “Quem botou lá foi o senador Fulano de tal, o Saturnino que trouxe Fulano, Fulano é diretamente ligado ao Prestes, é sobrinho de alguém... Tudo rapaziada, e eu era mais ou menos da idade desse pessoal, um pouco mais velho que alguns. Eu tinha 32, 33 anos e eles 28... Mas éramos todos da mesma geração e chegávamos juntos na disputa ideológica, na

disputa de discurso. Eu também tinha muita história dessa esquerda... Então, quebrando aquela história de Movimento Negro lá e a gente aqui. Havia uma certa...

E aí depois, quando passou o comício, eles continuaram nesse núcleo, que foi um movimento muito forte, o das Diretas. Esse núcleo passou a ser a referência brasileira para organizar, no Brasil, a delegação que iria para o Festival da Juventude em Moscou. Porque era esquerda, era referência. E eu era o cara que era do Movimento Negro... Diziam: “Amauri, vamos lá.” E eu dizia: “Não.” Uma posição olímpica tão imatura. Eu dizia: “Não.” Eu brincava comigo mesmo. Não era claro para mim. Era imaturidade mesmo. Eu dizia: “Eu só saio do Brasil em viagem oficial. No dia que a gente estiver no poder.” E poder para mim era uma coisa longe. Eu não queria nada de poder, eu queria era agitar, fazer a luta... Imaturidade mesmo. Essa noção de poder eu não tinha.

Logo depois eu comecei a fazer essa autocrítica. Aos poucos eu fui vendo que o institucional tem um papel para próprio desenvolvimento da luta, mas eu não tinha essa clareza.

A.P. – Mas por que não teve esse impacto nas Diretas para você, que teve em 1988?

A.M. – Não sei. Tenho que pensar sobre isso. Agora que ficou claro para mim que não tem. Para mim, os momentos de ir para a rua com os jornais eram momentos importantes, momentos emocionantes que eu lembro bem. A Marcha também é outro momento. Os encontros... a tensão nos encontros, porque os encontros tinham que ser momentos de unidade, e era muito difícil fazer unidade. Tanto do ponto de vista das ideias mesmo, quanto das pequenas disputas pessoais, porque a gente não tinha poder nenhum, fazia os encontros, as discussões era muito... “O que se vai resolver disso?” Quase nada. “Vamos levar, cada um para sua câmara de vereadores de cidades do interior, fazer grupos de política, grupos de educação.” Cada um pegava e fazia o que queria dos seus grupos. A Azoilda fez o grupo de Educação, Grupo de Trabalho de Educação, GTE, o Marcílio fez o GTP, Grupo de Trabalho de Política, outro fez Grupo de Trabalho de Saúde... A Azoilda funcionou porque a Azoilda é Azoilda, já estava se tornando um quadro nessa área de Educação. Tinha uma visão, queria fazer as coisas, então pegava e fazia. Não tinha respaldo nenhum. Não tinha nenhuma instituição por trás. Tinha que fazer tudo, criar as condições para poder funcionar. Isso é o que me movia...

V.A. – Queria voltar um pouco àquela nossa ideia inicial, Amílcar, de pegar algumas coisas da entrevista passada. Outra coisa que você fala na entrevista passada, logo no final da entrevista, é que conforme foi passando o tempo no início dos anos 1980, você já começou a perceber... A própria família começou a aprovar, ou a não mais achar tão esdrúxulo que você participasse do Movimento Negro. Já passou a ser alguma coisa mais apoiada pela família, porque antes: “Como que você vai participar disso? Você se formou em Educação Física, não vai exercer essa profissão? Que estória é essa de ir...” Eu queria recuperar um pouco esse momento, tanto do ponto de vista privado – da família, o que a família considerava como bom ou não –, e relacionar isso ao momento em que o Movimento Negro passou a ser reconhecido, legitimado. A ideia que tem, às vezes, é que no início foi tão amador, tão assim, que vocês viajavam sem ter o dinheiro da passagem de volta, mas depois de um tempo passou a ser reconhecido. Eu acho que é nesse período. Então, essa transformação da visão da família talvez nos seja um gancho interessante.

A.M. – É exatamente isso. Você falou isso e eu sorri porque eu pensei: “Essa memória do Movimento Negro, a Neusa podia dar esse depoimento.” [risos] Como é que ela vê? Porque vai me ajudar. O dia que ela puder falar com isenção sobre isso... Hoje ela já não... Ela nunca foi contra o Movimento Negro. O dia que ela puder falar sobre isso, ela vai dizer o que ela dizia para mim no início, que a mãe dela é negra...

V.A. – Mas era difícil, ela sozinha com três...

A.M. – A mãe dela é negra, e principalmente, era mais negra ainda pelo fato de ter casado com um italiano, a família toda italiana. E ela era muito discriminada pela família. E ela via isso quando criança. E os irmãos, dois dos irmãos que nasceram e puxaram totalmente a mãe, a Eliane e o Eliseu, o pai não aceitava de jeito nenhum. Tanto que a menina foi dada para uma família. Porque tinha os irmãos, o Jorge era louro dos olhos azuis, e os outros, a maioria mestiços. A Neusa é mais clara, a única mais clara das irmãs, e todos os irmãos mestiços, sendo que alguns saíram totalmente à mãe, que é o caso do Eliseu, que é sarará mesmo, com o rosto muito negróide e o cabelo crespo, carapinha, e Eliane também, que é negra bem mais escura que eu. Irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, mas o pai não queria aceitar. E

aí ela é dada, ela não convive com a família, ela vai para outra família. Mas o Eliseu não. A Neusa conta que ele ia para a família lá... Uma vez tiraram a roupa dele dentro da casa para ele não fugir de novo da casa para onde ele foi dado. Mas ele fugiu e chegou em casa peladinho, correndo chorando. Não aceitava, aí a mãe se agarrou: “Ele não pode ir.” Acabou não indo. Mas sempre foi muito discriminado e incorporou isso de tal maneira, que teve momentos de grande degradação pessoal na vida dele porque ele incorporou isso: o rejeitado da família.

Em suma, a Neusa poderia dar esse depoimento porque ela viveu isso tudo comigo. Porque a gente tinha nosso momento de negociar isso, eu com ela. E no fundo ela acabava sempre me apoiando, porque ela me dizia: “Deve estar certo. Você deve ter razão. Tudo bem.” Porque eu tinha que sair e não tinha, muitas vezes, o que deixar. Não tinha. Ela ia se virar para fazer o que desse de comida, as roupas... Planejar o aniversário, planejar uma obra rápida ali, comprar uma cortina... Ela tinha que fazer isso. E o meu problema era explicar para ela que eu não podia me preocupar com aquilo: “Eu não posso, porque eu tenho que escrever o jornal, tenho que fazer não sei o quê... Você entende?” Era assim: o meu papel era falar isso para ela, o papel dela era entender e segurar a onda. Três filhos, logo em 1980 nasce a Luanda, mas aí a gente já tinha uma casa nossa. Não era uma casa, eram 26 metros quadrados, mas era nosso. Eu consegui... Aí... Pagamos. Eu consegui ter lucidez suficiente para ir atrás do sr. Pinheiro, para vir assinar o documento quando teve que assinar.

V.A. – Quem é o sr. Pinheiro?

A.M. – Era o dono da casa. Era uma casa da CEHAB, nós moramos em um conjunto habitacional. Nós nos escrevemos, eu e o Yedo, para o conjunto habitacional, mas eu não consegui... O Yedo tinha uma inscrição mais antiga, com essa inscrição ele conseguiu a casa. Quando nós chegamos lá, tinha outras casas, que o pessoal pegou, mas não queria, e estavam passando. Só pegaram a chave para poder passar por uma grana, para ganhar, porque não se pagava nada para entrar. Também, as casas não tinham muro, não tinham nada, só a casa, um cômodo grande, um banheiro e uma cozinha, que era um corredor. 26 metros quadrados, era a nossa casa. Então, o Yedo conseguiu, eu fui para lá, olhei e vi que tinha muita gente querendo passar, e consegui. Peguei um resto de dinheiro que eu tinha guardado de 1977, quando fui demitido, a última vez. Você ainda não tinha um ano, você nasceu no final de 1977, eu fiquei

desempregado no final de 1977. Eu perdi o Colégio Laranjeiras, aí peguei uma boa indenização... Guardava um pouco esse dinheiro, mas não dava para guardar... Eu sei que juntei um pedacinho, meu pai me emprestou um pedaço, teve um tio meu também emprestou, e eu tinha que pagar uma semana depois, paguei um mês depois ao sr. Pinheiro. Fiquei com medo dele, depois, não querer dar, quando fosse passar para o nosso nome... Aí eu já estava com o carnê... Enfim, consegui ter lucidez para isso.

E tive outra grande lucidez, que foi parar uma semana de tudo, tudo, para estudar para o concurso do Estado em 1978. Passei no concurso, mas não fui chamado. Ainda era o governo Chagas Freitas... Depois que eu fui saber, porque eu arrumei uma amiga, uma grande amiga minha, a Iolanda, que tinha um cargo na secretaria de Educação, e em nome disso, ele foi à Caxias para saber o que tinha acontecido lá, porque eu era o primeiro colocado e não fui chamado. E aí soubemos, que não chamaram quem era do concurso, chamaram os apadrinhados, e colocaram como professores horistas. Mas de qualquer forma, o fato de ter exercido o magistério contava ponto, no próximo concurso esse pessoal ia ganhar mais ponto, e entrava por causa disso. Era um pouco assim: meio “xaveco”.

Mas em 1982, quando veio esse concurso, ainda era o Chagas Freitas, aí eu parei de novo, tive a lucidez de não fazer concurso mais aqui para perto. Fui lá para Paraty. Só tinha uma vaga. Eu pensei: “Para Paraty não vai ninguém.” Aí eu fui... Foi uma loucura fazer esse concurso. Também não tinha dinheiro. O Chiquinho que me emprestou o dinheiro para passagem, para inscrição, e eu corri na última hora... Uma loucura. Mas eu tinha clareza que eu não podia deixar de entrar para o Estado naquele momento. Aí consegui entrar para o Estado. Aí a gente saiu daquele primeiro sufoco desesperador. Já era melhor, já tinha um salário. Se bem que o salário levou cinco meses para vir. [risos] E nesses cinco meses como é que faz? Aí, minha irmã é que sempre foi uma grande protetora de todos.

V.A. – E essa família mais extensa, ela também levou um tempo para apoiar a sua participação?

A.M. – Todo mundo levou um pouco mais de tempo. Mas não havia espaço para não apoiar... Bom, essa é a minha visão. Era até bom ouvi-los, porque, como é que eu me sentia? Eu me sentia um camarada completamente tomado por uma causa e todos que são meus amigos têm que ser tomados por essa causa. Tem que ser tomado, porque é uma causa nobre, justa,

legítima, a história... Aí vinha toda uma argumentação, e os meus amigos, meus parentes acabavam dizendo: “É, isso aí...”

V.A. – Mas, no momento em que você começa a ter retorno, resultados, aí se torna mais legítimo?

A.M. – Primeiro: Eu sou professor do Estado. Aí eu tenho um salário.

V.A. – Não. Eu digo o Movimento ter retorno.

A.M. – Do ponto de vista particular, mais privado. As duas coisas se somam. Então, primeiro eu entro para o Estado e em 1985 eu entro para o município do Rio. Aí o negócio melhorou ainda mais: “Vai dar para fazer obra, vai dar para fazer a nossa casa.”

V.A. – Que até então eram esses 26 metros quadrados...

A.M. – Esse projeto em 1982, com um pequeno – mas era muito pouco – eu consegui tirar e comprar assim: 500 tijolos, cimento, pedra, areia, e fizemos dois cômodos atrás. Quem fez os cômodos? Messias, um amigo que era polícia militar, mas não tinha nada de polícia, não era repressor... Ele trabalhava no rancho da polícia. Era um cara fantástico, solidário, amigo de todo mundo. Sabe aquele cara bom que todo mundo adorava no nosso conjunto? Era o Messias. O negócio dele era fazer obra. E ele fazia, eu pagava quando queria, quando podia, do jeito que podia. Então o Messias fez os dois cômodos atrás. E depois o Evandro, que era um outro amigo, foi lá e emboçou. Assim que a gente fazia as obras...

Aí já foi melhor, fizemos o muro, fizemos os próprios tijolos... Um trabalho “desgraçado”: Fazer o tijolo... Fizemos lá com um vizinho que arrumou as máquinas, lembra disso? O sr. Félix. Você tinha cinco ou seis anos... Para fazer os muros, porque era horrível a relação com as famílias em volta. Era um pouco assim...

A Neusa lembra que uma vez o vizinho conversando: “Oh rapaz, tem que respeitar o vizinho aí...” Em uma briga com a Diana, ou com você, o filho do “xará”, que era Amauri também, falou para ele: “Que professor o quê? Como é que é professor morando igual a gente aqui, não tem muro, a casa não tem nada...” Aí o pai falou: “Que nada rapaz, tem que

respeitar o moço...” E a Neusa ouviu ele falar isso. Ninguém entendia, porque eu era professor, tinha o discurso, fundamos a associação de moradores, fazia estatuto para a associação, juntava todo mundo organizava, não tinha coleta de lixo na porta, não tinha iluminação no conjunto habitacional... E a gente agitou e conseguiu isso tudo, a associação... O conjunto era totalmente devagar, como sempre eram os conjuntos habitacionais. No nosso conjunto a gente tem três escolas públicas e um posto de saúde, dentro do conjunto, um conjunto de 500 casas.

A.P. – Isso é raríssimo.

A.M. – Raríssimo. Por quê? A nossa associação era forte. Era forte porque nós mobilizamos. Aí tinha um grupo bom lá: Messias, Cachimbo, Zé Jorge... O pessoal do conjunto, que agitava. Mas para dar esse nível de organização, tinha que ter um pessoal articulado, que fazia assembleia, que conseguiu cópia do estatuto para todo mundo...

[FINAL DA FITA 5-A]

A.M. – ...Da agitação política, e nós não éramos de partido. E de onde vinha essa experiência? “O cara vai querer ser candidato.” Já chegamos nessas reuniões e dissemos: “Não penso em ser candidato. Não sou de partido político, não tenho nada com isso...” O pessoal olhava assim... Era diferente. Então isso mobilizou muito nosso conjunto.

V.A. – Você chegou a se filiar a algum partido?

A.M. – Nunca me filiei. Muita gente ali assinou ficha de filiação ao PT, quando a gente estava na associação de moradores, dirigente, a gente dizia: “O PT é o partido. Vamos fazer o Partido aqui, em vários lugares...” Mas eu mesmo nunca assinei ficha de filiação. Todo mundo me vê... Lá no conjunto eu sou fundador do PT: “Você é PT. Esse é PT...” Eu passo e os vizinhos dizem: “PT. Agora você está no poder.” Desde que o Lula foi candidato a primeira vez, tinha toda essa visão que eu era do PT. E eu sempre disse: “É...” Mas nunca fui

filiado, e nunca militei dentro do partido. Em suma, lá dentro do conjunto, a gente tinha essa coisa... Era tudo assim...

Para te dizer o que mais somou para essa legitimidade, foi, um pouco, o fato de eu ter entrado para o Município e para o Estado, e aí, já podia fazer a nossa obra... E com a família isso já estava, mais ou menos, acertado. Era pouco, mas era certo. E também o fato de eu exercer a profissão ali. Os vizinhos passaram a saber que eu era realmente professor, porque eu dava aulas para alguns filhos deles em uma escola próxima. Aí muda o *status*. Já não é um professor que “nego” sabe que é professor, mas que não é professor. Ali passaram a ver. Tinha um pouco isso também...

Por outro lado, e eu acho que é fundamental, foi a campanha das Diretas. Na campanha das Diretas, que os vizinhos me viram lá na televisão... E me viram assim: muitas vezes antes, dando entrevistas nos jornais *O Dia*, *A Notícia*, no período das Diretas. Vinha muito eu falando... Tinha uma série de programas na TVE que eu participava sempre, era muito chamado para ir na TVE. Em 1984 isso foi muito...

V.A. – A minha pergunta era mais com relação à legitimidade do próprio movimento. Porque inicialmente, o Movimento Negro era uma missão, que cada um, como você, se cobria dessa missão... Uma coisa heróica, mas não sabia onde ia dar, se ia dando tapa... Mas depois ele se consolida...

A.M. – A partir de um certo momento ele se consolida. Vai começando a se consolidar.

V.A. – Quando é esse momento?

A.P. – Você acha que as Diretas...

A.M. – Não. As Diretas não influenciam para isso não. Para a visibilidade do Movimento Negro, não. Não vejo como. Tanto que tem um hiato aí. O que eu vejo como um diferencial... Nós pegamos dinheiro, e o dinheiro acabou. O Romão era sociólogo, formado em Sociologia, ele assumiu em 1983, no primeiro governo Brizola – Edialede Salgado Nascimento assume; o Brizola colocou três negros secretários, o da Polícia, a Edialede, que era secretária de Desenvolvimento Social, e outro foi o Caó, secretário de Trabalho. Também era sindicalista,

a gente tinha feito a campanha dele, para ele ser presidente do Sindicato dos Jornalistas, onde ele conseguiu algumas coisas... A gente fez a campanha dele em 1970 e poucos, o Caó tinha força, ele tinha uma boa relação conosco. Conosco assim: o IPCN. E aí, dentro do IPCN, particularmente, o nosso grupo, que era quem estava todo dia, o tempo todo.

1986, 87, quando eles assumem a direção do IPCN, em 1987, eles assumem com a seguinte plataforma: O IPCN na Cooperação Internacional. Eu lembro que a Ana, a mulher do Januário, fez uma defesa ardorosa em uma assembleia lá, e ela dizia: “Como é que vai ser? Esses caras não têm nenhuma visão. A gente está com um monte de financiamentos para entrar, se eles assumirem isso tudo cai fora.” Porque tinha uma grande agência alemã, a Pão para o Mundo, que já estava com uns projetos feitos pelo Romão, eu não sei se Lélia tinha ajudado... O Romão era o cara de frente no SOS Racismo. Era o grande projeto, porque era o projeto guarda-chuva para o IPCN, que aí, ia dotar o IPCN de infraestrutura. Tanto teria advogado, sociólogo, para analisar, para enfrentar a questão do racismo, principalmente da polícia... A ideia do Romão era mais sobre o Racismo institucional, a questão da mídia... Tem uma ação do SOS Racismo para agir contra o racismo institucional: Questionar os partidos, questionar governos, o Negro nos espaços públicos, o Negro no mercado de trabalho... Mas eles cometeram o erro, que foi um grande acerto... Sem querer, eles colocaram um cara que era completamente “pirado”, que era o Wilson Prudente. Era outro cara importante para vocês conseguirem entrevistar... O Prudente hoje é procurador da República, procurador do Tribunal Superior do Trabalho... E o que acelerou o Prudente para poder estudar, foi exatamente que, quando ele ganhou êxito, o SOS Racismo era o Prudente. Ele era preto retinto, e era um cara “pirado” mesmo, era da Convergência Socialista, nessa época acho que já não era mais. Mas era um cara muito combativo e ele começa a falar, e você mal entende o que ele diz... Até hoje ainda tem muito isso, é um cara que fala com muita veemência, aquele negão nervoso, muito impetuoso, e ele passou a fazer do projeto SOS Racismo, que tinha um negócio nele, que foi perseguido pela polícia, repressão no subúrbio, tinha tudo isso... Mas, pelo perfil do Romão e do Januário, seria mais um... O IPCN ia fazer... E que era para fazer, e seria muito bem se fizesse isso. Mas o Prudente não. O peso dele era ir para as delegacias, qualquer queixa que se dava ele corria atrás, ia...

Eu lembro dele, a gente estava junto em Belford Roxo, ele entrando na delegacia já com o dedo na cara do comissário, mas assim: “Vocês prenderam um negro! É uma atitude racista!” E o delegado olhando: “O que é isso?” Não tinha essa cultura de ver... A Lei Caó era

um negócio meio assim: Vai pegar, não vai pegar... E o cara cheio de autoridade, mas de terno: “Eu sou sociólogo do Instituto de Pesquisa...” Com essa autoridade, o cara olhava e dizia: “É... Não posso dar um tapa nesse negão. Um negão desse jeito, eu não posso dar tapa.” O delegado dizia: “Oh rapaz, está falando muito alto, por favor, doutor vai devagar...” E eu olhando para o Prudente, até para mim, eu pensava: “Não é possível que esse cara está fazendo isso...” Era assim que ele fazia, e em vários lugares. Então, o SOS Racismo mudou. Acabou sendo uma coisa contra a polícia, contra a repressão policial, porque o negro é parado nos ônibus, não fazem com o negro como fazem com os brancos... Isso feriu muito... Na época o SOS Racismo ganhou muita legitimidade, muita mídia, e foi muito bem faturado. O Januário tinha um discurso muito... Ele tinha esse negócio do *marketing*, era um fotógrafo famoso, um cara com um prestígio profissional na área da fotografia, na área de arte em geral, ele é um cara prestigiado, então, ele pegou esse momento com muita sensibilidade, muito *feeling*, pegou isso legal. E aí, era aquele negócio: “Quer fazer entrevista comigo? Vamos fazer a entrevista. Eu vou ficar...” Na primeira grande entrevista, ele vai para a porta do QG da Polícia Militar, e aí, quando veio a mídia fotografar: “Na porta do QG, aqui eu vou dar a entrevista porque não é contra todos os policiais, não é contra a polícia, que é uma instituição... Mas é contra os maus policiais racistas. A formação do policial é uma formação racista...”

Foi excelente essa intervenção dele. Ele ficou muito conhecido nesse período: o moço da boina. Ele usava uma boina colorida, que se tornou o *marketing* dele até hoje, ele tinha um *marketing* pessoal.

Então, cada um de nós – a gente se combatia muito – teve um papel, cada um tem sua característica, o seu jeito, e na medida em que cada um foi cumprindo esses papéis, foi somando. E isso fez com que... Por exemplo, para ver esse ponto quer você tocou: Com a vinda desses recursos, o IPCN, realmente, se consolida institucionalmente. Isso é 1987. Aí tem máquinas elétricas, tem funcionário pago para ficar lá durante o dia todo, tem dois telefones... Aí o negócio se assenta um pouco. Em outros Estados também já tinha começado a se assentar um pouco, eu lembro que no Maranhão, a Mundinha Araújo escreveu algumas cartas, ela conseguiu, o Centro de Cultura Negra do Maranhão conseguiu um lugar lá, era o Forte antigo de São Luís, e eles conseguiram uma doação, porque o governo também foi um governo progressista, acho que também foi um governo do PDT que assumiu em 1983. E aí eles conseguem a sede, e conseguem recursos para fazer a sede bonita, fazer uma obra. Em

São Paulo também tem algumas coisas que começam a dar certo... Ah sim, o Conselho do Negro em São Paulo, é o Ivair, que hoje é assessor especial do Ministério da Justiça, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Ivair Augusto Alves dos Santos. É um cara importante, Ivair estava desde o início no Movimento Negro em São Paulo, ele está na lista que eu dei.

V.A. – Lá eles conseguiram...

A.M. – O primeiro governo Montoro, porque aí acabou a ditadura, os primeiros governos eleitos, do PMDB em São Paulo, do PDT no Rio, Miguel Arraes em Pernambuco, e esse pessoal abre espaço para as forças populares, e entre essas forças populares o Movimento Negro já tem uma certa... O Ivair era um cara articulado. O Hélio Santos que era o presidente do Conselho, o Ivair era uma espécie de Secretário geral, era o cara que articulava junto com o Montoro. Eles fazem um órgão mesmo, que já tem um espaço bom no Centro de São Paulo, tem recursos, entra no orçamento de 1984, então, começou a ganhar uma certa institucionalidade. E isso começa a render mídia, aí o Haroldo de Andrade começa a botar, a Cidinha Campos, os radialistas de programas mais populares, no público do Rio – eu posso falar do Rio, mas nos outros Estados a coisa é muito semelhante, vocês vão... vai ser muito importante esse projeto para ver o que havia. Mas a gente ouve assim: “Fulano lembra...” mas nada foi ainda bem... já há alguma produção, mas ainda não está articulada essa produção. Eu não sei o que Fulano produziu, não lia a tese do Ivair, ele fez uma dissertação de mestrado na Unicamp sobre o Conselho, mas eu não li ainda. Eu só sei o que ele fala, o que ele falou sempre.

Ou seja, essa institucionalização do Movimento Negro ocorre em 1985, 86, 87, ali começa... Com o centenário da Abolição então, aí, realmente, a questão racial passou a estar na pauta da sociedade, na ordem do dia. E aí, a Marcha do Rio de Janeiro teve um peso para isso.

V.A. – Em outros Estados houve alguma coisa?

A.M. – Em primeiro lugar, porque foi referência em todos os Estados. Você vai ver a memória, documentos de todos os Estados falam da Marcha do Rio, porque a Marcha do Rio

foi um divisor de águas, porque toda a repressão estava lá. Então foi um divisor de águas. Em outros Estados também. São Paulo teve marcha, mas foi pequena, não conseguiu impactar a sociedade, a população. Então, para a militância, a Marcha é um divisor de águas, ela é realmente um momento fundamental, a Marcha do Rio. 1988 ficou sendo 1988 por causa da Marcha do Rio. Eu acho que não estou puxando muito a brasa para a nossa sardinha não. Eu acho que o Movimento Negro de todo o país tem um pouco essa visão. Se 1988, por toda a mídia que deu, por tudo que colocou o negro em evidência, e a questão racial – e esse negro em evidência já não era o negro da harmonia, o negro da democracia racial – a Marcha tem um papel importante, e aí, a Marcha é a Marcha do Rio. Em outros lugares teve, mas não teve o impacto que teve a do Rio. O que eu estava falando? Ah sim, a institucionalização...

Por exemplo: O CEAP surge em 1989, 90; o Geledés em São Paulo surge em 1989 com força. Começam as grandes ONGs Negras a partir desse momento, porque o Estado, não só um governo progressista, mas – acho que eu posso dizer, aqui não sou pesquisador... – as elites em geral, os espaços que tenham, de alguma forma, uma hegemonia já consagrada, consolidada, com um perfil. Seja um perfil mais de esquerda, ou mais de centro, sei lá... Mas, sempre filho de alguém, neto de alguém, o pessoal que tem um perfil consolidado de estar sempre nesse espaço da classe política. O Gramsci fala um pouco... Esse espaço começa a ser permeável à discussão da questão racial. O sindicalismo já vinha assimilando e se abre um pouco mais. Outros movimentos sociais começam a ter sensibilidade, os partidos começam a incorporar, o PDT tinha um núcleo de negros, foi muito importante isso. Diziam: “Porque o Brizola controlava os movimentos sociais...” Controlava nada. Quem é que controla movimento social? Controla se o movimento social se deixa controlar. O que as organizações de bairro – a gente participou muito do início da FAMERJ em Campo Grande com a nossa associação, eu estava vendo todo aquele movimento. Quando o Brizola entra, diziam: “O Brizola tem a visão de controlar.” Que nada, as próprias associações já tinham o seu pessoal que queria emprego, que queria esquema, que queria cargo, e muitos deles não vão para o PDT, muitos vão depois, não precisava... Alguns eram do PT e também estiveram por dentro desses esquemas.

Então, o que faz esfacelar o movimento comunitário que foi forte no início dos anos 1980 no Rio, é porque era um movimento de gente pobre, e alguns que já estavam na transição, estavam estudando, vão para um classe média, podemos dizer assim, e que tem oportunidade de assumir papéis, assumir empregos, cargos, e o cara vai. Até porque, tem que

ir, porque se não vai, não tem ninguém do movimento social lá. No Movimento Negro tem algo semelhante à isso nesse período. Tem gente dentro do partido, dentro do governo... Isso gera experiências, gera respaldos, apoios para pequenas infra-estruturas, uma passagem para lá, uma para cá. Nós fomos em 1988 para São Paulo, eu quase ia, não fui porque a gente estava esgotado e tinha mais o que fazer aqui. Mas no dia seguinte da Marcha, no dia 12 era a Marcha de São Paulo. Como é que eu podia ir? A gente tinha ver aqui, reencontrar o pessoal... Mas tinha dinheiro para ir, porque alguém – não sei se foi o Jesus, não, foi alguém do Município – tinha arrumado a grana da passagem. Começou a mudar um pouco. A gente já tinha uns apoios institucionais, chegava em um sindicato e já falava com mais moral: “Precisamos rodar isso, vocês companheiros, vamos lá, dêem um apoio...” Começou a mudar.

V.A. – Antes o apoio era só do cartório do Célio...

A.M. – O cartório do Célio foi decisivo em alguns momentos no início, depois começam esses outros apoios mais institucionais mesmo. Tinham alguns sindicatos, sempre teve, solidários de sempre... Mas era o cara que pegava o papel... Metroviário: “Me dá aqui. Segura aí...” A Cecília trabalhava no COFEM, Conselho de Enfermagem, então, tinha uma chefe dela, que se aquela chefe soubesse diria: “Tudo bem, mas não roda muito. Roda 1.000, 2.000 folhetos.” Mas o cara que rodava era amigo nosso, era amigo da Cecília, então, a gente rodava ali no COFEM... Tinha assim, esses apoios, tinha o Melchisedec, que era um amigo meu que trabalhava na Vale do Rio Doce. O Melchi, trabalhava com normógrafo, na época não tinha computador, fazia no normógrafo, fazia uns folhetos bonitos, tem uns folhetos bem desenhados... O Melchi fazia, porque o chefe dele também era um cara que gostava de negócio de negro, e dizia: “Essa luta de vocês é boa, é importante.” Então a gente podia ficar ali com o Melchi, e ficava horas fazendo isso. Então tinha esses apoios... Amizades... Sempre teve isso...

Aí, fomos recuperar com a turma antiga, e sempre foi assim. O Abdias tinha esses apoios. Como é que ele consegue o Teatro Municipal? Tinha algum apoio, alguém dentro da elite que segura e diz: “Faz...” Mas é um negócio meio assim: “Você vai fazer o espetáculo, mas sabe como é? Não vai ter todo o pessoal da iluminação, não vai ter um bilhete bonito. Não vai ter divulgação como precisa.” É um negócio sempre, do jeito que dá.

V.A. – Em geral o apoio é dado porque conhece alguém... E se o chefe não achar...

A.M. – Tão ruim, consegue fazer mais de um. Nem sempre negros, às vezes brancos também. Não sei se o Yedo falou do Pedro Paulo. O Pedro Paulo falava para a gente: “Leva essa grana, leva logo. Para mim está legal, tudo bem...”

V.A. – Quem era, o cara do cartório?

A.M. – Não. O Pedro Paulo era um cara que trabalhou com o Yedo de longa data no Correio. Só que ele fez carreira, se aposentou bem. Ele depois, saiu do Correio e fez uma outra coisa, foi para um ministério desses com um bom salário. Ele dizia: “O Yedo tem que saber claramente, não existe Marx sem Engels...” Porque o Engels era um cara que tinha família, tinha dinheiro e muitas vezes o Engels é que ajudava o Marx. Então ele se sentia o próprio Engels. [risos] O Yedo seria o Marx. Ele sentia assim porque ele apoiava o Yedo desde o tempo em que o Yedo era do partidão, ele não era. Então tinha muito dessas redes de solidariedades, de amizades...

V.A. – E depois da institucionalização...

A.M. – Aí o negócio começa a mudar. Não totalmente. Para mim não tinha mudado, eu continuava muito ligado a essas ideias. Quando eu assumo a direção do IPCN em 1992, aí é que eu vejo que o buraco era mais em baixo. Eu já tinha sentido um cheiro diferente, que o IPCN era outra coisa. Por mais que a gente brigasse com o Januário: “O Januário está dando uma direção errada, conservadora na instituição...” Mas no fundo eu via: “Isso mudou...” Uma obra muito bem-feita, todo um respaldo nacional e internacional: correspondências, gente chegando... “O movimento está mudando. O IPCN está um pouco na frente dessa mudança. O Ivanir já tem muitos recursos no CEAP, já alugou uma sede no Centro da cidade. O Ivanir já teve dinheiro para fazer o Sul-Sudeste e teve dinheiro para apoiar o nosso encontro do Estado do Rio de 1989.” Aí já foi uma decepção grande, o Yedo já estava fora... Fizemos “na marra” porque era para afunilar para o Encontro Nacional e havia muitas dúvidas sobre isso. Eu já tinha clareza: “Temos que fazer um Encontro Nacional. Não, criar

uma instituição nacional, mas tem que ter força política nacional. E isso exige certos respaldos, eu não posso mais ficar saindo por aí sem o dinheiro da volta...”

Foi uma coisa séria isso, no início do governo do PT, em 1990, 91, da prefeitura de São Paulo, nós tínhamos que ter um encontro com a Erundina, e o Flavinho contou: “É um encontro legal, nós vamos planejar aqui... tem que estar tudo certo...” Pôxa, eu peguei – primeiro que a minha roupa não era lá essas coisas, sempre uma roupa velha, sempre doação... Meu cunhado era ótimo, o Márcio mandava umas calças que, para ele, já estavam gastas, e iam lá para casa. Eu só tinha calças do Márcio, cabia bem em mim, ficava arrumado –, fiquei a noite toda viajando naquele ônibus, todo suado, todo amassado... Quando eu saí da rodoviária, que eu ia direto para lá para encontrar com a prefeita, eu senti: “Isso não pode ser muito assim... O cara vai negociar um negócio de alta... Não vai ser sério. Ela vai olhar para mim e dizer: Pô, qual é? O cara tem que estar no mesmo *status*...” aí, eu ficava vendo aquelas imagens do Movimento Negro nos Estados Unidos, aí vinha – isso, na minha cabeça na época, eu comentava isso com poucas pessoas... Acho que com algumas eu conversava, eu via isso: “Não pode ser...”

Eu lia muito o Gramsci, o negócio dos intelectuais orgânicos, a gente era o próprio intelectual orgânico, lia o Gramsci desde 1970 e poucos. E aí, como o Gramsci falava: “Não existe classe dominante que antes não tenha sido hegemônica.” Você tem que construir uma hegemonia para depois você alcançar o poder. Ninguém alcança o poder sem mais nem menos, porque senão é igual a comuna de Paris, você alcança e não exerce, não tem como, e cai. Eu tinha toda essa visão, esse folclore da história da esquerda no mundo, como foram os processos que levaram a esquerda ao poder... Eu tinha um pouco isso. Isso ficou. Eu fui a São Paulo e o Bujão, que era um negão da Bahia, cultura... O Bujão estava passadinho, ele mesmo passou, mas ele já estava a uma semana lá, passou a roupa dele... E eu cheguei lá todo amassado, suadíssimo, estava muito quente, uma manhã de fevereiro ou março. Quando eu encontrei com eles eu estava por baixo, eu disse: “Eu não estou legal para chegar...” O período, nas Diretas, que eu ia para o palácio, nas reuniões com o governo, muitas vezes eu notava isso. Eu chegava para a reunião, as reuniões eram no Salão Verde, porque as Diretas, no Rio, teve um *status* porque o Brizola era o governador e ele estava na frente, e quando eu chegava, uma vez a Bené me deu um puxão de orelha: “Oh Amauri. Vem com umas camisas melhores, rapaz...” aí eu olhei para ela e disse: “Tudo bem.” Ela me chamou a atenção mesmo, falou assim comigo.

O Januário me chamou a atenção, ele era o meu suplente. Fizemos uma aliança na campanha das Diretas, porque a elite negra – ainda tinha esse negócio de “elite negra”, e a gente combatia isso –, e o pessoal tendia a votar mais para apoiar a Lélia, o Abdias... Também por isso... Eu andava para todo lado de chinelo, de camiseta sem manga, minha barba era enorme, não fazia nenhuma questão de cortar o cabelo... Tudo isso, as pessoas olhavam e diziam: “Esse cara é ótimo para agitar, para fazer o Movimento Negro, escrever jornal, agitar... É ótimo, mas esse cara não dirige nada, não tem condição de dirigir.” Eu não via isso. Alguns me alertavam, mas, muito sutilmente, porque eu já vinha com resposta pronta: O elitismo... Está no teu esquema aí?

V.A. – É, porque quando você começou a ver que hoje em dia é diferente, é que você percebeu que já estava mal vestido para o Movimento Negro que estava...

A.M. – O “malvestido” era um sintoma, uma das coisas que a gente percebe. Eram outras coisas também. Tinha que ter recursos para fazer nossos próprios projetos, não podia ficar nessa dependência: Sai o jornal quando pode. Quando a gente assume o IPCN, eu vi: O Januário pegou um dos melhores escritórios de contabilidade do Rio para fazer a contabilidade do IPCN. A ficha caiu rápido: “Claro, ele conseguiu apoios da Cooperação Internacional, e esse pessoal não vai botar se não tiver uma contabilidade exemplar. Então ele pegou logo o melhor.” Eu vi: “Ele não está errado.” Bom, devia a um ano e meio ao escritório. [risos] E o cara dizia para a gente: “A gente vai tomar aquela sede lá... Mas não. O Januário é um cara bom, foi amigo nosso, é um negro que tem uma visão... Você vai pagar isso devagar. Paga o que puder...” Ainda ali estava valendo isso. Mas ele contratou e pagou durante, talvez, quase três anos um dos melhores escritórios. E eu vi: “Isso não está totalmente errado.”

Tinha uma jornalista boa lá, a Sandra Almada, ela era a jornalista do IPCN, com carteira assinada... “Não é ruim... Isso não pode ser ruim...”

O institucional tinha que ter um peso. Eu comecei a observar: “Eu vou ter que negociar com as organizações internacionais. Eu tenho que mostrar segurança para esse pessoal.”

Começa a mudar, o institucional tem um peso, tem um papel. Eu acho que foi nesse momento assim que...

V.A. – Como é que foi sua candidatura para o IPCN?

A.M. – Em 1987 eu fui candidato...

V.A. – Aí perdeu por cinco votos...

A.M. – Em 1989 eu já não quis ser o candidato, aí meu candidato foi Maria Alice.

V.A. – Mas o Januário foi reeleito...

A.M. – Mas nós apoiamos ainda Maria Alice e tudo. Ela era uma liderança do movimento comunitário aqui do Centro da cidade. Ela era ali da Cidade Nova. Uma ótima amiga, uma pessoa ótima. Ela trabalhava na Secretaria de Desenvolvimento Social. Como é que ela trabalhou na Secretaria de Desenvolvimento Social? Uma mulher articulada, já com uma certa idade... Maria Alice não era mais uma criança, já estava beirando os 40 nessa fase inicial do IPCN, 1983, 84, quando ela chega vai ser diretora comunitária do IPCN. Aí com esse peso: Movimento Negro, diretora do IPCN... Ela consegue um cargo. Não é que ela conseguisse um cargo por causa disso, ela era uma liderança. Mas aí, acaba tendo que ter alguém do Movimento dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social para tocar melhor o trabalho. E ela tinha essa clareza, era muito articulada, muito hábil, muito viva, uma mulher escolada... Conhece este termo, não é? Maria Alice era uma mulher escolada.

Uma discussão, ela me chama e diz: “Amauri, não bate de frente não. Calma...” Ela tinha um trato, era muito boa... Foi importante para a minha formação, ver essas pessoas atuarem, porque ao mesmo tempo ela era do PDT, mas era muito crítica ao PDT, mantinha uma independência dentro da própria Secretaria de Desenvolvimento Social. Tanto que ela chegou a perder o cargo alguma vez, mas rapidamente ela costurou do outro lado e o cargo... Ela tinha uma habilidade... Isso eu vi e foi importante... Porque eu estava falando isso?

V.A. – 1989, a eleição...

[FINAL DA FITA 5-B]

A.M. - ...Então, em 1989, ela foi a nossa candidata, mas aí a gente estava mal. Mal porque já não tinha aquela força de 1987. Que era para construir 1988. Por outro lado, por mais que a gente combatesse e brigasse...

...O Januário conseguiu... O SOS Racismo teve visibilidade nacional e o próprio IPCN intervindo em coisas. O Januário já ia conversar com deputados, com Fulano, com Ciclano... O IPCN era a grande instituição no Rio de Janeiro que capitalizou todo aquele esforço da década de 1980. O IPCN era a ponta visível do Movimento Negro, aquele movimento social que ninguém sabia muito bem como é que era, por onde era, mas que tinha sede própria no Centro da cidade, um lugar que todo mundo sabia. Então o IPCN capitalizou aquilo. E o Januário como presidente, como sempre foi um cara que morou aqui em baixo, um cara que já tinha um certo trânsito, já tinha viajado, falava bem o inglês... Ele como fotógrafo, como artista gráfico famoso, conhecido, ele já tinha certas vivências nesse âmbito mais institucional. E isso ele fez muito bem.

A.M. - ...Consagrado para ler, olhar os movimentos sociais a sua volta. Ele está falando isso e está pegando uns autores... Ele vai trabalhar Babba, Gayatri Spivak, a indiana, e mais o Said. Nunca vi antropólogo brasileiro falar desses três, não existe na Antropologia brasileira – não tem Eduard Said. Só eu me emocionei quando soube que ele morreu. Não se fala, não saiu uma linha, ninguém sabe... [Homme Babba] é completamente desconhecido. Hoje, por causa da crítica literária, está com um pouco mais de espaço. Gayatri Spivak, essa indiana também, ninguém conhece. E ele está vindo com esse pessoal, ele cita muito os africanos pós-coloniais, estudos pós-coloniais, está pegando isso para mostrar que no Brasil...

V.A. – Vamos então, só terminar essa sua eleição no IPCN. Maria Alice foi candidata em 1989...

A.M. – Perdemos de muito. O IPCN estava bem consolidado na época, tinha muito recurso. Ganhamos fácil. Nós fizemos o direito de espernear. Mas em 1992 foi o contrário. Em 1991... Primeiro, a gente estava muito forte porque em 1990... É longo isso. É longo, porque essa candidatura foi uma candidatura imbatível. O grande problema era: se ia para a candidatura ou se meramente a gente destituía o Januário. Porque é o movimento que cai o apoio... Um

movimento simultâneo: ao mesmo tempo em que caía o apoio, dois anos antes, a Pão para o Mundo parou de mandar recursos para o IPCN no final de 1990, por questões na prestação de contas.

V.A. – Não adiantou contratar o escritório de contabilidade.

A.M. – Não adiantou, até porque estava atrasado, mas a contabilidade estava em dia. O que eles questionavam não era roubo. Até hoje eu não acredito que tenha tido roubo, realmente não acredito porque eu vi como é que era... Foi muito mais um negócio assim: Entrou muito dinheiro e como é que se gasta isso? Aí se compra as máquinas, aquela fita da máquina elétrica tinha uma vida útil pequena, e tinha que comprar outra... aí, os projetos não foram orçados com todos esses detalhamentos. Também, o IPCN tinha que apoiar... O IPCN era como se fosse uma federação, era o único no Rio que tinha sede, e tinha recursos, e a obra ficou bonita, então, tinha que apoiar todo mundo. E não dá conta disso...

E aí, foi o meu caso, por exemplo: O Januário me chamou francamente... E ao mesmo tempo a gente crescia de novo. Aí já não era o grupo todo, já era eu e Gil principalmente, Cecília ficou um pouco. Aí já há defecções, o pessoal todo se afasta, mas nós ficamos dentro do IPCN, e a gente volta porque começou o processo do Encontro Nacional de Entidades Negras, do ENEN. Esse processo começa em 1989, na nossa ida para o Norte-Nordeste. Isso é uma outra história que para isso eu teria que ter mais tempo.

A gente vai crescendo de novo internamente, mas para você ter noção da seriedade, o Januário teve uma seriedade muito grande porque tinha uma pedra de toque. Todo esse processo é um processo estratégico, a gente pensava com uma visão estratégica, teoricamente e estrategicamente: A gente tem que ter um processo nacional, não de criação de uma entidade nacional, mas de um movimento nacional aglutinador e articulador em termos nacionais, com documentos nacionais. Nós temos que criar uma grande organização, que não seria a organização de comando político, mas uma organização que pense estrategicamente: Contratar pesquisadores, contratar sociólogos, historiadores nossos, para produzir um pensamento político estratégico do Movimento Negro na sociedade. E o que é essa questão racial no Brasil que a gente está insatisfeito com isso? Isso é racismo, mas esse racismo é diferente, como é que é? Como é que não é? Tem que pensar melhor, tem que aprimorar isso... Isso já estava começando na nossa cabeça. E quem vai fazer? Só um processo nacional.

Mas como é que faz nacional? Se cada entidade está começando... O IPCN, por exemplo, quer cada vez mais IPCN, porque tem recursos agora, estão fortes. Então, nós temos que fazer por fora das grandes entidades. E aí quem faz? É um movimento mesmo, gente que não está em instituições, ou um que está, mas não pode trazer a sua instituição... E aí, tem que ser um movimento rebelde de novo, dentro das instituições. E quem tinha essa visão? Era, realmente, o Gilberto na Bahia, o Flavinho em São Paulo, um em Porto Alegre, mais um em Santa Catarina, tinha o Nogueira, tinha mais não sei quem, não sei onde... Eram poucos. Não podia faltar nenhum, eram poucos. Nem todos conseguiam dinheiro para estar nas reuniões preparatórias, mas quando chegou o momento de ir para o Norte-Nordeste, o acordo que a gente tinha feito, um pouco por carta, um pouco conversando aqui e ali por telefone, a gente disse: “Vamos detonar esse processo em 1989, no Encontro do Norte-Nordeste. Aí vamos um grupo daqui do Sul e Sudeste, vamos pensar um grupo do Centro-Oeste, junta todo mundo e lá a gente fala em encontro nacional.”

E o Januário teve a nobreza de permitir que eu embarcasse em um dos ônibus do IPCN. Porque o Olodum – estava em alta na época, começando a grande força do Olodum – instalou um SOS Racismo. O IPCN dava todas as cartas, fazia a ponte dos recursos... Então, o IPCN tinha uma força. O IPCN se comprometeu de ir para o Encontro Norte-Nordeste, levando três ônibus. Para ir para o Norte-Nordeste, mas para ir com o pessoal deles, nós éramos oposição. Mas pelo contrário, até a última hora eu fiquei meio na dúvida, mas não, o Januário foi de avião, mas o Romão foi no ônibus e era o cara da grana, era o homem dos projetos, coordenador geral dos projetos. E o Romão foi e disse: “Vamos embora!” Eu ainda levei Diana e Josina, porque eu estava machucado, engessei a perna, e só pude ir com a minha desculpa: “Tenho que levar as minhas filhas.” Aí levei as duas, foram comigo. Claro que, eles tinham os recursos, sentavam na churrascaria na beira da estrada, o ônibus parava e eles comiam. Eu não, eu estava fora daquele grupo. E o pessoal estranhava: “O IPCN não é você? O que eles são do IPCN?”

Porque todo mundo que vinha, achava que eu é que era do IPCN, porque eu era mais conhecido que todos eles. Mas não, era o pessoal que eles convidaram.

Em suma, o Romão permitiu que a gente viajasse. E lá, realmente, houve um momento marcante. Aquele negócio: Tem a pauta do encontro, mas tem o grande momento que todo mundo espera e ninguém sabe como vai ser, as disputas políticas muito grandes... Mas conseguimos fazer uma reunião, já eram mais de 10 horas da noite, acabou a pauta do

encontro, mas Luísa Bairos, que estava ligada, era do MNU, que tinha força na Bahia, em São Paulo já estava muito mal, mas ainda tinha alguma coisa; Porto Alegre tinha força; Minas um pouco; o MNU nunca foi um movimento realmente nacional. Tinham as sessões regionais que se aglutinavam e se encontravam. Mas Luísa era muito forte, era acadêmica, hoje é doutora, acho que é professora da UFBA, e era a grande liderança do MNU na Bahia, e era coordenadora nacional. E fechou com esse projeto, essa visão mais ampla. E aí Gilberto também, mas eles eram meio adversários lá... Como é que vai ser? Conseguimos fazer uma unidade, já 11 horas da noite: “Vamos fazer...”

Mas como eles eram Norte-Nordeste, e São Paulo chegou com muita força – o Flavinho era do PT, um cara já conhecido, Juarez era da UNEGRO, não tinha UNEGRO ainda, era PC do B – eu era o único que não era partidário, e também tinha um pouco mais de idade que os outros... em certos momentos se usam muitos subterfúgios, então disseram: “Amauri, você que tem a voz mais forte, venha dirigir essa reunião.” Para poder ter algum centro... E eu que tenho a voz mais fraca... Tudo se dá um jeito.

Luísa teve muita clareza nesse momento, e me chamou para dirigir a reunião, aí pronto. Ali nós conseguimos dar essa direção, uma pauta que visse a necessidade de articular nacionalmente, de fazer um encontro nacional. Ali que começou, em 1989.

Mas eu tinha uma pedra de toque disso tudo: Encontro Nacional de Entidades Negras. Sempre nós tínhamos feito no Rio Encontro Estadual de Negros, e aí que eu e Yedo rompemos definitivamente, definitivamente no dia-a-dia, dentro da luta, não como amigos, nunca deixamos de ser amigos, embora tenha que ficar registrado aqui que ele não me trouxe nada quando ele foi para a Líbia. Ele foi para a Líbia em 1985, ou 86, e não me trouxe nada para dizer: “Meu amigo Amauri, estamos aí...” Isso aí é duro: Eu olhando para ele... Mas ele levou mais a sério esse negócio de ser adversário na época. Eu não, eu sempre vi que ele é meu irmão, meu amigo, sempre vi dessa maneira. Mesmo a gente tendo divergências grandes, muito grandes...

Nesse momento eu digo: Entidades Negras. E eu teria que representar a minha entidade. Qual era a minha entidade? O IPCN. E eu era oposição.

Isso era uma coisa crucial. Eu dizia: “Não quero saber. Não é entidade? Tem que ser entidade...” Aí o Gilberto dizia: “Mas como é que o Januário vai te nomear?” O Flavinho dizia: “Você tem que vir pelo IPCN...” Porque eram poucos... A gente era três, quatro, cinco,

que tinha essa visão para conseguir engrenar esse processo. E aí não tinha. Como é que vai ser? Eu tinha que ser representante pelo IPCN.

Então, quando começa o ano de 1990, na primeira assembleia que teve, foi até a assembleia que ia eleger a comissão fiscal, porque ia ter eleição de novo... Nessa assembleia – aí eu também preparei tudo, levamos mais gente, o pessoal nosso, mas o pessoal conquistado para essa visão, que era de que o IPCN tinha que estar no processo de construção do Encontro Nacional; e segundo, que tinha que sair, ali na assembleia, uma representação da entidade na assembleia. A representação não podia ser exclusivamente da direção, tinha que ser da direção e da assembleia. Um membro da direção e um membro da assembleia. Isso era uma coisa completamente anárquica. Exatamente no momento de consolidação da entidade, se fala que a entidade não pode representar, a diretoria não representa... Aí foi uma briga de foices...

Mas sei lá... Lá pela duas horas da manhã a assembleia foi convencida, o nosso discurso era muito... O Gil teve um papel extraordinário nessa assembleia. Eu acho que a Lúcia também foi muito forte... O nosso grupo era muito bom... Porque era o grupo do pessoal que não estava em instituição, não estava com “o” institucional ainda. Um grupo muito bom. E aí, a decisão por maioria na assembleia foi que seria um representante da direção e um representante da assembleia. Aí: “Agora vamos eleger o representante da assembleia...” Aí, outro pau... Eu saí eleito representante da assembleia.

V.A.- Cinco horas da manhã. [risos]

A.M. – Sei lá... Já era madrugada...

A.P. – E o trem?

A.M. – Aí já tinha dançado o trem, aí tem um ou outro que empresta uma grana...

V.A. – Quem foi o representante da direção?

A.M. – Ficou sendo o próprio Januário. Que tentou o tempo todo... As amargas não... Então é isso, nesse momento a gente assume. Aí o processo todo foi tocado ali dentro e é interessante,

que ele não concordava com esse processo, não concordava mesmo. Mas foi eleito em janeiro ou fevereiro, bem no início... Quando teve o encontro – fizemos a estratégia de fazer encontros em todo o país. Uma loucura, porque a gente não tinha ainda o institucional, nós não tínhamos, quem estava tocando esse processo não tinha. Por exemplo: O Flavinho de São Paulo, que era uma espécie de centro desse processo...

V.A. – Uma e meia...

A.M. – Vamos deixar para outro dia, não é?

[FINAL DA FITA 6-A]

3ª Entrevista: 04.11.2004

V.A. – Então Amauri, a gente já esteve conversando um pouco sobre como é que a gente pode tentar concluir a nossa entrevista, que já vai para a terceira sessão, depois de quase um ano que não nos reunimos. E combinamos de começar retomando de onde nós paramos na última sessão, que era a sua eleição como representante do IPCN para o Enen, como representante da assembleia do IPCN, e enfim, a gente queria compreender um pouco o que foi o Enen, diferenças entre Enen e Conen, e depois a sua eleição para presidente do IPCN, para começar.

A.M. – Eu acho que foi, naquele momento, um indício de maturidade da militância no movimento negro dentro do IPCN. E naquele momento, é muito importante a gente frisar sempre que o IPCN era um espaço de convergência, de uma multiplicidade muito grande de visões, de concepções, de práticas que havia no movimento negro no Rio de Janeiro. O IPCN ainda era nos anos 1980, final de 89, início de 90, ainda era uma referência nacional. O Olodum estava vindo como referência, o eixo um pouco se deslocando para a Bahia, muito mais o aspecto cultural. Mas na questão política, o SOS Racismo, em 1988, 89, foi um êxito muito grande, deu uma visibilidade muito institucional e política ao IPCN. O Januário marcou muito a época. Era um camarada de publicidade, um artista da fotografia, e sacou muito bem como era importante ele ter um visual. Ele já vinha há algum tempo construindo

esse visual, e a boina dele ficou marcada, sempre com as cores da libertação africana. Ele foi um personagem marcante no centenário da abolição. Era bom de mídia e vinha com o discurso da radicalidade, do enfrentamento da polícia, que o SOS Racismo era um instrumento de defesa da população negra contra a discriminação racial pela polícia, que é uma coisa muito drástica, muito sensível no meio negro, entre os mais pobres. Aí, tinha um apelo imediato muito grande a ida às delegacias pelo interior do Rio, na Baixada Fluminense, onde a discriminação era constante, está sempre na agenda do movimento negro: a discriminação policial, a violência policial. E aí houve diversas oportunidades desse enfrentamento direto, e isso sempre deu visibilidade, muita visibilidade. Tem longas histórias, são histórias da vida do Wilson Prudente, por exemplo, que enfrentava com uma força extraordinária, a força, muitas vezes, da própria, eu não diria ingenuidade, mas de uma forma completamente romântica: invadir uma delegacia de polícia em Belford Roxo e dizer: “Vocês são racistas. Nós vamos tirar nosso irmão que foi preso por racismo, por discriminação racial...” e impactava o delegado. O pessoal dizia: “Cadê seu advogado?” “Não tem advogado. Eu estou aqui em nome da luta contra o racismo, do movimento negro...” E isso foi incrível na época.

V.A. – Quem fazia isso?

A.M. – Por exemplo: Wilson Prudente foi o grande agente desse tipo de ação. Ele sempre foi visto, ele é paulista. São dois irmãos gêmeos. Eles falam muito tensos, muito nervosos. Até hoje é assim. A característica deles é que eles eram jovens – principalmente o Wilson Prudente, que veio para o Rio, o irmão ficou lá, ficou mais tranquilo o jeito de ser. Mas o Wilson Prudente não. Ele era mesmo uma cara visceral, tudo dele até hoje é muito assim, muito cheio de energia. A voz dele vai ficando fina e ele vai falando, intenso assim. E ele era a marca do SOS Racismo nas delegacias policiais. Isso impactava. Por sinal, hoje o que ele é? Procurador da Justiça do Trabalho. [riso] Exatamente porque ele foi discriminado na época. E o SOS Racismo, que deu tamanha visibilidade ao IPCN, como é que ele começa a cair? Firulas de... como é que se chama? Não é inveja, mas um certo... ele adquiriu mais visibilidade do que a direção do IPCN. E ele era empregado, ele era o cara que tocava o projeto. As análises, o projeto em si, a concepção do projeto, as análises sobre o projeto, quem falava para a mídia oficialmente eram ou o Januário, que era o presidente, ou o Romão,

que era sociólogo. E ele tinha feito um curso de Sociologia, mas de licenciatura curta, um curso rápido, ele não tinha ainda um certificado. Não era sociólogo formado. E em algum momento, eu não sei, dizem que ele disse isso. E daí: “Não é... falsidade ideológica...” junto com os despeitos que ele criou com a atuação dele, em dado momento ele sai da direção do IPCN.

V.A. – Dizem que ele disse isso o quê? Que ele era sociólogo?

A.M. – Que ele era sociólogo. Ou algum jornalista falou... é uma coisa que precisa ser investigada, saber como foi realmente... Enfim, ele sai da direção do IPCN. Aí se cria, em torno desse fato, uma oposição muito consistente. Porque ele era de fato um camarada que, ao mesmo tempo em que ele enfrentava, ele sempre teve uma posição independente em relação à diretoria, porque ele cumpria um papel que era preciso cumprir dentro do projeto. Só que isso, em certo momento, deixava a própria diretoria de saia justa, de calça justa, no caso: eram todos homens, a direção era mesmo de homens. Então essa oposição já vinha, ele já era um membro da oposição. Em 1987 ele vota conosco, e ainda assim foi chamado porque ele tinha esse perfil. E essa oposição vai se consolidando. Então, no processo do Enen, a gente já vinha nesse processo nacional – eu devo ter falado disso – de longa data. Os encontros estaduais, os encontros regionais e agora estávamos apontando para o Encontro Nacional de Entidades Negras. E eu dizia mesmo: “A pedra de toque da minha participação é eu ser representante da entidade.” “Mas como? Você não é da diretoria e tem uma diretoria que é forte. Com projetos em andamento, com muito recurso...” Pela primeira vez uma organização negra recebia grande massa de, para nós na época, um volume imenso de recursos, contratando gente, assinando carteira, mudando todos os equipamentos, fazendo obras que levavam seis meses, oito meses as obras na entidade, que é uma casa velha. Então esse tipo de oposição foi se consolidando. E eu dizia: “Eu tenho que ser representante do IPCN. A minha entidade é o IPCN, e para esse processo ter seriedade tem que ter...” E isso é muito marcante, a gente ia nas reuniões em São Paulo, as preparatórias, as primeiras preparatórias. Houve várias reuniões, mas tinha uma que era realmente oficial: a gente fazia a convocação, vinha gente de outros estados, quase sempre os mesmos parceiros e foi se consolidando um grupo, um núcleo. Em torno desse núcleo paulista, Rio de Janeiro, Minas, Bahia – que eram mais presentes – estava sempre alguém – que às vezes não era o mesmo – do Rio Grande do

Sul, de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, às vezes do nordeste também, alguém passando... a gente ajeitava os calendários, enfim, sempre tinha uma representatividade boa as reuniões que foram em São Paulo. A primeira e a segunda maiores reuniões foram em São Paulo, as preparatórias.

Aí resolvemos ter um processo nacional: andar pelo país com esse processo. E isso estava se definindo e eu não tinha uma representação. A gente tinha evoluído. Por exemplo: os encontros do Rio, são quatro encontros estaduais; até o terceiro – é importante a gente ter isso não é? Essa documentação... o que estava no edital? A convocação era para Encontro Estadual de Negros ou do Movimento Negro. A partir do Enen a gente já diz: Encontro de Entidades Negras. Não pode ser uma militância sem espaço de operar. Um pouco quem formava isso era a leitura de Gramsci, é interessante. Ele falava que ninguém é dominante, ninguém pode ser hegemônico sem também ser poder. Então não pode ter um intelectual isolado ou um grupo isolado querendo se constituir, fazer uma alta política sem ter o seu próprio espaço, seu próprio recurso, sem ter um âmbito onde ele é hegemônico. Isso é uma entidade negra. É o mínimo, é o espaço mínimo. Isso foi objeto de muita discussão no nosso grupo, que era Yedo Ferreira, Suzete Paiva, Aderaldo Pereira dos Santos, o Gil – por sinal, hoje eu vou encontrá-lo, hoje é a resposta; ele está fazendo seleção para o mestrado em Educação na Uerj. Hoje é a resposta, eu acho que ele vai passar e tenho que dar uma força para ele lá. Então o Gil, a Azoilda, a Cecília, Jair, era um grupo grande, e a gente era um grupo muito bem consolidado em termos ideológicos e, politicamente, um grupo muito visível no movimento negro. A gente fazia muitas ações nas ruas. Não sei se eu falei sobre isso: a gente ia lá, fazia ações na rua, ações completamente... não tinha nem espaço para a gente organizar, para guardar o nosso material. Guardava às vezes na casa de um e de outro, já que desde 1984, 85, começou um litígio com a nova direção do IPCN, que era o Januário. Eles tentaram tirar tudo nosso de dentro do IPCN, os jornais, as bancas, a gente já não tinha como ter a referência de local para as reuniões. A gente tinha na marra. Continuamos mantendo isso na marra: a gente ia lá, sentava e as pessoas vinham, a gente discutia, fazíamos nossas reuniões. Mas já não era aquela coisa como éramos antes: “A casa é nossa.” Não era mais assim a partir de 1983, 84 e a gente se mantinha ali na marra.

Mas eu digo que é maturidade nesse momento porque, não só a gente formulava essa pedra de toque: “Temos que ser representação da entidade negra. Isso é difícil porque ela está constituída numa direção, numa diretoria que é contra esse processo nacional...” Não contra o

processo nacional, mas contra àquele jeito de se levar que eles não tinham hegemonia, não estavam articulados naquele contexto. Por que eles não articulavam? Porque quase todos, pelo menos boa parte, eram militantes de entidades menores, menos visíveis, ou que também eram oposição dentro de suas entidades. Então, por exemplo, o Cecun no Espírito Santo: o Luís Carlos é uma pessoa muito importante nesse contexto na época, um cara muito forte, era do PT – a maioria era pessoal do PT, também de outros partidos, mas a maioria do PT, sempre o pessoal de esquerda. Mas o Cecun era uma entidade muito pequena, nova, bem recente. O Flavinho, por exemplo, vinha do Grupo Negro da PUC, tinham acabado de criar, estavam criando a Soweto Entidade Negra, que não tinha visibilidade. Forte em São Paulo era...

A.P. – Geledés...

A.M. – Geledés, não. Geledés estava vindo forte, começando, mas era ONG. Sueli já era uma personalidade importante, mas ainda estava vindo. O Geledés, se eu não me engano é de 1989. Mas havia o MNU. O Miltão que era uma grande figura, emblemática. E outras organizações tradicionais, a CBB, Cacupro... havia várias organizações culturais que estavam fazendo a ponte de cultural para política. Em São Paulo isso sempre teve uma certa ligação. E em diversos outros estados era a mesma coisa: Trindade em Recife era Saci, a Saci, Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania, não era Saci, era UNA. Era uma pequena organização de negros do Carlos Alberto, hoje assessor da Seppir. Assessor não, ele é diretor, superintendente ou subsecretário de políticas para os quilombos contemporâneos, uma coisa assim. Ele trabalha com remanescentes de quilombos. O Carlos Alberto é sociólogo, com mestrado em Sociologia na UNB.

A.P. – Carlos Alberto Trindade?

A.M. – Não. Carlos Alberto... não lembro.

V.A. – De Recife?

A.M. – Ele é carioca, foi para o Recife por uma questão pessoal, de família... Recife não, Falei Recife? É Sergipe. Ele vai para o Sergipe e lá ele cria a UNA. Desde criança ele foi para lá, e com o Trindade ele criou a UNA, União dos Negros de Aracaju. E essa UNA também era uma organização que tinha organizado os encontros norte-nordeste, estava sempre presente, mas não eram as mais visíveis. Quem era visível em Sergipe? Era o Severo... ele ficou famoso no Brasil inteiro porque ele fez o Chico Rei. Foi encontrado o Severo, foi selecionado entre muitos negros que se apresentaram para fazer o filme *Chico Rei* de Cacá Diegues, não? Não sei. Um filme muito famoso na época, o *Chico Rei*. Ele era o Chico Rei: Severo Darcelino. Severo é que era o nome negro nacional de Sergipe, de Aracaju. Então essa garotada... Severo dez mais velho, ator de renome nacional, viajando o país, para o exterior, e eles tentando, eles são o movimento negro, percebe? Estou querendo mostrar que eram grupos que não eram ainda hegemônicos, não eram os mais visíveis politicamente, culturalmente, não eram as referências. E no Rio o IPCN era a grande referência. Mas quem é que fazia essa articulação? Eu é que estava nessa articulação, que era do IPCN. Então o IPCN, a direção, ficava meio receosa, porque eles não tinham aquela rede de confiabilidade para manter sob seu controle ou sob sua hegemonia, a representação do IPCN nesse contexto de articulação do Enen.

“Como vamos ter essa representação? Já que isso é essencial para poder ter uma seriedade. Tem que ter um sentido. É isso mesmo, tem que ter organização, a gente tem que ter força.” Cada membro dessa executiva nesse processo de organização... não adianta fazer o encontro, tirar cartas maravilhosas, programas, e depois não ter condição de cumprir. Para você cumprir, tem que ser hegemônico no seu espaço. Então você tem que mostrar isso. Então tinha que ter uma assembleia no IPCN para eleger... Bom, mas isso não é dado. Como é que se tem representação? Representação é diretoria. Então o que nós fizemos? Aí realmente foi um preparo: conversa com um, conversa com outro, armam uma intervenção na entidade. E o nosso grupo foi decisivo, principalmente a atuação do Gil, Aderaldo Pereira dos Santos. Outro aspecto, um detalhe da vida interna do IPCN que mostra a maturidade daquela organização: tinha que ter e sempre teve, jamais deixou de ter, mesmo a diretoria vivendo um clima de tensão permanente com a oposição, uma oposição forte vivendo ali dentro, sempre teve as assembleias ordinárias. Então, no início de 1990 tinha que ter uma assembleia ordinária constituindo a Comissão Fiscal. Nós não tínhamos conselho fiscal, esse negócio tradicional de conselho fiscal eleito junto com a diretoria. Se ele é eleito junto com a diretoria

na mesma chapa, como é que ele vai fiscalizar a diretoria? E o Yedo, o nosso grande entendido de estrutura de organização, de estatuto, sacou isso: “Não podemos reproduzir esses erros...” E aí, a gente fazia assim: uma Comissão Fiscal eleita um ano depois da diretoria. Então, se a diretoria foi eleita em 1989, agora seria eleita a Comissão Fiscal. Para isso tinha que ter uma assembleia geral para constituir a Comissão Fiscal independente. Nessa assembleia nós colocamos como ponto de pauta nos assuntos gerais a eleição de uma representação para o Enen, para o processo de organização do Enen. Isso foi admitido sem questionamento. Impressionante, não é? A gente vê hoje a maturidade. É um processo democrático, um processo aberto. Por mais que fizessem cara feia. O Romão mexeu daqui, outro mexeu dali, mas: “Não, vamos disputar isso politicamente.” Resumindo a ópera: lá para as quatro horas da manhã – não sei, já estava realmente no final da madrugada – se decide uma composição. Estava dividida a assembleia. E aí, a gente forte, estava tranquilo. Não havia como nos descartar daquele momento ali, porque quem fica até o fim, geralmente, é exatamente o pessoal mais militante. Era a oposição. Era quem mais tinha condição. A gente não perderia uma eleição ali, mas também não ganharia tudo. E também foi uma coisa que ficou mesmo claro para nós a necessidade. Também porque a diretoria mostrava essa maturidade, discutindo, tendo uma discussão franca, em um bom nível. Foi uma das assembleias que a gente não teve brigas pessoais, não teve tumulto. Tinha muita discussão muito intensa, mas ninguém partiu para a agressão verbal para desqualificar ninguém. Foi uma discussão muito boa. E aí, a gente viu a necessidade de ter um membro da diretoria e um membro da assembleia. Ficou claro e assim foi feito. E aí eu sou eleito junto com o Januário para sermos representantes no Enen. E a diretoria respeita isso. Na primeira vez que eu fui ao IPCN, logo três, quatro dias depois, terça ou quarta-feira, chego lá e aí o Januário diz: “Vamos conversar?” Eu disse: “Vamos lá. Eu quero saber qual vai ser a atitude deles.” Ele disse: “Nós no momento não temos recursos para apoiar inteiramente, mas assim que tiver as viagens, vai ser por conta da entidade.” E uma coisa completamente nova para a gente: ter a viagem paga e a estadia paga lá, para viajar em nome da entidade. Para mim era uma coisa inteiramente nova.

E assim foi feito. Eu passei a participar do Enen, de processo. Fiz uma viagem para Porto Alegre, uma para a Bahia e uma para Curitiba, são as reuniões preparatórias do Enen. Houve, não lembro quantas nacionais. Teve uma no Rio que nós organizamos dentro do IPCN. A diretoria do IPCN não estava presente quando chega o pessoal todo. A noite chovia

a beça, nós conseguimos um ônibus... não, nós tivemos gente na rodoviária para pegar o pessoal. Nessa época ninguém viajava de avião, o cara passava três dias do Maranhão... veio o Vieira do Maranhão, Jacinta. Jacinta veio... acho que ela estava em São Paulo, ou veio para São Paulo e aproveitou, não lembro. Vieira veio também. O Magno não veio. O Magno era mais forte. Por exemplo: vocês viram lá o CCN. O CCN não é quem comanda, o grupo forte, hegemônico dentro do Enen, do Maranhão. Quem faz toda a articulação para o Enen no Maranhão é o Vieira, que era um sindicalista. Era negro, militante também do CCN, mas não era da direção do CCN, ele era oposição no CCN. Mas ele que articula. Eles levam, eu acho que, dois ou três ônibus de militantes do Maranhão. Grande quantidade desses militantes eram do CCN, porque o CCN era realmente a maior força, a maior referência. Quem organiza no Maranhão a reunião depois do Enen, a primeira grande reunião para analisar o Enen, em janeiro 1992... não, eu já estava na direção do IPCN. É janeiro de 1993, não tenho certeza, acho que é isso: janeiro de 1993. Quem realiza essa reunião para analisar o Enen, os resultados um ano depois do Enen, é o Vieira. Vieira e Jacinta. Então, sindicalismo negro mais os APNs. Jacinta era freira. Estava retirada temporariamente porque faltavam a ela só os votos perpétuos. Porque a família muito pobre, e ela pediu então um tempo à ordem para poder se dedicar a família, para depois voltar. É uma das coisas que eu mais lembro. Lembro muito disso na época: como a Jacinta falou isso. Eu não tinha essa noção de como se faz os votos, são votos sucessivos até fazer o voto perpétuo e se tornar freira definitivamente. Eu não tinha essa noção e a Jacinta contou isso em um ambiente, na casa dela, a gente viu a casa, uma casa pobre da família dela em um bairro pobre de São Luís. Eu lembro muito disso, sempre lembro muito dela falando. E como ela ficou emocionada dizendo: “Mas eu volto. Eu acho que volto.” Ela não sabia se voltava ou não para a ordem. E ela estava trabalhando, eu acho, na Cáritas lá. Uma organização da Igreja, onde ela tinha essa função, seria uma assistente social. E a Jacinta foi uma das pessoas principais que articulou essa reunião do Enen lá. Não do Enen, aí a gente já falava Conen. Porque aí já não tinha um Enen para organizar, não tinha data para a próxima reunião do Enen, mas tinha que se manter aquela articulação. Então, dei esse exemplo do Vieira e da Jacinta porque exatamente mostrando que, o Magno, por exemplo, era um cara... Mundinha Araújo, eles não estiveram nessa reunião no Maranhão. Nós estivemos no CCN. O pessoal que foi de vários estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, uma menina de Ponta Grossa, não me lembro o nome dela... Sandra, que também não era da principal organização de Curitiba, que era vinculada aos

APNs no Paraná. Ela vem de Ponta Grossa, do interior, ela era assessora em um mandato parlamentar de negro do PT, que bancou a viagem dela como representante do Paraná.

V.A. – Representante de que entidade?

A.M. – Representante de uma entidade de Ponta Grossa, no Paraná. Não sei se era Grupo de Consciência Negra, não lembro o nome exato. Mas não era uma entidade visível naquela época, das mais fortes. O Enen é constituído muito assim, é irregular. Em algumas regiões era a principal entidade, em alguns estados. Em outros não, não era a principal entidade, entendeu?

V.A. – Isso não esvaziou a Conen?

A.M. – Pelo contrário. Isso deu, na nossa visão, e aí são as duas correntes que havia dentro do Enen: uma queria institucionalizar o Enen, a Conen, e começa a falar mais de Conen, querendo, por exemplo, recursos. Começou a época das ONGs, não é? Projetos para financiar a organização. Não só os projetos da organização, mas a organização em si se tornar um projeto. Recurso para aluguel, para compra de mobília, como o IPCN foi constituído. Só que o IPCN precede a vinda do recurso. O IPCN foi montado como uma organização do movimento negro, os recursos vieram depois. E aí ficou a tensão entre uma militância voluntária e descolada de qualquer perspectiva profissionalizante – as reuniões tinham que ser noturnas, depois do trabalho – e a constituição de um grupo interno na organização, de profissionais. É essa a ruptura em 1986, 87, quando começa a chegar os recursos da Pão para o Mundo. Isso estava começando a ocorrer em várias organizações e ainda era hegemônica a militância, que era a militância amadora, não-remunerada. E que frisava isso: “Nós não somos vendilhões da causa!” Havia um pouco esse discurso do purismo, de dedicação à causa: “Eu tenho que ter independência dentro do movimento. Eu tenho que ter meu trabalho, vencer na vida fora para poder ter isenção...” Nesse ponto é uma ingenuidade muito grande. Hoje eu avalio um pouco assim: havia muita ingenuidade sobre a questão do poder. Não se queria propriamente assumir o poder. Já havia, claro, setores, pessoas, que visualizavam isso. Por sinal, por exemplo, no Rio de Janeiro, quem se elege é Marcelo Dias, que era uma camarada do sindicalismo. Negro, militante, estava próximo de nós, mas era do sindicalismo.

V.A. – Se eleger para?

A.M. – Para deputado estadual. Jurema Batista quando se eleger vereadora, ela é militante do movimento negro. Jurema foi a primeira vista como militante do movimento negro, toda militância dela dentro do movimento negro, também no movimento comunitário, mas na sua comunidade, onde ela era vista como militante do movimento negro – isso é claro no Andaraí, a gente ia lá e via isso – o discurso dela era racial e social. E ela vai ser eleita com a articulação do movimento negro. Diferente da Benedita, que vem para o movimento negro, pega uma parte de assessoria de pessoal do movimento negro, mas ela vem como liderança comunitária. Mas ele assume. Mas é anterior, como liderança comunitária, como visibilidade política, ela antecede. A Jurema não.

V.A. – Eu estava te perguntando se isso não enfraquecia o Conen. Você disse que não, pelo contrário.

A.M. – Eu acho que pelo contrário, porque essas duas correntes que eu falei, uma queria institucionalizar, se tornar ONG. Não era claro ONG assim na época, mas começar a profissionalizar, começar a ter recurso para se institucionalizar e ter quase um sistema federado: uma Conen com representações estaduais. E aí nós dizíamos – nós assim: Flavinho, um pouco Nogueira, um pouco Trindade, Gilberto –: “Não. Onde é que está a força da Conen? É exatamente nessa não institucionalização. Ela ocorre porque seus agentes, as principais organizações ou articulações nos estados convergem para a necessidade de pensar junto.”

V.A. – Mas não eram as principais organizações.

A.M. – Sim. As principais organizações ou uma militância que estava nas regiões; ou oposições dentro das principais organizações, das mais visíveis. Mas eram setores militantes fortes. E em cada região o que fazia a força da Conen? Era a necessidade estratégica de ter uma referência nacional que não tivesse como principal necessidade a disputa interna de poder, entendeu? Então não havia disputa interna de poder dentro da Conen, porque não

havia secretaria da Conen. A ideia é que fosse uma secretaria que fosse um ano em São Paulo, um ano em vários lugares, foi na Bahia, foi no Rio, e onde fosse se realizar o próximo Enen. Então, esse núcleo que chamamos de executiva – acho que em dado momento se designou executiva nacional – era composto de pessoas de vários estados e estava sediado temporariamente, sempre por um determinado prazo, em algumas entidades de algumas regiões, ou estados. Então essa visão sempre foi vitoriosa. Para mim era claro que esse era o projeto. Eu escrevi isso várias vezes, publicamos isso no *Maioria Falante*, nos relatórios – eu fazia os relatórios, gostava muito de fazer os relatórios, a gente montava tudo direitinho, e aí passava essa visão. Não sei até que ponto era claro para todos. No fundo eu penso um pouco que cada um deles: Gilberto, Nogueira, Flavinho, Trindade...

[FINAL DA FITA 7-A]

A.M. – ...Partindo do movimento negro, mas uma visão de uma entidade nacional. Isso sempre esteve presente na discussão da Conen: a visão de uma entidade nacional. Mas essa entidade nacional... “Porque precisamos ter um centro...” Mas isso sempre encontrava a barreira em: “Quem vai ser?” E se alguém vai ser, os outros não vão ser. Aí começa a disputa interna. Por outro lado, cada um já tinha suas referências. Forte na Conen era: Unegro, que é uma organização sempre próxima do partido político PC do B. Eles sempre dizem: “Não. Não somos do PC do B.” Não estamos aqui para dizer que eram, ou que são mentirosos, ou são falsos. Muito pelo contrário, a gente tem que respeitar a visão de cada um, porque muitos realmente se viam como não sendo dirigidos pelo PC do B. Mas é inegável que quadros do PC do B foram hegemônicos na organização da Unegro. Até por isso a Unegro se constituiu, e só era forte onde o PC do B era mais forte.

A mesma coisa os APNs. Tinha um esquema nacional dos APNs, mas os APNs estavam dentro da Conen, que também era nacional. O Grucon, Grupo de União e Consciência Negra, também era nacional e estavam dentro da Conen. Então não interessava a esses grupos que eram fortes e que estavam dentro da Conen, que a Conen fosse uma entidade nacional. Porque senão eles teriam uma representação do mesmo tamanho da representação do IPCN, que era regional, que era localizada, percebe? Então era difícil fazer fechar a Conen como uma organização. Porque a tendência seria: se ela fecha como organização, daria o mesmo valor a uma entidade pequena e a uma entidade nacional. E a

Conen também, essa articulação, não pretendia, não queria excluir essas organizações maiores, que lhe davam força, lhe davam consistência, que estavam dentro da Conen, o Grucon, principalmente a Grucon, APNs e a Unegro. Então, jamais fechou, jamais conseguiu fechar uma organização nacional.

Outra coisa: os quadros mais visíveis da Conen não eram das grandes entidades nacionais. Por um pequeno período o Juarez era muito visível em São Paulo, e o Juarez era da Unegro. Que eu lembre, nenhum dos outros, Nogueira do sul; Lua, logo depois, também do sul; tinha um gaúcho de Montenegro, o Roberto, era de um grupo muito pequenininho de Montenegro, uma cidade da grande Porto Alegre; no Rio de Janeiro o IPCN, que a gente logo depois reforçou – eu fui eleito no início de 1992.

V.A. – Essa executiva da Conen: quem fazia parte?

A.M. – Era isso. Eram Entidades negras, eram entidades.

V.A. – Eram todas que faziam parte da Conen?

A.M. – Não. Que eu lembre, cinco entidades. Chegou a um ponto que nós dissemos que eram cinco entidades, cinco estados na executiva. E aí se fez o critério de cinco estados por regiões. Isso eu não tenho muito claro, não tenho uma lembrança boa. Mas eu acho que foi isso. Entidades de estados. Estados, e dentro do estado, determinadas entidades. Agora, essas entidades, em cada estado, tinham que passar pelo crivo de seu fórum estadual. A Conen se organizava com base em fóruns estaduais de entidades negras. Agora, isso jamais conseguiu, na minha visão, se constituir inteiramente como uma coisa hierarquizada, consolidado isso. Houve estados em que os fóruns estaduais não conseguiram se tornar referência. Algumas entidades negras em seu determinado estado eram maiores que os fóruns estaduais. Mato Grosso: Grupo de União e Consciência Negra era maior que todas as outras pequenas organizações. Então ele praticamente controlava. As outras organizações iam para legitimá-lo, para legitimar a força do Mato Grosso. Mato Grosso tinha o presidente nacional do Grucon, em dado momento era o Cláudio, que era do Mato Grosso. Então isso dava uma força extraordinária. Eles já tinham recursos, apoio da Igreja, ou organizações internacionais próximas da Igreja, da cooperação internacional, isso fortalecia muito o Grucon nacional. E o

presidente era do Mato Grosso. Então o Mato Grosso tomou uma força muito grande. Na Bahia o Grucon tinha muita força, e em algumas outras regiões também.

V.A. – Por que o MNU não fez parte?

A.M. – O MNU tentou se constituir como organização nacional. Eu acho que vocês já viram isso com o Miltão e com o Yedo. O MNU tem aquela passagem inicial, eu e o Yedo fomos fundadores do MNU desde o primeiro momento e saímos logo na assembleia nacional; nós saímos do MNU. Ele continua tentando ser uma organização nacional nesse molde, quase como um partido – sem assumir jamais que era um partido, sempre dentro do PT principalmente – mas assumindo como organização nacional. Não conseguiram jamais se estruturar como organização nacional. Tinha alguma força na Bahia, um pouco, durante um tempo na Bahia enquanto Luisa esteve forte. Luisa Bairos que era forte no MNU e depois tinha Jonatas, que hoje está no Ilê Aiyê, e algumas outras pessoas fortes na Bahia. Aí tiveram sede na Bahia. Era o único lugar do país que o MNU tinha sede. Se eu não me engano, também que se institucionalizou, teve registro cartorial e tudo mais. Em outros lugares, em Porto Alegre acho nunca conseguiu isso, mas também tinha alguma força, e também durante um tempo. Tinha uma militância que pegava o MNU em certas regiões e levava um tempo. Dali a pouco caía, como era comum em entidades negras, onde não havia profissionais. Então por isso que o MNU tenta se organizar como entidade nacional, não consegue... não dá para falar com propriedade aqui sobre por que ideologicamente eles romperam. Havia muitas divergências pessoais entre as lideranças nos estados e geralmente o MNU era um dos pólos da discordância. Era o pessoal forte, militante. E aí, o pessoal que trouxe a Conen era quem não estava no MNU. E aí ficava aquela polaridade. Foi difícil conciliar.

Agora, no Enen, já devo ter contado isso, houve um momento de embate vigoroso. O MNU vai... setores importantes do MNU, a Luisa Bairos por exemplo, que era uma liderança das mais combativas e conhecidas – eu acho que era coordenadora nacional do MNU na época – e eles vão a São Paulo, você estava lá, não sei se você lembra disso: eles vão para fazer um encontro paralelo, francamente para “melar”: “É uma falsidade essa Coordenação Nacional de Entidades Negras. Não incorpora todos. Nós estamos aqui...” Queriam invadir o plenário... coisas complicadas. Não tinham um programa próprio ali. Aí eles vão e começam a pensar um programa próprio, mas não tinham se preparado para aquilo. Se prepararam para

ir lá no Enen, e o Enen eles não partilharam; eles não quiseram tirar os delegados. Porque tinha um processo. Para ir para o Enen tinha que se tirar delegados. Cada entidade tinha direitos a tantos delegados mediante a participação, acho que, de dez para um: tinha dez militantes presentes na assembleia, um delegado. Essa assembleia era fiscalizada – aí também era muito frouxo esse negócio de fiscalização – pelo pessoal do fórum estadual. E onde não tinha esse fórum não houve essa... mas tinha esse modelo e isso foi levado com o máximo de seriedade possível e de isenção. Onde havia dúvida: “Pode vir.” Entendeu? Então, o camarada ligava do interior do Rio Grande do Sul: “Olha, aqui fizemos uma assembleia, mas na hora não ficou claro para o pessoal que era para tirar delegado...” ou: “O pau comeu, nós temos a assinatura de tantos mas só saíram dois delegados.” “Vem. Nós não temos como fiscalizar isso. Não temos recursos e também, o objetivo não é esse. Vem.” Aí veio todo mundo.

O MNU tomou posição que não ia tirar delegado, não ia se submeter à fiscalização. Apesar disso, uma porção de militantes do MNU que foram do Rio para lá, foram nos ônibus que nós arrumamos; e assim vieram do Maranhão nos ônibus que o Vieira arrumou; e vieram do Espírito Santo nos ônibus que o Luís Carlos arrumou; e vieram do interior de São Paulo nos ônibus que o pessoal, o Flavinho e tal, arrumaram; e assim por diante. Era um processo muito aberto e muito conflituoso, muito tenso. É isso.

V.A. – E hoje em dia a Conen tem atuação? Porque você foi da comissão executiva até 1996, a gente tem o dado aqui, de 1989 a 1996.

A.M. – É. Porque em 1996 eu saí da direção do IPCN. Saí da direção do IPCN, não sou mais membro da executiva, porque não tinha cargo em entidade negra. Você tem que ter cargo, você tem que ter hegemonia dentro da sua organização, ter o respaldo da sua organização.

V.A. – E a Conen continua seguindo...

A.M. – Aí a Conen vai aos poucos... por um lado as grandes organizações... primeiro começa a surgir ONGs mesmo, profissionalizadas, na área do Direito com o Ceert por exemplo. Começa a surgir pólos de força, negros partidários fortes, como o Flavinho no PT, o próprio Trindade do PT na região, começa a ganhar força a representação deles como negros

dentro do partido, dentro de máquinas de governo, dentro de mandatos parlamentares, dentro do sindicalismo... Começa haver um pouco essa relação de Conen, ou de militantes negros com essas outras instâncias do movimento social. Começa a haver essa “saúdável promiscuidade”, vamos brincar assim. Eu escrevi em algum lugar sobre isso, brincando assim: “Uma saúdável promiscuidade, onde não se sabe onde começa o sindicalista ou começa o militante negro, ou termina um e começa o outro.” Começou a haver isso. Mas apesar disso, começa aos poucos a se insinuar um centro. Aí são esses nomes que eu vou dizendo: Gilberto Leal na Bahia é visto como o militante negro, é o cara da Conen; Gilberto Bujão é outro militante negro também muito visível, são Conen. No Rio Grande do Sul, apesar de tudo, apesar de ter uma entidade fraca, mas era o cara sempre presente nas reuniões, era o Roberto. No Rio Grande do Sul a Conen nunca chegou a ter mais força assim, nunca teve mais força. No Maranhão ficou o Vieira durante longo tempo, mas depois ele se afasta, Jacinta ficou um tempo também, mas mais recentemente, acho que de 1998 para cá, 1999, também se afasta, não tenho informações, acho que ela voltou mesmo para a ordem, fez os votos perpétuos. Em São Paulo o Flavinho é uma unanimidade. Em Aracaju o Trindade é unanimidade, aí já cria uma ONG forte, já não é UNA. Carlos Alberto, logo depois do Enen, vai para Curitiba, começa a namorar a Masé, vai para Curitiba. Lá ele se instala, vai trabalhar na universidade lá, muda a vida. Carlos Alberto é uma pessoa muito interessante, ele...

V.A. – Mas ele continua na Conen?

A.M. – É isso. Ele continua sendo um camarada daquele grupo que sempre esteve forte com essa visão, que criou essa confiabilidade de grupo...

V.A. – Mas ele já não representa a ONG?

A.M. – Mas não, ele vai para Curitiba. Hoje vive em Brasília, mas o Trindade fica.

V.A. – É engraçado, você está dizendo é que a Conen parece que não são mais a entidades e sim as pessoas. Ela é reconhecida pelas... não tem mais entidades, são o Flavinho...

A.M. – Não. As pessoas são de entidades. O Flavinho é Grupo Negro da PUC e é um cara central...

V.A. – Não é mais. É Soweto.

A.M. – Soweto. É Soweto e vai para...

V.A. – Eu digo assim: do Rio Grande do Sul, a entidade é fraca mas ele está sempre presente. No fundo, no fundo, o projeto de fazer uma Conen acaba se desfazendo porque quem está ali são as pessoas e não as entidades.

A.M. – Em alguns lugares sim. Exatamente. É isso que eu digo, é como o MNU por exemplo: em alguns lugares não conseguiu se estruturar como uma entidade nacional, porque em algumas regiões não teve força. No Rio por exemplo nunca teve o força o MNU no Rio, entendeu? A Conen é a mesma coisa.

V.A. – Mas o que eu estou querendo discutir é: a ideia da Conen era de você não ser uma representação pessoal, você tinha que ser uma representação institucional, porque você tinha que ter hegemonia pelo menos naquele lugar, na entidade. Agora já não é mais isso.

A.M. – Não. Ainda é. Não se consegue cumprir, mas a visão é essa. Tanto que o Roberto vem representando uma organização. E ele tem que passar por algum crivo de um fórum de entidades negras, ou do nosso conhecimento de que outras forças contra a Conen não aceitaram fazer um fórum, e aí a gente aceita que ele venha. Porque se tivesse um outro grupo formando esse fórum e assumindo uma legitimidade para participar da Conen, mesmo que esse grupo fosse bater de frente – porque isso ocorreu – com aqueles militantes e aqueles representantes de organizações negras que eram mais visíveis como Conen em âmbito nacional, mesmo que viesse bater de frente com esse grupo que foi se consolidando aos poucos entre 1991, 92, 93 até 97, 98... 1996, que é o tempo que eu fico, mesmo que viesse bater de frente, podia vir. Foi o caso, por exemplo, do Mato Grosso com o Cláudio. Ele batia de frente, ele não tinha a menor... vinha mesmo: “Não gosto de fulano, não gosto de fulano...” E vinha, era um cara muito grande, muito forte...

V.A. – Mas ele era da Unegro.

A.M. – Não, ele era do Consciência Negra, do Grucon. E ele vinha como membro da Conen, representante do Mato Grosso, representante do fórum do Mato Grosso do Grupo de União e Consciência Negra, mas ele vinha com toda uma postura mesmo de combate àquela visão da Conen, à hegemonia no interior da Conen, mas ele era aceito. Ele era convidado permanentemente, ele tinha todo o acesso, era um processo aberto. Por quê? Porque ele representava o fórum estadual de lá, entendeu? Já no Sul não tinha, não se constituía esse fórum, se constituía precariamente. Vinha quem falava em Conen ali e que tentava fazer esse trabalho. Também porque estrategicamente interessa a Conen politicamente dizer: “Tem representação no Sul, por mais precária que seja.” Aí é um jogo político de representação, de ter visibilidade institucional e política. Então era isso, a Conen, a gente pode dizer que começa a se consolidar as organizações, algumas, por exemplo: o Trindade já não é UNA é Saci, aí é profissionalizando, começa aos poucos a profissionalização. Projetos financiados pela cooperação internacional. No Rio de Janeiro já não é a Asseaf, que era o Ivanir. Embora não fosse o presidente, em 1990, parece, que se cria o Ceap, também já começa profissionalizando, ele já está envolvido no circuito da cooperação internacional. Soweto nunca foi porque o Flavinho era, ao mesmo tempo, um quadro da Fase, ele era diretor ou coordenador da Fase estadual de São Paulo – a Fase era uma grande organização não-governamental – ele era um coordenador, chefe lá da Fase e também era um cara muito visível no PT, era da coordenação nacional na época, hoje é da executiva nacional. Então ele não precisava ter... o grupo em torno dele, vamos dizer assim, o grupo do qual ele participava da organização, de onde vinha a legitimidade dele para ser membro da Conen, representação na Conen, não precisava ter profissionalização interna. Não conseguiram, parece que não investiram nisso porque havia um núcleo que vivia para isso, ou era liberado para isso, como se fala. Então tinha outros, a Gê, que é casada com o Flavinho, sempre foi firme na Conen, sempre articulou bem, também tinha esse respaldo. Tinha outros, estou esquecendo agora outros nomes... Laurinho, havia um pessoal em torno ali fazendo uma, dando uma consistência a essa representação da Conen em São Paulo. E assim no Espírito Santo que o Luís Carlos começa a ter... é o governo Vitor Buaiz do PT no Espírito Santo, o Luís Carlos consegue algum apoio, algum respaldo, proximidade de bons quadros do PT. Porque, por

exemplo, lá jamais o MNU teve muita força, então o Cecan consegue aglutinar ou puxar gente da máquina de governo ou do sindicalismo, de alguns outros setores do movimento social que, negros, precisavam de alguma legitimidade – aí já é um julgamento da minha parte – precisavam de alguma legitimidade como negros perante o poder. Porque há poder, há espaços de poder a se ocupar, e a presença do Cecan e o Luís Carlos é o militante desde sempre, aquele cara abnegado, todo mundo sabe que é muito pobre, nunca aceitou nada, é um cara que está na luta e não se corrompe, e se o Luís Carlos diz: “Realmente, fulana é apta para assumir uma superintendência na secretaria tal porque sempre foi uma negra combativa, e se tem que ter negro lá tem que ser...” Isso funcionava como um “calção”. Luís Carlos era um... estou usando... não é exatamente assim que se dá, mas isso dentro do partido funciona, esse jogo: está em uma assembleia e o Luís Carlos defende o nome da companheira tal, se a articulação dela, sindicalista ou parlamentar, ou o esquema da corrente dela do partido já estava indicando, aquela sanção do Luís Carlos funciona um pouco, não é?

V.A. – Aquele apoio.

A.M. – Aquele apoio dele, não a sanção, exato. O apoio, o respaldo que ele dá ajuda. É um fator. E aí ele tem um troco. Ou seja, alguns projetos financiados, alguns apoios para realização de eventos, e o Cecun, Centro de Cultura Negra do Espírito Santo, começa a ter mais visibilidade. Então é assim que vai se estruturando essa Conen.

V.A. – Essa promiscuidade saudável... [riso]

A.M. – Essa saudável promiscuidade.

A.P. – E a Conen permanece?

A.M. – Sim. A Conen tem um momento em que, por exemplo: tem um outro Enen em 1999, final de 99, o segundo Enen – só houve dois até agora. Eu já não estava na direção do IPCN. Ele se realiza no Rio de Janeiro, a direção do IPCN é o Sebastião Soares, mas quem faz a ponte, quem se dedica a essa articulação é o Amauri Silva, meu xará, que tinha sido assim um ajudante de primeira, um cara importante na organização da representação do IPCN em 1991,

na reta final para organizar o fórum estadual do Rio de Janeiro. Aí o xará vem e pega firme comigo. Ele é um cara importante como articulador da representação do IPCN, que acabou sendo a representação do Rio de Janeiro e galvanizou tudo. O IPCN era a entidade mais visível, aí tudo gira um pouco dentro do IPCN, o fórum estadual. Então o xará era muito conhecido pelo pessoal dos outros estados desde o primeiro Enen. E ele quando vê que vai acontecer o segundo Enen, ele está junto com o Sebastião dentro do IPCN e ele ajuda. Mas no Rio houve muito conflito entre eles. Conflito de várias ordens. Entrou recurso tal e esse recurso não apareceu na contabilidade... Diziam: “mas também, essa linha política não é admissível porque aqui vocês [de outros estados] estão fortalecendo uma determinada corrente que não quer saber do IPCN. Como é que fica isso?” Jamais foi bem transada essa relação da direção do IPCN, que era a principal força motora do segundo Enen no Rio – a secretaria do segundo Enen era no IPCN – mas jamais ficou muito bem-acabada a relação entre o pessoal da Conen dos outros estados e a representação do Rio de Janeiro. Foi sempre muito conflituosa sob vários aspectos. Em diversos momentos o pessoal dizia: “Amauri, você tem que aparecer nessa reunião.” Eu tinha que ir para tentar fazer um meio-campo: “Vem cá, calma. Vamos ver...” tentar fazer as reuniões terem um pouco mais de harmonia. Houve duas reuniões muito difíceis, muito pesadas, entendeu?

V.A. – Esse segundo Enen é no Rio?

A.M. – No Rio. E aí eu participei em poucos momentos, tentando chegar e conversar com o Amauri, conversar com o Sebastião: “Espera aí. Não tem porquê fazer essas... por que essa tensão, porque essa briga? Não tem necessidade disso.” “Não. Fulano diz isso...” Aquelas coisas difíceis de disputa de espaço político, de visibilidade no interior do movimento. Eu acho que isso é muito saudável sob alguns aspectos, mas tem momentos que ninguém segura e se rompe... e foi essa a história. Então houve uma crise muito violenta. Chegou um momento que os documentos finais do Enen estão no IPCN e ninguém viu isso. Seja os documentos finais como os relatórios, como também documentos da contabilidade, saber o que entrou, o que não entrou, quem apoiou, quem não apoiou... isso tudo fica meio nublado, fica complicado, nebuloso, e aí não houve muita... A Conen em dado momento rompe com o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não tem mais representação da Conen, ou aquela parte mais visível da Conen no Rio de Janeiro até então, que era o IPCN, onde se organizava o fórum

estadual de entidades negras, começa a perder, já não tem mais nem condição pessoal de chegar em uma reunião da Conen. Isso começa a ficar muito conflituoso, se afasta. Mas a Conen pelo contrário, começa a ganhar força. E aí eu não digo que substituiu entidades por pessoas, mas é fatal, foi sendo assim: Gilberto está desde o início e criou uma organização forte, o Niger Okan na Bahia, e aí é mais visível a reivindicar a legitimidade de ser Conen na Bahia; Saci com o Trindade em Sergipe; Flavinho em São Paulo; Nogueira...

V.A. – Se você tivesse continuado no IPCN seria?

A.M. – Seria Amauri no IPCN, claro. Porque a gente formou aquela confiabilidade, sociabilidade...

V.A. – Na verdade são as pessoas.

A.M. – Vai se formando as pessoas, mas as pessoas que tem as organizações.

V.A. – Sim. Mas se as organizações não tiverem as pessoas, elas saem da Conen.

A.M. – Não.

V.A. – É o caso do IPCN.

A.M. – Não. Por exemplo: o IPCN foi escolhido de comum acordo que o IPCN sediasse o segundo Enen, que o Rio de Janeiro sediasse e que o IPCN...

V.A. – Mas aí não deu mais certo, porque agora o IPCN nem está mais na Conen.

A.M. – Mas por quê? Porque se rompeu essa confiabilidade, a confiança entre esses quadros nacionais e a nova direção do IPCN.

V.A. – Então.

A.M. – Mas não é que a direção do IPCN rompeu por uma razão mítica, não é assim. Eles romperam, por sinal, com todo mundo. A direção do IPCN no Rio de Janeiro rompeu com todo mundo. Começou, por exemplo, comigo, entendeu? Eu saí da direção do IPCN, deixei dois projetos em andamento com recursos, era só apresentar o relatório e tinha os recursos na mão para finalizar o projeto. Um projeto de formação de novos militantes e um projeto das bancas, para botar bancas nas ruas. Nós tínhamos... isso é duro de contar... Tinha duas bancas prontas.

V.A. – Banca que você diz é o quê?

A.M. – Bancas são barracas de dois metros de largura por um...

A.P. – Tipo uma banca de jornal.

A.M. – Uma banca de jornal de fibra de vidro. Uma delas você ficou lá em Campo Grande. Chegamos a colocar lá simbolicamente. Eu não consegui, fiquei em tramite, tramitando durante um ano, era prefeitura do César Maia, final de governo e ele ficou cozinhando ao longo dos anos de 1994 e 95... porque a gente queria por... O projeto o que era? Fazer, inicialmente eram cinco, acabaria, dando certo, em catorze, em várias regiões do Rio, nos calçadões do subúrbio do Rio, na Central, na Cinelândia, na Praça Quinze e mais Bangu, Campo Grande, Calçadão de Nilópolis, Grande Rio também, Nova Iguaçu, Caxias, mais ou menos isso; a gente teria barracas de fibra de vidro de um metro de largura por três metros de altura e dois de comprimento. Muito bem trabalhado, seria tudo pintado com as cores da libertação africana, e faria o quê? Comercializar bibliografia, livros de cultura negra, África, discos, panos, a estética afro, artesanato, tudo circularia por ali. Essa que era a ideia: ser uma referência de cultura negra, de movimento negro na rua, profissionalizado. E isso manteria uma pessoa ali vivendo disso. Isso era viável, já tinha sido feito. Durante anos nós tivemos uma banca na Cinelândia. Quem tocou foi o Renato Radical durante muitos anos, quatro, cinco anos. Entre 1981, 82 até 84, 85, a gente tinha aquela banca ali e ainda tinha um retorno para a entidade. Era um retorno pequeno, um salário mínimo, dois salários mínimos: “Poxa, era para pagar a conta de luz, dar independência para o IPCN.” Na nossa visão o IPCN, suas contas principais, não podia ficar dependendo do deputado negro, do empresário negro ou da

ONG tal. Os projetos sim. A gente começou a evoluir, começou a aceitar que projetos seriam aceitáveis, mas você pode contratar um jornalista para fazer um projeto de divulgação, você pode contratar sociólogos para fazer uma pesquisa, você pode contratar assistente social para fazer determinada intervenção em uma favela, você pode contratar professores para fazer formação de professores, mas a direção não pode ser uma direção profissional. Ela tem que ter uma autonomia, ela não pode viver daquilo. Ela tem que ter independência para decidir como movimento social. Tem que haver o espaço para o voluntário na organização. Tem que continuar sendo organização de massa, essa era a nossa visão, com o associado e o associado bancando o principal. Porque se a Cooperação Internacional vai embora, como foi em dado momento, como quando tirou o apoio desse tipo de organização e passou a fazer o contrário, só prestigiar projeto completo. Esse é o modelo de ONG hoje. A ONG é um projeto. E o IPCN, por exemplo, não era isso. Já tinha uma sede própria, não podia se descolar de dois mil e tantos sócios. Havia assembleia geral... Isso está contra a coisa de ONG que tem que ter um controle, tem que ter uma continuidade de projetos para poder ter acesso e manter a Cooperação Internacional próxima. Então isso não era possível naquele modelo. Por que eu estou falando isso tudo?

V.A. – As bancas.

A.M. – As bancas eram esse projeto de independência.

V.A. – Que você rompeu com o IPCN.

A.M. – A gente tinha duas prontas, uma totalmente pintada, pronta, foi para a rua. O Amilcar foi quem segurou. Ficou o quê? Chegou a três, quatro dias, uma semana?

A.P. – Não. Quase um mês.

A.M. – Quase um mês, não é? Lá. E tinha uma outra pronta, com a tinta comprada. Era só ir lá e dizer para o cara: “Pinta.” Porque o cara já estava pago. Eu deixei tudo pago. Deixei três pagos. O camarada que fazia, recebeu três bancas integralmente e mais quatro com todo o material lá para fazer rápido, porque aí ele pegou o macete. Ele levou uma surra, eu fiquei

quatro meses indo quase diariamente lá. Era um desespero porque tinha que ir em cima do cara. O cara quase desistiu do projeto, porque ele não sabia fazer. Se eu levo para uma empresa para fazer, custava “X”, que era a verba do projeto. Eu fiz para isso, dizendo que ia fazer em uma empresa, para fazer e botar na rua. Só que eu vi que não ia dar. Eu queria fazer cinco, começar com cinco e se eu colocasse em uma empresa, ela faria uma e acabava o dinheiro. Aí eu disse: “Não. Vamos fazer cinco.” Como? Aí eu ia para a loja, comprava a fibra de vidro... contratei um profissional para fazer isso. E o cara ganhava bem. Ele chegou a ter, para trabalhar nisso ele ganhava em média, por mês, durante esses quatro meses, quatro, cinco salários mínimos. Hoje seria mais de mil reais para fazer essa banca. No início ele apanhou muito. Tinha uma verba boa. Ele apanhou muito. Esse dinheiro foi do centenário...

[FINAL DA FITA 7 – B]

V.A. – ...Muito bem, apanhou para fazer as bancas, depois já sabia fazer.

A.M. – Apanhou para fazer, mas no quintal da casa dele, depois que ele fez a primeira, ele mesmo vibrou muito. Lembra disso? Ele foi conosco no caminhão que levou, onde pusemos em cima, levamos para Campo Grande, colocamos em um lugar, na época os ônibus passavam por ali, um lugar central em Campo Grande. Colocamos ali, tinha um processo da prefeitura. A gente tinha na mão um documento da prefeitura, que não garantia que a gente poderia ficar, mas que dizia que a gente estava tentando a legalização. E isso deu condição de permanecer durante um tempo. A gente tinha contrato com várias editoras. Tinha livro de cinco, seis, talvez mais, editoras, livros de História da África, Cultura Negra, tinha um monte de editoras com livros, tinha produção nossa, tinha camisetas. Eu fiz 500 camisetas para Zumbi dos Palmares, de 1995, tinha um monte de material para vender que sustentava ali, dava para uma pessoa tirar uma grana, um salário ali por mês, dava para ficar ali. E ele ficou empolgado, o Rogério quando viu isso... aí a família prestigiou ele porque ele criou um negócio. É um cara muito inteligente esse rapaz, muito inteligente, um desses caras brilhantes, cheio de ideias na cabeça, mas que a vida dele não dava certo. Não conseguia dar certo. Ele começou a beber, aí piorou ainda mais. Mas visivelmente era um cara que tinha uma relação ótima com a mulher, com os filhos, um cara pobre que não conseguiu dar certo em termos materiais, mas que tinha a cabeça no lugar, tinha uma perspectiva de conseguir

voltar a estudar. Estava na faixa dos 35 para 40 anos, ia retomar, ia fazer o ensino médio lá, e era um bom artesão. Era um artista. E essa coisa de ser artista, por isso que ele não conseguiu vencer em outras coisas, porque ele tinha esse negócio de ser artista. Quando ele conseguiu botar aquela banca, ele botou a melhor roupa dele e foi conosco tirar fotos. Ele tem a foto dele, porque ele tirou a foto conosco na rua, ele se arrumou todo e tal... nunca esqueço ele se arrumando todo e tal para poder tirar foto da banca dele. Por mais que fosse nossa, era dele porque ele que fez. Todo mundo sabia porque todo mundo via o Rogério naquele projeto maluco lá, de fazer sozinho, sem ajuda – quem ajudava às vezes era eu, que chegava lá só para dar um aperto nele e saía de lá de noite porque ficava ajudando o camarada. A mulher ajudava, os filhos eram pequenos, mas tinha vizinho que ajudava, porque tinha que virar para cá aquele troço enorme. Então tinha uma outra pronta, só faltava pintar, já tinha tinta. Tinha mais material para fazer mais quatro, daria seis, e ainda tinha um recurso na nossa mão para comprar mais material para fazer mais uma e pagar essa última. Ele já tinha recebido para fazer três, porque tinha duas prontas e uma já na metade, já com todo o esqueleto pronto. E aí ele pegou o jeito. Com mais três, quatro semanas ele faria tudo. Ele faria cinco bancas, porque ele já tinha o material para as cinco.

Eu entrego a direção do IPCN e digo para o Sebastião Soares – eu estou contando isso para mostrar como ele rompeu com tudo: “Olha Sebastião, está aqui o projeto das bancas. O endereço do camarada é esse, o telefone dele é esse. Tem uma banca que nós não pudemos manter na rua porque eu saí da direção, não tenho como controlar mais isso, e está no Sindicato dos Professores de Campo Grande.” Os amigos lá, e ficou lá a banca.

Só para resumir a ópera, a banca foi, aos poucos, dois anos depois, o que restou da banca é retirado, dessa imensa barraca de um metro de fundo, três de largura e dois de altura. O restou disso foi um monte de fibra de vidro gasta pelo sol e pela chuva em um canto do Sindicato. Aí o diretor do Sindicato me chama e diz: “Olha Amauri, eu estive duas vezes no IPCN, chamei o Sebastião para vir aqui. Eu vou tirar isso daqui e vou jogar fora.” Eu disse: “Você me perdoe por ter causado esse transtorno ao sindicato. Mas eu não vou mais cuidar disso. Não tenho condição. Eu vivi isso...” talvez agora seja a hora de falar um pouquinho disso. Eu vivi o IPCN durante mais de quatro anos e não tinha sábado, domingo e feriado, era viver para isso. Toda aquela intensidade que eu vivi o movimento negro ao longo de 1974, 75 em diante, culminou assumindo a direção do IPCN em 1992, já quase vinte anos depois. E aí, eu acreditava naquele projeto: o IPCN se tornar uma organização de massa, mas respaldada

por associados, e aí mobilizadora, com voluntariado, mantendo o caráter de representação do movimento negro, de um espaço público de articulação, de produção de coisas do movimento negro, mantendo essa independência, mas com o novo perfil que era financiando projetos, com acesso aos fundos públicos e à Cooperação Internacional, a gente resgatando a credibilidade perante a Cooperação Internacional. Começamos isso, quando eu assumo em 1992, a primeira coisa foi organizar, e fizemos durante todo o ano de 1992, primeiro uma campanha de novos sócios. E aí o IPCN na assembleia em que eu ganhei, o IPCN chegou a cento e poucos sócios quites para poder votar. Nós ganhamos por ampla maioria. Mas a assembleia que decidiu a comissão eleitoral, que também era outra coisa do IPCN, uma comissão eleitoral era constituída no início do ano para fazer as eleições, comissão eleitoral totalmente independente. E essa comissão eleitoral, quando é constituída, tinha 35 sócios quites. Só puderam votar 35 pessoas. Com a nossa mobilização, cento e tantos votaram. Isso é o que indica a minha memória, aí tem que ver isso em documentos estão lá, deve estar tudo lá ainda arrumadinho, nós deixamos bem organizado isso. Então o Feliciano, Candeinha...

V.A. – Quando você saiu já tinha mais do que cento e tantos...

A.M. – Cento e tantos sócios quites. Sim, aí tinha assim, um quadro de associados de mil e noventa e tantos sócios que tinham sido cadastrados como sócios do IPCN desde 1974, desde os fundadores. Aí, o trabalho extraordinário... O Feliciano, o Candeinha tinha sido, até um ano antes, presidente da Quilombo, e veio naquele negócio: “Candeinha, eu tenho que assumir...” Ele falou: “Estou aí para ajudar. Eu ajudo no que eu puder.” É o financeiro. E era um cara muito respeitado, o tipo dele, um perfil daquele nego-velho do samba. Nego-velho não era o caso, ele não é tão mais velho que eu assim, mas era aquele cara mais formal, sempre com um blusão alinhado, sempre uma calça bonita, aquele negro que sempre teve um trabalho que lhe rendeu classe média no subúrbio, criado por uma família estruturada que sempre teve um perfil de sujeito bem organizado, disciplinado com a sua vida pessoal, essa coisa toda... profissão de muito tempo, prestes a se aposentar. Então ele era muito respeitado no movimento. Bom de bola. O Candeinha tinha uma porção de facetas interessantes. Era um cara craque de futebol e bom de samba, bom compositor. Então era muito respeitado. Um cara da base, tinha esse negócio da base... E vem de Irajá e assume a direção financeira do IPCN. Foi um show para mim, porque ele realmente cuidou disso tudo, nunca ninguém pôs

dúvida que tinha seriedade na gestão dos recursos, poucos recursos que a gente tinha. E também a Cecília. A Cecília era assistente social, uma menina também forte demais, uma exuberância. Hoje ela é coordenadora da assistência social em Bangu, que é o maior centro de serviço social da assistência social da Secretaria de Desenvolvimento Social no Rio de Janeiro, da prefeitura é Bangu, é o maior de todos. É um desafio ser assistente social onde tem a miséria mais extrema do Rio de Janeiro, aqueles cantões de Bangu. E ela é a coordenadora ali. Foi para ali porque fez um excelente trabalho em Santa Cruz, que é o lugar mais conflituoso que existe. Porque Santa Cruz cresceu igual Campo Grande, em vinte anos decuplicou a quantidade de gente com os conjuntos habitacionais, as casas, os loteamentos clandestinos, é um conflito só. Ser assistente social ali é um desafio. E ela sai de Santa Cruz para Bangu, que é um desafio em maior tamanho. Então ela é uma garota muito forte. E os dois seguraram ali. Seguraram mesmo. E o Aderaldo também, o Gil, também segurou firme demais durante um tempo. Era o pessoal que segurava essa parte administrativa e financeira. Aí deu para a gente tentar fazer uma nova relação com as organizações, com a Cooperação Internacional. Conseguimos um apoio pequeno para fazer o seminário da associados do IPCN. Foi a primeira vez que o IPCN realizou um seminário de... não, minto. Tinha sido realizado um, e a diretoria levou um “pau” porque não tinha mais espaço para o associado, para o voluntário, levou um “pau” danado e não cumpriu nada que o seminário tinha previsto. Porque a diretoria só chamou o seminário quando já estava em uma situação ruim, no início de 1991. Aí já não estava mais entrando recurso da Cooperação, estava mandando embora o pessoal, os funcionários pressionando, gente indo para a Justiça. Isso um ano antes de eu assumir, mas nós não sabíamos disso. A gente via um problema, mas não sabia exatamente o que estava acontecendo. Só quando nós assumimos é que ficamos sabendo que já tinha mais de um ano que não entrava dinheiro e as contas todas estavam em atraso, contabilidade caríssima, advogados, luz, água, tudo atrasado. Logo depois que nós assumimos se tirou um dos telefones porque estava em atraso, foi assim. Já estava rolando ladeira abaixo há muito tempo. E tinha uma tensão muito grande porque se dizia: “O Januário roubou porque ele é ladrão. Tem que ver as contas...” E a nossa decisão era: “Sim, vamos investigar. Tudo tem que ser investigado. Tem que ser claro, público. Mas, nós não podemos, em princípio, dizer que fulano, um amigo nosso, um companheiro, mesmo que a gente discorde dele, seja ladrão. Não é isso, não se trata disso. Como é que fica institucionalmente a entidade mais visível do Rio de Janeiro. Vamos assumir, vamos responsabilizar também a Cooperação Internacional

para eles virem financiar, porque não se faz auditoria sem dinheiro. Tem que ter recurso. Vamos ter esse projeto de auditoria, mas colado na auditoria tem que ter um projeto de realização. Não vamos parar tudo para fazer auditoria.” E eu vivi ali dentro e vi que jamais... como é que Januário é ladrão? Não é ladrão. O cara é um militante, um cara meio doido, artista, sempre as voltas com produzir discos, capas de discos, fazer... nesse período é que ele fez a capa de um disco da Ella Fitzgerald. Era presidente do IPCN, vivia ali naquele corre-corre, e faz uma capa que foi um dos maiores sucessos da Ella Fitzgerald, com o Tom Jobim. Foi ele que fez a capa. E ele andava pela cidade, eu lembro que encontrei ele uma vez pela cidade com uma máquina e andando meio assim e tal, aí eu falei: “Como é que é Janú, tudo bem?” “Tudo bom.” “O que você está...” “Não, eu estou procurando uma imagem, que eu quero ver... e tem... o disco da Ella Fitzgerald...” e começou a me falar assim, ele estava completamente no ar. Ele estava criando. E fez a foto, é um passarinho com um prédio no fundo, que era o urbano e lírico, um prédio feio no fundo... eu tenho essa capa, eu acho que tenho lá em casa essa foto dele. Mas é assim. Por que eu estou falando isso. Me perdi.

A.P. – Da sua dedicação no IPCN.

V.A. – As pessoas diziam que ele era ladrão e você dizia que não, não podia ser ladrão porque ele era um artista, uma pessoa que...

A.M. – Nada, não tinha essa coisa. Mas tinha a questão da gestão. Entrou muito recurso de uma vez só, em dois, três anos. Como gerir isso? Não tinha como gerir isso com eficiência. Ele contratou de início um camarada que fazia a contabilidade, que era cunhado dele, casado com a irmã dele. Esse cara foi embora no meio tempo. Então ninguém sabe se esse cara fez uma má contabilidade ou se ele não fez e deixou para alguém fazer, ou se fez errado. Ninguém sabe. Aí ele contratou o melhor escritório, era realmente, Domingues e Pinho, escritório caríssimo, dos melhores do Centro do Rio. Mas aí ele já estava difícil, o dinheiro já não estava entrando. Até porque os relatórios já não iam, já não fluíam. Começa a briga dele com o Romão também. As perspectivas: “O que vai ser a organização? O que nós vamos fazer além do SOS Racismo?” As crises internas, as discussões políticas... Então...

V.A. – Quando vocês assumiram tiveram que, então, pagar todas essas...

A.M. – Tivemos que começar a pagar ou negociar essas dívidas, tivemos que ver a parte do telefone, da água, que estava muito atrasado, luz, tudo estava atrasado. E aí, como faz isso? Bom, por um lado queremos fazer uma grande realização da entidade com o seminário de associado, trazer de novo o associado. Mas primeiro tem que ter uma campanha de novos sócios, para não ficar sempre o mesmo pessoal e aí o IPCN tem outra cara porque, paralelamente a isso, tem que fazer coisas acontecerem. E aí começamos a fazer pequenos eventos, e botar o pagode de sexta-feira, e um debate toda sexta... não. O pagode era sexta depois do debate. Tinha que ter um debate, porque jamais uma entidade nova – imagina? – do movimento negro vai fazer um pagode sexta-feira, não. Você faz um debate, mas você sabe que dinheiro só vem com pagode. Então você faz um debate toda sexta, Sexta Negra, passamos a chamar assim, aí fazia o debate. Aí depois do debate, chamando alguém público, a Benedita, o Caó, negros mais visíveis para poder depois fazer o pagode. Aí tinha o dinheiro, a Cecília fazia uma comida boa, o pessoal ajudava. E aí, aquele negócio das mulheres negras, que vocês já tiveram depoimentos aí e viram, sempre estão ali para fazer a comida... é verdade mesmo. A gente não tinha essa formulação: “A mulher negra militante vem para fazer a comida.” Mas é assim. O homem jamais vem para fazer a comida, porque o homem não é o cozinheiro tradicional. Esse machismo, essa coisa da presença, do papel da mulher, isso é dado, sempre foi dado assim e isso tem que ser feito, essa autocrítica e essa crítica da parte das mulheres negras. É verdade. Então, mas era feito assim e isso rendeu um recurso durante algum tempo para a gente começar a se mexer. E vendo que isso estava aí, veio um camarada da Oxfam, por exemplo, de Pernambuco, para querer ver como é que estava. Aí nesse dia tem gente que não era paga, mas que está ali. O Renato Radical, um camarada que tinha uma presença, como é que se diz isso? Uma presença... ele era o onipresente no IPCN. Ele acordava no IPCN, chegava mais cedo, para ter o espaço dele ali, para vender as revistas, para ter um jeito de defender algum dinheiro ali, estava desempregado. “A gente precisa que esteja limpo Renato quando chegar.” Ele pegava firme, chamava mais um ou dois amigos e tal, porque de vez em quando a gente fazia uma panelada lá e o pessoal passando por ali tinha um almoço e tal. Então, esse jogo, que é a comunidade participando, gente que vivia próximo dali, desempregados que o IPCN era uma referência, amigos que sabem que também, às vezes em uma situação difícil vai lá e tem sempre uma ajuda, um apoio. E outros que são profissionalmente estáveis e tudo, mas querem ver o IPCN bem, e aí vão lá sempre. Esse

pessoal ajuda da forma que pode. E fomos mantendo esse quadro, com a casa limpa, estruturada, “faz uma pequena obra aqui, bota uma janela no lugar de novo”, sem recursos, mas inventando recursos. Mas a gente sabia, isso não é sustentável, isso não aguenta muito tempo. Aí, o camarada da Oxfam quando vem, ele vê que a casa estava estruturada: “Pô, me disseram que estava mal...” “Sim, está mal. Mas nós estamos tirando leite de pedra, reconstituindo essa entidade como você está vendo. A gente está fazendo força...”

V.A. – Camarada de onde?

A.M. – Da Oxfam. É uma agência de cooperação, acho que inglesa ou holandesa. A Oxfam é holandesa. E a Pão para o Mundo, que tinha feito o maior aporte – chegou-se a se falar, o Gil, Aderaldo, foi o presidente da comissão fiscal em 1992, antes da nossa eleição; e eles apuraram, chegou-se a falar, se eu estou bem lembrado, pode ser que não, em 200 mil dólares em cerca de dois ou três anos. Isso era uma fábula em termos de movimento negro. Nunca se tinha, uma entidade do movimento negro, pego uma quantidade de dinheiro dessa. 200 mil dólares para trabalhar, fazer os grandes projetos e tal. E a gestão disso é que foi complicada. Tinha nove funcionários com carteira assinada, os custos sociais são enormes. Por exemplo: não tinha uma máquina mais de datilografia mecânica, todas eram elétricas. Eram três máquinas elétricas. Só uma fita é caríssimo para recomprar. Então, para se manter aquele patamar institucional que o Januário Garcia colocou o IPCN, e porque ele é assim, tudo dele tem que ser perfeito, como artista ele era assim. Um negro, que aos trinta e tantos anos, quarenta anos, tem um estúdio fotográfico que é referência para as maiores revistas, não só nacionais como até revistas internacionais, ele é um cara respeitado porque tudo dele é excelência. Ele transpôs isso para a visão dele como gestor do IPCN. Só que o IPCN não é dele. O IPCN depende da Cooperação Internacional. Para manter esse patamar como é que vai ser? Foi isso que ele não conseguiu. Então a questão foi de gestão. E como ter gente para fazer os relatórios, para tocar os projetos, que eram vários projetos, o SOS Racismo e outros projetos. Como fazer? Aí não tem gente para fazer isso, não deu sequência, não tinha relatório, a Cooperação Internacional parou de apoiar.

V.A. – Depois o seu sucessor também não tinha gente?

A.M. – Durante o período de 1992 e 93, tivemos um pequeno dinheiro da Oxfam e também uma pequena parte da Fase nacional no Rio, que deu um primeiro apoio para fazer o seminário de associados do IPCN que foi feito no início de 1993 e depois deu um apoio para fazer o curso de formação de militantes do IPCN, aí veio gente de várias regiões do Estado. Fizemos duas sessões, acho que a terceira não se realizou, com vinte militantes. A gente pagava passagem, estadia, ficavam no hotel Marialva, um hotel bonzinho ali perto do IPCN com um bom café da manhã, bom almoço, jantar... foi um negócio bem estruturado isso, o curso de formação de militantes. Foi, talvez, o único momento que a gente teve mesmo assim formação, que sempre foi uma coisa que a gente quis fazer muito, com esses recursos. Uma parte era recurso da Fase para fazer esse projeto. Já era o segundo projeto da Fase. O primeiro teve um bom relatório, o segundo também. Aí a gente estava pronto para partir para novos projetos. Aí já estava entrando recursos da prefeitura de 1995. Em 1994, o tricentenário de Zumbi dos Palmares deu visibilidade de novo ao movimento negro e a gente consegue mexer com novos projetos, tem mais gente chegando, o IPCN chegou a ter... aí já estava, se eu estou bem lembrado, em nossos três anos de mandato chegou a ter quase dois mil sócios, ou passou de dois mil. Mais de mil sócios novos e muitos dos antigos. Então a gente começou a ter uma folga financeira, começou a poder... compramos um computador, computador era uma coisa nova, mas compramos um e recondicionamos outro. Começamos a mexer. Começou a ter de novo a biblioteca. E tinha possibilidades ali. Tem muita história esses quatro anos de IPCN, mas foi um período de muita luta, muita dureza para conseguir retornar. Porque recriar é mais difícil do que criar, não é? E a militância já estava cansada daqueles... e já estava o Ceap forte de um lado, o Consciência Negra forte de outro, começaram essas organizações que hoje são o PVNC e o Educafro, Frei David estava muito forte na Baixada com esses grupos, tanto que em 1995, final de 94, a gente organiza o que talvez tenha sido o terceiro ou quarto Pré-Vestibular para Negros e Carentes do Rio de Janeiro. Tinha na Baixada dois ou três, que eram o Alexandre, Zeca, o pessoal junto ao Frei David, e nós organizamos no IPCN e até foi o David que foi organizar no início de 1995, do tricentenário de Zumbi dos Palmares. Aí tivemos recursos da prefeitura para fazer as bancas e para fazer formação de militantes. Tudo isso foi entregue ao Sebastião no final e se perdeu. Se perdeu inteiramente. As bancas foram destruídas lá, ele jamais conheceu esse Rogério, não foi visitar esse camarada, disse que não era prioridade dele aquilo.

V.A. – Sebastião, como era o nome?

A.M. – Sebastião Soares. É o presidente do IPCN que me sucedeu. Então ele rompe...

V.A. – Ele foi eleito?

A.M. – Foi eleito.

V.A. – Com grande margem?

A.M. – Só tinha ele, era a única chapa.

V.A. – Ele participava das coisas?

A.M. – Ele era um militante muito antigo. Sebastião Soares foi um dos militantes, dos membros fundadores do Grupo de Trabalho André Rebouças da UFF. Ele fez História na UFF e já era um militante conhecido, respeitado de longa data. E nesse período, no final da minha gestão no IPCN, ele se aproxima e me diz: “Olha Amauri, começaram esses pré-vestibulares, isso é legal, é importante, eu estive lá conversando com o Frei David e o que você acha da gente organizar aqui?” Eu disse: “Tudo para você.” Aí dei todo o apoio e ele foi o coordenador, o cara que pegou firme e fez, que deu vida ao curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes do IPCN. Tanto ao começar a organizar para receber, eram 60 vagas que a gente tinha, no final de setembro, outubro de 1994, para começar em 95. E ele foi o camarada que deu vida a isso. Então eletinha toda a credibilidade para assumir: um militante conhecido, antigo, sempre esteve com a gente, sempre distante, nunca chegou junto na organização. Nesse período ele chegou. Então era para o nosso mandato espirar em 95, mas como estavam esses projetos todos sendo negociados e em andamento, e era um ano que prometia para o movimento, aí o pessoal diz: “Não, você tem que ficar mais um ano.” E aí eu já... a família: “Você ia segurar só até 1995...” Porque realmente foi muito intenso esse período. E aí eu dizia: “Eu tenho que ficar mais um ano. Tudo bem, eu fico mais um ano. Mas depois desse ano eu tenho que sair. Eu não vou ficar depois de 1996.” E aí, além de não ter ninguém para assumir, porque era muito difícil, ainda não tinha entrado a Cooperação

Internacional... nós tivemos um projeto grande para a Ford, que não tivemos resposta até a nova direção. A Ford não respondeu. Era um projeto grande, que era um Centro de Documentação Amílcar Cabral. E esse Centro de documentação era um projeto realmente grande. A Ford para vir, tinha que vir com vontade. E aí, sem uma nova diretoria ficava meio difícil. E aí, provavelmente, não sentiram firmeza na nova diretoria. Eu disse que não ia continuar e aí foi uma loucura para achar alguém. E o Tião queria. E aí ele assumiu. Já havia setores contra por questões pessoais: “Ele não é o perfil... não vai conseguir...” Mas não: “O cara quer, ele vai.” Eu apoiei, toda diretoria, o Candeinha, a Cecília, a Azoilda, o Gil, todo mundo disse: “Não. Deixa o camarada assumir.” Mas ele não chamou nenhum dos nossos membros para assumir junto com ele. Já é um sintoma: trouxe todo o pessoal novo. Quando começa, começa maravilhoso, começou com muita força. Mas logo depois perdeu gente, começaram os conflitos, uma porção de coisas aí, questões pessoais, das relações pessoais, e ele não conseguiu manter. E aí hoje, por exemplo, o IPCN está fechado. O Amauri Silva rompeu logo com ele, logo depois do Enen em 1999, o Amauri Silva também rompeu com ele e aí ele perdeu completamente o controle, o IPCN fechou inteiramente. A vida pessoal dele parece que também não andou bem nesse período.

V.A. – Dele quem?

A.M. – Do Sebastião Soares. Tudo vai se juntando, porque começa a misturar tudo, a vida familiar das pessoas, e se envolvendo inteiramente para segurar um espaço físico, uma referência política institucional... mistura muito, complica. E ele não conseguiu. O Amauri Silva assumiu em 2001 ou 2002 e tentou tudo de novo, e nessa posse eu fui, de novo: “Vamos tentar, vamos tentar” mas também não conseguiu, aí ficou um tempo fechado. Aí de vez em quando está tentando se reestruturar. É muito difícil falar disso: um espaço daquele, uma sede própria, central, em uma região hoje muito valorizada porque tem o metrô que passa ali pela praça da Cruz Vermelha. Tem uma praça maravilhosa ali. Um lugar que tomou vida. Uma parte do Centro velho do Rio, o Centro antigo que tomou vida. E o IPCN é uma das últimas casas ali que não foi reformada ainda. E podia ser, é o momento para... enfim, não deu mais. E aí, é muito difícil ver aquela organização, aquela entidade, aquele espaço, que teve um papel, poderia estar representando hoje um papel, esse momento das ações afirmativas, essa disputa institucional política que tem hoje um fórum, tem uma legitimidade política muito

forte. É reconhecido como uma coisa importante na agenda política nacional, já não é uma coisa do movimento negro, é uma agenda política nacional, e não tem uma referência de movimento negro. Movimento negro que eu digo, com militância, não diria de massa, mas que tem um corpo social, um conjunto, setores da sociedade que tem um espaço para acompanhar essa discussão, para produzir conhecimento e produzir mais sentidos, perspectivas de pressionar politicamente. Ter um conjunto capaz... “Vai se aprovar a Lei de cotas na Assembleia Legislativa.” O movimento negro do Rio de Janeiro não tem condições de mobilizar 50 pessoas para estarem lá. Não tem condição. Não há quem faça, quem se disponha a fazer isso. “Tem um grupo que quer organizar uma marcha do movimento negro agora, nove anos depois do tricentenário de Zumbi, quer se fazer uma grande mobilização no Rio.” Não há como, não se tem perspectiva de ter mais que 100 pessoas em uma passeata, em uma caminhada. E isso debilita o movimento social. Esse movimento social não está presente fisicamente. E isso perde força política na hora desses fóruns jurídicos e tal, para ação afirmativa. Fica uma coisa tocada só por profissionais. E esses profissionais não são tão fortes assim. É gente muito competente na área jurídica, na articulação política, mas não são, não têm força política, força realmente para chegar e bancar posições e ganhar politicamente na Assembleia Legislativa, ou junto ao judiciário para pressionar como era feito antigamente. Então o IPCN podia ter esse papel. Podia? De que maneira? Isso já foi pensado, vem sendo pensado por antigos sócios, por fundadores, mas não se consegue retomar isso. Não se consegue. Não tem se conseguido isso. Isso é uma debilidade para o movimento negro.

V.A. – Está fechado?

A.M. – Está fechado.

V.A. – Quem paga as contas?

A.M. – Não se paga. Então a crise se agrava. Parece que o Amauri Silva durante um tempo conseguiu negociar com a Cedae as contas antigas. Era um quadro muito difícil, já devia um ano, dois anos, já tinha cortado aí o pessoal fez um gato, aí piora... Mas aí conseguiu, ele é um camarada muito safo, muito hábil nas relações pessoais. Aí conseguiu, não sei, que retomasse a relação com a Cedae, também com a Light; e aí faz aquela conta que vai pagar de

longo prazo. Parece que ele conseguiu isso. Tomara que tenha conseguido, já ouvi dizer que conseguiu, parece que conseguiu. E tentar chamar gente nova. Sempre tem gente lá, sempre tem, porque o IPCN ficou na memória de muita gente como aquele espaço que na infância... a Sandra me falava nisso outro dia. Uma jornalista negra que tenta retomar essa visão de militância, bem sucedida profissionalmente, trabalha em um bom jornal, mas que tem aquela memória, que o pai dela, um amigo...

[FINAL DA FITA 8 – A]

A.M. – 31, 32 anos, bem sucedida profissionalmente, alguns outros jornalistas... nessa época o pessoal tinha 15, 16, 17 anos e via o IPCN com vida, com coisas acontecendo. E hoje querem chegar e retomar esse espaço, vêm com essa vibração e tentam fazer. Mas, aquele negócio: parece que tem cabeça de burro enterrada. Aí não conseguem. Ninguém está conseguindo. E isso é uma pena.

A.P. – Mas, em 1995, na preparação para a marcha Zumbi dos Palmares, no tricentenário, você ainda era presidente do IPCN. Como é que foi essa articulação?

A.M. – Não era o meu projeto, não era. Não foi o projeto da Conen essa marcha Zumbi dos Palmares. O campeão dessa marcha é o Edson Cardoso de Brasília. O Edson havia sido, acho que ainda era na época, um dos principais, coordenador nacional, senão mais coordenador, mas um dos caras mais fortes no MNU. E um cara de uma visão muito ampla. O Edson é um quadro importante, um cara que tem um pensamento potente, é um bom analista, ele é professor universitário. Ele fez um mestrado em Comunicação. Em 1988 ele conclui com um trabalho muito bonito, muito bom. Ele trabalha a questão do ano de 88, o imaginário na mídia. Como a mídia brasileira, ele recorta alguns jornais em algumas regiões, acompanhou e difundiu, divulgou as questões do centenário da abolição. Então o Edson é um camarada com um pensamento muito refinado e politicamente um cara muito apaixonado: “Vamos fazer, vamos realizar...” E muito forte. Uma liderança no MNU, tinha uma instituição forte. E conseguiu fazer aquilo que todo mundo queria: que era tentar unir todo mundo. Ele dizia: “Uma marcha à Brasília vai unir todo mundo.” Mas não era o projeto da Conen. Aí entra aquelas coisas: “É mais MNU. O Edson é do MNU, é um adversário histórico...” Eu

pessoalmente comecei a dizer: “Eu não tenho adversário histórico dentro do movimento negro. Então o IPCN vai se engajar na marcha.” Bom, como é que vai se engajar? Havia o Grupo de Trabalho Interministerial que estava se esboçando, porque havia negros, já desde muito tempo... vocês entrevistaram o Ivair, não é? O Ivair tinha sido o camarada que era do primeiro governo Montoro. Eles criaram... o grande projeto é do Ivair, que faz o Conselho de Participação Política da Comunidade Negra em São Paulo. Ivair, Hélio Santos, era um grupo bom. E já tinham experiência por dentro de máquina de governo, por dentro de Estado, de aparelho de Estado. E ali é o PSDB, Montoro, Covas, Fernando Henrique. Quando Fernando Henrique vai para o poder, eles estão juntos, eles vão. Eles são PSDB e estão juntos. Hélio é o mais visível porque é professor universitário, e estão articulando essa coisa, como estar por dentro do governo Fernando Henrique, a primeira fase do governo Fernando Henrique em 1994. Então eles conseguiram um apoio. A gente sabia que teria apoio. Esse apoio veio na forma de muitos e muitos ônibus para levar o pessoal para lá. Mas não era... eu ficava um pouco dividido. O Gilberto, por exemplo, da Bahia, dentro da Conen, ele puxava que todo mundo tinha que ir para a Serra da Barriga. Mas eu ficava meio dividido. Até hoje eu não conheço. Eu nunca fui à Serra da Barriga, gozado não é? Eu me recusei... não sei. Não é uma recusa: eu não vou. Não é assim, mas um dia eu vou lá. Tem essa coisa: nosso imaginário, nossas idiossincrasias, nossas coisas existenciais. Eu sempre pensei assim: “Um dia eu vou lá. Sei que eu tenho a ver com aquilo lá, uma coisa histórica...” Mas eu nunca fui. E vi: “Não é hora de ir. 1995, o movimento negro tem que dar um salto, já está dando um salto. Tem que ser Brasília, poder político.” Mas eu em Brasília não tinha articulação política, não segurava, a gente não tinha, a Conen, força em Brasília. E nem era hegemônico na organização desse processo. Então, ao mesmo tempo eu ia, mas eu não era um camarada que estava na hegemonia daquilo ali. E a gente estava habituado a ter hegemonia no nosso contexto: fazer o Enen, éramos nós; fazer os encontros da Conen, éramos nós; o fórum estadual, éramos nós. Então eu não estava na frente daquela articulação. Por isso o IPCN não conseguiu realmente se jogar de cabeça nessa marcha em 1995. Não nos jogamos de cabeça. Mas quando chegou a marcha: “Vamos fazer?” Aí eu... não é romper com a Conen, com a direção. Não houve essa direção. Flavinho ficou em São Paulo. Flavinho não foi nem para Brasília nem foi para a Serra da Barriga. Ficou em São Paulo e organizaram o Congresso Intercontinental, um negócio grande, puxou o pessoal do Sul. Era o projeto dele, teve sempre essa visão de fazer uma coisa continental. Isso é um pouco... não é um caminho no sindicalismo, mas é uma

coisa muito trabalhada dentro do sindicalismo, porque atenua só negro, aí negro e indígena. Aí atenua. É tático isso, chamar o indígena que também é explorado, oprimido, tem que estar junto conosco. Mas nunca houve espaço para a gente trabalhar a questão indígena dentro do movimento negro. Não que não quisesse. Sempre tentamos, no discurso um pouco, mas efetivamente nunca houve, nunca conseguiu haver. E aí, o Flavinho tinha essa coisa de ter isso, queria puxar isso. Aí fez esse congresso intercontinental puxando outras regiões das Américas e tal. Eu fui para Brasília, cheguei de Brasília, troquei de roupa e fui para São Paulo. Serra da Barriga não dava, mas ir lá prestigiar o Flavinho, participar desse contexto: tinha que estar lá. Tinha que estar a Conen ali. E eu tinha estar lá. Mas também não participei da organização em São Paulo, porque era São Paulo, aí é recurso, governo do Estado, recurso do PT, da Cooperação Internacional, e eu estava fora disso. Então eu estava muito centrado no IPCN porque o IPCN era o meu projeto: reconstituir o IPCN, voltar a Cooperação Internacional, mas manter o espaço do associado e voluntário. Eu tinha essa ilusão de que era possível viver assim, ser uma sociedade mista: ter profissionais, mas ter uma base social. Então eu não me engajei na organização, no processo de organização da marcha. Mas me engajei na reta final faltando um mês, aí: “Vamos chamar gente!” Tanto que nós botamos o maior quantitativo. Para o Rio de Janeiro viriam dez ônibus, vieram dez ônibus. Não tenho certeza, aí teria que conversar com o Ivanir. Acho que até foram os dez ônibus, mas quem lotou três ônibus fomos nós. A rigor, os três únicos ônibus que foram lotados, foram os ônibus lotados pelo Fórum Estadual de Entidades Negras. Lotados assim: 40 lugares, 25, 30 pessoas em cada ônibus. Acho que tinha um que chegou a lotar mesmo. Nos outros ônibus foram poucas pessoas, menos que 20. Não sei se foram os dez ônibus, acho que nem chegaram a sair os dez ônibus. Não lembro. Eu sei que eu assumi o meu papel. E aí cheguei lá e falei com o Edson: “Cumprir meu papel. Eu acredito que é isso, você estão com a bola, vocês fizeram.” Aí, simbolicamente ainda me deram: “Você fala pelo Rio de Janeiro.” Aí ficou uma disputa. Foi uma disputa feia à beça, porque o Marcelo Dias era deputado e estava forte na época, estava indo para o segundo mandato. Ele é reeleito em 1996. E o MNU estava forte ali porque o Edson era... mas eles não mobilizaram ninguém. Eles levaram... se tinha, sei lá, dez pessoas do MNU era muito, nos ônibus que foram do Rio de Janeiro. Mas ele era deputado, parlamentar e tinha gente do MNU de várias partes do país ali na nossa reunião do Rio de Janeiro para decidir quem falava pelo Rio de Janeiro. E aí ficou uma discussão, porque tinha uma militante que era muito conhecida e que, por uma série de circunstâncias,

era minha inimiga pessoal naquele momento. Inimiga mesmo. Pessoa que jogaria tudo contra mim. E que foi para o MNU e se dispôs a disputar comigo para ser quem ia fazer a representação do Rio de Janeiro. Aí eu disse: “Não. Se vai essa pessoa, aí eu vou.” Aí tentou-se um acordo: “Quem ia? Não vai o Amauri nem essa pessoa que vai, porque aí divide o grupo. Temos um nome de consenso, que é o Aderaldo, o Gil...” O Gil eu topava que fosse, porque o Gil era meu amigo pessoal, era um militante que sempre foi de primeira linha, tanto na questão da análise quanto na dedicação, era um cara realmente “pau para toda obra”, e bom analista, e um bom parceiro de discussão política e dedicado, com outras vivências. Ele foi uma liderança importante dentro do Banerj, ele era bancário. Foi uma importante liderança dentro do Banerj em greves importantes no período em que a Convergência Socialista, o PSTU depois, foi direção do sindicato dos bancários do Rio, ele foi diretor de base. Ele era um cara muito visível. Até por isso, depois acabou saindo do Banerj, a vida dele sofreu uma reviravolta, mas ele deu a volta por cima porque é um cara muito bom, muito forte. É esse que está fazendo a seleção hoje. Hoje deve vir a resposta que ele passou para o mestrado em Educação na UERJ. Então a vida dele sofreu uma reviravolta. Nesse período ele estava com essa experiência boa, sempre o som... Por exemplo: na marcha de 1988, quem segura o som? É o Gil. Porque era o cara que eu tinha total confiança, tanto na confiança de que ele ia seguir a direção política determinada pelo comando, de só dar voz a fulano, não ia deixar... ia levar as palavras de ordem do pessoal, isso ele ia ter, e a confiança na qualidade da locução, ele tinha isso. Ele tinha essas duas coisas. É o Gil o cara. Ele que dirige o som em 1988, na marcha de 93. Em 1993 conseguimos fazer uma marcha grande ainda, no Centro do Rio. Já tudo desmobilizado, o IPCN praticamente sozinho... sozinho? A gente pode dizer que sim, quase que sim. Era a gente que tinha que fazer tudo, conseguir o som, conseguir os panfletos...

V.A. – 1993, mas foi em função de quê?

A.M. – 1993 porque nós resolvemos fazer, cinco anos de... primeiro, visibilidade para o IPCN, para o movimento negro. A gente sempre teve isso: “O IPCN é o balcão do movimento negro. Todo o movimento negro pode vir aqui que o IPCN é para todo mundo. O IPCN é a casa de todos.” Essa sempre foi a nossa visão. E tentamos praticar isso. Muita gente viu dessa forma, apoiou por causa disso o nosso mandato. Por isso o nosso mandato nunca

teve miséria no IPCN. O IPCN tinha sempre um café com um pão de tarde para o pessoal chegar. Aí chegava a fazer uma cotização. Fim de semana tinha uma festa, aí tinha uma comida. Quem não podia chegava também, tinha sempre um samba lá que o Renato botava, tinha sempre um bom livro para vender. Os bons livros, tinha sempre no IPCN e o Renato estava lá diariamente abrindo a casa. Nunca fechou o IPCN. Sempre tinha a casa aberta, arrumada e tinha discussão política sempre no IPCN. O programa a gente inventava, sempre se desdobrando.

V.A. – Você estava falando do Gil, que ele segurou o som em 93.

A.M. – Segurou também em 93. Em 93 também teve uma passeata grande, um momento grande, que foi quando a Aglaete Nunes Martins, que era uma militante do PC do B, mas uma militante negra antiga e muito querida nossa no IPCN, uma amiga, uma pessoa amiga, muito combativa, havia gente que fazia uma controversa com ela, uma pessoa difícil de lidar, mas isso não importava. Importava que ela era um militante séria, respeitada e que foi discriminada na OAB por uma das donas. Tem esse negócio, as grandes instituições têm donos, não é? Tem uma elite que se mantém com articulações, redes entre os advogados, um certo corporativismo, e essa dona a ofendeu porque ela postulou, em dado momento, um cargo na OAB. E nessa disputa política ela foi ofendida. E aí, sobe a cabeça, e essa moça, muito politicamente correta, essa advogada, em dado momento a ofendeu como negra. Realmente praticou um ato em que mostrou seu preconceito racial, seu racismo. Isso foi registrado, teve documentação e tal e Aglaete então foi para a Justiça. Só que quando ela vai para a Justiça, denuncia, o pessoal que assistiu, que viu (e uma dessas pessoas falou comigo pessoalmente: “Eu realmente vi. Fulana de tal discriminou a Aglaete, falou: ‘sua negra nojenta. O que você quer aqui? Aqui não é seu lugar!’” essas coisas que todo racista fala quando perde o controle dentro do racismo à brasileira. Não é bom falar isso, mas quando vem a cabeça a emoção, falou.) mas se negou, pressionado pela Ordem. Por certos esquemas internos da Ordem essa advogada veio contra a Aglaete. Inverteu o ônus da prova, a Aglaete é que tinha que provar. E ninguém foi. Esse pessoal que viu não testemunhou a favor dela, então ela ficou só. E aí teve um momento que ia para a segunda instância, ela ganhou na primeira, ia para a segunda instância. Quando ia para a segunda instância, aí nós fizemos um carnaval no Centro do Rio. Inclusive trouxemos o Olodum. Aí Jurema já ajudou, Jurema era

vereadora, ajudou na articulação, pagou a gasolina do Olodum para vir de lá. Olodum estava tomando visibilidade. O Olodum não, na época já estava muito visível, era o grande bloco afro do país. E o João Jorge muito amigo nosso, aquele negócio: “Nós vamos sair da Bahia com o que nós temos de melhor e vamos arrebentar no Rio.” Primeiro, é claro, dava uma tremenda visibilidade para o Olodum, venderia disco. Mas realmente a rapaziada do Olodum veio mesmo... eles não tinham dinheiro para lanche, para comer toda hora, não tinham. Eles vieram na militância. Foi assim que vieram. E vieram mesmo e fizemos um carnaval pela avenida Rio Branco, uma passeata... Não tinha nada a ver com salário, com política eleitoral, nada. Era para apoiar a Aglaete na sua demanda com a OAB.

Mas foi um momento muito marcante. E o Gil era o cara que estava no caminhão de som com qualidade, com intervenção e com a confiança de todos. Ele sempre foi muito querido e respeitado por todos. Um cara que todo mundo sabia que ele vai respeitar, vai dar a voz para o vereador e vai dar a voz para o nego-velho Ananias que quer falar meia-dúzia de coisas lá, tem que ter o espaço dele. E o Gil sabia porque tinha o traquejo com o pessoal. Então, essas pessoas...

A.P. – Em 1995, quem falou pelo Rio?

A.M. – Era ele. Mas aí falou a vaidade. Aí eu acho que foi um erro grande. Até hoje me penitencio. Eu tinha que ter cedido e dado para o Gil. Isso é o que eu acho que tinha que dar. Por um lado eu achei que seria ceder a uma pressão de um adversário político que não tinha o direito de ser adversário naquele momento. Porque o Marcelo Dias sempre foi um companheiro bom, esses caras bons, combativos, um cara de esquerda, sindicalista, sempre esteve no movimento negro, sócio do IPCN, apoiou nossa chapa duas vezes, porque ele foi vice-presidente da CUT no Rio, ou presidente da CUT e vice-presidente do sindicato dos metroviários. E era um cara sempre amigo, legal e tal. Mas quando chegamos no início da dívida do IPCN, quando a gente estava... aí vai nos parlamentares: “Jurema, a gente precisa ter um salário mínimo por mês, durante seis meses para levantar, pagar luz, fazer a primeira negociação...” Aí a Jurema diz: “Amauri, tudo bem. A gente dá uma força. Talvez não por seis, talvez por três meses...” Acabou dando por seis meses. Aí vai no Pitanga, o Pitanga conta uma história desse tamanho, não tem dinheiro. Aí vai no Edson Santos: “Meu irmãozinho não dá. Não tem dinheiro.” Mas era assim: “Puxa, meu irmão não dá, não tem

condição. Eu vou ver o que eu consigo.” Aí consegue aqui um negócio... Chega o Marcelo e diz: “Não. Companheiro, o IPCN não é minha prioridade política. Minha prioridade é o MNU.” “Pô, Marcelo, não estamos falando de prioridade política. Estamos falando de uma casa, que é a casa de nós todos, você também é sócio e a gente tem que manter a casa.” “Não. Não posso ajudar porque politicamente não é o meu campo hoje.” “Está bom.” Entendeu? Então tinha essa coisa. Eu disse: “Não. Espera aí. No momento em que a gente vai chegar a cara do Rio de Janeiro na maior manifestação de 1995, em Brasília, uma questão política séria, porque quem vai para ali...

V.A. – Então quem é que ficou designado para ser, para falar?

A.M. – Acabou sendo eu.

V.A. – Mas antes era o Marcelo?

A.M. – Não. Ele quis, viu que não tinha chance porque a maioria da delegação do Rio era nossa. Fomos nós que levamos a esmagadora maioria. Aí eles colocaram essa pessoa que era a minha inimiga, no momento era inimiga mesmo.

V.A. – Aí não era nem você nem ela?

A.M. – Aí eu disse: “Não. Aí sou eu.” Aí eles sugeriram o Gil. Depois de muito jeito o Gil, ele mesmo, entendeu que ele estava sendo jogado para me quebrar. Para me impedir naquele momento nacional. E aí naquela coisa: “Decide. O que vai decidir?” Para mim passou isso tudo enquanto a gente estava conversando. Aí eu me retirei e fiquei ouvindo as discussões. O Gil olhava para mim como quem diz: “Eu quero. Você sabe que eu estou preparado para isso.” Mas nós sabíamos que era uma maneira de me impedir aquele momento. E eu tinha um outro papel a cumprir. Eu tinha que estar na comissão que ia lá dentro da Câmara dos deputados. A gente ia levar os documentos. E tinha que ter força lá e tinha que ter uma qualidade... chegar aquele grupo da Conen. A Conen aí tinha meia-dúzia de pessoas junto com o Edson, porque o Edson não tinha um respaldo maior em termos de gente visível no movimento negro. E isso a gente tinha lá na marcha. A Conen que criou isso. Tinha fulano,

ciclano, beltrano... E aí, em Brasília eu era o único camarada mais visível da Conen. Éramos eu e Nogueira. Nogueira ainda muito jovem, menos conhecido. Eu era talvez o mais visível da Conen naquele momento lá. E aí, entendeu? Se é o Gil que vai para o palanque, ele depois iria. Porque tinha o negócio da segurança, quem ia para o palanque depois ia já automaticamente. Eu teria que negociar muito para poder chegar depois e ter acesso a essa coisa mais interna lá com o presidente da República, na recepção com o presidente e na Câmara de Deputados. Aí eu acabei decidindo: “Vamos fazer o seguinte: eu vou.” O Gil concordou na hora, disse: “Tudo bem.” E aí o Marcelo... batemos chapa e eu ganhei fragorosamente. Mas aí tive a... “Vamos fazer o seguinte: não vamos romper uma delegação aqui do Rio. Eu falo a metade do tempo e a moça fala a outra metade.” Magnânimo. Não perdi nada e mostrei que não ia deixar haver aquela ruptura. Porque o Marcelo ia... a política tradicional, não é? Já estava se anunciando mesmo: “Um racha no movimento negro do Rio de Janeiro! Porque...” Começa aquela coisa. E todo o meu mandato no IPCN foi exatamente o contrário: conciliação. “Vamos juntar todo mundo, porque junto nós não estamos conseguindo fazer nada. Está muito difícil tocar o IPCN. As outras entidades caindo, o Fórum Estadual de Entidades Negras pouco consegue se organizar...” Realizamos duas ou três reuniões ao longo de todo o ano de 1995. E foi um ano espacial. Não houve grandes manifestações no Rio. Nós conseguimos fazer uma marcha no Rio em 1995, quase só o IPCN. Eu digo quase só o IPCN, porque toda a estrutura, a articulação, o trabalho de produção era feito por nós. Agora, o Ivanir ajudava. E aí ajudava bem porque tinha algum recurso, ou articulação para obter recurso, panfleto e tal. Mas quem tinha que pensar, mobilizar, secretariar, marcar a próxima reunião, fazer... era tudo no IPCN. Outras pessoas que não eram da direção, mas tudo era em torno do IPCN.

Então eu achei que seria muito negativo se a gente dissesse: “Não. Então eu vou sozinho.” Eu disse: “Não. Eu vou. Mas essa pessoa fala também a metade.” Pronto, aí se decidiu assim em 1995 lá no grande palanque. Aí foi um momento realmente muito grande essa marcha. Foi, ao meu ver, uma construção muito bem feita, muito bem trabalhada. O Edson era assessor do Florestan Fernandes na época e ele é um cara muito ágil, muito bom articulador. E aí, essa comissão foi recebida pelo Fernando Henrique Cardoso, primeiro na Câmara de Deputados, depois com o Fernando Henrique Cardoso e dali saiu o GTI, Grupo de Trabalho Interministerial. O Ivair deve ter falado bastante disso porque o Ivair foi chave nessa articulação. Ivair e o Hélio Santos. Hélio Santos é o grande nome desse GTI, o Ivair é

sempre aquele cara que articula, que faz o processo mais... e o Hélio é sempre o cara mais visível, formula muito bem também, tem uma boa presença e é o cara que comanda, que coordena esse tipo de atuação. Depois se perde porque o Edson... aí foi difícil compor. Há quem diga que o Edson é uma pessoa de difícil relacionamento pessoal – eu particularmente não acho, não achei – mas ele não teve uma boa relação com esse GTI. E aí desmontou tudo isso, o GTI ficou uma coisa interna do PSDB. Há quem diga que esse grupo quis ficar mais governo, quis, não servir ao Fernando Henrique, realmente não tem essa acusação não. Mas quis faturar politicamente para o seu grupo toda essa força que a marcha levou e que conseguiu constituir um Grupo de Trabalho Interministerial. Eu não sei. Isso aí eu realmente não sou capaz de avaliar. Eu não vivi esse processo, não conheço isso por dentro. Eu sei que eu pude entrevistar o Edson, conversar um pouco sobre isso com ele... não sobre isso, mas sobre a Conferência Mundial Contra o Racismo. Em 2003 eu consegui entrevistá-lo durante três horas, gravamos três fitas, conversamos bastante. E depois conversamos mais um pouco também sobre 1995. Ele tem a pior... para ele o pessoal deixou cair a peteca, não soube se organizar. É quase... não lembro da expressão, não é traição que ele usou, mas “o pessoal que não tem firmeza, não conseguiu tocar o barco, não conseguiu dar aquilo que tinha que dar.” Não conseguiu fazer render aquela articulação que ele foi um cara chave para conseguir a mobilização em 95.

V.A. – Então o GTI não conseguiu fazer, segundo ele?

A.M. – Não conseguiu realizar nada: “Pelo contrário. Meteu os pés pelas mãos, locupletação, cooptação...” Não sei, não tenho isso.

V.A. – Agora, cinco anos depois, em 2000, tem a comemoração dos 500 anos, e tem aquela cena...

A.M. – Aí a Conen foi muito forte. Porque era a oposição ao Fernando Henrique e a Conen foi muito forte. Principalmente o Gilberto. Na Bahia o Gilberto é uma liderança e tanto. Gilberto e Bujão. Bujão, desde 1995, é o cara que vai... Raimundo Bujão. É uma liderança na Bahia de muitos anos, desde muito antigamente e sempre uma liderança muito forte, com uma característica pessoal de combate. O Bujão é um cara da força e tudo dele é sempre

muito na força e na argumentação consistente, e parte para dentro e realiza. Na área cultural, produção cultural, ele produziu muitas coisas: Bob Marley na Bahia, foi Bujão que estava presente na produção cultural; grandes artistas negros na Bahia, o Bujão está sempre ali na produção cultural. Nunca forte porque não tem recurso, nunca foi um cara bem financeiramente, nunca teve os canais da produção cultural. Mas sempre é a referência. Se alguém do movimento negro tem que estar ali em uma produção grande de 20 de novembro na Bahia, o Bujão é um cara que está ali, naquele miolo ali dando as cartas porque é um cara forte. Dentro do PT na Bahia, o Bujão sempre foi um cara forte, fundador, um dos principais militantes negros mais conhecidos. E o Gilberto não. O Gilberto é também um cara combativo e tudo, mas tem um outro perfil, porque é um profissional bem sucedido, de nível superior. O Bujão não tem uma profissão. O negócio dele é produção cultural, o cara ficou na militância, não estudou, não se profissionalizou. O Gilberto não, é um cara que tem uma carreira institucional, ele é geólogo dentro de uma empresa estatal.

V.A. – Gilberto?

A.M. – Gilberto Nunes Leal. E esses dois são o centro da Conen na Bahia. E em 2000 para essa coisa dos 500 anos, eles são o centro da articulação negro-indígena. Lembra? Já vinham costurando isso de longo tempo. E aí eles realmente articulam isso. Ele é o grande camarada. Se teve uma presença negra forte, e principalmente, uma articulação bem forte, tanto na mobilização quanto na convicção, no discurso em todo processo de organização que conseguiu impactar em Porto Seguro em 2000, isso se deve em grande parte a Bujão e Gilberto, que é Bahia. Claro, todo um monte de militantes, mas eles dois foram chaves ali nessa articulação, tanto com os indígenas... Tem muita ONG de indígenas, tem outros militantes negros de várias partes do país, mas eles foram chaves ali. E aí a Conen ali é decisiva, a Conen está muito forte ali. Porque a Conen é estreitamente ligada em algumas coisas ao PT e PC do B, que são forte oposição a Fernando Henrique Cardoso. Tinha acabado aquele processo eleitoral de 1998, 99.

V.A. – Ele foi eleito em 1998, começou em 99.

A.M. – Então, em 1999 está se organizando os 500 anos, todo o ano de 1999. Então tem ainda: “Perdemos pela segunda vez a eleição para presidente.” Tudo isso influencia, mas principalmente a trajetória já de Bujão e de Gilberto como referências nacionais do movimento negro e da Conen. Isso é alguma coisa que foi marcante naquele momento.

V.A. – O próximo passo seria Durban, não é?

A.M. – É, porque é Conen nessa época e a marcha tem tudo a ver depois com o que foi Durban. Interessante, não é? Alguém falou sobre isso?

V.A. – Que tem tudo a ver?

A.M. – É.

V.A. – É possível.

A.M. – Porque uma semana depois, ou dez dias depois...

V.A. – Do quê?

A.M. – Daquele impacto de 2000, dos 500 anos, o índio, e negros sendo arrastados pelos cabelos, a mídia internacional toda... O emblemático, a imagem mais forte é o índio de joelho na frente do soldado, aquela chuva em cima dele, de joelho e os soldados atropelando. Você lembra dessa imagem? Eu vi isso em vários panfletos de um monte de gente em Genebra, na preparatória da Conferência Mundial, um ano depois, isso ainda era forte.

V.A. – Você chegou a ir a Porto Seguro?

A.M. – Não fui, não. Fiquei... mas não fui não. Aí eu já tinha decidido voltar a estudar, aí estava dedicado. Não dava para ir não. Estava fechando minha dissertação de mestrado e não podia arriscar, porque se eu volto aí assume de novo novos papéis e tal... e eu tinha decidido que não ia fazer mais isso, aí não fui. Lamentei muito. Queria muito estar lá. Mas também,

não sei. Tem outras coisas... não sei se era para fazer aquilo. Tinha que fazer, mas eu já não faria mais, entendeu? E eu para...

[FINAL DA FITA 8 – B]

V.A. – ...Dez dias depois...

A.M. – Em Genebra, a primeira conferência preparatória da Conferência Mundial Contra o Racismo.

V.A. – Reuni dez dias depois dos 500 anos, em Genebra.

A.M. – Reuni dez dias depois dos 500 anos no dia 22. Acho que é dez dias depois, logo no início de maio. Acho que 1 de maio ou 2 de maio. Acho que dez dias depois. E aí o governo brasileiro está na berlinda, não é? Fez aquelas atrocidades com os indígenas e negros. E havia antes, porque quem decide – isso tem uma documentação e tudo – quem propõe, ou pelo menos ficou conhecido assim, quem fez a proposta pública no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1994 ou 95, não tenho agora de memória, foi um embaixador brasileiro na época, o José Augusto Lindgren Alves, acho que é isso. Ele que fez a proposta final. É claro que isso antes é costurado, mas coube a ele fazer, à representação brasileira. E o Brasil, embora já não seja mais visto como a democracia racial, é o lugar onde o movimento negro tem certa visibilidade, mas também nunca houve atrocidades contra os negros. Então fica esse negócio meio ambíguo em relação à visão internacional sobre o Brasil. E vai falar de racismo e de luta contra o racismo, o Brasil é uma referência. “Vamos lá, vamos fazer no Brasil.” O Brasil sediaria... Até a própria Conferência foi pensada, o Brasil chegou a se oferecer. Como a África do sul se ofereceu depois, aí a África do Sul, Mandela e tal: “Vamos para a África do Sul.” O próprio Brasil retirou. Aí ficou mais ou menos acordado que o Brasil sediaria a Conferência Preparatória das Américas porque o Brasil é a maior população negra fora da África, aquela coisa toda, tem esse contencioso racial de longa data, uma militância muito presente nos fóruns internacionais. O Brasil sediaria a Conferências das Américas. Quando chega aquele momento, a delegação brasileira chefiada por uma mulher negra, militante histórica do movimento negro, em um cargo chave, inclusive investida da condição de embaixadora porque ela era a chefe da delegação, e em um fórum internacional ela estava investida de uma condição de diplomata. E ela chega lá e... foi uma bomba no plenário

quando ela chega e faz a posição oficial do governo brasileiro, a Dulce Cardoso vai e diz que o Brasil não sediaria a Conferência Regional das Américas. Caiu como uma bomba porque aí o movimento negro é um novo movimento negro, está muito bem articulado nacionalmente por profissionais de ONGs negras, particularmente de mulheres negras, que vinham já de uma trajetória desde Beijin, da Conferência Mundial... Houve a Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio, o que acelerou muito a organização de organizações negras para participar daquela Conferência Mundial. Aí tiveram uma primeira visão do que era uma Conferência Mundial. Foi um aprendizado importante para militantes negros que estavam decidindo por vida profissional nesse contexto desse terceiro setor, fazendo essa articulação política de forma profissional, com projetos financiados pela Cooperação Internacional. Tiveram esse aprendizado primeiro na Conferência do Meio Ambiente e depois as mulheres tiveram um largo aprendizado, com todo um processo muito difícil de organização interna, até tirar uma delegação muito grande de mulheres brasileiras e houve muitas mulheres negras brasileiras. Então elas tinham um aprendizado e as mulheres saíram na frente. As ONGs de mulheres negras saíram realmente na frente nesse processo de organização, no Brasil, da Conferência Mundial Contra o Racismo. Então, em Genebra, nessa PrepCon tinha – eu tenho os documentos lá – sete ou oito organizações negras brasileiras. O Edson Cardoso estava lá. O Edson Cardoso foi um dos principais articuladores dessa grande reunião, dessa presença negra lá, porque ele era assessor do Ben-Hur Ferreira, que era um deputado negro na Câmara dos Deputados em Brasília, deputado pelo Mato Grosso do Sul. Um dos poucos deputados negros. Ele era assessor do Ben-Hur e ele... ele contou essa história na entrevista, a gente gravou isso e tem um texto dele lá. O que ele faz? Ele sem muita coisa soube disso porque circulou nos informes para os parlamentares, e ele pinçou aquilo – um cara de visão, um cara que tem uma capacidade de análise – ele percebeu que aquilo poderia ser um bom momento: Conferência Mundial Contra o Racismo no Brasil. Isso em 1999, final de 98, início de 99. Aí ele diz: “Esse negócio vai dar certo.” Aí começa a articular por dentro do movimento negro no Brasil, com as mulheres negras principalmente, que tinham um traquejo na questão de conferência mundial, e ele começa a articular e tal, e dá as dicas para todo mundo. Mas antes ele elabora um discurso para o Ben-Hur Ferreira, que o Ben-Hur Ferreira vai para a Câmara e faz um discurso bombástico, já denunciando as manipulações do governo brasileiro e do Itamaraty para organizar a Conferência Mundial: “Que dessa vez o movimento negro teria que ter visibilidade [aquilo tudo], e o Itamaraty está me fechando...” Um negócio mais ou

menos nesse teor. Já denunciando o governo brasileiro pelas manipulações. O Ben-Hur Ferreira é um deputado do PT. Aí aproveitou e fez um carnaval. Parece que no outro dia, ou dois, três dias depois, logo depois, vem o Itamaraty ao Ben-Hur Ferreira e diz: “Vem cá Ben-Hur Ferreira, você fez esse barulho todo aí, que isso? Nada disso. Nós precisamos de ajuda para organizar. Nós queremos que você ajude a organizar, esteja junto conosco.” Aí o Edson sentiu: “Espera aí. Eles estão acreditando que nós vamos realmente ter força nesse processo, e já querem negociar.” Aí, rapidinho se articulou com algumas ONGs negras, pega-se apoio, que é uma coisa nova, com as agências da Cooperação Internacional, e estão presentes nessa PrepCon em Genebra, a primeira preparatória, acho que eram oito ONGs negras. O Ivanir estava lá, o Ceap, o Ceert eu não sei. Eu sei que estavam lá oito ONGs negras. Quando a Dulce diz que o Brasil não vai sediar a Conferência Regional das Américas... ainda acrescentou que isso ela faria porque o próprio movimento negro brasileiro não estava concordando. Aí o pessoal, o Edson redige um documento bombástico contra ela e leva para o plenário, e divulga isso para toda a militância de organizações não-governamentais que estavam naquele momento em Genebra. Ele faz isso, ele chega e... ele é o cara que redige e tal, segundo ele, produz um documento e vai para cima da Dulce, e ela não dá resposta, é uma autoridade. A Dulce Pereira... Dulce Pereira, porque ela era casada com o Hamilton Cardoso, que é um militante histórico do movimento negro, por sinal, que havia se suicidado pouco antes, na terceira vez que tentou se suicidar... eu falei no Hamilton lá trás. Devo ter falado, Flavinho também deve ter falado, Hédio deve ter falado muito. Hédio era amigo, carne e unha com o Hamilton. Quando o Hamilton morreu foi uma coisa muito chocante para todos nós. Você lembra? Um domingo o Gilberto me liga: “Amauri...” Só falou assim: “Amauri, é Gilberto.” Eu falei: “E aí, o que há de novo?” [silêncio] Ficou aquele silêncio... “Hamilton conseguiu.” Pronto... aí todo mundo desabou. Aí estava todo mundo chorando, os amigos. A gente era muito... Essa tribo pequena, amigos de longa data fazendo essas coisas. Então a Dulce tinha sido mulher de Hamilton. Ela rompe com ele e decola. Ela era suplente do Suplicy como senadora. Chegou assumir em alguns momentos em que o Suplicy viajava, essas coisas que o parlamentar faz. Em dado momento ele deixa ela assumir, em momentos simbólicos, 20 de novembro ela vai e assume. E Dulce é uma militante muito respeitada, uma mulher muito forte.

V.A. – E qual é o objetivo dela ao dizer que o Brasil não vai...

A.M. – Ninguém sabe até hoje. Ela nos deu uma entrevista de quatro horas, ela me falou em *off*. Eu não posso falar as confidências porque...

V.A. – Ela estava ali e fazia parte de uma das ONGs?

A.M. – Não. Ela era a chefe da delegação brasileira. Porque Dulce rompe com... em 1998, 97 por aí, ela é suplente do Suplicy já pela segunda vez, muito forte no PT em São Paulo, mas ela é convidada pelo Fernando Henrique para assumir a direção da Fundação Cultural Palmares logo depois que o Joel Rufino sai. Eu acho que o Joel Rufino sai e entra ela, em 1995, 96. E ela assume. Aí ela é expulsa do PT, ou quase é expulsa. Acho que chegou a ser expulsa. Aí rompe com o PT. Erundina tinha assumido com o Itamar, lembra? E não foi expulsa. Então ela diz: “Eu vou cumprir um papel. O movimento negro precisa de alguém e eu estou lá e sou eu que vou.” Então já começou ela assumindo, com o Fernando Henrique, muito contestada, tanto dentro do PT como dentro do movimento negro. E ela é uma mulher de posições muito fortes.

V.A. – Então ela estava ali como porta-voz do governo?

A.M. – Chefe da delegação oficial brasileira.

V.A. – E o Edson Cardoso, ele não é também do governo?

A.M. – Não. Ele é assessor do Ben-Hur Ferreira. Ele foi porque ele articulou isso.

V.A. – Entendi.

A.M. – Ele foi porque ele articulou isso. Estava lá Sueli Carneiro, estava o Marquinhos pela Conen, o Marcos que hoje é superintendente da Seppir, de Belo Horizonte. O Marcos é um cara também importante nesse contexto, ele era do MNU, em 1991 ele não estava combatendo direto como MNU e aos poucos ele vem para a Conen. Eu acho que no Enen ele já estava junto conosco, mas ainda não estava total, o Marquinho de Belo Horizonte.

V.A. – Mas aí ela diz que, como chefe da delegação brasileira, que o Brasil não vai sediar.

A.M. – E um dos argumentos que ela apresentou é que o próprio movimento negro brasileiro seria contra. Se ela apresentou aquilo oficialmente, o que já era terrível para o movimento negro, porque o movimento negro estava ali, o que ele queria? Se a Conferência Regional das Américas é no Brasil, isso aí era um prato cheio de mobilização, tendo o movimento negro como referência. Se o governo brasileiro corta isso, cortou uma coisa importantíssima para o movimento negro. E se corta isso dizendo que o próprio movimento negro, aí é um absurdo. Era uma tacada política errada. Deu um furo. E aí foi isso que eles caíram de pau. Então foi um choque tremendo mesmo contra a Dulce Pereira, ela nesse momento, acho que já não assinava mais como Dulce Cardoso. E aí ela parte e volta para o Brasil a delegação e começa a se articular aqui o que seria essa reação. O que o movimento vai fazer? Porque se dizia que de fato o governo brasileiro tomou essa medida por causa dos 500 anos. Seria uma retaliação. E também por medo: “Se nos 500 anos o pessoal fez isso, imagina a Conferência Mundial contra o Racismo o que eles não vão fazer? Com a mídia internacional, com o mundo todo aqui. Esse movimento negro vai crescer muito. Corta isso.” E Dulce ser essa pessoa. Isso é terrível isso. Porque ela que teve que chegar e dizer. Ela como toda mulher forte e política, ela jamais se desculpa por isso ou acha que errou. “Jamais se desculpar”, não tem esse negócio? “Jamais reclamar, jamais pedir desculpas”. Então ela tem essa coisa. Mas a minha avaliação é que ela sabe que ela cumpriu um papel extremamente complicado naquele momento. Porque essa posição brasileira foi incontestável, era legítima porque era falada por uma negra militante do movimento negro: “O Brasil não vai sediar.” Não era o governo brasileiro contra. Ficava difícil combater porque era uma negra visível, militante, respeitada, que estava dizendo. Mas ela já vinha – por isso que eu peguei um pouco essa trajetória dela – ela já vinha em uma história de romper com o movimento negro. Por ser uma mulher forte, algumas das principais ONGs negras serem ONGs de mulheres negras, mas ela está em um governo neoliberal, que está arrebatando com as empresas públicas brasileiras, está privatizando a Vale do Rio Doce, está privatizando grandes empresas em todo país, está fazendo um governo neoliberal. E como vai contemplar o movimento negro com demandas de ação afirmativa mesmo? Tem o GTI que não dá certo. E aí as demandas do movimento negro sobre a Dulce na Fundação Palmares – ela era presidente da Fundação Palmares – são

muito grandes. Demandas de quê? De apoio, de recurso. E ela não tem cacife para bancar um apoio massivo ao movimento negro. E aí: “Se você está aí, você para nós é o governo. Você está legitimando esse governo. Então pau em você. Ou você dá apoio, tem cacife para apoiar, ou vai levar pau.” Então já vinha em uma história de conflito intenso com muitas lideranças, com muitos militantes do movimento negro. E isso culmina em 2000, na Conferência. Aí essa militância volta ao Brasil e começa a articular esse processo.

Também aí, eu vi desde o princípio que isso ia dar samba, a gente tinha que resgatar isso. Ainda havia até certa ilusão de que era possível ainda trazer, por pressão internacional. “Quem vai sediar uma Conferência das Américas? Só o Brasil, o Brasil sozinho é maior que toda a outra América em população negra. Quem iria sediar? Peru não tem estrutura. Ninguém tem estrutura para sediar. Então talvez, vamos ver se é possível pressionar o governo brasileiro e conseguir que seja no Brasil, porque para nós seria um ganho, um grande ganho.” Mas aí teve uma ONG no Chile, e nunca se sabe exatamente por onde se passaram esses canais, que toda a Cooperação Internacional passa a convergir para apoiar no Chile. Por que essa Cooperação Internacional não centrou fogo até um certo momento para ajudar a pressão da militância brasileira para que fosse no Brasil. Porque se não se oferece um outro local, e para se oferecer um outro local tem que ter respaldo da Cooperação Internacional. Se a Cooperação Internacional não respalda ninguém em outra região para fazer, o negócio fica pendente, porque tem que ter uma reunião regional das Américas, tem que ter uma preparatória das Américas, quem vai fazer? A pressão então recaía sobre o governo brasileiro. Isso eu não sei até que ponto foi avaliado pelo pessoal. Eu não tinha clareza disso até começar a escrever meu texto, que é o final da pesquisa, que ainda não foi publicado, mas vai ser. Eu não tinha clareza disso. Nós mesmo, o movimento negro brasileiro não soube trabalhar, pegou o que teve na mão. Mas também é aquele negócio: é o primeiro momento mais próprio do movimento negro. Houve a Conferência de Mulheres, as mulheres negras pegaram firme Mas o movimento negro como um todo podendo investir em um grande momento internacional, foi a primeira vez. Porque era a Conferência Mundial Contra o Racismo. Então aí nesse momento se pegou o que estava a mão, que era o apoio da Cooperação para fazer um grande preparatório no Brasil. E aí não sei se foi uma bobeira, se deixou passar, essa coisa de que talvez na negociação com as agências, ao invés de você aceitar o apoio para você organizar o seu processo, talvez fosse o caso de pautar isso: “Espera aí Cooperação Internacional, não apóia ninguém.” “Mas o Chile está querendo...” “Mas o

Chile tem um por cento de população negra, não tem legitimidade para fazer isso. Vamos manter essa pressão sobre o Brasil.” Não sei até que ponto. Nem Sueli falou disso, o próprio Edson não falou disso, ninguém falou disso. Vocês não ouviram isso. Pois é. E aí eu só fui questionar isso muito depois também, já a gente indo para Durban em 2001. Enfim, esse processo de organização da Conferência vai ser um processo com alguma força, mas nunca com base social. Só mesmo uma militância ainda residual, dos velhos tempos, e ainda chegou próximo de algumas instâncias de organização do movimento negro preparando-se para ir para a Conferência Mundial Contra o Racismo. Mas de fato uma presença massiva que viria se fosse no Brasil a Regional, isso não houve. Ao longo de 2000 começam as cisões no âmbito do movimento negro. O Edson era, sem dúvida, um quadro central no início. Em dado momento – aí eu posso falar porque ele já falou isso em vários lugares e gravou para nós, e vai ser publicado – ele diz que em dado momento ele percebe que o movimento negro está muito debilitado e que esse é o “sindicalismo negro”, o sindicalismo através de negros que está pautando o processo de organização, aqui no Brasil, da Conferência. E ele se rebela contra isso, não admite isso. Quem tem que ter hegemonia nesse processo para a Conferência Mundial, para ter realmente força esse processo, para ser mobilizador, para ganhar espaço de mídia, para ganhar espaço social, para ganhar mais visibilidade, para ser um momento importante para o movimento negro, quem tem que ser hegemônico nesse processo de organização aqui interno tem que ser o movimento negro e não o sindicalismo. E aí ele rompe com esse grupo, se afasta da organização.

V.A. – O que ele chamou de sindicalismo?

A.M. – A CUT principalmente. O pessoal da CUT muito forte. Porque a CUT tem recurso. Tem uma secretaria de combate ao racismo muito atuante. O Hédio já é consultor da CUT, organizou cursos diversos em todo o país para a CUT. A CUT está patrocinando essa demanda do movimento negro, e aí o Hédio é o grande quadro, sobre essa questão da resolução 111 da OIT que obriga os países signatários a, identificando desigualdades raciais no mercado de trabalho, atuarem fortemente para a eliminação dessas desigualdades. E o Ceert é quem faz isso, a CUT é quem patrocina isso e o Hédio é o grande quadro disso, o Ceert. Então, essa relação muito estreita entre movimento negro e sindicalismo, quem tem recursos para deslocamento, para pensar, para liberar quadros para isso; quem tem uma vida

institucional profissional nessa atuação, os sindicalistas têm isso. O Nogueira é um cara central. O Nogueira que hoje é subsecretário para ações afirmativas da Seppir é um quadro central nesse contexto da CUT. Ele foi presidente do Sindicato dos Bancários em Florianópolis. Florianópolis, quantos por cento, dez por cento de negros? Ele negro, preto, não é nenhum negro mais claro, o Nogueira é preto, foi presidente do Sindicato dos Bancários, que é uma categoria já classe média, em Florianópolis. É um cara muito respeitado. Foi um quadro chave em toda a articulação da CUT com o Vicentinho. O Vicentinho era o presidente da CUT na época, muito forte.

Então é isso que eu chamo de uma relação muito estreita do sindicalismo com o movimento negro. Outros setores também, assessorias parlamentares... Com o movimento negro, jamais esses setores solidários, jamais reconheceram a... como é que eu vou dizer isso... o caráter central de quadros que sempre foram movimento negro na direção. Que eles fossem realmente os agentes principais. Todos os setores, a Igreja, os partidos políticos, a Ordem dos Advogados do Brasil, todas as grandes instâncias quando começam a admitir a existência do racismo e de alguma forma tem que dar respostas a isso, articulam e produzem, tentam produzir seus próprios quadros para interferir nesse contexto. E não apóiam aqueles agentes que já vinham trazendo essa luta, entendeu? Diferente, por exemplo, do MST. O MST surge, e surge com força, porque aqueles quadros que começaram a luta no campo, no Rio Grande do Sul, aí tem aquela história de Nonoai e tal, aí o Stédile era agricultor, aí ele busca apoio na Igreja. Aí a Igreja apóia o MST, que ainda não era o MST, o surgimento desse MST. A pastoral da Terra vai e apóia. Então apóia o quadro que está produzindo a luta. Com o movimento negro nunca houve isso. A Igreja apoia o Frei David, setores da Igreja também, porque a maioria foi contra, apóia o Frei David. O Frei David cria primeiro o Grupo de União e Consciência Negra, com muitos negros na Baixada e tal. Em dado momento o Grupo toma autonomia, se aproxima do movimento negro geral, organizado, que não tem outros vínculos com a Igreja, com ninguém, e aí rompe com o Frei David. Ele deve ter falado sobre isso aqui. Rompe com o Frei David aí o Frei David continua respaldado pela Igreja e cria Agentes de Pastorais Negros. Mais adiante, os mesmos Agentes Pastorais Negros se vinculam muito ao movimento negro e aí rompem com o Frei David. Ele vai e cria outro setor. E é assim. A Igreja sempre joga suas fichas principais em setores, em destinos da própria Igreja que vão atuar como movimento negro. A mesma coisa o sindicalismo. O sindicalismo investe, o Nogueira é o cara do sindicalismo, é o cara do Vicentinho, da CUT, e outros negros que são

visíveis são os caras que vão atuar no movimento negro. Há uma diferença nesse ponto, e é uma diferença que não pode ser calada aqui, pelo contrário, porque o Nogueira é antes de ser, ou no mesmo processo que ele se torna sindicalista, até pela característica da situação de como emerge o movimento negro em Florianópolis, que é uma minoria negra lá, ele também é um cara do movimento negro. Ele também organizou uma organização negra, antes de ser um cara visível como sindicalista ele já era um cara visível também como militante do movimento negro. Então isso dá uma diferença. Mas ele é um. E em outros estados? Começaram a surgir secretarias de combate ao racismo da CUT, mas que militante histórico do movimento negro tinha lá? Não tinha. Foram negros que se tornaram negros nesse processo interno da CUT.

V.A. – Mas essas secretarias tiveram voz nesse processo de preparação de Durban?

A.M. – Aí era muito importante esse projeto chegar ao Edson Cardoso. Muito importante. O Edson, além das análises dele, é um cara muito importante. Nesse processo de Durban ele é central. Em 1995 ele é central e nesse processo de Durban também. Mas é Brasília. Vocês não tiveram nunca recurso, não dava. Vamos ver se dá, quem sabe, não é? Ele vem aqui um dia... Ele hoje é assessor do Senador Paulo Paim. Se for possível, se ainda der tempo, a gente fala com ele, e uma vez que ele vier aqui, gravar.

V.A. – A gente está precisando gravar de novo com o Ivair, porque a gente ainda não terminou com ele.

A.M. – Não terminou, não é? É isso. Então, a Conferência... Eu estou falando, aí são análises minhas. Por exemplo, houve uma delegação muito grande de sindicalistas. Não só negros. Sindicalistas brasileiros, maioria negra, mas também havia não-negros na delegação, principalmente da CUT. Muitos, foram muitos, não foram poucos. A delegação brasileira foi de longe a maior delegação não-oficial na Conferência Mundial. Tinha lá a África do Sul, claro, e depois a maior delegação era...

V.A. – O que você chama de não-oficial?

A.M. – A Conferência Mundial Contra o Racismo tem dois setores, dois âmbitos. Sempre tem nas Conferências Mundiais uma Conferência oficial, que aí são os diplomatas ou agregados, mas reconhecidos oficialmente, que só eles têm acesso ao fórum da Conferência Mundial propriamente dita. Mas já é tradição nas Conferências Mundiais que haja o fórum paralelo, que é o fórum das organizações não-governamentais. Nesse fórum paralelo, o Brasil tinha assim 500 militantes do movimento negro. Era um escândalo porque nenhuma outra delegação, dos Estados Unidos, por exemplo, não tinha 100. De países ricos, da França não tinha 50, sei lá. Porque essa temática não os fere dessa forma, para uma quantidade tão grande de militantes irem para outro continente.

No Brasil, essa militância que veio de longa data, nos 1970, 80, seria um grande momento de pelo menos vivenciar um processo internacional. O movimento negro sempre foi muito fraco no Brasil nessas relações internacionais. Então muita gente paga, a maioria, o cara compra um pacote, paga a passagem do seu bolso e vai. Ele nem sabe o que é uma Conferência Mundial, não leu nada sobre isso, não sabe se vai poder entrar onde vai, ele sabe o seguinte: “Eu quero ir para a África do Sul ver a Conferência Mundial Contra o Racismo.” É uma coisa mesmo de um impulso de militância. O cara pega férias no trabalho, se vira. Ele se vira e vai. Aí deu 500 pessoas, 500 militantes. E gente mesmo, não tinha gente desconhecida. Tinha todo mundo conhecido no movimento, no interior do Estado do Rio tinha o Lauriano de Volta Redonda, que foi o criador do primeiro clube de negros no tempo da usina de Volta Redonda. Todo mundo tinha história, gente com trajetória, mas que não tinha apoio institucional. Houve muitas bolsas, chamadas becas, da Fundação Ford, Fundação Kellogs e outras instituições da Cooperação Internacional, mas isso já tinha mais ou menos quem ia receber: as lideranças, as principais ONGs, todo mundo já tinha certos esquemas. A maioria vai com passagem paga, ou então conseguiu um apoio da sua empresa, uma empresa do Estado, ou de um esquema parlamentar, que seu parlamentar pegou um apoio mais de um, de dois, de três, juntaram uma grana e o cara vai... o pessoal se virou para conseguir estar na Conferência. E isso é muito forte naquele momento ali. O que eu estava falando? Me perdi.

V.A. – Que a delegação brasileira é a maior delegação.

A.M. – E isso, essa delegação tinha muito sindicalista. Muito assessor parlamentar. Muita gente levada por esses outros caminhos, que não propriamente também, uma trajetória de

militante do movimento negro. Gente que se tornou negro, vamos dizer assim, nesse processo. Não propriamente da Conferência, mas em que setores da sociedade brasileira, setores hegemônicos na sociedade civil, mesmo que não sejam de Estado, que sejam oposição em termos de poder nacional, de poderes estaduais, legislativo, executivo, mas gente que tem espaço, tem recursos para se movimentar. Então, muita gente que não tinha militância histórica no movimento negro produziu a sua militância com a legitimidade, ou com o recurso, ou sendo aquele negro legitimado pela sua articulação política, sindicalismo, assessoria parlamentar, ou associação comunitária, para estar ali.

Isso, ao meu ver, foi uma das... eu não diria de enfraquecimento da mobilização do movimento negro para preparar, não é. Porque se o movimento negro estivesse forte seria maior que isso. E esse é o meu argumento com o Edson...

[FINAL DA FITA 9 – A]

A.M. – Como em outros momentos, nenhum outro setor da sociedade assumiria o papel de protagonista principal. Não assumiria. Em uma coisa que tinha a ver...

V.A. – Mas os sindicalistas chegaram a assumir esse papel de protagonistas?

A.M. – É isso que em dado momento começa a se delinear. Senão protagonistas para tocar o trabalho, que aí não teve em nenhum momento, porque não sabiam fazer. Quem é que é protagonista nesse momento? São as ONGs negras, especialmente mulheres negras. Esses são os protagonistas da delegação não-oficial brasileira, o verdadeiro protagonista. Realmente protagonista, no sentido de chegar a um ponto de assessorar diretamente, de dar substância, de dar conteúdo, de dar força às posições oficiais brasileiras. Eu vivi isso. Eu fiz a pesquisa, eu fui chamado para trabalhar no Centro de Estudos Afro-Brasileiros, na época era Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes, eu fui chamado exatamente em março de 2001 para fazer a pesquisa sobre o processo preparatório da Conferência Mundial no Brasil. E eu vou lá para fazer essa pesquisa, aí fui no final de abril para a primeira preparatória em Genebra. Para a segunda preparatória. A primeira foi aquela em 2000 que teve aquela briga logo depois dos 500 anos, do conflito. Mas, um ano depois teve a segunda PrepCon. Nessa segunda, que se pensou que era a última, geralmente se faz duas conferências

mundiais preparatórias com todo mundo, uma verdadeira assembleia geral – para fazer a Conferência do Meio Ambiente foram duas preparatórias, das Mulheres foram duas preparatórias – essa foi tão espinhosa, tão complicada a relação, que acabou tendo que se fazer mais uma em Genebra. Fizeram três preparatórias para a Conferência Mundial Contra o Racismo. Eu fui à segunda, e eu vi como era a relação da delegação oficial brasileira com a delegação não-oficial, com as ONGs negras. E aí era flagrante a força e a presença das ONGs negras brasileiras junto com a delegação oficial, aos diplomatas. E bem recebida por sinal. O embaixador Sabóia tinha uma extrema habilidade – diplomata já é hábil, se não for hábil não é diplomata, não é? Mas ele era muito respeitado pelo pessoal das ONGs negras porque além da habilidade ele começou a assumir posições de incorporar. Sueli Carneiro nos falou, por exemplo, que ela teve um momento de proximidade com o embaixador Sabóia. Não assumiu nenhum papel. Em dado momento inclusive ela rejeita isso. Mas sempre respeitou muito o embaixador. O Hédio Silva, que foi um dos relatores da posição brasileira, quem fez o relatório da posição brasileira preparatório que foi para Durban, o Hédio Silva Júnior é um dos relatores, ele e a Wania Sant’Anna. Mas o Hédio rompe durante a Conferência Nacional preparatória no Brasil da Conferência Mundial, Conferência Nacional que foi uma conferência oficial, mas que procurou juntar governo e movimento negro, foi na Uerj, no Rio. Nessa Conferência o Hédio rompe, deve ter contado isso. Ele rompe com a delegação oficial publicamente e vai para os jornais, e atira para todo lado: “Eu saio dessa delegação oficial.” Ele foi como delegado oficial para Genebra, ele estava lá como delegado oficial e ele iria para Durban como delegado oficial, delegação oficial. Mas ele rompe com isso, embora já estivesse bastante adiantado o relatório oficial que vinha sendo trabalhado nas conferências regionais e tal. Ele já vinha preparando esse relatório. A Wania Sant’Anna disse que já estava quase pronto, ela no final teve que pegar, fazer um esforço para fechar o relatório, mas já estava muito adiantado, provavelmente. Mas o Hédio rompe com essa delegação e vai para os jornais. E o domingo da Conferência Nacional contra o Racismo, que eu nunca lembro qual é a data, mas foi em julho, início de julho, o Hédio vai para os jornais, e a manchete de todos os jornais é ele dizendo: “Eu saio dessa delegação oficial porque não acredito no nível de responsabilidade e de capacidade, de vontade política do governo brasileiro para realizar ações afirmativas no Brasil, de realmente cumprir qualquer agenda antirracista que saia de Durban. Eu não confio nisso. Agora, respeito...” E deixou claro, eu não me lembro os termos, mas dizendo que tinha o maior respeito e que resguardava a imagem do embaixador Sabóia,

do chefe da delegação oficial. No documento oficial que ele distribuiu e nas entrevistas dele ele dizia isso: “O embaixador Sabóia é um homem que merece todo o respeito. Apesar disso eu não acredito na seriedade desse governo.” Então ele resguarda a imagem do embaixador Sabóia. Porque o embaixador tinha um jogo, tinha realmente. Ele assumiu posições interessantes para poder levar essa delegação. E uma dessas coisas era, por exemplo, em Genebra começou havendo, logo no primeiro dia teve uma reunião, onde veio ele e toda a delegação oficial, todos os diplomatas, uma reunião oficial no calendário, entre as atividades oficiais a serem desempenhadas pela delegação oficial estava uma reunião diária, uma reunião a cada dia com toda a delegação. Onde o governo, o Itamaraty, os diplomatas e delegação oficial iriam, vamos dizer assim, prestar contas e conversar com a delegação de ONGs negras, do movimento negro, quais os melhores caminhos para atuar. É claro que isso não é assim, não é que vai decidir os melhores caminhos, mas “estamos abertos a conversar diariamente com o movimento negro, seja para ouvir críticas, seja para receber ajuda, seja para trocar ideias, enfim, aqui somos o Brasil.” Isso ficou claro. O embaixador foi na primeira reunião, aí ficamos duas semanas, ele foi mais umas... sei lá. Pelo menos passava por lá quase todo dia. Alguns dias era complicado essa reunião, tinham poucos diplomatas, também tinha dia que tinha pouco o que falar, também não ia gente do movimento negro. Mas enfim, tinha uma agenda diária. Então a relação foi muito boa com as ONGs negras. Não necessariamente com o conjunto do movimento negro. Essa militância negra em diversos momentos quase hostilizou a representação oficial. Para isso seria preciso inclusive atropelar negros militantes que estavam perfeitamente em movimento de muita proximidade e, em certos momentos, de complementaridade com a delegação oficial. Por mais que estivessem independentes. Tem que ficar claro: em todo momento há uma independência das ONGs negras. Total independência e fazem o seu papel. Mas há uma convicção entre essas ONGs negras de que era importante ter uma boa relação com o governo, com a delegação oficial. Até porque essa delegação oficial era uma delegação receptiva. Receptiva e respeitava tanto pessoalmente quanto respeitava as formulações. Eu vi pessoalmente Lúcia Xavier... No Rio de Janeiro, por exemplo, era muito saliente a posição de Lúcia Xavier e Jurema Werneck da Criola. Eu vi uma vez Jurema, que fala um pouco de Inglês, ela acompanhou rápido e quando o embaixador saiu de uma coisa ela veio em cima do embaixador questionar a posição brasileira, ou o Brasil não ter tomado a posição e veio em cima com uma propriedade mesmo. E o embaixador ouvindo ela. Eu só não digo o que ela estava fazendo porque publicamente

não é legal isso para a imagem do embaixador. Mas ela realmente enquadrrou. Não foi com arrogância, de chegar e desafiar. Foi uma coisa de quem está junto. Foi uma coisa de quem diz: “Somos parceiros. Você errou, ou faltou acertar, ou pode vir a acertar por esse lado.” E no fogo ali da discussão dentro do plenário, como não pôde se dar essa conversa no plenário, foi em um dos corredores, ela veio com toda força, como quem está igual. Em igualdade de condições: “Somos uma delegação. Estamos aqui para fazer o melhor, e o melhor não é isso...” E eu fiquei olhando aquilo e disse: “Rapaz... vivi para ver isso.” O chefe de uma delegação oficial brasileira enquadrado por uma mulher negra militante, por sinal, das mais aguerridas, era Jurema Werneck. Isso foi várias vezes. Lúcia protagonizou um momento desse tipo.

V.A. – Lúcia disse que você leu a carta aos povos africanos lá já em Durban.

A.M. – É. Puxa, eu estou fazendo mais análise do que falando história. Agora não estou mais falando história de vida, não é? [riso] Em Durban tem... em Genebra também.

V.A. – A carta aos povos africanos?

A.M. – Não. A carta aos povos africanos...

V.A. – Da delegação brasileira.

A.M. – Não. Tem uma reunião grande em Durban, deixa eu ver se lembro... Foi uma reunião em um hotel, não foi na delegação oficial, no plenário oficial. Foi em um plenário menor, em uma sessão menor. Estava todo mundo ali porque aquele plenário, aquele momento era realmente um grande momento. Porque na Conferência Mundial foram muito difíceis as negociações porque os Estados Unidos já entrou dizendo que ia sair. A França e a Bélgica... ela sabe muito melhor isso porque ela foi daquelas... Sueli Carneiro, Edna Roland, Lúcia, Jurema, não passa de dez as pessoas que estavam ali e sabiam tudo que acontecia. O olhar de cada uma dizia para elas o que elas tinham que fazer, e elas estavam afinadíssimas. Foi uma atuação extraordinária a atuação das ONGs negras lá, particularmente de mulheres negras. Quase todas eram mulheres de frente. E aí o protagonismo, vamos recuperar aquilo, porque

eu disse que tinha muito sindicalista. Mas muito sindicalista, alguns foram mesmo para fazer turismo. Outros não. Outros eram sérios, queriam acompanhar, vivenciaram aquilo ali, estavam para ajudar, mas não tinham papel porque não sabiam o que fazer. A maioria dos militantes negros também não sabia o que fazer. Porque ninguém sabia o que era uma Conferência Mundial. Como é que se chega? Ninguém sabe o que vai fazer. É uma coisa de diplomatas, é uma coisa que não se tem experiências. E elas não. Elas passavam ao largo, sabiam tudo que tinham que fazer. Cada dia passavam os documentos... Eu vivi isso porque eu fazia a pesquisa, e eu não estava ali, eu tinha que acompanhar esse movimento. Eu sabia quem ia fazer. Tinha um personagem que era inesquecível nesse momento. Quando se fizer a história do processo brasileiro de organização dessa Conferência, é inevitável se falar no Sérgio... esqueci o sobrenome dele. Ele é de Nova Iguaçu, é advogado, um advogado negro. Teve uma trajetória assim: vai para o Ceap, ele trabalhava com o Frei David naquelas pastorais lá sempre defendendo, trabalhando nesse processo inicial dos pré-vestibulares, e sempre um advogado respeitado. Fez logo um mestrado em Direito. Raríssimo: negro, família pobre da Baixada, já vem como advogado, já fazendo mestrado e respeitado, com uma tese sobre Direito Constitucional, sobre ação afirmativa. Foi um escândalo na época na Baixada. É um cara muito forte, muito bom articulador o Sérgio. E o Sérgio vai para o Ceap, assume um projeto, por sinal o projeto foi eu que levei para o Ceap, mas isso é uma longa história, o Ivanir pode falar isso melhor. Direito insurgente, era assim, um escritório de direito insurgente. Um camarada, velho amigo, levou para o IPCN em 1994, eu não tinha condições de dar sequência nesse projeto, o IPCN não tinha como, a gente não tinha como botar. Não tinha como fazer uma grande negociação, porque era um projeto de vulto, fazer um escritório de direito insurgente, com base na luta contra o racismo. E é um projeto muito bonito, muito bem elaborado pelo...

V.A. – O que é direito insurgente?

A.M. – É uma categoria nova no direito, está ganhando muita presença. Eu não sei falar muito bem disso. Eu sei que é algo que respeita o aspecto jurídico do fato social, respeita o judiciário como espaço de luta social, respeita o judiciário como espaço mediador, mas que busca transformar o direito apenas de... o espaço do judiciário tem que deixar de ser não uma instância decisiva, mas uma instância mediadora das partes e dos conflitos sociais. Então se

busca, com algum conhecimento jurídico, muitas vezes se levantar contra a lei. Não no sentido de destruir qualquer lei, mas no sentido de mostrar que os fatos sociais têm prevalência e tem que gerar novas leis. As demandas sociais são mais fortes do que qualquer legitimidade, qualquer legalidade. E se aquela legalidade está obstaculizando a Justiça, então que aquela legalidade seja colocada de lado e que se crie uma nova legalidade. É nesse sentido que é insurgência. E foi um camarada muito importante, era muito amigo, ajudou um pouco em um certo momento no IPCN. Esqueci o nome dele. Faustino não, Claudino não... Depois ele foi presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Depois larga tudo e vai ser monge budista, é uma coisa incrível. Ele é um cara muito bom. Ele é da Bahia, de Alcobaça na Bahia.

V.A. – Você estava falando do Sérgio.

A.M. – Esse camarada levou para mim esse projeto, aí eu falei para ele: “Eu quero muito esse projeto. Esse projeto tem que dar certo. Mas eu não tenho como no IPCN, com quem eu vou falar para apoiar esse projeto? A gente está com um projeto grande com a Ford e a Ford não dá resposta. E esse projeto não pode ficar parado. Você topa apresentar isso ao Ceap?” Aí ele disse: “Não, porque o Ivanir é um cara complicado...” Eu disse: “Realmente, você decide.” Uma semana depois ele voltou e disse: “Vamos lá conversar com ele.” Levamos para o Ivanir. Não teve jeito, o Ivanir aceitou o projeto, gostou do projeto. Tem esse negócio: projeto entrou na ONG não sai mais, não é? E aí o Ivanir aceitou, gostou muito da ideia, mas quando ele foi negociar isso com o Ivanir, o Ivanir já começou a colocar uma série de coisas, ele pulou fora. Pulou fora do projeto, não concordou e aí o Ivanir chamou o Sérgio. O Sérgio pilotou esse projeto durante um tempo. Isso é 1995, 96, 97. Quando chega em 98, 99, vai começar esse processo da Conferência, esse projeto era financiado pela Ford no Ceap. Quando chega em 98, 99, o Sérgio é chamado pela Ford. Aí é aquela velha história, um diz que é traição, o outro diz que era inevitável, essas querelas. Mas o Sérgio que vinha bem na gestão desse projeto – como é que ele chamava? Escritório de direito... não deu o nome de direito insurgente não, eles deram um outro nome. Que fazia atendimento, eu não lembro o nome. Ficou visível durante um certo tempo esse projeto do Ceap. Escritório de direito contra o racismo, antirracista e tal, no Ceap. Ficou forte com o Sérgio. Ficou visível isso, a Ford pega o Sérgio e com o apoio da Ford ele cria em Brasília o Escritório Nacional Zumbi dos

Palmares, ENZP. Primeiramente, esse escritório seria para fazer uma assessoria, um monitoramento, um acompanhamento de legislação antirracista, para assessorar os parlamentares no encaminhamento de legislação antirracista na Câmara dos Deputados. Fazer um monitoramento, um acompanhamento do aspecto da geração de leis, de assessoria na produção de leis de legislação antirracista para trabalhar ações afirmativas no Congresso. Mas o Sérgio, em dado momento, é visto pela Fundação Ford como aquele camarada capaz de ser um dos protagonistas desse processo de organização da Conferência Mundial. E ele se torna mesmo, ele parte para dentro e passa a ser o centro dessa articulação. O Sérgio era um dos centros dessa articulação. Ele foi respaldado nessa coisa porque aí a Ford é a grande agência que vai financiar. E a Ford financia o NEN em Florianópolis, financia o Geledés em São Paulo, financia o Ceert, financia algumas das principais ONGs que estavam nesse processo. E todo mundo respalda o Sérgio. O Sérgio é o cara que vai tocar isso. Mas é claro que o Sérgio sempre teve um pouco que bater cabeça para a Sueli Carneiro. Eu vi isso de perto. Tinha uma negociação. Ele era respaldado por esse grupo de ONGs negras, mas ele era um cara chave. O Sérgio chegou a ficar nessa segunda PrepCon, por exemplo... na primeira ele não estava em Genebra. Ou estava? Acho que não estava. Na segunda o Sérgio foi com um mês de antecedência. Eu sei que ele teve uma conferência não sei aonde, primeiro na Europa, esteve na conferência da Ásia e de lá chegava em casa, trocava de roupa e ia embora. É incrível, porque a vida do cara... de repente, de professor em uma pequena faculdade na Baixada Fluminense ele é um chefe de uma ONG central em um esquema importante em Brasília, e um cara que está vivendo relações internacionais. Isso em um período de um ano. Ficou forte demais o Sérgio, forte demais. Demais. Hoje, cadê o Sérgio? Sumiu do mapa. Em pouco tempo, ainda em 2001, a Ford começou a tirar o apoio dele, e o Escritório Nacional Zumbi dos Palmares desabou.

Mas ele é central. Ele chegou a ficar quase dois meses, um mês direto em Genebra em diversas instâncias de articulação. Quando nós chegamos em Genebra, a delegação não-oficial, ele era o cara que dizia: “Fulano tem que estar em tal lugar... tem isso acontecendo... isso aqui é importante, isso aqui são os documentos que fulano produziu até agora...” Ele tinha tudo na mão: “Tal lugar, aquele prédio lá a gente pode entrar, tem computador que a gente pode mexer. Ali eu já conversei com a federação de jornalistas da Suíça que vai dar um apoio para a gente... os melhores hotéis aqui são esses, os mais baratos... aquela área ali... o transporte é esse...” Ele fazia toda a preparação e a formulação: “Como trabalhar mais

efetivamente com a delegação brasileira oficial?” O Sérgio foi um cara muito importante nesse processo da Conferência.

A.P. – Então, você estava falando do evento da carta aos povos africanos.

A.M. – Ah sim. Aí tem um momento nessa... porque eu era um pesquisador, mas ao mesmo tempo eu era um militante muito conhecido. E daquele pessoal que estava ali, com certeza, eu era muito amigo de todos. Lúcia é minha irmãzinha desde muitos anos; Sueli, a gente foi muito amigo, por um curto momento, mas momentos-chave, ela estava começando; Hédio é um amigão de longa data; aquele pessoal todo que estava ali em Durban, e foi um momento muito especial, a gente estava vivendo um grande momento. Essas coisas que a gente cria, produz isso. Era um grande momento? Era. Hoje a gente sabe que era menos grande, em uma análise, analisando. Mas aquilo foi um momento culminante de toda uma geração de militantes. E era muito emocionante estar ali. Mas eu estava ali não como militante, eu estava com pesquisador. Então toda hora eu tinha que estar com o gravador, com alguém, estava toda hora anotando, vendo várias tendências. Eu não tinha posição, não tinha voto em lugar nenhum. Mas era difícil não ser militante ao mesmo tempo. Então, eu tenho que fazer pesquisa, mas tem uma reunião que se está discutindo não sei o quê: eu chegava e daqui a pouco eu estava participando, disputando politicamente posições.

Aí se decidiu que alguém, algum militante brasileiro teria que fazer uma leitura em um desses caucus, era um caucus importante. E naquele momento, era uma decisão de quê?

V.A. – O que é caucus?

A.M. – Os caucus são espaços da sociedade civil organizada, as ONGs, que são feitos, são reconhecidos dentro do espaço da Conferência Mundial, já não é fórum paralelo. Eles são quase, vamos dizer assim, um espaço de interlocução entre as instâncias oficiais da Conferência Mundial e as instâncias não-oficiais. São caucus. Então caucus de mulheres, caucus de negros, caucus de indígenas. Eu nem sei de onde vem isso não. Isso aí Lúcia que poderia falar mais. Ela não falou muito sobre isso não? Deve ter falado, não?

A.P. – Não.

A.M. – Os caucus eram muito importantes. É em um desses caucus, por exemplo, que reuniu negros, indígenas, mulheres e homossexuais, o pessoal das múltiplas discriminações, ou discriminação agravada, reuniu tudo da Conferência. Foi um grande momento na PrepCon. Em um caucus desse se faz uma mesa com quinze pessoas. Todo mundo falou, só teve uma pessoa que foi aplaudida de pé, até pela delegação brasileira, onde ela tinha muitos inimigos. Foi Edna Roland. Nesse caucus a Edna foi estrondosamente brilhante. Ela fez uma intervenção em Português, mas ela mesmo monitorando a tradução, porque ela é muito boa de Inglês, e aí fez uma análise de uma precisão, e uma análise que era uma análise feita ali. Porque naquele caucus estava se discutindo posições estratégicas da sociedade civil frente às delegações oficiais. Edna estava na delegação oficial, mas como assessora do embaixador. Ela não tinha nenhum papel na delegação oficial. Ela era assessora do embaixador. Ela aceitou ir. Quinze dias antes de ir nós fomos entrevistá-la, eu e Joselina, que espero que vocês entrevistem também – a Jô é importante. Talvez a Jô fale até melhor sobre esse momento. E aí o que Edna diz para nós? Eu disse: “E aí Edna, você vai de novo?” Porque ela tinha sido convidada, não como assessora, ela foi convidada como personalidade da sociedade civil para estar na delegação oficial em Santiago, na Conferência de Santiago, a preparatória das Américas em dezembro de 2000. Lá ela deu um show. Ela fez o meio-de-campo entre as ONGs negras e a delegação oficial. E só ela poderia fazer, pelo domínio do idioma, Francês, Inglês e Espanhol, pelo respeito que ela tinha entre os militantes e pelo respeito que ela tinha granjeado, pelo currículo que ela tem, Harvard e tal, a ONG dela muito forte a Fala Preta! Ela tinha toda uma respeitabilidade dentro do movimento negro e dentro da delegação oficial. Fazia um doutorado que estava indo bem na USP, em Psicologia. Então ela muito forte, militante forte, mulher muito qualificada – poucos eram tão qualificados, quase nenhum falava Inglês. Então ela acabou fazendo meio-campo entre esses dois setores.

Na nossa entrevista a gente diz: “E aí Edna, você de novo vai ser chamada?” Ela diz: “Não sei. Eu não posso me movimentar, porque eu sou movimento negro. Agora, eu tenho consciência de que eu posso cumprir um papel no processo da Conferência, porque a delegação brasileira oficial não tem qualidade para intervir com qualidade. O Brasil precisa ter qualidade. E para o Brasil ter qualidade, os diplomatas não conhecem a questão racial no Brasil. O que eles vão fazer é meter os pés pelas mãos. Eles sabem disso.” Ela tinha clareza. Era límpida a visão dela: “Eles sabem disso. Sabem que pode ficar uma grande lacuna na

representação brasileira, porque o Brasil é uma das diplomacias das mais respeitadas do mundo. A questão é a questão racial no mundo, o Brasil é visível perante essa questão racial, e a delegação brasileira, que é respeitada como diplomata, não vai saber o que dizer, não vai ter qualidade na intervenção. Eles precisam de nós. Então não adianta só bater. A gente tem espaço para ocupar. Eu quero ocupar esse espaço. Eu estou decidida a isso, por mais que eu vá sofrer tiroteio do movimento negro. Mas eu estou disposta a cumprir esse papel. E aí, trazer a visão do movimento negro e negociar o tempo todo qual é o nosso... mas eu quero estar nesse papel.” “Mas e aí, o embaixador já conversou?” ela disse: “Até agora nada. Ele está silencioso.” Quinze dias antes de ir para Genebra, passar lá duas semanas. De lá ir direto para a Conferência da Europa. Eu sei que entrar naquela coisa era entrar de uma vez. E quinze dias antes: nada. Acho que dez dias antes ela não sabia se ia.

Então, essa análise dela nessa caucus, que foi o mais massivo de todos, durante a PrepCon, a segunda PrepCon em Genebra, ela realmente chega lá e botou uma análise que foi... primeiro ela construiu toda uma visão do que é uma Conferência Mundial e o papel da sociedade civil, para depois mostrar o quanto isso poderia ser manipulado de cima para baixo, servindo muito mais às diplomacias do que ao movimento social, e voltou tudo de novo, como o movimento social poderia intervir dando alguma qualidade, negociando, como era importante negociar aquilo, e não era só bater... E foi muito ousada a intervenção dela, porque ela disse francamente: “Nós temos que em dado momento pegar todas as nossas armas e botar junto com as canetas da delegação oficial. Junto. Se nós ficarmos segurando nossas armas eles não vão confiar em nós. E se nós também não confiarmos neles não vai acontecer nada o que tem que acontecer e que pode acontecer...” E defendeu isso, aí ficou todo mundo impactado, e ela foi defendendo isso, foi construindo muito bem. Quando acabou: todo mundo de pé aplaudindo. Inclusive Sueli Carneiro, que não se davam. Então foi muito marcante aquilo. Aquilo abriu o olho da delegação oficial. Quando o embaixador sabe disso, claro que isso é um dos momentos-chave, provavelmente, para ela. Dali em diante Edna passou a ter um papel diferenciado na delegação. Primeiro era ela.

A.P. – Isso foi antes de Durban, foi em Genebra?

A.M. – Foi em Genebra. Mas o negócio da carta lá em Durban.

V.A. – Pois é.

A.M. – Lá em Durban teve um outro caucus desse. Já não era um caucus, já era instância deliberativa da Conferência, que o embaixador era o presidente dessa sub-comissão. Era uma comissão chave. E tinha que ter um momento em que ia ter que receber a delegação não-oficial brasileira. Porque estava tudo certo, mas ali não era ele que mandava, ali era o ministro, entendeu? Ali tinha um ministro. O ministro era o chefe, o ministro Gregori era o chefe da delegação. Ele já estava em segundo plano naquele momento. E o ministro não tinha o traquejo que ele tinha e nem queria ter. Depois nós vimos isso. Como é que eu vou dizer isso? É uma das últimas vezes, dos momentos recentes, também porque eu já não estou mais voltado para isso, mas que eu vi um olhar profundamente, visceralmente, sensivelmente racista. Foi um olhar do ministro Gregori. Eu senti o quanto ele estava ali fazendo... ele era o ministro que tinha acabado de ganhar o prêmio de Direitos Humanos da ONU. Mas foi tão espantoso aquela... que eu olhei, vi o jeito dele falar conosco, se dirigir polidamente, com o maior... e aí quando saiu da lá eu olhei para a Jô, estávamos juntos, eu estava na frente e a Jô atrás, aí...

[FINAL DA FITA 9 – B]

A.M. – ...Do Gregori. Porque quando nós saímos, eu posso falar por mim, não posso falar pela Joselina, aí tem que ser perguntado a ela. Mas quando nós saímos foi tão chocante, olhamos para ele pedindo uma entrevista. Ele já nos conhecia de ver a gente ali no meio da delegação, já tinha sido apresentado. O Ivair tentou fazer esse meio-de-campo, e ele não concedia essa entrevista. Fomos falar com ele e ele diz: “Vocês aguardem, aguardem lá, por favor.” Quase dizendo: “Fora daqui!” Mas foi tão chocante aquilo. Tem um momento que o cara não controla, não é? Porque foi depois desse momento dessa recepção que eu vou contar, que eu acho que é disso que a Lúcia está falando. Porque havia uma pressão sobre ele. Primeiro eu vou terminar isso: Esse choque nosso foi tão grande, porque a gente não estava esperando. Ele é um cara de Direitos Humanos, um homem sábio. Quando nós saímos, aquele olhar, aquele jeito dele se colocar; e ele estava sereno, ele estava no canto do hotel. Ele tinha ainda dois dias para fazer a abertura da Conferência, porque ele ia fazer o discurso dele na abertura. Ele tinha dois dias que estava em Durban, não tinha nenhuma pressão sobre ele, não

tinha nenhum outro diplomata próximo, não tinha ninguém. Ele sentou ali serenamente. Não há nenhuma justificativa para ele...

V.A. – Vocês se aproximaram dele no hotel?

A.M. – Aí aproveitamos porque a gente sabia que ele ia estar naquele momento tranquilo no hotel, no hotel principal lá onde era o...

V.A. – E aí que falou “vocês me aguardem ali”?

A.M. – “Vocês me aguardem lá porque...” Mas foi um negócio tão chocante que quando nós saímos eu olhei para a Jô, ela olhou para mim: “É isso mesmo que você está pensando?” “O que você...” “Racismo. Não tem outra coisa.” Impressionante. Aí ela disse: “Eu vi isso também, foi isso que eu vi. Você viu isso? Não é mentira isso? Esse cara nessa posição, fazer uma coisa dessas, isso não faz sentido para nós.” Mas é isso. Foi uma coisa muito chocante. Quando eu cheguei e falei isso para o Ivair... aí eu fui atrás do Ivair. O Ivair é irmão, é amigo, vive com o camarada. Eu disse: “Ivair, eu tenho que falar isso para você. Não posso, você convive com esse cara, você é o homem de confiança dele e, no entanto, esse camarada é isso, eu vi isso...” O Ivair olhou para mim e disse: “Amauri, você está me falando uma coisa muito grave e muito séria. Mas é muito bom eu ouvir isso. Às vezes eu penso que estou ficando louco nessa vida de Brasília.” E aí não falou mais nada. Porque o Ivair é um cara do partido, tem uma postura, um cara ético. Mas falou isso umas três ou quatro vezes isso para mim. Ele me encontrava assim de passagem: “Eu às vezes penso que estou ficando louco em Brasília. Mas não estou não. Vocês me deram a certeza disso.” Mas por que o José Gregori ficou assim? Porque eles tiveram que fazer essa recepção, pressionados pela delegação não-oficial. Eram muitos negros brasileiros, muitos militantes. E uma relação, essa promiscuidade também entre governo, entre diplomatas e delegação negra, e movimento negro, delegação não-oficial. E aí teve um momento que eles tiveram que fazer uma recepção grande. Deve ser isso que Lúcia está falando. Tiveram que fazer uma recepção para toda a delegação não-oficial. Aí foi um lugar muito grande, uma sala, daquelas imensas salas de reunião do hotel, do principal hotel, Holiday in, se eu não me engano. Um grande hotel de lá, onde estava a delegação oficial. E aí foi todo mundo para lá, porque no exterior todo mundo é brasileiro,

então todo mundo tem que estar lá. E aí foi um momento marcante porque cada um foi se apresentando, cada um que estava presente levantou e falou: “Eu venho de lá, sou isso...” um minuto. Então foi uma coisa longa. Ele estava enfastiado. Falou ele, falou a Benedita e falou o embaixador. Ninguém mais falou. Antes dele começar a falar... o programa dele era: chegar lá, falar e acabou. Nós impusemos a ele cada militante falar, cada um levantou e falou. Logo depois ele ia falar e ia acabar. Quando ele vai começar, ele já vai começar, alguém lembra: “Espera aí ministro, nós estamos em uma grande cerimônia oficial. Aqui a delegação oficial, o senhor é ministro de Estado...” Um poeta de Brasília, da Fundação Palmares, falou assim: “O senhor é um preposto do presidente da República. Nós nesse momento somos a nação brasileira aqui em Durban. Nós não podemos começar nada aqui sem cantar o Hino Nacional.” Aí ele: “É verdade. Perfeitamente.” Aí começa a se cantar o Hino Nacional. Quando começou, naquele meio: “...pátria amada Brasil. Deitado eternamente...” vai continuar, ele tenta ostensivamente parar ali. Ele é o único na mesa, todo mundo de pé, aquela coisa. Todo mundo ali, a nação brasileira e ele fez menção de parar. Não é ingenuidade, ele tentou parar. Então quando ele fez, começou todo mundo: “Deitado eternamente...” Ele engasgou, ficou vermelho, completamente fora do ar, completamente incomodado. E levou-se o Hino Nacional até o fim. Quando eles iam começar a falar alguém lembrou logo: “Espera aí, ministro. Um símbolo nacional foi o Hino. Está aí, já cantamos. Agora tem que ter uma Bandeira brasileira. Ninguém pensou em uma Bandeira brasileira nesse lugar?” É um poeta, uma cara muito irreverente. Já um senhor. Esses caras meio malandros, a vida inteira teve esses esquemas de gabinete. É um cara que sabe mexer, ferir nesses momentos. Aí pegou uma Bandeira, botou lá, prendeu com um copo de bebida de um lado, outro copo de outro. Estava uma Bandeira Nacional: “Finalmente podemos falar...” Aí abriu-se a fala. Só tinha direito de falar cinco ou seis pessoas. É nesse momento que eu sou encarregado pelo pessoal, não lembro exatamente, nunca consigo lembrar disso, porque eu estava muito... não sei, eu estava muito tocado ali, porque foi um momento culminante dessa militância. E eu ali me vendo assim: todo tempo como militante eu não vivi um momento desse. Assim: um âmbito internacional. A primeira vez que eu saí do Brasil foi para ir para Genebra. Eu nunca tinha saído antes. Eu tive oportunidade em 1985 de ir para aquele Congresso Mundial da Juventude. Em 1984, eu contei isso, fui que fiz o comício das Diretas. Foi uma disputa grande, com Lélia Gonzalez. Foi uma disputa grande naquele momento e eu ganhei cada momento, fiz o comício. Eu era a referência do movimento negro para aquele

contexto das Diretas. E aí foi aquele contexto que montou, porque eram todos jovens, e era isso que ia montar o Congresso Mundial da Juventude em Moscou e eu fiz questão de não ir. Porque eu brincava com isso, uma ingenuidade: “Só saio do Brasil em viagem oficial. Quando o movimento negro tiver poder, ou nós tivermos força internacional...” Um negócio meio doido. Mas eu brincava com isso e não fazia nenhuma questão. Era um pouco para dizer que eu não queria nada. “Eu só quero a luta, não quero nada.” Eu tinha muito esse purismo.

Bom, aí, naquele momento, um pouco por isso também, eu vendo aquele quadro ali, eu disse: “Rapaz, esses diplomatas, essa delegação, eles não sabem o que para nós isso significa, o que significa para o Brasil isso. Não têm essa análise. Eles realmente estão passando rápido por isso. É mais um momento em uma carreira diplomática. Eles não sabem o que isso representa para nós, para todo um povo, para uma trajetória histórica...” Eu estava com tudo isso na cabeça. E aí alguém me escorregou, não sei se foi o Pitanga, não sei. Alguém que estava próximo, um juiz, é um desembargador lá, eu acho que foi ele, o Carlos Alberto de Paulo, não tenho certeza. Eu sei que alguém me deu: “Você vai falar essa parte.” Era uma das vozes que tinha direito de falar ali. Aí eu comecei para fazer essa leitura, aí me empolguei. Não sei. Eu sei que fiz um discurso dizendo mais ou menos... eu lembro que isso está gravado, alguém gravou. O Filó me chamou quando editaram, tanto que eu pedi a ele para não botar esse momento, não sei. Tem um vídeo bonito sobre a Conferência, está registrado esse momento e eles me mostraram o que está na gravação, que eu falo mais ou menos assim: “Essa elite brasileira, vocês não sabem o que estão vivendo aqui. Para vocês isso não tem significado, porque vocês realmente não são uma nação. Mas vocês ainda podem ser. E isso que vocês estão vivendo aqui, se vocês aprenderem conosco aqui, vocês vão saber o que é. Não é a única forma da nação mas é uma forma verdadeira. Isso porque a gente está representando aqui realmente um povo, uma demanda histórica...” Aí fiz aquele discurso: “E vocês têm a oportunidade. Aproveitem.” Aí foi uma choradeira geral. Foi uma emoção muito grande, porque cada vez que eu falava, eu olhava para ele, apontava para ele. E ele estava muito desconfortável, mas eu falava para todos, eu falava para outros também. O embaixador, por exemplo, estava mais próximo, perto da mesa. Eu falava e o embaixador reagia bem. Ele olhava para mim e eu sentia que ele não tinha um tostão furado de animosidade comigo. Nem o Gregori. Eu também não senti animosidade naquele momento, eu senti que ele estava desconfortável, mas não sabia o que era. Mas era assim: ficou um clima, que a gente estava cobrando, era duro, era o movimento negro, “isso não é uma

brincadeira para nós, isso é sério, mas nós não queremos destruir vocês. Nós não temos que nos destruir. Nós temos que aproveitar essa oportunidade para aprender juntos, e fazer coisas novas, e mudar essa relação e voltar para o Brasil e ter aprendido. E fazer as coisas acontecerem de outro...” Era esse o tom, entendeu? Era uma convocação a pensar junto. Agora, minha postura era uma postura de força. Eu me senti assim. E a gente não vai ter sempre esses momentos perante autoridades do poder público. E para nós, realmente ali só tinham legitimidade porque a gente estava dando aquela legitimidade. Porque era Conferência Mundial Contra o Racismo e o Brasil só está com esse papel ali, que deu visibilidade para ele naquele momento, porque tem essa delegação imensa e essa delegação está ajudando decisivamente na postura e nas posições da delegação oficial. Então, “isso aqui somos nós, não são vocês. Mas vocês podem aprender. Aprendam, aproveitem.” Deve ser isso que a Lúcia está falando porque aí foi uma... A Wania Sant’Anna vocês não... Wania é outra pessoa que se pudesse dar uma entrevista, é um mulher que hoje está um vulcão. É economista... não socióloga. Então foi isso. E aí foi muito emocionante esse momento. Wania chorou que não parava mais de chorar, até o fim. O Milton Gonçalves depois veio, me abraçou ficou uns dez minutos abraçado, estava muito emocionado. Todo mundo se emocionou muito naquele momento.

A.P. – Era para você ler um documento?

A.M. – Era para eu ler um pequeno documento. Que era a carta dos irmãos brasileiros aos povos africanos. Era assim uma coisa de “nosso retorno”. E me deram isso para ser um pouco como homenagem, porque eu não tinha papel ali, meu papel é de pesquisador. E isso é um papel difícil porque eu ficava meio fora de tudo. Se bem que eu não ficava, mas acabava... eu não tinha legitimidade para estar ali como militante. Eu não batalhei isso, eu não era de organização negra que estava ali, eu não tinha. Então talvez tenham me dado isso um pouco assim. Também porque é difícil escolher um outro, já está todo mundo na disputa. E eu não, eu não estava na disputa, mas era reconhecido como um militante. Todo mundo me conhecia. Então, talvez por isso. Se ela viu dessa maneira, eu não vi assim. Gozado, não é? Eu vi que foi um momento emocionante, mas que foi um momento coletivo. Ali realmente foi coletivo. Se ela viu dessa maneira é um olhar muito interessante. Lúcia é uma pessoa muito sensível, uma mulher muito sensível, não é? Pode ser isso. É isso.

V.A. – E agora a gente queria falar um pouco sobre essa sua especialidade atual. Pelo que a gente sabe, a Lei 10.639...

A.M. – A Lei 10.639, Lei da História e Cultura Afro-Brasileira pode ser, eu tenho falado isso a beça, pode ser o estopim de uma revolução cultural no Brasil. Aquilo que a gente vem falando há um monte de tempo, não apenas da política, não apenas da superfície, se bem que é uma superfície que decide em dado momento os acontecimentos – a política é uma arena pública e é crucial – mas culturalmente. Pode haver uma transformação muito grande se for implementada a Lei 10.639. Por quê? Primeiro porque está capitulado como deve ser feito. Não houve manipulação. Aí um detalhe: o Edson Cardoso é um dos caras chaves para essa Lei. Essa Lei foi colocada pelo Ben-Hur Ferreira, que não se reelegeu aí não pôde fazer o tramite depois. Mas quem pega é a Ester Grossi que dá sequência, ela é deputada do PT, é educadora e tal. Ele botou na mão dela.

V.A. – Quem, o Edson Cardoso botou na mão dela?

A.M. – O Edson Cardoso, é. Antes já tinha passado pela mão do Florestan, mas aí o mandato não priorizou, circunstâncias... não deu para passar naquele momento. Então o Edson é uma pessoa importante para falar sobre a tramitação dessa Lei. E de alguma maneira, quando conseguiu passar a Lei, não é a toa, não é? Ele quis simbolicamente marcar isso, é a primeira Lei, fora aquelas leis que têm... dinheiro para aqui, tem que alocar pessoas chaves para poder as pessoas assinarem nos ministério e tal. Mas a primeira Lei de governo, pública, legislando sobre uma determinada ação de governo que ele vai enviar para o Congresso, é a Lei 10.639, dia 9 de janeiro de 2003. O que fazer com essa Lei? Eu tenho falado que essa lei tem uma história. Essa história se confunde com a história das demandas do movimento negro brasileiro por educação e por educação de qualidade, de outra qualidade. Todos os encontros do movimento negro, em todo lugar, educação sempre teve um papel proeminente. Eu fiz três dos quatro relatórios dos encontros estaduais de negros do Rio de Janeiro: educação é central, sempre se fala nisso. História da África no currículo escolar. E na Lei está lá capitulada: História da África e das lutas do negro no Brasil. Então não se pode fugir disso. Além disso, agora em maio, abril ou maio, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, as

diretrizes curriculares nacionais para a Lei 10.639. É uma Lei, só isso já obriga que seja feita, mas se pode postergar, se as Secretarias de Educação não implementam, se as escolas não encontram gente para fazer, enfim, se não tem vontade política para realizar, se tem uma desculpa, se encontra, se pode encontrar uma desculpa de que não está normatizada, porque o órgão normatizador da educação é o Conselho Nacional de Educação. Então não está normatizado, porque se não houvesse ainda as diretrizes, que é a norma, é o Conselho dizendo como deve ser feito a Lei, como deve ser implementada, sempre se pode buscar essa desculpa. Nem isso mais é possível porque a partir de abril foi aprovada por unanimidade a implementação da Lei, e o relatório da professora Petronilha Beatriz Gonçalves, que é a única, a primeira negra entre homens e mulheres, a primeira mulher negra, o primeiro negro no Conselho Nacional de Educação. Ela fez o parecer final que foi aprovado por unanimidade.

Então não tem como escapar. Tem que implementar essa Lei. Mas tem o desafio político. Ela tem uma história, que é a demanda do movimento negro. Foi o movimento negro que trouxe isso desde sempre. Outros setores jamais vieram conosco nessa visão de que educação de qualidade implica em uma outra visão não-racialista, não-racista da História, e isso tem que ser transversal a todo o ensinamento em todas as disciplinas. Tem que cumprir aquele princípio da transversalidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso jamais foi colocado dessa forma por outro setor senão o movimento negro, estava sozinho nisso durante longo tempo. Quando é aprovado a Lei, não tem recurso, não tem nada para mexer com essa Lei. Até hoje. Vai fazer dois anos essa Lei. Então tem o desafio político, que o Conselho Nacional de Educação já cumpriu seu papel, já aprovou as diretrizes. Tem o desafio político das Secretarias municipais e estaduais, que é Ensino Médio e Fundamental, que não se movem para isso. O MEC tem um projeto grande lá, financiado pela Cooperação Internacional, na Secad que é a Secretaria Especial de Diversidade, tem um outro nome completo. Tem o secretário Ricardo Henriques, que é um economista, pesquisador do Ipea, que hoje está nesse cargo na Secad, que é segundo escalão no Ministério. E no terceiro escalão estão Eliane Cavalcante, que é negra, militante, doutora em Educação pela USP e está Valter Silvério na parte de educação superior. Valter Silvério também doutor, em Ciências Sociais, é professor na Ufscar. E os dois são terceiro escalão dentro do Ministério. E eles têm recursos para mobilizar, para agitar a implementação da Lei no país, mas encontram as maiores dificuldades porque não basta o desafio político, que está difícil, mas já tem algumas

ferramentas boas para quebrar esse desafio, esse desafio político. As câmaras legislativas dos estados já estão aprovando, as câmaras de vereadores estão aprovando, o que deve ser feito. Os conselhos estaduais, com o Conselho Nacional não dá para eles serem contra. Eles podem criar problemas, mas não estão criando em geral. Os conselhos municipais de educação também não têm muito problema para criar. O desafio maior está sendo um desafio acadêmico. É maior até do que o desafio político. Porque nas universidades, o que a gente tem de pesquisa, de conhecimento sobre História e Cultura Afro-Brasileira vai se esgotar. O que eu conheço, vivo dando cursos de História da África, tenho um módulo no meu curso – eu criei um projeto que é assim: três módulos. De africano a afro-descendente: pega História da África e vai até negro no Brasil, movimento negro; depois entra Teoria Social e Raça no segundo módulo, mostrando a gênese do racismo no Brasil, que contexto é esse que surge o movimento negro, e que apesar de surgir o movimento negro, desde muito tempo, início do século, ainda assim é hegemônico a “democracia racial”. O que é isso do ponto de vista teórico? É tentar mostrar como isso é trabalhado na sociedade, o pensamento social brasileiro. E um terceiro: Raça e Educação, porque isso é para professores, para educadores, para formação continuada.

V.A. – Esse Raça e Educação fala sobre o quê?

A.M. – Vai falar sobre as relações raciais no cotidiano escolar. Como isso deságua na escola, como esse racismo do pensamento social e da formação do senso comum, como isso deságua absolutamente racializado no cotidiano escolar. Através dos livros didáticos, através dos procedimentos didáticos, através da própria formação racista, racialista, às vezes nem sempre racista, porque não deliberado, às vezes involuntário. Até a gente pode dizer, em certos momentos, “inconscientes” de muitos educadores. Se bem que tem tão pouco espaço hoje para a ingenuidade, não é? Mas ainda tem muita gente realmente inconsciente, não sabe que está sendo racista. Mas que procede naturalizando, naturalizou o racismo. Então a demanda que a gente tem para a implementação da Lei hoje é que se consiga produzir conhecimento sobre História e Cultura Afro-Brasileira. E isso tem a ver com as pós-graduações, isso tem a ver com a formação dos professores, com os cursos de formação de professores nas universidades. Mas isso está ainda... tem uma cortina de ferro bloqueando o acesso a isso. Porque o espaço acadêmico é de um controle, e não é público, não é? Porque

tem a autonomia universitária nas universidades públicas. Então é muito difícil mexer com isso a longo prazo. Há determinados professores, determinados esquemas políticos acadêmicos encastelados, que é quem têm o acesso às bolsas de pesquisa e tal. O CNPq é inteiramente branco, as agências estaduais, são todos contaminados por uma visão que um projeto desse tipo não passa, não obtém apoio para pesquisa. Então, dentro de pouco tempo não vai ter mais o que falar sobre isso, vai se esgotar. E não vai dar conta da imensidão de... eu estou contando aqui, já estou falando há um montão de tempo de histórias. Essas histórias precisam ser historiadas, não apenas relatadas. Isso precisa ser documentado, precisa ser investigado, precisa ser analisado. O que foi essa história? O Renascença Clube como nasce? O Aristocrata em São Paulo? Como é que desde o século passado tem clubes negros em quase todas as maiores cidades do Brasil? Como é que foi a interação disso com os contextos das épocas, com parlamentares, com poder executivo, com as forças sociais em movimento? Porque isso é História e Cultura Afro-Brasileira. É algo que, ao mesmo tempo tem uma alteridade, tem um espaço próprio de constituição, porque negro não podia entrar no clube de brancos; mas ao mesmo tempo isso jamais é feito só, sozinho. Os negros não estão retirados fazendo, está feito em interação permanente com a sociedade. Então é história do Brasil isso, com uma outra ótica. Por isso que eu digo que pode ser uma coisa revolucionária, porque vai desracializar. Mas no início tem que mostrar o negro, mostrar a população negra emergindo como um sujeito histórico coletivo. Eu tenho trabalhado um pouco com essa categoria, não sei se dá. Estou pensando ainda.

Pensar que isso é uma coisa muito ampla que vai dar uma outra densidade à noção de História do Brasil, à História do Brasil como é relatada hoje. É preciso mexer com isso em todos os setores das ciências humanas. E a academia, o desafio acadêmico talvez seja muito difícil de ser vencido. Acho que ainda falta mais um, que eu sempre tenho falado isso, montei até um negócio no data-show para fazer isso, que é o desafio da práxis dos educadores. Esse realmente é o mais difícil, porque são muitos milhares, milhões de educadores que já sabem tudo sobre isso, não precisam aprender, não são racistas absolutamente, ninguém é racista: “Todo mundo já sabe tudo e nós valorizamos muito os negros. O negro é muito importante na sociedade brasileira” e vai por aí, já sabe tudo, não precisa mais, está completamente fechado. Uma grande quantidade.

Então, trabalhar esse educador que está no dia-a-dia paternalizando, maternalizando o negro, as crianças negras e no entanto, profundamente encharcado de todo esse senso comum

do mito da democracia racial, mexer com isso, mesmo quando começar a produzir conhecimento ainda vai ser difícil mexer com esse imaginário, com essa formulação íntima de educadores sobre isso. Mas eu acho que é um desafio, um grande desafio que está aí, a implementação da Lei. Tenho me empenhado ao máximo para isso, embora poucos elementos... Tem uma comissão lá nessa Secad, que é uma comissão de diversidade. Eu sou o representante do Afro nessa comissão, assessorando essa comissão. Tem também uma comissão na Seppir, na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, para conseguir mexer com isso, eu também sou membro dessa comissão. Mas nós estamos vendo que o negócio não anda, fica assim meio... Há lugares onde são feitas experiências extraordinárias. Há muitas experiências que são feitas completamente à revelia das coordenadorias de educação das secretarias de educação...

V.A. – Quais são por exemplo?

A.M. – O meu viés que estou vendo isso, estou tentando ver isso... tem que recortar de alguma maneira. Eu procurei levantar os eventos de consciência negra no mês de novembro nas escolas públicas da rede estadual. Então eu fiz em 2002, que a Bené estava no governo, amigos na Superintendência de Projetos Especiais da Secretaria de Educação, eu consegui passar uma ficha e vieram 67 projetos de escolas públicas da rede estadual, de Parati a Campos, que realizaram eventos de consciência negra. E aí eu tenho analisado isso, tenho dois textos que eu fiz sobre isso, um deles eu chamei assim: *Guerrilha na educação: o impacto pedagógico do movimento negro brasileiro nas escolas públicas*. Que mostra claro, fica claro o avanço da luta contra o racismo dentro das escolas. Os professores fazem um monte de coisas diferentes, ninguém imaginou que pudessem fazer isso, tanto encenações como discussões públicas, como aulas simples, mas que emocionam a todos. Os alunos contam uma porção de coisas. Entrevistei alunos, entrevistei professores, direção, coordenadorias, e há experiências que são extraordinárias. São Fidélis, eu quando cheguei lá, comecei a chorar. Incrível! Sabe o que eles fizeram? Um ano depois, eles não iam fazer em 2003, não tinham fôlego para isso. O projeto deles era Navio Negreiro. E eu queria saber, que navio negreiro é esse? “Ah, se você vier aqui você vai saber.” Eu disse: “Mas São Fidélis é muito longe, você me conta, manda umas fotos.” “Ah professor, não leva a mal não, mas a gente tem aqui mas, não sei...” Aquele negócio: eles queriam que eu fosse lá. Eu disse:

“Vamos fazer o seguinte, vamos marcar e eu vou aí.” Marquei para ir lá. Três dias depois ligaram: “Amauri, você vem mesmo.” Eu disse: “Vou. Vou com máquina fotográfica e quero gravar entrevistas. Por favor, dê uma força para mim aí, porque é o meu projeto, minha tese.” “Pode vir que você não vai se arrepender.” Quando eu cheguei nessa escola, eles montaram tudo de novo. Sabe o que era o Navio Negreiro? Três andares de andaimes tubulares, quase nove metros de altura, com toda uma decoração. Uns trinta, talvez mais, jovens negros vestidos de africanos com turbantes, com roupas à caráter. Enquanto o professor de História lia o texto que ele fez sobre o Navio Negreiro, incorporando passagens de Castro Alves, mas atualizando tudo: o racismo na sociedade, o transporte do tráfico, a dor, o sofrimento, mas também o racismo atual, o valor da população negra... Enquanto o professor ia lendo pausadamente em um canto, a garotada, essa turma, os atores em expressão corporal. Havia momentos quando ele falava em sofrimento, aquela dor, eles descendo e subindo pelos andaimes. Uma coisa dramática, uma coisa poderosa demais. E quando falava em alegria eles faziam expressão corporal, representavam aquilo que o professor estava falando. De vez em quando o professor parava, aí vinha três, quatro chegavam na frente e falavam: “Porque nós, os negros...” Aí daqui a pouco vinha um do lado, às vezes eram crianças pequenas, às vezes eram só mães. Foi uma coisa incrível. E eles fizeram isso na quadra da escola para eu ver. Eles tinham feito isso na praça principal de São Fidélis. E aí houve um briga, porque lá foi totalmente diferente de todos os outros lugares que eu fui. Lá a Coordenadoria Estadual de Educação deu 1.200 reais para pagar o som, porque eles botaram o som na praça. Eles até me pediram para não falar isso não porque a Secretaria aqui não sabia. A Coordenadoria que bancou, porque a coordenadora tinha sido militante do movimento negro, era negra e militante do movimento negro. As três diretoras da escola...

[FINAL DA FITA 10 – A]

A.M. – A escola mais pobre, é a escola... vou esquecer, não é possível. Depois eu dou o nome, aí você registra. A escola mais pobre do bairro mais pobre de São Fidélis, e atrás de um Ciep maravilhoso na beira da estrada que vai de Campos para São Fidélis, um Ciep bonito. Eu pensei que fosse o Ciep, não é. “Ah, a escola do...” Aí falam logo uma piada, normalmente diriam, eles dizem: “A escola dos macacos.” Porque a esmagadora maioria de negros, porque é um bairro muito pobre. Fica assim a uns 400, 500 metros desse Ciep, lá para

dentro do bairro, com uma vala enorme passando na porta da escola. Escola velha, já antiga, bem antiga mesmo. Então, eles capricharam nesse projeto. Foi de uma coisa extraordinária. Uma das figuras principais nessa representação é uma servente da escola. E eles fizeram isso tudo um ano depois porque eu ia lá ver. Eles querem mostrar isso. E ficaram assim: “Alguém vem ver.” Vários bilhetes nos projetos que mandaram junto com as fichas – nós pedimos para responderem uma ficha dizendo o nome do projeto, quantas pessoas, um pequeno comentário; mandaram o projeto, veio o projeto com foto, vários com fotos. E aí tinham uns bilhetes colados dizendo: “Puxa, muito obrigado pelo interesse da Superintendência de Projetos Especiais. Até que enfim a Secretaria de Educação deu importância a uma atividade nossa de consciência negra na escola.” Entendeu? Muitos desses eventos foram dirigidos, na escola Sara Faria Braz, por exemplo, em Saracuruna, quem fez? Uma professora branca. Aí tem uma história de vida. Ela foi casada com um negro. E ela viu o que é o racismo porque ela viu os amigos se afastarem, ela viu a família renegar, ela viveu o diabo quando foi casada com ele. E aprendeu. Aí foi fazer estudos de História da África, tudo isso. Aí fez um evento gigantesco. Juntou ela e mais sete escolas de Saracuruna. Também não foi na escola, foi em um outro lugar, em um clube grandão de Saracuruna. Mas esse não teve apoio da coordenadoria, não teve apoio de ninguém. Só contou com o apoio das pessoas que ela articulou. Pelo contrário, foi todo mundo contra, a diretora ficou meio na dúvida. Aí ela me disse: “Vai lá gravar com a diretora.” A diretora na hora escapuliu, não quis gravar. Você vê que é uma coisa que está sendo feita porque tem alguém que banca para fazer. Eu entrevistei alunas de lá, e as meninas dizendo: “É a professora...” esqueci o nome dela. “É ela que faz. Isso importante. Ela deu valor para a gente. Ela botou a gente para desfilar, disse que a roupa estava bonita. Comprou cetim para agente fazer. Mas a gente também queria porque a dona fulana [uma outra professora] é militante do Grupo de União e Consciência Negra lá em Saracuruna.” Parou, nunca mais militou, de 1990 em diante ela parou. Está bem idosa, mas ainda é uma professora muito respeitada na comunidade. E aí falava, contava histórias. Então, ali tinha um espaço que essa professora encontrou e potencializou. Então onde tem gente que pega e faz, o negócio rende, cresce para toda a comunidade, essa visão não-racialista, não-racializada da educação. E uma visão crítica desse racismo, do preconceito e da discriminação racial na escola.

V.A. – Qual a distinção que você faz de racista e racialista?

A.M. – É o Appiah que fala isso, eu gosto muito dessa visão. Racialista é quem acha que existe alguma coisa biológica, ou cultural, ou mágica, que tem a ver com a raça da pessoa. Se é biológico é com os genes, se não é alguma coisa da essência, um essencialismo. E que esse essencialismo é importante para se analisar a sociedade, para se analisar o desenvolvimento da história, esse essencialismo. Isso é o racialismo. Então, no pensamento social brasileiro o racialismo é total.

V.A. – E o racismo?

A.M. – O racismo é deliberação, é a atitude contrária a determinada população, no caso do Brasil a população negra, procurando justificativas e preconceitos para de alguma maneira obstaculizar o desenvolvimento dessa população. Inferiorizando, subalternizando. Isso aí seria o racismo. Manuel Bonfim, por exemplo, é um dos poucos pensadores sociais de vulto no início do século que não se pode falar que ele é racista, mas ele é racialista. Ele escreve 208 páginas sobre a mestiçagem no Brasil, ele está dizendo claramente que não é biológico, que a preponderância de brancos no Brasil... não de brancos... a falta de uma elite consciente no nosso país – é isso que está falando Manuel Bonfim – a falta de uma elite nacionalista que pegue e desenvolva essa nação, isso não é consequência da raça, da inferioridade do povo pelo povo ser mestiço: “Isso se deve ao imperialismo que vem obrigando, de um lado o imperialismo direto com pressões sobre a nossa nascente nação e por outro lado, uma elite que vive querendo copiar essa visão imperialista, essa elite colonizada pelos valores, por uma visão europeia do mundo.” Ele não falava em eurocentrismo, ele falava em elite colonizada. Então ele não é racista, ele não acredita mais na inferioridade biológica do negro, mas em 208 páginas que ele escreve, se eu não me engano, no *Brasil na América Latina*, de 1905, um dos dois, o outro é de 1922. Então ele escreve 208 sobre a mestiçagem. 190 e tantas páginas sobre o aporte europeu branco como importante para a nação brasileira. O resto se divide entre um pouquinho para negro e um pouquinho para índio. Então isso é racialismo. Ele está dando absoluta prioridade a um determinado segmento que formou a nação e não vê, não consegue ter uma crítica de que isso só existe, ele só tem esse conhecimento porque esse conhecimento é o poderoso, é o poder na sociedade. E que é preciso fazer levantar de fato os outros aportes. Ele acha que o aporte que os africanos têm é só aquele, que os indígenas têm é só aquele.

Então isso é racismo. Ele está vendo o que se diz da raça branca é o que é, o que se diz do negro é o que é, o que se diz do índio é o que é. Não é. Mas ele é um homem do seu tempo. A gente também não pode cobrar tanto. Eu fiz essa aproximação com esse conceito do Appiah dizendo que é racista. Racista já é uma outra etapa. Que a maioria é, mas não podemos dizer que são todos. A mesma coisa na sociedade brasileira hoje. Racista? A sociedade está absolutamente racializada. É só ver os livros didáticos, é só ver os procedimentos dos educadores, por sinal, muitos educadores negros. Talvez a maioria inconsciente, encharcada do senso comum que fala da democracia racial. Então esses educadores reproduzem isso acriticamente. Eu acho que a Lei pode... pode não, ela tem condições pelo que está capitulado, pelas diretrizes como foram aprovadas, e pelo que já há de massa crítica. Já há, não vamos partir do zero. No âmbito do movimento negro e de algumas outras iniciativas que eu estou mostrando, que vai ser a minha tese, já se produz mais do que apenas avanço da luta contra o racismo. Teve uma professora em uma reunião na escola Caetano Belone de São João... não, uma outra escola... eu nunca lembro o nome dessa escola. Eu falei para ela: “Então a senhora é uma aliada do movimento negro, professora?” Ela: “Não. Eu não sou aliada de ninguém não. Eu só sou uma professora que não aguento mais ficar tendo que apagar fogo de aluno branco discriminando os negros, chamando de macaco. Isso eu não aceito. Eu não sou aliada não. Meu negócio é acabar com o racismo.” Então eu até estou categorizando dizendo: isso não é antirracismo. Isso além do racismo e do antirracismo. Estou querendo chamar isso de uma nova cultura, que está fermentando, de consciência negra, que pode ser acessada por quem chegar. Essa professora é branca. Mas ela não quer saber: “Eu não quero é racismo.” É mais ou menos isso. Está gravado. Eu tenho isso gravado. “Não sou aliada de ninguém, eu sou é contra o racismo.” Ela não leu nada, não tem bibliografia para fazer os eventos que ela faz, já faz há muito tempo. Ela não tem nenhum suporte. Ela não gosta de movimento negro: “O movimento negro é muito radical.” Foi em Itaperuna isso. “Eu gosto muito do Zé Luís.” O Zé Luís é o diretor do maior Ciep, do Instituto de Educação de Itaperuna, é o Borracha. “Do Zé Luís eu gosto muito, mas ele é muito radical. Eu gosto muito dele, mas ele é muito radical. Esse pessoal do movimento negro é muito radical. Eles não querem branco lá, sei lá. Eu não gosto não. De movimento negro eu não gosto.” Mas ela não quer ser racista. É claro que a ação dela é consequência do avanço da luta contra o racismo. Mas será que é só isso? Eu acho que não. Eu acho que já tem

algo mais do que isso. E a implementação da Lei vai potencializar isso. Mas está difícil. É isso. Vamos almoçar... [risos]

[FINAL DO DEPOIMENTO]